



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXIII SUP. B AO Nº 44, QUINTA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 2018

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Eunício Oliveira (MDB-CE)

Presidente

Deputado Fábio Ramalho (MDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (MDB - MA)

2º Vice-Presidente

Deputado Giacobbo (PR-PR)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Deputado JHC (PSB-AL)

3ª Secretário

Senador Zeze Perrella (MDB-MG)

4ª Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (MDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (MDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (MDB-MG)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Fábio Ramalho (MDB-MG)

1º Vice-Presidente

Deputado André Fufuca (PP-MA)

2º Vice-Presidente

Deputado Giacobbo (PR-PR)

1º Secretário

Deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO)

2ª Secretária

Deputado JHC (PSB-AL)

3º Secretário

Deputado André de Paula (PSD-PE)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Dagoberto (PDT-MS)

2º - Deputado César Halum (PRB-TO)

3º - Deputado Pedro Uczal (PT-SC)

4º - Deputado Carlos Manato (SD-ES)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 843/2018

Ata da 1ª Reunião, realizada em 8 de agosto de 2018	5
Ata da 2ª Reunião, realizada em 17 e 24 de outubro de 2018	7

1.2 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 844/2018

Ata da 1ª Reunião, realizada em 8 de agosto de 2018	33
Ata da 2ª Reunião, realizada em 4 de setembro de 2018	35
Ata da 3ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2018	74
Ata da 4ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2018	86
Ata da 5ª Reunião, realizada em 31 de outubro de 2018	102
Ata da 6ª Reunião, realizada em 31 de outubro de 2018	104

1.3 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 845/2018

Ata da 1ª Reunião, realizada em 8 de agosto de 2018	139
Ata da 2ª Reunião, realizada em 13 e 14 de novembro de 2018	141

1.4 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 846/2018

Ata da 1ª Reunião, realizada em 8 de agosto de 2018	151
Ata da 2ª Reunião, realizada em 16 de outubro de 2018	153
Ata da 3ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2018	154
Ata da 4ª Reunião, realizada em 31 de outubro de 2018	156
Ata da 5ª Reunião, realizada em 6 e 7 de novembro de 2018	160

1.5 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 848/2018



Ata da 1ª Reunião, realizada em 4 de setembro de 2018	197
Ata da 2ª Reunião, realizada em 4 e 11 de setembro de 2018	205
1.6 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 849/2018	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 7, 12 e 13 de novembro de 2018	220





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 843 DE 2018 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia oito de agosto de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Eduardo Amorim e Leonardo Quintão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 843 de 2018 com a presença dos Parlamentares Marta Suplicy, Fernando Bezerra Coelho, Valdir Raupp, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Sergio Souza, Afonso Florence, Alfredo Kaefer, Aelton Freitas, Marcelo Matos, Alexandre Leite, José Pimentel, Dário Berger, Vicentinho Alves, Cleber Verde, Ana Amélia, Hildo Rocha, Edmar Arruda, José Medeiros, Wellington Fagundes, Pedro Fernandes, Fátima Bezerra, Delegado Edson Moreira, Bohn Gass, Paulo Paim e Wilder Moraes. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente, o Senador Eduardo Amorim, e designado Relator, o Deputado Alfredo Kaefer. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e três minutos. Aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Eduardo Amorim

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 843 de 2018

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2018/08/08>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 843, de 2018.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio na direção das comissões de medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a Relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Senador Eduardo Amorim.

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro eleito Presidente o Senador Eduardo Amorim.

Passo a Presidência da Comissão ao Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Boa tarde a todos.

Quero agradecer aos nobres colegas Parlamentares, Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, pela confiança em mim depositada para conduzir essa medida provisória tão importante para nós brasileiros, para o nosso País.

Designo como Relator o Deputado Alfredo Kaefer.

Passo a palavra ao Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. ALFREDO KAEFER (PP - PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, agradeço a confiança. Senador Amorim, tenho certeza de que faremos juntos um bom trabalho e elaboraremos o melhor relatório que seja necessário para essa importante área do setor automotivo brasileiro, que tem expressiva participação no PIB nacional.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Obrigado, Deputado Alfredo. Tenho toda a convicção de que seu relatório será muito digno, em virtude do vasto conhecimento que o senhor tem.

Proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 53 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 843 DE 2018 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 17 E 24 DE OUTUBRO DE 2018, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dezessete horas e vinte minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 843 de 2018 com a presença dos Parlamentares Marta Suplicy, Fernando Bezerra Coelho, Valdir Raupp, Dalirio Beber, Otto Alencar, Lasier Martins, Lídice da Mata, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Herculano Passos, Leonardo Quintão, Sergio Souza, Afonso Florence, Alfredo Kaefer, Cacá Leão, Danilo Forte, Marcelo Matos, Tadeu Alencar, José Carlos Aleluia, Alexandre Leite, Benito Gama, Nelson Marquezelli, Márcio Marinho, Evandro Gussi, Wilder Moraes, José Pimentel, Dário Berger, Ana Amélia, Garibaldi Alves Filho, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Cássio Cunha Lima e Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às dezessete horas e vinte e seis minutos, a reunião é suspensa e sua abertura é agendada para o dia vinte e três de outubro. Em vinte e três de outubro de dois mil e dezoito, a reabertura é reagendada para o dia vinte e quatro de outubro. Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezoito, a reunião é reaberta. São apresentados os requerimentos nº 1, 2 e 3, de adiamento de votação, de votação pelo processo nominal do Requerimento nº 1, e de votação pelo processo nominal do relatório apresentado. Às onze horas e oito minutos, a reunião é suspensa e sua reabertura ocorre às treze horas e quarenta e três minutos. São retirados os Requerimentos nºs 1, 2 e 3. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 843, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil, institui o Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística e dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Alfredo Kaefer. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do projeto de lei de conversão que apresenta. **Resultado:** Foi aprovado, por unanimidade, o relatório do Deputado Alfredo Kaefer, com as complementações apresentadas, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 843, de 2018, e pela sua adequação financeira e orçamentária; no mérito, conclui por sua aprovação, com a aprovação parcial das Emendas nº 17 e 81, aprovação total das Emendas nº 5, 22 e 50, e rejeição das demais emendas, na forma do PLV apresentado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e cinco minutos. É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Amorim





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 843 de 2018

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2018/10/24>

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 843, de 2018.

Como o Relator está ausente, declaro suspensa a presente reunião, remarcando a reabertura para o dia 24 de outubro, às 11 horas.

Informo também aos colegas Parlamentares que recebemos o Ofício nº 913, da Câmara dos Deputados, do Presidente Rodrigo Maia, comunicando que, em virtude das decisões proferidas pela Presidência da Câmara dos Deputados em Questão de Ordem nº 352, de 2013, e de 2016, o termo final para o recebimento da Medida Provisória 843 pela Câmara dos Deputados é o dia 25 de outubro de 2018.

Então, a presente reunião está suspensa...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Só um apelo, Sr. Presidente. Ao invés de ser dia 24, poderia ser dia 23, que é terça. Senão ficamos sem condições de aprovar no Plenário da Câmara.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Deputado, pela ordem.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, saudar V. Exa., agradecer o encaminhamento, que foi consensuado com os Parlamentares presentes e com a assessoria da Liderança do Governo e, agora, com a chegada do Senador Fernando Bezerra, a quem eu saúdo e agradeço pelos esclarecimentos, adendar o encaminhamento feito por V. Exa. com aquilo que nós tínhamos conversado.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O Senador Bezerra apresentou um relato das negociações travadas com o Relator e com o Governo, com o setor da Fazenda, e com a objeção do setor da Fazenda em relação aos aspectos reivindicados pelos Parlamentares do Nordeste em relação ao regime automotivo.

Essa suspensão mantém o quórum, mas nós combinamos que a realização da reunião estaria condicionada a dois procedimentos. O primeiro, nós fazermos um esforço de chegarmos a um texto de consenso. Acho que isso deve ser mantido e a presença do Líder do Governo nos autoriza a dizer que, com a coordenação de V. Exa., do Relator e do Líder do Governo, que aqui representa o Governo, para nós negociarmos aquilo que, pactuado entre nós, seja aprovado no Plenário da Câmara, no Plenário do Senado e que, na hipótese de veto, seja derrubado o veto. O acordo é isso. Então, o ponto um é esse. Ponto dois, na hipótese de, no texto consensuado, serem dadas como prejudicadas as emendas controversas, digamos assim. Isso era o que tínhamos tratado aqui antes.

Então, disponho-me a ficar aqui e a voltar segunda, terça. Claro que o dia 25 ficou muito premente, porque a reunião é no dia 24. Isso era parte do acordo que nós tínhamos feito: jogamos para o dia 24. Sendo pela manhã, seria lido, no Plenário da Câmara, dia 24, à tarde. Aí nós temos de ver a ordem de MPs lá. Se ela for antecedida por outras MPs que obstruam acabará tendo dificuldades para ser votada. Peço que a assessoria nos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/MDB - PE) – Eu pediria um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSDB - SE) – Pois não, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/MDB - PE) – ... ao Deputado Afonso Florence, se o Presidente concordar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSDB - SE) – Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/MDB - PE) – Volto a defender aqui – e peço a compreensão de todos os membros desta Comissão – que a gente faça um esforço nessa tentativa de um texto acordado até terça. Vou dizer por quê.

Muitos pensam que essa é uma matéria consensual. Não é. Existem Parlamentares que acreditam que não é preciso mais dar incentivos à indústria automobilística. E pode ter Parlamentar que peça vista, na quarta-feira. E a gente mata o projeto no dia 25. Então, tem de ser terça porque, se alguém pedir vista, o projeto será analisado na quarta-feira. Não vamos acreditar que isso é apenas uma discussão de ampliar ou não o regime automotivo do Nordeste.

Então, seria para terça-feira, à tarde, para que a gente pudesse esgotar a possibilidade de um entendimento, de um consenso.

É por isso, Presidente, que peço permissão para reiterar o meu apelo, o meu pedido. Eu tenho me dedicado a essa questão. Essa questão é muito importante para o Nordeste, é muito importante, de forma particular, para o Estado de Pernambuco, mas quero ser absolutamente sincero. Se a gente não





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

conseguir aprovar a medida provisória, conforme o texto da emenda do Senador Armando Monteiro, tenho informações de um empreendimento que está em Pernambuco que vai fechar. Ele vai fechar porque não se mantém aberto. O que está sendo produzido lá vai ser concentrado e produzido em Betim. Como a Ford, na Bahia, também não vai se sustentar. Não tenho nenhuma ilusão.

Por isso, a gente precisa defender a prorrogação. A prorrogação do regime automotivo é imperiosa para que a gente possa manter empregos, para que a gente possa manter a oportunidade da desconcentração industrial. Mas o Governo já se expressou de forma clara.

Coloco-me à disposição dos companheiros da Bahia, do Nordeste, para a gente ir a uma nova reunião, amanhã, com o Dr. Rachid, com o Guardia, com toda a equipe técnica do Governo Federal. Mas estou dizendo: vamos, pelo menos, trazer para a terça-feira para ver se a gente consegue algum avanço. Se não conseguirmos, a gente vai ficar com a opção de votar a emenda do Armando ou de não votar nada.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Senador, era um aparte. Só para concluir.

O problema é que alguns dos Parlamentares que construíram o acordo não estão mais presentes. Então, essa é a dificuldade. Aí, fica a critério do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSDB - SE) – O Presidente acolhe a recomendação do Senador Fernando Bezerra. Portanto, a reunião fica remarcada para o dia 23, às 15h, terça-feira.

A reunião está suspensa.

(Iniciada às 17 horas e 19 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Bom dia a todos!

Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 843, de 2018.

Passo a palavra ao nobre Relator, Deputado Alfredo Kaefer, para que ele faça alguns comentários sobre seu relatório.

Com a palavra o Relator.

O SR. ALFREDO KAEFER (PP - PR. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, senhores membros da Comissão.

Na verdade, a Medida Provisória nº 843 pode ser considerada um marco regulatório do setor automobilístico. O denominado Programa Rota 2030 em parte substitui o Inovar-Auto, que venceu no final de 2017.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Considero ser uma das medidas provisórias mais importantes desta Legislatura porque contempla um setor da economia que, em algum momento, já foi responsável por quase 6% do Produto Interno Bruto. Com a crise estabelecida a partir de 2015, esses níveis caíram para pouco mais de 4%. Esta medida provisória, da Rota 2030, terá importante participação em uma reestruturação do setor, que é grande empregador, como disse, grande partícipe do PIB nacional e que poderá ser um integrante da recuperação da economia do nosso País.

O foco principal dele está em um novo conceito do setor automotivo, onde se contemplam pesquisa, desenvolvimento, tecnologia e inovação. Os benefícios concedidos na medida provisória estão principalmente no âmbito de redução de emissão de poluentes, levando um prestígio especial para o nosso combustível verdadeiramente *made in* Brasil, que é o etanol.

Por exemplo, carro híbrido nossa indústria automobilística ainda não produz. Todos os veículos híbridos são importados e são movidos a gasolina; vários fabricantes têm projetos para produzir híbrido com eletricidade, com baterias elétricas, e com o etanol, o álcool, genuinamente nacional.

Um estudo profundo elaborado por técnicos preconiza que nosso combustível etanol, considerando a cadeia do princípio ao fim, é praticamente não mais poluente do que a própria energia elétrica, Senador, então nós damos uma especial atenção a esse setor.

O relatório completo não está aqui ainda disponível. Nós tivemos que fazer ajustes de última hora, mas, como ainda há questões a serem discutidas, nós temos aqui a presença do Líder, da Liderança do Governo, que quer fazer um adiamento por uma hora, para que a gente efetivamente faça alguns ajustes finais. Então, eu proponho que o relatório final eu faça depois dessa consideração.

Eu penso que...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – Duas horas.

O SR. ALFREDO KAEFER (PP - PR) – Duas horas.

Eu devolvo, então, diante dessa situação, ao Presidente da Comissão.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Uma hora.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALFREDO KAEFER (PP - PR) – Eu estou devolvendo a palavra, então, ao Presidente da Comissão, para sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Eu tenho inscritos aqui para falar o Deputado Afonso Florence e o Senador Fernando Bezerra.

Com a palavra o Sr. Deputado Afonso Florence.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Questão de ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) – Nós teremos o pedido de vista depois?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Depois. Agora não. Só pode pedir vista depois de feita a leitura do relatório.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) – Nós corremos o risco de ter...

O SR. ANDRE MOURA (PSC - SE) – Com até duas horas...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) – Até duas horas.

O SR. ANDRE MOURA (PSC - SE) – Até duas horas, só para ajustar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Então, com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB - PE) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Eduardo Amorim; o Relator, Deputado Alfredo Kaefer; o nosso Líder, Andre Moura; e queria também fazer uma citação especial ao Vice-Líder, Leonardo Quintão, que tem acompanhado os trabalhos desta Comissão.

Sr. Presidente, o nosso Relator já falou da importância desta medida provisória. Ela é, de fato, uma das mais importantes iniciativas legislativas produzidas pelo Poder Executivo durante esta Legislatura. Dará um norte para uma das mais importantes indústrias brasileiras, que é a indústria automotiva.

A minha fala aqui é para ressaltar o esforço feito, envolvendo a Presidência da República, o Ministério da Fazenda, o Mdic, a Casa Civil, a Liderança do Governo no Congresso Nacional (Deputado Andre Moura), a Liderança do Governo na Câmara dos Deputados (Deputado Aguinaldo Ribeiro), todos nós envolvidos para que pudéssemos produzir um entendimento, um consenso, uma compreensão da necessidade de aprovarmos o Rota 2030 conforme veio do Executivo, sem alterações no texto do Poder Executivo, porque esse texto foi fruto de uma ampla discussão, envolvendo a Anfavea, envolvendo o Mdic, envolvendo a academia, envolvendo toda uma cadeia de produção, e é um dos textos que vem sendo referenciado como modelo para a indústria automotiva em todo o mundo, mundo afora. Eu acho que é importante destacar esse ponto, que foi compreendido pelo Relator. Portanto, nós estamos a um passo da aprovação de um importante marco legal.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ao lado dele, as Bancadas da Bahia e de Pernambuco colocaram a necessidade, na hora em que nós vamos ter um marco legal para um horizonte tão longo, que vai até 2030, de que seria importante revisitar o regime automotivo do Nordeste, porque os investimentos que foram feitos na Bahia, em Pernambuco e no Ceará produziram resultados muito importantes do ponto de vista de tecnologia, de pesquisa, de desenvolvimento, do ponto de vista de geração de emprego, do ponto de vista do adensamento de uma cadeia produtiva que não existia nem na Bahia nem em Pernambuco e que está também começando no Ceará, com a fábrica da Troller.

E a alegria nossa é que, ao longo desses últimos dias, nós realmente fizemos um grande esforço. E aí eu quero destacar os Parlamentares de Pernambuco – o Senador Armando Monteiro, o Deputado Mendonça Filho, o Deputado Tadeu Alencar –, que têm acompanhado os trabalhos desta Comissão, mas quero aqui dizer da força, da competência, da liderança da Bahia no Nordeste, através dos Parlamentares que aqui representam a Bahia, começando pelo Senador Otto Alencar, o Senador Roberto Muniz, a Senadora Lídice da Mata, minha companheira, minha amiga, e o Deputado Afonso Florence, que foi instituído como coordenador da bancada para esse tema. Ao longo do dia de ontem e na manhã de hoje, produziu-se um texto que concilia as posições que pareciam divergentes. Através do diálogo, da compreensão, chegou-se a um texto comum na prorrogação do regime automotivo do Nordeste.

E quero destacar uma coisa: ele chega com a compreensão de que é preciso equilibrar as contas públicas. Esse acordo não mexe na redução da renúncia tributária. Nós estamos aqui inaugurando um novo regime automotivo do Nordeste, com uma renúncia tributária muito menor, da ordem de 40% a menos, e também com modificações sugeridas pela Fazenda, que estão sendo atendidas, para que os créditos sejam compensados nas produções das plantas incentivadas e que esses créditos não possam ser transferidos para outras unidades produtivas dessas montadoras. Portanto, é um avanço e sinaliza a responsabilidade do Parlamento de que é importante revisitar a renúncia tributária. É importante que a gente mantenha incentivos a determinados setores da economia brasileira, mas é importante dizer que a renúncia tributária hoje alcança quase 4% do PIB e essa prorrogação sinaliza para aquilo que devemos fazer para todos os outros incentivos. A indústria automobilística vai, sim, ser incentivada para se desconcentrar, para se consolidar na região mais pobre do País, que é a Região Nordeste, já com uma carga de incentivo muito menor do que aquela que permitiu a instalação desses empreendimentos.

Portanto, Sr. Presidente, a minha última palavra é para agradecer a V. Exa., que teve um papel importante para que esse consenso fosse construído. Muitas vezes eu insistia para que as reuniões ocorressem, e V. Exa., com sabedoria, com parcimônia, tendo ouvido os membros da Comissão, ponderava e sempre marcou as nossas reuniões no momento em que o consenso aflorava. Então, V. Exa. também merece aqui o nosso reconhecimento pela condução serena no sentido de criar a possibilidade desse entendimento que estamos celebrando.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Evidentemente alguns outros pontos entrarão no texto do Relator. Não há compromisso de sanção por parte do Governo Federal, mas nós faremos, como Parlamento, o nosso trabalho de convencimento até sessão, para que outras matérias também possam ser acordadas e aprovadas.

Portanto, os meus parabéns a todos que contribuíram para a construção desse relatório do nosso querido Relator, Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Obrigado pelas palavras, Senador e colega Fernando Bezerra.

Temos mais um Parlamentar inscrito. Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Senador Eduardo Amorim, Deputado Alfredo Kaefer, demais Parlamentares, tentarei ser breve, mas quero registrar todos os pontos que considero fundamental serem postos aqui.

Rapidamente, eu exerço o mandato de Vice-Líder da oposição no Congresso Nacional e Líder do PT; Vice-Líder do PT também. E há sobre a mesa um *kit* de obstrução que eu pretendo, logo em seguida, retirá-lo.

Quero também registrar que o nosso propósito não é pedir vista, em função da exiguidade de tempo. O prazo regimental de vista é no mínimo de 24 horas e nós queremos contribuir com o acordo – saudando aqui o Líder do Governo no Senado e representando o Governo nessa negociação, o Senador Fernando Bezerra –, nós chegamos a um ponto em que infelizmente o texto não está publicado. Temos um texto provisório entregue e, se for confirmado esse texto, o nosso propósito é contribuir para aprovação do Rota 2030, como consta na medida provisória, acrescido do art. 11-C, a ser incluso na Lei nº 9.440, de 1997, o regime automotivo do Nordeste.

Não fui instituído Líder da bancada, mas quero saudar o papel cumprido de alta relevância por todos os Parlamentares da Bahia: o Senador Otto Alencar, a Senadora Lídice da Mata, o Senador Roberto Muniz; os Deputados do meu Partido, o Luiz Caetano, e os meus colegas de Bancada da Bahia, Deputado Benito Gama e Aleluia, o Deputado Cacá Leão, Márcio Marinho e demais Parlamentares que também acompanharam conosco – Daniel Almeida –, que acompanharam conosco essa negociação.

Foi-nos informado que está no texto do Relator a prorrogação do regime automotivo do Nordeste, o que, na nossa compreensão, garante um tratamento isonômico entre os Estados. Prorrogar o regime, de forma a contemplar apenas um Estado, quebraria a isonomia de uma política de desenvolvimento regional que nós entendemos ser fundamental. Eu próprio, na época recém-saído do Governo Dilma, quando houve uma discussão para a convalidação de créditos e o fim da guerra fiscal, a partir de uma decisão no Confaz, defendi, aqui na Casa, uma medida provisória que criava um fundo de desenvolvimento regional.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nós temos que encontrar uma solução. Como bem disse o Senador Fernando Bezerra, não é possível um país como o Brasil competir internacionalmente, extinguindo todos os subsídios, seja no setor empresarial, seja na Agricultura Familiar, no rural, no urbano, na indústria, no turismo, na mobilidade. A prorrogação até 2025 do regime automotivo do Nordeste, em novas condições com redução da desoneração tributária, cria um ambiente possível de, num futuro muito próximo, discutirmos instrumentos de política pública que permitam compensar a extinção desses subsídios hoje existentes.

Portanto, faço um apelo para que não seja pedida vista neste momento. Vamos nos debruçar sobre o texto e, no tempo máximo, pelo que eu entendi, no tempo máximo de duas horas... Mas eu próprio com a nossa equipe vamos nos debruçar e tentar estar disponíveis, em uma hora, para que possamos aprovar, como disse, o Rota com o 11-C e as adequações de texto necessárias.

Peço a compreensão de V. Exas., não vou retirar o *kit* obstrução aqui, agora. Eu o farei, havendo o acordo, assim que reinstalarmos os trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Com a palavra o Deputado Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) – Sr. Presidente, ao fim do Governo do Presidente Itamar, tinha sido firmada a Rodada do Uruguai e estabelecido que, ao fim do ano, os países que tivessem programas de incentivos aos seus regimes industriais teriam que remetê-los para o GATT, que estava se transformando em OMC. O Brasil, por desentendimento entre Ministério da Indústria e Comércio, Fazenda e Relações Exteriores, não traduziu os protocolos e não mandou absolutamente nada.

Ao início do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi editada a primeira medida provisória do regime automotivo brasileiro. E eu pedi para ser relator. Lá, nós começamos a conversar sobre o regime automotivo do Nordeste. O objetivo era levar para a Bahia, para o Nordeste – mas a Bahia estava inscrita –, uma fábrica asiática que era a Asia Motors; terminou não dando em nada.

Logo em seguida, na mudança de Governo seguinte, já expirados os prazos do regime automotivo, houve uma desistência da Ford, que já tinha realizado a terraplanagem no Rio Grande do Sul, de ficar no Rio Grande do Sul. E nós procuramos – o Governador era o ex-Senador César Borges – e conseguimos fazer a negociação, que foi uma negociação penosa, de levar a Ford para a Bahia. Portanto, foi uma vitória da Bahia, que se consolidou e que, aqui, hoje, está apenas se irradiando. Mas o texto final vai demonstrar uma consolidação, porque já não é um incentivo nos níveis em que ele foi dado no passado, e mostra o acerto da política que foi feita.

Posteriormente, o Governo de Pernambucano e os pernambucanos, de forma muito competente – eles aqui são representados pelo meu amigo José Mendonça; pelo Líder do Governo, Fernando Coelho; e pelo Armando –, reabriram a porta de novo e conseguiram levar para Pernambuco um projeto muito bem-sucedido da Fiat, que tem características diferentes do projeto da Bahia, porque lá eles





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

fazem um jipe sem problema de implicações tributárias. O Relator foi muito competente ao avaliar isso e ao encontrar um texto comum, tanto que, hoje, nós contamos com a presença do regime automotivo na Bahia, em Pernambuco e no Ceará. No Ceará, havia a Troller, que se beneficiou, e a Ford comprou a Troller. Há, portanto, três Estados com indústrias mãe, sem levar em conta as indústrias de autopeças. Pernambuco tem o exemplo de um caso de sucesso num lugar improvável, que é o da empresa Baterias Moura. Baterias Moura consegue ser uma empresa extremamente competitiva e bem-sucedida em Belo Jardim, que não seria inicialmente o lugar mais provável para ter uma indústria tão bem-sucedida e tão atualizada tecnologicamente.

O Rota 2030 é um passo importante para uma coisa que o Brasil tem feito muito pouco, que é enxergar a quarta revolução industrial. A própria indústria automotiva brasileira está muito atrasada. Aqui, certamente, estão presentes muitos representantes da indústria automotiva brasileira. Há de se passar muito adiante! O consumo de energia das nossas máquinas é exagerado. O projeto das nossas máquinas é um projeto totalmente atrasado. Nós estamos mais ou menos no estágio que Collor encontrou quando ele entrou no Governo. Collor dizia que nós tínhamos carroças. Nós temos as carroças de novo. Elas melhoraram muito, mas a tecnologia avançou tanto, que nossos carros voltaram a ser as carroças de que Collor falava. Eu espero, portanto, que o Rota 2030 venha a dar um passo importante na área tecnológica, na área energética, nas áreas dos transportes e do nosso regime automotivo.

Quero também saudar os Deputados e os Senadores que se antagonizaram nas campanhas e que se antagonizam ainda na eleição de domingo...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Espero que não!

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) – ... para estarem aqui unidos para encontrar uma solução que interesse ao Brasil e aos seus Estados.

A Senadora Lídice da Mata, por exemplo, que é minha grande amiga, tem um candidato, e eu tenho outro. Eu vou ganhar dela.

Obrigado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Eu agradeço a todos.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente, a esperança é a última que morre! Eu ainda tenho esperança de salvar o Deputado Aleluia. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Obrigado, Senadora, pela sua contribuição.

Buscando o consenso em torno da Medida Provisória 843, tendo como instrumento o diálogo, de que sempre fui e sou, Senador Fernando Bezerra, um defensor firme, suspendo a presente reunião por até duas horas, para que a gente possa buscar o melhor caminho e, com certeza, poder aprovar essa medida provisória.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Obrigado a todos.

(Suspensa às 11 horas e 09 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 44 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Boa tarde a todos e a todas!

Obrigado pela presença, pela insistência, para que possamos aprovar nesta tarde uma medida provisória tão importante para o nosso setor automobilístico. Com certeza, estamos tratando não apenas do presente, mas sobretudo de um futuro muito melhor para nossa indústria, que deverá, com toda a certeza, diante do relatório, acompanhar a modernidade de que este País precisa em um setor tão especial.

Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 843, de 2018.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Alfredo Kaefer, para que proceda à leitura do seu relatório.

O SR. ALFREDO KAEFER (PP - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria, antes de mais nada, dizer aos pares que estou terminando o meu mandato parlamentar de 12 anos de atividade pautado sempre em temas econômicos, em temas tributários, fiscais, e primei sempre pelo desenvolvimento econômico. Eu entendo que não há e não haverá desenvolvimento social enquanto a República não prevalecer e não prestigiar o desenvolvimento econômico. A partir disso é que nós teremos geração de emprego e renda e teremos o maior benefício social que um cidadão pode ter.

Não diferente na Medida Provisória 843, do Rota 2030, eu usei esses critérios, buscando, além do escopo principal da medida provisória, algumas alterações que beneficiassem o setor sempre no sentido de melhorar inovação, pesquisa, desenvolvimento e tecnologia. É lógico que isso inseria também que a gente tivesse algumas pequenas mudanças que poderiam impactar em benefícios, vamos chamar assim, ou incentivos fiscais, que, na verdade, não são isenções; são apenas pontos futuros que voltam em mais carga tributária e mais empregos e geração de renda. Mas nós sabemos como funciona o Governo, como funciona a nossa autoridade fiscal, fazendária, que muitas vezes inibe até o trabalho dos Parlamentares porque tem visões muitas vezes obtusas; acha que aquilo que se dá de benefício é incentivo fiscal, redução de carga tributária. Nós não entendemos assim.

Em um país onde a carga tributária está próxima dos 35%, onde temos uma burocracia e um cipoal tributário imenso como esse, toda vez em que a gente consegue amenizar os encargos e a tributação, não se está dando subsídio fiscal, está-se dando incentivos e redutores que beneficiam o País como um todo. Assim sendo, nós acabamos, por acordo, convencionando o nosso relatório no sentido de acatarmos o bojo principal, a medida provisória no contexto em que ela veio do Governo, incluindo algumas modificações.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu quero aqui fazer um registro: nós mantivemos incentivos fiscais do Nordeste, do Estado de Pernambuco, da Bahia, sendo estendida alguma coisa para o Centro-Oeste. Também o Estado do Ceará está contemplado nesse sentido, porque ele faz parte do Nordeste.

Quero aqui fazer uma referência contra arautos daqueles que pregam que incentivos dessa ordem são nefastos para o País. Absolutamente estou convencido de que não são! Você não levará indústrias automotivas, como não teriam sido levadas a rincões distantes que não têm afinidade ou não têm peculiaridade com esse segmento, como é o caso da Bahia, como é o caso de Pernambuco, se não fosse por algum tipo de incentivo fiscal. Então, nós não temos nenhum constrangimento em ter contemplado esses quesitos no relatório, porque são extremamente benéficos para aquelas regiões.

Contemplamos também alguns outros itens, mas eles estão disponíveis no sistema. O relatório está disponível a todos os Parlamentares integrantes da Comissão. Então, eu quero abreviar aqui o meu relatório no sentido de prestar o meu voto.

Finalizo lendo que, ante todo o exposto, o voto é pela admissibilidade da Medida Provisória nº 843 – aqui há um erro de redação e faço essa retificação – no mérito, por sua aprovação, com a aprovação parcial das Emendas nºs 17 e 81, aprovação total das Emendas nºs 5 e 22 e rejeição das emendas apresentadas, tudo na forma do seguinte PLV.

Os Deputados que quiserem apresentar os destaques têm todo o seu direito regimental de fazê-lo, principalmente no Plenário da Câmara.

Então, Sr. Presidente, é este o meu parecer.

O Relatório está disponível, e sou favorável, então, à aprovação da presente Medida Provisória 843.

Sr. Presidente, no momento, era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Agradeço as palavras e o relatório do nobre colega, Deputado Alfredo Kaefer.

Está em discussão a matéria.

Está inscrito para falar o Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para discutir.) – Muito rapidamente, Presidente, Senador Eduardo Amorim.

Há sobre a mesa requerimentos de minha autoria com o intuito de obstruir a sessão, se não houvesse acordo. O Relator nos informa que acatou, em texto de sua autoria, a prorrogação do regime automotivo do Nordeste.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Como o texto ainda não está disponível no sistema e eu não tive acesso a ele imprenso, peço por gentileza que seja lido o art. 11-C, a ser incluso na Lei nº 9.440, para que, averiguando o acordo entre os Estados do Nordeste, o Governo e o Relator, eu possa então retirar o *kit* obstrução, lembrando que da nossa parte, da parte da bancada, eu estou como Vice-Líder da Oposição, representando o Líder Décio Lima, e como Líder do PT e em nome dos meus colegas, para ser sucinto – eu já os citei na reunião que foi suspensa –, nós consideramos que aqui está sendo firmado um acordo do Nordeste com a Bahia...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Pode continuar, Deputado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Do Nordeste com a Liderança do Governo e com o Relator.

Então, da nossa parte, Líder Andre Moura, é importante o compromisso de não veto, sabendo que o Presidente da República quer sancionar na abertura do Salão do Automóvel. Então, até ali terá sido sancionado. E na hipótese de veto... Nós consideramos que ele tendo anunciado no Nordeste, em Pernambuco e na Bahia, a prorrogação do regime, não haverá; mas havendo o veto, há o compromisso de todos nós de derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Agradeço as palavras, Deputado Afonso.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. ALFREDO KAEFER (PP - PR) – Deputado Afonso, eu vou ler a primeira parte do art. 30 e V. Exa. haverá de compreender que ele contempla essa estrutura do Nordeste.

“Art. 11-C. As empresas referidas no §1º do art. 1º, habilitadas nos termos do artigo 12, farão jus a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, como ressarcimento das contribuições de que tratam as Leis Complementares nºs 7, de 7 de setembro de 1970, e 70, de 30 de dezembro de 1991, em relação às vendas ocorridas entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2025, desde que apresentem projetos que contemplem novos investimentos e pesquisa para o desenvolvimento de novos produtos ou novos modelos de produtos já existentes, podendo contemplar os produtos constantes dos projetos de que trata o §1º do art. 11-B, que estejam em produção e que atendam aos prazos dispostos no §2º do referido artigo.”

Posso lhe garantir, Deputado, e assim faço à bancada de Pernambuco e também à bancada do Centro-Oeste, que depois de muita discussão, de muito debate, de muito acordo, o Estado da Bahia está devidamente contemplado nos seus pleitos.

Aqui há uma redação extensa, mas eu posso lhe garantir que os pleitos do Nordeste e evidentemente, da Bahia estão plenamente contemplados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Obrigado, Relator.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Lembrando apenas aos colegas Parlamentares que o texto do relatório já está disponível sobre as mesas, nos computadores de cada um.

Peço a compreensão de todos para fazermos um pouco mais de silêncio, para que os questionamentos possam ser respondidos a tempo.

Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima, que pediu em segundo.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB - PB. Para discutir.) – É muito rápido.

Sr. Presidente e Sr. Relator, é apenas para cumprimentar todos os membros da Comissão e saudar o esforço do entendimento que foi construído para contemplar não apenas a Região Nordeste, mas também o Centro-Oeste. E faço esse registro em nome do Senador Ronaldo Caiado que, por telefone, pediu-me que eu pudesse aqui estar para, na condição de Governador eleito pelo Estado de Goiás, trazer também a preocupação com o seu Estado.

Então, diante do trabalho que foi feito para construção desse entendimento, quero apenas registrar a razão da ausência do Senador Caiado que, por motivo superior, não pôde estar presente, mas que, por meu intermédio, reafirma o compromisso e o desejo de contribuir para o desenvolvimento do Brasil, fortalecendo uma indústria automobilística nacional.

Concordo com o Relator quando tem uma visão antifluxo em relação aos incentivos fiscais. O que se resolveu denominar no Brasil de guerra fiscal eu entendo como paz social. Não fossem os instrumentos de incentivos fiscais, nós não teríamos regiões desenvolvidas no Nordeste, no Centro-Oeste, nas partes mais remotas do Brasil.

Portanto, trago a felicitação, Deputado Alfredo e Senador Eduardo Amorim, pelo entendimento construído, para que nós possamos continuar acreditando no desenvolvimento do nosso País, com geração de emprego, com investimentos em áreas estratégicas, como é o setor automobilístico. Não existe uma grande nação no mundo que não tenha uma indústria nacional forte, e o Brasil começa a ter a sua indústria nacional forte no setor automobilístico, e isso não pode ser desprezado, nem pelo Parlamento nem pelo Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Muito obrigado, Senador e colega Cássio Cunha Lima.

Registro aqui, com muito orgulho, a presença de um grande amigo, ex-Parlamentar e atualmente Vice-Governador da Bahia, João Leão. Obrigado por sua presença aqui, sempre defendendo não apenas os interesses da Bahia, mas com certeza de todo o Brasil, como já fez em muitos outros momentos.

Agora passo a palavra ao Deputado Tadeu Alencar.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Para discutir.) – Boa tarde, Presidente, Senador Eduardo Amorim, Relator, Deputado Alfredo Kaefer.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quero, em nome do meu partido e da nossa bancada em Pernambuco, agradecer o grande esforço feito aqui por todos os integrantes da Comissão, a começar da Presidência do Senador Eduardo Amorim, do nosso querido Relator, e dizer da importância do que estamos fazendo aqui para o meu Estado, Pernambuco. Agradeço em nome do Governador Paulo Câmara.

Quero dizer que a gente tinha uma grande preocupação com que isso pudesse contemplar os interesses de Pernambuco, mas pudesse também alcançar os interesses dos outros Estados do Nordeste, que eram alcançados por esta medida, especialmente o Estado da Bahia e o Estado do Ceará, que eram diretamente afetados por isso, exatamente para caracterizar que nós estamos fazendo aqui uma política de desenvolvimento regional e não, uma política apenas voltada para um Estado ou para outro.

Ressalto a grande importância desse empreendimento. Ele foi um esforço feito pelo então Governador Eduardo Campos, no sentido de descentralizar o desenvolvimento do Porto de Suape para atingir regiões do litoral norte, a cidade de Goiana, que termina também favorecendo o Estado da Paraíba.

Então, quero cumprimentar aqui, de maneira muito especial, o Senador Fernando Bezerra Coelho, cujo esforço eu vi desde a semana passada para que pudéssemos chegar a esse texto de consenso. Cumprimento também o Senador Armando Monteiro, cuja emenda, de fato, era muito relevante para o nosso Estado de Pernambuco; o Deputado Mendonça Filho, assim como os integrantes da bancada da Bahia, do Ceará. Cumprimento a todos na figura da pessoa que coordenou também essa discussão, a Senadora Lídice da Mata, que é do PSB, e o Deputado Afonso Florence. Terminamos, exatamente, convergindo num texto que atende ao interesse de todos.

Então, cumprimento os membros da Comissão, o Relator, por seu esforço, os nossos representantes no Senado e da nossa bancada federal.

Parabéns a todos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Obrigado, Deputado Tadeu.

Passo a palavra agora ao colega e amigo, Senador Armando Monteiro, que muito contribuiu para que conseguíssemos esse consenso em torno da medida provisória.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB - PE. Para discutir.) – Meu caro Presidente, Senador Eduardo Amorim, quero cumprimentá-lo; cumprimentar o Relator Alfredo Kaefer e me congratular inicialmente com ambos, pela condução desse processo. O Senador Eduardo Amorim sempre, de forma muito serena, muito tranquila, foi importantíssimo para que pudéssemos agora celebrar esse entendimento. E o Alfredo tem toda uma atuação no Parlamento brasileiro voltada para essa agenda que é a agenda pró-desenvolvimento, que é a agenda da compreensão de que nós precisamos produzir um





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

desenvolvimento mais harmônico, mais equilibrado no País, e com uma dedicação sempre aos temas tributários etc.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer, agora também quando completa o meu período de mandato nesta Casa, da satisfação que tenho em alguns momentos que eu considero gratificantes no Parlamento. São exatamente aqueles em que é possível construir convergência na compreensão de que o processo legislativo é algo que se faz quando há uma compreensão de que nós precisamos todos fazer concessões para que se busque, ao final, uma solução equilibrada.

E nesse caso, a bancada do Nordeste, especialmente as bancadas de Pernambuco e da Bahia, deram uma demonstração de maturidade política, de compreensão de que nós tínhamos que produzir uma convergência naquilo que é o elemento essencial desse processo, que é a compreensão de que o desenvolvimento do Brasil tem que ser desconcentrado, de que o Nordeste não está condenado, como muitos apregoavam no passado, a ficar confinado a atividades mais tradicionais. Houve um tempo no Brasil em que a divisão interna do trabalho quase que não reconhecia a possibilidade de o Nordeste ter um papel importante na indústria.

Crescer pela indústria sempre é a melhor maneira de crescer. A indústria propicia transferência de conhecimento, é mais intensa no sentido da incorporação do conhecimento e também da produtividade. Portanto, crescer pela indústria é sempre a melhor forma de crescer.

Quero dizer que o Nordeste respondeu, de maneira muito adequada, a esses incentivos. Nós temos hoje uma indústria automotiva no Nordeste de classe mundial, que alcança padrões de produtividade que são invejados hoje pelo mundo, o que significa dizer que nós não reivindicamos incentivos para fazer uma indústria menos produtiva e menos competitiva.

Agora, todos sabem que há custos logísticos que ainda conferem uma desvantagem ao Nordeste e que, portanto, nós precisamos ainda de um horizonte de incentivos capazes de compensar algumas deseconomias que nós ainda temos. Mas isso numa perspectiva que permita que o Nordeste se emancipe amplamente e possa também demonstrar que é capaz de ter uma indústria plenamente competitiva e integrada ao comércio internacional.

No caso de Pernambuco, Sr. Presidente, a planta da Fiat é hoje considerada a mais moderna planta do grupo no mundo, com níveis de automação, de manufatura avançada que representam uma referência para o mundo. No entanto, nós ainda precisamos adensar a cadeia produtiva que se formou em Pernambuco, verticalizando mais a produção e, portanto, tornando esse projeto estruturalmente competitivo.

Então, Sr. Presidente, eu queria saudar a todos. E quero destacar, por um dever de absoluta justiça, o trabalho incansável do Senador Fernando Bezerra, que foi um grande artesão e construtor desse entendimento e que tem, como todos sabem, também uma história de serviços prestados ao desenvolvimento do Nordeste e de Pernambuco de modo particular. E eu queria estender esse registro





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

a companheiros de Pernambuco que também tiveram papel importante: ao Deputado Mendonça Filho, que esteve na primeira hora alinhado nessa luta; ao Deputado Tadeu Alencar – nós somos oposição em Pernambuco claramente, mas sempre temos a capacidade de nos reunir quando o interesse de Pernambuco e do Nordeste assim nos aponta.

E quero me congratular especialmente com os nossos irmãos baianos. Essa é uma relação muito fraterna: Pernambuco não compete com a Bahia; Pernambuco procura sempre se inspirar no que a Bahia tem de melhor. E, nesta Casa – e nesta Casa, especialmente –, eu quero registrar a satisfação que temos de conviver com companheiros do quilate de Otto Alencar, do grande Senador Otto Alencar; de Roberto Muniz.

E quero me congratular também com os nossos companheiros: o companheiro Afonso Florence, que desempenhou um papel muito construtivo nesse processo; o Deputado Aleluia, que é um grande professor desses temas nesta Casa; quero me congratular com Benito Gama, um companheiro também de lutas, de muitas lutas, associado ao desenvolvimento do Nordeste; Cacá Leão. E quero também saudar o nosso Vice-Governador, João Leão, que é uma presença sempre muito querida, pernambucano na origem, e que nós emprestamos à Bahia.

E quero também...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB - PE) – Falei Afonso Florence, já falei.

Então, quero, ao final, Sr. Presidente, dizer que tenho hoje uma grande alegria de poder, neste momento, também celebrar esse entendimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Muito obrigado, grande colega Senador...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, pela ordem, Presidente. O senhor me permite só retirar o *kit*, porque aí as pessoas que falarem ficarão falando, mas sabendo que eu retirei o *kit* obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Pode falar.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem.) – Retirado o *kit* obstrução. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – O.k. Agradeço.

Quero agradecer as palavras do colega e nobre Senador Armando Monteiro. Este é daqueles momentos, Armando, em que o frevo e o axé se juntam, com certeza, defendendo um bom forró, todos falando a mesma linguagem.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/MDB - PE) – Aliás, o frevo nasceu em Pernambuco e foi para a Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Então, eu digo que, eu, como filho de caminhoneiro, como genro de caminhoneiro, como irmão de caminhoneiro, cunhado de caminhoneiro, quando via aquelas cegonhas, voltando vazias do Nordeste, aquilo me dava uma tristeza, Alfredo. Poxa! Será que o Nordeste um dia não vai ter uma capacidade de produzir seus veículos automotivos, como há no Sul ou Sudeste, Benito, no Brasil? Então, eu via.

Hoje, como gosto muito de viajar de carro, percorrer as nossas estradas, especialmente as estradas nordestinas, vejo que as nossas cegonhas – como são chamadas aquelas carretas que transportam os carros novos – vão para o Nordeste, levando carros, mas retornam também trazendo veículos, mostrando que a nossa indústria automobilística chegou e chegou forte na Região Nordeste, nos diversos cantos.

Então, este é um daqueles momentos em que o senhor tem toda a razão de dizer que vale a pena, sim, ter política como missão. Eu também termino o meu mandato por aqui – 12 anos, como vocês, que prestamos nas duas Casas –, com a honra mantida, com certeza com a experiência aumentada e dizendo que procuramos sempre, com a mesma honradez, com o mesmo caráter, com os mesmos princípios mantidos, dizendo que política é o lugar de gente do bem, de gente missionária, de gente que sonha e que deseja que este País seja muito melhor do que é. Voto não tem preço; voto tem consequência.

Então, é um prazer muito grande estar presidindo aqui esta sessão num momento tão especial.

E passo a palavra ao Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, Srs. Deputados e Sras. Deputadas...

Inicialmente cumprimento V. Exa. pela maneira como conduziu esta Comissão, como de fato, como de resto todos os seus trabalhos aqui nesta Casa e fora desta Casa. V. Exa. foi um ponto de equilíbrio num momento extremamente difícil para o Brasil e para o Nordeste em especial. A sua competência, a sua lealdade, sobretudo a confiança que nós, todos os seus liderados aqui nesta Comissão, temos em V. Exa., contribuíram para que nós chegássemos a esta sessão de hoje, uma sessão histórica para o Nordeste e para o Brasil. Digo isso, Sr. Presidente, porque, em 1998, havia a indústria automobilística somente em São Paulo, e, a partir desse movimento que a Constituição autorizou fazer redução fiscal inter-regional para reduzir o desnível regional, começou-se a trabalhar na questão automobilística no Nordeste.

E eu tive a honra, Sr. Presidente, de participar, como Deputado Federal e como Secretário de Indústria e Comércio desse movimento automotivo, lá na Bahia, naquela região e também na região Centro-Oeste deste País, e eu posso dar esse testemunho. E V. Exa. falou uma coisa muito simples, mas muito profunda, que é a questão das cegonhas. Eu vi isso muito na Bahia, naquelas estradas, sobretudo





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

na Rio-Bahia, em que as pessoas me falavam: "Antigamente, isso aqui tudo era carro, voltava vazio; agora, está indo cheio para São Paulo e voltando para recarregar". Isso é uma coisa de muito orgulho para todos nós e para mim particularmente, que participei do processo com muitos companheiros, mas também tenho muito orgulho como nordestino e como baiano.

Então, essa sessão de hoje é uma sessão histórica para todos nós.

E, a partir desse movimento primeiro de descentralização, aí saiu a indústria para o Rio Grande do Sul, que tem a Chevrolet; saiu para o Paraná; saiu para Goiás; saiu para a Bahia, Fiat; além da Zona Franca de Manaus, à qual nós temos dado todo o suporte aqui nesta Casa. Então, a indústria automotiva hoje no Brasil não é somente em São Bernardo; é em todo o País. E isso foi a partir deste movimento que nós estamos hoje referendando e prorrogado também neste momento da maior importância.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V. Exa. pela dignidade, respeito e competência com que conduziu este trabalho. E, ao mesmo tempo também, cumprimento o nosso Relator, Deputado Kaefer, pela compreensão em ouvir e atender todos nós aqui nesse processo.

Eu quero também agradecer muito a compreensão e o trabalho de todos os Estados, inclusive o de Sergipe, porque V. Exa. não tem indústria lá, mas ele usufrui da Bahia e de Pernambuco também com derivados de algumas coisas. Então, eu quero cumprimentar aqui toda a bancada da Bahia, toda a bancada da Bahia presente neste Comissão; o Deputado Aleluia, que apresentou aquela emenda que começou esse projeto; a Senadora Lídice da Mata; o Deputado e Vice-Governador João Leão, que também estava aqui conosco; o Deputado Cacá Leão; o Deputado Márcio Marinho; o Senador Otto Alencar; o Deputado Afonso Florence, enfim, todos nós que participamos desse processo juntamente com os Deputados e Senadores de Pernambuco.

Por isso, Sr. Presidente, quero cumprimentar todos aqui e agradecer, em nome da Bahia, em nome do Nordeste, por mais esse avanço. Toda vez que o Nordeste foi provocado a dar uma resposta ao Brasil, sempre esteve presente e sempre esteve trabalhando positivamente.

Para concluir, eu queria, Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Armando Monteiro... Afonso Florence, eu gostaria de fazer um questionamento em que talvez você possa ajudar. É o seguinte: a Emenda 81, do Senador Armando Monteiro, que foi inclusive o que articulamos todos e chegamos a esse acordo, no meu entendimento, está saindo do contexto agora para ir a Plenário sem utilização dela como destaque. Ou não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Prejudicar, isso que estou dizendo. Ela está inserida no texto e a emenda não será...

O SR. ALFREDO KAEFER (PP - PR) – Não haverá necessidade de destaque, está inserida no relatório.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – Exatamente isso, eu quero só deixar claro isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, porque foi uma emenda extremamente importante, dela nasceu este acordo todo e somos muito gratos a todos aqui, inclusive ao Senador Armando, mas é o seguinte: então, este acordo de hoje prejudica essa emenda para o Plenário num possível destaque, o que não vai acontecer? Sem dúvida? Está bom. Armando...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB - PE. *Fora do microfone.*) – ... deixa de ser a emenda para ser...

O SR. BENITO GAMA (PTB - BA) – ... para ser o acordo. É para deixar muito claro isso, Armando. Eu quero te cumprimentar porque você, como Senador, como CNI, como Ministro de Estado, como Deputado Federal, sempre foi um grande companheiro e preocupado com essas causas aqui presentes.

Cumprimento o Senador Fernando Bezerra Coelho, por nossa luta aqui, desde a Constituinte, quando nós trabalhamos pela Região Nordeste, pelo Brasil; quero cumprimentar o Ministro Mendonça Filho, o Senador Armando Monteiro, enfim, todos os Deputados e Senadores que participaram desse processo.

Sr. Presidente, parabéns! Muito obrigado, em nome da Bahia, pelo trabalho e pela luta que nós travamos neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Obrigado, colega Deputado Benito Gama.

Antes de passar a palavra ao Relator, passo a palavra ao Líder Fernando Bezerra para manter a discussão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB - PE) – Fernando, eu só queria um segundo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB - PE) – Pois não.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB - PE) – ... para dizer o seguinte, que você lembraria, com certeza: dizer que eu não fiz referência ao nobre Senador Cássio Cunha Lima, lembrando que essa fronteira da Paraíba com Pernambuco é virtual mesmo, tanto que nós dizemos lá que João Pessoa é o mais aprazível bairro do Recife. Mas eu queria também dizer, pedindo licença a Cássio, que, com a localização da planta da Fiat, os efeitos econômicos vazam de forma muito efetiva para a Paraíba. Portanto, essa conquista é da Paraíba também. A Paraíba é parte integrante desse processo.

Cássio, em homenagem a você, esse registro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – O senhor tem toda razão, Senador Armando Monteiro. Eu sou testemunha viva, nas minhas andanças, de que a Paraíba realmente também ganha com isso.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB - PE) – Sr. Presidente, eu serei muito breve, mas eu teria que voltar a esta tribuna para poder prestar aqui um registro de justiça ao trabalho do Relator Alfredo Kaefer. Na realidade, todos perceberam que nós nos estendemos muito mais que as duas horas previstas. O nosso querido Deputado Kaefer tinha uma série de sugestões de aprimoramento e aperfeiçoamento no bojo do texto do Rota 2030, e a gente teve que, por conversa, por divergência, por consenso, fazer um forte apelo a ele para que fosse mantido o texto original, sem prejuízo dos outros pontos que o Relator houve por bem acolher e colocar no seu relatório. Portanto, eu quero aqui registrar o papel fundamental do Relator Alfredo Kaefer para produzir um resultado tão importante para a indústria automotiva do Brasil, mas, de forma particular, Sr. Presidente, para o meu Estado.

Eu quero aqui manifestar a minha alegria. Eu fui Secretário de Desenvolvimento Econômico de Eduardo Campos. Eu fui a pessoa responsável pela negociação com a Fiat, eu assinei esse contrato de instalação da fábrica da Fiat em Pernambuco. Eu vi essa fábrica nascer, surgir, uma fábrica que hoje tem mais de 10 mil pessoas empregadas, que tem 17 sistemistas no entorno da fábrica. Agora, com esta decisão que estamos tomando, a direção mundial da Fiat Chrysler anunciou, em visita recente ao Presidente da República, Michel Temer, um novo ciclo de investimento em Pernambuco. Será anunciado, assim que esta matéria for sancionada, muito possivelmente no Salão do Automóvel, investimento da ordem de R\$8 bilhões em Pernambuco, abrindo a perspectiva de mais 6 mil novos empregos, saindo de 17 sistemistas para 50 sistemistas, ou seja, adensando a cadeia produtiva. Por isso, honrado com o mandato de Senador de Pernambuco, honrado por ter sido o Senador mais votado da história de Pernambuco, eu hoje trabalhei para honrar o voto de confiança que recebi.

O texto produzido é consenso e é a compreensão daquilo que o Senador Armando Monteiro destacou: essa sinergia, essa compreensão comum dos Parlamentares da Bahia e de Pernambuco de que nós não disputamos, de que nós lutamos por um Brasil mais igual. As desigualdades ainda são imensas. A Bahia é o nosso Estado líder, a Bahia é a nossa referência, Pernambuco persegue a Bahia para se equiparar no que de bom tem a Bahia. É por isso que nós temos que juntar forças; e juntamos e estamos celebrando aqui uma grande vitória.

Eu sou beiradeiro do São Francisco, sou nascido em Petrolina e todo dia acordo vendo a Bahia. É hoje motivo de alegria para mim ver que somamos esforços e estamos aqui obtendo o apoio do Parlamento brasileiro para que o regime automotivo possa ser prorrogado e para que Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba e tantos outros Estados possam ter a perspectiva de receber os efeitos impactantes positivos do adensamento da cadeia automotiva do Nordeste brasileiro. Sr. Presidente, eu quero lhe agradecer a forma como conduziu todo este trabalho, a produção final que alcançamos, porque V. Exa. também, lá do seu Sergipe, ajudou hoje a colocar um tijolo importante na construção de mais igualdade para o Brasil.

Muito obrigado!





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Muito obrigado pelas palavras, Senador e colega Fernando Bezerra.

Antes de passar a palavra para o nobre Deputado Mendonça Filho, dou aqui o meu testemunho do quanto V. Exa. realmente foi importantíssimo na construção desse relatório, junto com o Deputado Alfredo Kaefer.

Chamo também outro grande Líder que fez todo esse trabalho para que pudéssemos, aqui nesta tarde, estar realmente aprovando, que é o trabalho do colega, amigo e irmão Deputado André Moura, o trabalho que fizeram, buscando o entendimento, tendo o diálogo como instrumento, como disse pela manhã, para que realmente não houvesse nenhum questionamento e ganhássemos todos nós – não apenas nós, Nordestinos, seja da Bahia, seja de Pernambuco ou do Ceará, onde estão instaladas indústrias automobilísticas, mas de todo o Nordeste e de todo o Brasil. Ganha a indústria automobilística, ganha a proteção dos novos veículos que virão, ganha a economia de energia que virá com esses novos veículos, ganha a pesquisa e ganha o sonho de realmente a gente ter uma indústria automobilística em um País continental como o nosso, cada vez mais forte e mais pujante, e que realmente não possa fazer inveja a nenhum canto do mundo, sejam países geograficamente muito menores do que o nosso, seja a Coreia, o Japão, ou a própria Suécia, mas mostrando que nós brasileiros também somos capazes; mas somos capazes porque, sobretudo, é com diálogo que a gente constrói dias melhores.

Passo a palavra ao nobre colega Deputado Mendonça Filho. Fugindo um pouco do assunto, o meu Estado, o Estado de Sergipe, especialmente a saúde pública de Sergipe, deve muito a ele. Foi Ministro da Educação, mas foi pelas mãos de Mendonça Filho que a nossa universidade ganhou muito, especialmente a área da saúde. Como sergipano, meu irmão, e como profissional da saúde, sou eternamente grato pelo que você fez pelo meu Estado.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Obrigado, Senador e Presidente Eduardo Amorim. Quero cumprimentá-lo, cumprimentar o Relator, Deputado Alfredo Kaefer; quero cumprimentar também o Líder André Moura e todos os Senadores aqui presentes, especialmente os Senadores pernambucanos Armando Monteiro e Fernando Bezerra, que foi um Líder importante na viabilização da aprovação dessa proposta; o Deputado Tadeu Alencar, todos os companheiros e amigos da Bahia, da Paraíba e do Ceará aqui presentes. É uma alegria grande poder registrar... Estou no final desta Legislatura, da minha missão parlamentar no Congresso Nacional, e para mim é motivo de muita satisfação poder celebrar uma conquista tão relevante para o Nordeste, para o Brasil, especialmente para Pernambuco.

Nós participamos ativamente da articulação para que o Presidente Temer inclusive visitasse a fábrica da Jeep em Pernambuco, quando ele anunciava o compromisso de renovação dos incentivos fiscais para a região, aí contemplando também a Bahia, que viabilizaram e vão viabilizar investimentos relevantes, que gerarão empregos em Goiânia e toda a mata norte do Estado de Pernambuco,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

beneficiando inclusive, como destacou o Senador Armando Monteiro, também a Paraíba, porque a fábrica fica muito próxima à divisa entre Pernambuco e Paraíba.

Então quero aqui, como pernambucano, dizer da minha alegria, ao lado do sergipano Senador Eduardo Amorim, do paranaense Deputado Alfredo, em celebrar essa conquista do Brasil. Eu cumpro a minha missão, como pernambucano, defendendo o meu Estado, e mais equidade e mais oportunidade em termos de investimento para todo o País, especialmente para a Região Nordeste. É um dia de vitórias, um dia de alegrias, especialmente para o nordestino e para o pernambucano.

Eu quero cumprimentar, vivamente, todos os que colaboraram para a aprovação desta medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Obrigado, Deputado Mendonça Filho.

Passo a palavra, como última pessoa a falar antes de terminar a discussão, ao Relator, Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. ALFREDO KAEFER (PP - PR) – Sr. Presidente, antes da minha palavra final, cumpre-me aqui fazer uma correção, uma leitura, para que não haja alguma dúvida de judicialização.

Vou fazer aqui a leitura do art. 12:

Art. 12. Os benefícios fiscais de que trata o art. 11 não excluem os benefícios previstos no Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos art. 11-B e 11-C da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, no art. 1º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, no regime especial de tributação de que trata o art. 56 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e na Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

É uma correção técnica legislativa para que não haja dúvida que poderá criar um gerador de contestação judicial.

Aproveito também a oportunidade para agradecer aos consultores Garrido, Paulo e Tito, que estiverem envolvidos no projeto que nós... Desculpe: foram a Paula, o Garrido e o Tito. Trabalhamos durante 50 dias exaustivamente produzindo este relatório que – estou absolutamente convencido – irá produzir grandes benefícios.

Eu participei aqui de grandes embates. De certa forma me frustra um pouco, Senador Bezerra, porque os temas, Senador Armando Monteiro, dos quais fui par na Comissão de Finanças, no meu primeiro mandato, em que estou até hoje, sempre como titular daquela comissão... Participamos da reforma trabalhista, com a qual a Nação ganhou muito, e que nos tirou voto na nossa eleição, mas não há problema, o que importa é o benefício. Frustrou-me um pouco, ou um tanto, aliás, que não tenhamos produzido duas reformas importantíssimas para o País, que são a reforma da previdência e a reforma tributária. Sinto não estar aqui, porque esse é um desafio que eu tenho certeza a próxima





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

legislatura terá que encarar absolutamente: a reforma tributária, por uma redução desse cipoal tributário todo que nós temos e para produzir efetivamente uma redução da carga tributária. Não há país que se desenvolva se nós tivermos 35% de carga tributária.

Inclusive, aqui, nesta própria medida provisória, há itens que contemplam incentivos que estão por conta da alta carga tributária que temos no País, Senador, que, se não o fizermos, perderemos o bonde da história, não conseguiremos ser competitivos neste mundo. A reforma da previdência será inexorável, terá que acontecer em algum momento porque na medida em que o caixa do Tesouro começar a não ter mais fluxo para fazer frente a um rombo deste tamanho, nós iremos forçadamente fazer isso.

Participei aqui – estava aqui o Senador Cássio Cunha Lima, por exemplo – de um outro... Tenho muita honra de ter participado de uma medida provisória grandiosíssima tal como esta em que nós, à época, colocamos, eu diria assim, na Comissão – se não me engano era a Medida Provisória 809 – R\$73 bilhões de créditos presumidos por diferenças temporárias no sistema financeiro, porque se não o fizéssemos reduziríamos em um ponto percentual o PIB daquele ano. Participamos disso como estamos participando desta medida provisória.

Então, eu espero ter cumprido com a minha missão. Tenho certeza de que estaremos criando benefícios de geração de emprego e renda e teremos cumprido um pouco com a nossa tarefa parlamentar.

Cumpre-me também agradecer a confiança depositada pelo Líder André Moura, dos pares que me indicaram para a relatoria desta medida provisória, agradecer a participação e o empenho de todos os Deputados da Comissão e também de outros tantos que tiveram participação importante nas decisões desta Medida Provisória 843.

Por fim, eu tenho ainda que fazer a complementação do voto, lendo o seguinte texto.

Em relação ao relatório anteriormente apresentado, fica alterado o voto passando ao seguinte teor, aspas:

Ante o exposto, encontrando-se atendidos os pressupostos de relevância e urgência, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória 843, de 2018, e pela sua adequação financeira e orçamentária; no mérito, votamos pela sua aprovação, com a aprovação parcial das Emendas 17 e 81, já mencionadas, a aprovação total das Emendas 5, 22 e 50, e rejeição das demais emendas apresentadas, tudo na forma do seguinte PLV.
Sala das Comissões, 24 de outubro de 2018.

Está aqui o trabalho deste Relator.

Muito obrigado, um grande abraço a todos vocês.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Agradeço...

Pois não, Deputado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Permita-me, porque serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Espero que sim.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Como estou inscrito, vou entrar no mérito agora, muito rapidamente.

Aproveito para agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Não tem mais ninguém inscrito aqui.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Eu estava inscrito...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Já passou a sua vez, mas pode falar, não há nenhum problema.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Desculpe-me, usei o meu tempo só para retirar a obstrução para ser do conhecimento de todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. PSDB - SE) – Pode não ter sido claro, mas pode...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Primeiro, eu tenho o dever de ofício de agradecer a V. Exa., agradecer ao Relator e, por economia de processo, agradecer a todos, mas destacar a paciência, a capacidade de negociação do Senador Bezerra, que foi fundamental.

Registro que, das emendas acatadas pelo Relator, não há acordo no meu partido na Emenda 50, obviamente não vou objetar a aprovação do texto aqui na Comissão, mas tenho que registrar que nós não temos acordo na Emenda 50.

E, por último, ponderar com o Relator, mas em especial com o Senador Monteiro, que entendi a fala do Deputado Benito Gama como uma consulta, já que as Emendas 81 e 17 foram incorporadas no texto do Relator, até para se evitar o risco de, no Plenário da Câmara, um destaque de alguém desavisado e tal... Daí o apelo, se possível, para a retirada da emenda pelo autor, o Deputado...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Está retirada....

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSDB - SE) – Atendido.

Quero, mais uma vez, agradecer ao nobre Relator, Deputado Alfredo Kaefer, pelo belíssimo relatório e por todo o trabalho realizado ao longo desses meses, desses dias.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Não mais havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório apresentado pelo Deputado Alfredo Kaefer com a complementação de voto apresentada.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Mais uma vez, antes de finalizar, agradeço o trabalho e o empenho de todos os colegas Parlamentares, especialmente do Relator, Deputado Alfredo Kaefer, e dos Líderes, Deputado André Moura, Senador Armando Monteiro e Senador Fernando Bezerra. Agradeço ainda a todos os colegas Parlamentares membros desta Comissão pela confiança na condução.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos e boa tarde.

(Iniciada às 17 horas e 19 minutos e suspensa às 17 horas e 26 minutos do dia 17/10/2018, a reunião é reaberta às 10 horas e 45 minutos, suspensa às 11 horas e 09 minutos, reaberta às 13 horas e 44 minutos e encerrada às 14 horas e 33 minutos do dia 24/10/2018.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 844 DE 2018 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia oito de agosto de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Leonardo Quintão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 844 de 2018 com a presença dos Parlamentares Valdir Raupp, Hélio José, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Sérgio Petecão, Givago Tenório, Lasier Martins, Paulo Rocha, Vicentinho Alves, Sergio Souza, Hildo Rocha, Afonso Florence, Bohn Gass, Alfredo Kaefer, Samuel Moreira, Delegado Edson Moreira, Edmar Arruda, Rodrigo Garcia, Glauber Braga, José Carlos Aleluia, Alexandre Valle, José Pimentel, Dário Berger, Ana Amélia, Pedro Chaves, José Medeiros, Wellington Fagundes, Gilberto Nascimento, Evandro Roman, Pedro Fernandes, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Airton Sandoval, Floriano Pesaro, Eduardo Amorim e Wilder Moraes. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezessete minutos. Após a aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Leonardo Quintão

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 844 de 2018

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2018/08/08>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 844, de 2018.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio na direção das comissões de medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a Relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado, para Presidente, o Deputado Hildo Rocha.

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não, Presidente. Não podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. Remeto a V. Exª questão de ordem baseada no art. 151 do Regimento Comum, combinada...

Vou esperar, Presidente, para que eu possa fazer uso da palavra depois que o Plenário possa ouvir a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Vou suspender a reunião, Deputado Glauber, para que a gente possa dar a V. Exª a oportunidade de dialogar com os nobres colegas.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Reabrimos os trabalhos da Medida Provisória nº 844.

Como há, a pedido do Deputado Glauber, a verificação de quórum para a eleição de Presidente, nós vamos encerrar esta reunião.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 55 minutos, a reunião é suspensa às 14 horas e 57 minutos. Reaberta às 15 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 16 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 844 DE 2018 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e quarenta e um minutos do dia quatro de setembro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Lasier Martins e Leonardo Quintão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 844 de 2018 com a presença dos Parlamentares Valdir Raupp, Hélio José, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Dalirio Beber, Sérgio Petecão, Givago Tenório, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Vicentinho Alves, Hildo Rocha, Sergio Souza, Darcísio Perondi, Afonso Florence, Bohn Gass, Celso Pansera, Alfredo Kaefer, Samuel Moreira, Delegado Edson Moreira, Rodrigo Garcia, Glauber Braga, Celso Russomanno, José Medeiros, Aelton Freitas, Paulo Paim e José Pimentel. Deixam de comparecer os Parlamentares Romero Jucá, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Henrique Fontana, Roberto Britto, João Paulo Papa, Diego Andrade, Tadeu Alencar, Paes Landim e Carlos Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Eleição. Finalidade:** Eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão. **Resultado:** Iniciado o processo de eleição da Mesa. A reunião é encerrada sem deliberação por falta de quórum. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Leonardo Quintão

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 844 de 2018





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2018/09/04>

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PSD - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 844, de 2018.

Comunico que, no dia 8 de agosto, a Comissão Mista foi instalada. De acordo com a Resolução nº 1/2002-CN, que estabelece o rodízio na direção das comissões de medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará com a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Liderança para eleição da Mesa...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PSD - RS) – ...tendo sido indicado, ao menos até agora, para Presidente, o Deputado Hildo Rocha.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Da nossa parte, não há acordo – art. 151 do Regimento Comum, combinado com o art. 60 do Regimento Interno.

Peço a V. Exª que faça a verificação nominal da presença de Parlamentares para votar no Presidente e na respectiva indicação de Relator.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Por parte do PT, Presidente, eu quero informar a V. Exª, Senador Lasier Martins, que nós também não temos acordo para a votação desta Medida Provisória nº 844, que, na plenária realizada aqui no Congresso, foi denominada de "MP da sede e da conta alta", porque ela vai provocar desabastecimento, vai enfraquecer muito em termos de saneamento no Estado e no País, e ainda as contas vão recair altíssimas sobre os consumidores, porque vai haver privatização, e, obviamente, vai dar insustentabilidade ao sistema.

Então, nós não temos acordo na eleição colegiada por acordo e queremos também que seja votada, conforme disse o Deputado Glauber, que seja pelo voto, como diz o Regimento, por escrutínio secreto.



**CONGRESSO NACIONAL**

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, faço um apelo a V. Ex^a.

Por evidente falta de quórum – não há número suficiente de Parlamentares para fazer a votação da indicação da Presidência e, respectivamente, do Relator –, que esta reunião desta Comissão seja encerrada.

Já digo a V. Ex^a que nós nos insurgiremos se houver qualquer tipo de iniciativa de manutenção de votação sem prazo determinado. A Câmara dos Deputados não pode ter, assim como o Senado Federal, o Congresso Nacional, uma votação em que não exista prazo para sua deliberação fixado, prazo esse que deve ser razoável.

Na ausência dos Parlamentares, a reunião deveria ser imediatamente encerrada.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PSD - RS) – Há uma orientação, Deputado Glauber...

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Pois não. Está com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PSD - RS) – Eu queria dizer que há uma orientação do Presidente do Senado de que o que vale é o registro no painel e não, a presença física.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Sr. Presidente, só para dizer que nós também discordamos da eleição por acordo. Também discordamos e nos associamos à manifestação do Deputado Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PSD - RS) – Eu vou ler aqui a decisão do Presidente Eunício.

Com respeito a V. Ex^a, a Mesa vai responder à seguinte questão de ordem.

Primeiro, vou indeferir a questão de ordem porque não há exigência no Regimento da presença física de um Deputado ou de um Senador no Plenário. Não há exigência. Na hora da votação, eu posso dar prosseguimento à reunião até de manhã para aguardar Deputados e Senadores.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Só para entender, Sr. Presidente.

O que V. Ex^a está dizendo é que vai abrir a votação sem prazo definido de encerramento. É isso?





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PSD - RS) – Não. Nós vamos fazer...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, sobre isso eu gostaria de fazer uma ponderação a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PSD - RS) – Eu vou abrir a votação.

Deputado Elvino Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu queria fazer uma ponderação a V. Ex^a, porque, de fato, ao abrirmos uma votação de eleição, digamos, de Mesa ou de Presidência de Comissão, elas sempre têm estipulado um prazo. E o Regimento não tendo para este tema uma regra clara, nítida... Eu quero até me amparar no Regimento do Congresso, art. 29, §1º, que coloca: "Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação do quórum; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará."

Esse tema, Presidente, é para abertura dos trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PSD - RS) – Perfeito. Para o início da reunião.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Isso.

Mas não de convir que não fica razoável nós abrirmos e ficarmos *ad aeternum* aguardando até que se componha aqui um quadro de votação. Então, eu quero sugerir que, para que a gente tenha um quadro... Até porque nós estamos neste momento, na Câmara dos Deputados, em votação de medidas provisórias importantes. Por exemplo, a 842, que trata da renegociação das dívidas dos agricultores; eu teria todo interesse em participar, mas não posso estar lá neste momento em função da atividade aqui.

Então, na verdade, eu quero sugerir que V. Ex^a fixe um prazo, o mesmo índice de 30 minutos, para que neste prazo possamos ter as votações e, não havendo as votações, que a gente tenha o encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PSD - RS) – Nós vamos abrir e vamos deixar em aberto a votação. É a praxe.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, pergunto a V. Ex^a respeitosamente: V. Ex^a vai abrir se não houver número suficiente de Parlamentares, Deputados e Senadores, vai sair da Presidência e vai deixar a urna aqui na Comissão...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Eu vou estar aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... sem que haja alguém para fazer o acompanhamento da votação. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PSD - RS) – Não, eu vou repassar a presidência ao Deputado Leonardo Quintão, porque já estão me chamando. Temos uma reunião no Palácio do Planalto, onde estamos brigando, Deputado Elvino, pela BR-116.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Obrigado, Presidente.

Eu adianto ao Deputado Leonardo Quintão que eu vou permanecer. Se tiver, inclusive, que permanecer durante toda a semana aqui fazendo o acompanhamento da votação na urna, nós vamos fazer. Agora, dialogo e pergunto ao Deputado Leonardo Quintão e a V. Ex^a, Presidente, que não vai permanecer, se não seria o caso, como o Deputado Leonardo Quintão já fez na semana anterior, de fazer com que esta sessão seja encerrada, por evidente falta de quórum. Só temos três Parlamentares aqui; os três se colocaram contrários à votação por acordo. Não existem outros Parlamentares na Comissão. E aí eu quero fazer uma avaliação com os senhores que é uma avaliação política: os senhores vão manter aberta uma votação, essa votação aberta vai fazer com que todos aqueles que não estão aqui votando sejam expostos publicamente, inclusive expostos porque alguns deles provavelmente já retornaram aos seus Estados. Isso vai ser amplamente divulgado. Vai haver uma divulgação de uma votação que não se encerra exatamente pela ausência de Parlamentares para deliberação. Faço essa ponderação de natureza política para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PSD - RS) – Eu quero passar a presidência ao Deputado Leonardo Quintão em razão de um compromisso que tenho, já me telefonaram dizendo que estão me esperando. E espero que V. Ex^a resolva essa árdua questão.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Samuel, eu vou abrir a votação. Alguns Senadores já estão presentes...

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer uma consideração antes...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deixe-me só abrir, Deputado Samuel, e passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Eu queria falar exatamente dessa questão da abertura ou não, se o senhor me permitir.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Com certeza, Deputado Samuel, ainda mais V. Exª...

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Acho que nós poderíamos buscar um entendimento. Acho que não há, não vejo sequer aqui, do ponto de vista do Governo, uma liderança para construir um entendimento, o que seria o mais viável, até porque é uma medida provisória ao apagar das luzes do Governo. Haverá eleição daqui a 35 dias. Não vou nem entrar na questão do mérito. Podemos ficar aqui discutindo o mérito e até o procedimento, mas o melhor seria um entendimento. Marca uma data, a gente volta, tenta construir uma maioria para fazer uma eleição. Eu queria fazer esse apelo ao Presidente para que não abrisse essa votação e combinasse uma nova data.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Samuel, eu entendo a preocupação de V. Exª. Quero aqui dizer aos Deputados Glauber e Bohn Gass que o Regimento sempre está acima de todos nós. Então, nós iremos aqui cumprir o Regimento na íntegra, isso não é dúvida de nenhum dos colegas. Mas há necessidade, de acordo com o Regimento da Casa também, de continuarmos aqui. Eu vou abrir a votação...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Só faço uma última pergunta, Deputado Quintão...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Com certeza, Deputado. E, dentro do prazo razoável, caso a gente não tenha quórum suficiente, obviamente a gente encerra a reunião, sem nenhum problema.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – O senhor está colocando como se fosse uma obrigação realmente fazer a eleição. É obrigado? Não há outra saída?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não, pode encerrar já. Houve isso, inclusive, na semana anterior.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Nós podemos, mas é de interesse coletivo. Vários Parlamentares também estão esperando para votar.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, eu pergunto se o Parlamentar que não utilize, o Senador ou o Parlamentar...

Presidente, o senhor já começou a chamar? Porque já está tendo distribuição de cédula. Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não, ainda não.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Mas está tendo distribuição de cédula já? Presidente, já foi colocada, inclusive, uma cédula sem V. Ex^a chamar? Isso pode, Presidente?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não pode, Presidente! Não abriu ainda.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – V. Ex^a não chamou e uma cédula já foi introduzida.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, não abriu ainda. V. Ex^a não fez a abertura. Não abriu a votação ainda, Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – V. Ex^a não abriu a votação. Nesse momento, não pode haver votação. Já existe neste momento. Não! Eu peço que neste momento a urna não seja violada, porque neste momento já houve a colocação de um voto na urna.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não pode, Presidente. V. Ex^a nem abriu a votação.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – V. Ex^a só tem uma opção: encerrar esta sessão imediatamente. Só há uma opção.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu quero informar aqui...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, não abriu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não tem problema. Eu vou pedir que a urna possa ser recomposta. Vou chamar a assessoria aqui.

Chamo a assessoria.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu acho que nós temos aqui uma boa condução. Eu vou pedir que a plateia possa fazer silêncio. O Regimento da Casa está sendo cumprido.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – O Regimento não está sendo cumprido, Presidente. O Regimento, Presidente, não está sendo cumprido. Ninguém pode votar sem a autorização e a abertura do processo de votação. V. Ex^a não abriu o processo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O processo não abriu...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – E como é que já votou, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O processo não abriu, será aberto. A urna será recomposta aqui, por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, peço a V. Exª que encerre esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não, não. Glauber, vamos seguir o Regimento aqui.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, Presidente. Não, Presidente. Presidente, Presidente! Presidente, não pode! Presidente, é um funcionário da Casa. Presidente, Presidente, Presidente! É um servidor da Casa. Presidente, Presidente! Um servidor da Casa abriu aqui, Presidente!

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Além do Deputado Hildo tem algum outro presente?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, não pode! Presidente, não pode! É um servidor da Casa sem a sua autorização!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, eu peço a V. Exª... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O servidor da Casa cumpriu com o Regimento da Casa, Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – O senhor nem autorizou...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Vou pedir que abra a urna, mostre a urna, por favor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, Presidente! Com todo o respeito, Presidente. Presidente, questão de ordem, com todo o respeito.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, questão de ordem, Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Questão de ordem, Presidente. Presidente, questão de ordem, com todo o respeito. Essas sessões, a sessão do Senado Federal, a sessão das comissões do Senado e da Câmara são gravadas. Ficou evidente aqui que houve a colocação de uma cédula na urna antes do início formal da votação.

Para que esta sessão, que está acontecendo neste momento, não esteja eivada de vícios, convém que V. Exª imediatamente encerre a sessão e retome com uma nova convocação, Presidente. Exatamente para que não haja o questionamento judicial desta sessão, onde houve o início da votação anteriormente, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não tem problema, Deputado Glauber. Não houve. Não houve o início da votação.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu vou... Antes da questão de ordem, eu vou dar seguimento. Um minuto. Por favor, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Questão de ordem, art. 47.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Dentro da razoabilidade, V. Ex^a terá o momento adequado para falar.

Informo aos Srs. Parlamentares que as cédulas de votação encontram-se rubricadas na mesa da Comissão e, até o momento, há o registro das seguintes candidaturas: para Presidente, o Deputado Hildo Rocha.

Pergunto se há algum outro candidato.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, Presidente, eu tenho uma questão de ordem anterior. Eu tenho uma questão de ordem anterior.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Há algum outro candidato?

Vou seguir. No momento adequado, vou passar a palavra para V. Ex^a. (*Pausa.*)

Não havendo outro candidato, fica o nome do Deputado Hildo Rocha para indicação de Presidência.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, só uma questão de ordem anterior antes de ter votação, Presidente. Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Então eu vou passar... Passo a palavra para V. Ex^a, questão de ordem.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para uma questão de ordem.) – Eu só peço que não haja votação antes da questão de ordem.

Art. 47 do Regimento Comum: "Na votação secreta, o Congressista chamado receberá uma sobrecarta opaca, de cor e tamanho uniformes, e se dirigirá a uma cabina indevassável, colocada no recinto, na qual devem encontrar-se cédulas para a votação."

Aí segue toda a orientação, como é que são as votações secretas na Casa.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Segundo lugar, o art. 303 do Regimento Interno coloca claramente o seguinte: "A votação [Presidente] não se interrompe senão por falta de *quorum* e, observados [...] [os] arts. 178 e 179, pelo término da sessão."

No art. 89, não compete aqui, nas funções do Presidente, o retorno de uma nova votação. A abertura, inclusive, não cabe ao Presidente.

Então, com todos os três artigos que eu li aqui, o que aconteceu neste momento é de uma gravidade! Porque o Senador Lasier Martins votou antes de ser chamado, portanto votou fora do Regimento. V. Exª não tinha sequer aberto a votação. Ai, fora do Regimento, a chapa não tinha sido anunciada. O Senador ia votar numa chapa que sequer tinha sido anunciada.

Então, não dá, Presidente.

(Tumulto no recinto.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente... Então, nós precisamos, Deputado Glauber...

(Soa a campainha.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – ... anular. E a V. Exª eu peço neste momento... Porque nós precisamos anular esta reunião. As barbaridades que estão acontecendo agora...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Bohn Gass, posso responder?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu vou concluir a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Vou responder a V. Exª.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu quero concluir a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Conclua, por favor, que vou responder a V. Exª.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Mais do que isso, a exposição. Se o povo lá fora já avalia mal esta Casa, é por essas razões. Eu presenciei aqui. E eu até vou requerer já a transcrição, a filmagem daqui da Casa, porque, na verdade, o que aconteceu? Um servidor, sem a sua autorização, abriu a urna.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Posso responder a V. Exª?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Claro, claro, claro.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Vou responder, vou responder a V. Ex^a.

Primeiro, o artigo que V. Ex^a citou é para votação no Plenário. A urna... Nós não tínhamos iniciado a votação. Nós estamos iniciando a votação agora.

O Senador Lasier Martins votou anteriormente, não estava contando. Graças a Deus, V. Ex^a e os colegas aqui viram e corrigimos o equívoco que foi cometido pessoalmente, não pela assessoria da Câmara, do Senado, do Congresso.

Nós não tínhamos – deixo claro aqui, Deputado Glauber, Deputado Bohn Gass, Deputado Samuel, Senador Petecão, Senador Lasier – iniciado a votação. Vamos iniciar a votação agora.

Chamada nominal dos membros da Comissão para distribuição das cédulas de votação.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, eu pergunto a V. Ex^a se, para os atos formais da Casa – é inclusive algo com o qual eu não concordo, mas dispõem os Regimentos –, o Parlamentar pode fazer a sua votação sem gravata. É possível isso? É possível que o Parlamentar realize o seu ato de votação sem cumprir essa formalidade do Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu vou iniciar a votação...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, nós não podemos...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu vou pedir à plateia que silencie. Eu vou pedir à assessoria que possa conduzir as pessoas, pedir silêncio.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, é que se o servidor da Casa vai dialogar com eles...

(Tumulto no recinto.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Ele está sendo provocado. Há tumulto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu vou pedir...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Só um segundo, por favor! Só um segundo, por favor!

Está iniciada a votação! Está iniciada a votação!





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Senador Petecão, Senador Lasier...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Senador Givago Tenório.

(Tumulto no recinto.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, é um tumulto grave! Presidente!

O art. 71, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Está iniciada a votação.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, o art. 71! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Está iniciada a votação.

Peço à Casa que silencie.

Eu vou pedir à plateia que silencie, por favor.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente! Questão de ordem, Presidente! Questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Nós estamos em votação.

Já vou passar a palavra para V. Ex^a, Bohn Gass. Já vou, já vou, já vou passar a palavra para V. Ex^a.

Senador Petecão.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Senador Givago Tenório já votou.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, o art. 71! Presidente, questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Um minuto, porque eu estou fazendo a chamada. Logo após a chamada, eu vou passar a palavra para V. Ex^a.

Deputado Bohn Gass, para votar.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Bohn Gass.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu acho que, no diálogo, nós vamos avançar aqui.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Nós vamos avançar, no diálogo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – É questão de ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu vou passar a palavra para V. Ex^a logo após eu fazer a chamada.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – O senhor chamou o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Um minuto. Aqui também tem ordem....

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – O senhor chamou o Senador Petecão, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Por favor, eu vou pedir aqui aos Deputados...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – O senhor chamou o Senador Petecão, Presidente?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não chamou! Não chamou!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Ele já introduziu o voto dele na urna.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Já chamei o Senador Petecão e o Senador Givago Tenório.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não chamou!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Ele já introduziu o voto dele na urna sem ter sido chamado pelo senhor?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Já foi chamado, já foi chamado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – E eu pergunto a V. Ex^a: um Parlamentar pode votar neste recinto aqui sem utilização do terno e da gravata? V. Ex^a é que vai me dizer. Pode? De acordo com o que determina o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não tem nenhum impedimento.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não existe nenhum impedimento no Regimento, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não há nenhum impedimento, não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não existe?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não existe.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – V. Ex^a chamou o Senador Petecão?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Chamei o Senador Petecão.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Então, está bom. Então eu posso tirar aqui, também, a minha gravata porque não vai ser nenhum problema para o Regimento da Casa. Vou fazer isso agora, então.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Fique à vontade.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Quem está dizendo é o senhor que não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Fique à vontade.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Pronto.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente! É uma questão de ordem, Presidente!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – A partir de agora, V. Ex^a criou um novo ponto no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Quem controla a questão do traje na Câmara é a Polícia Parlamentar.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – A questão de ordem, Presidente!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Sabe por que ele estava sem gravata já? Porque está pegando o avião para ir embora.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – É exatamente por isso.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Nobre Deputado,...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Está pegando o avião para ir embora, e por isso é que esta reunião não podia estar acontecendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Esse julgamento é de V. Ex^a. O Senador Petecão é um Senador honrado desta Casa, foi nosso colega na Câmara.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu não estou desfazendo de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Tudo bem, mas da maneira que V. Ex^a está dizendo, eu discordo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não há discussão de honradez.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Discordo, mas respeito a sua fala.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não há discussão de honradez.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – É uma questão de ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu estou chamando o Deputado...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, é uma questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – ... na votação. Logo após o chamado, eu vou passar para V. Ex^a para a questão de ordem.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – É uma questão de ordem que precede qualquer votação.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – No momento adequado eu vou passar para V. Ex^a.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, eu tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Bohn Gass, eu estou na Presidência, e V. Ex^a terá a oportunidade de usar da palavra logo após eu convocar os Deputados e os Senadores para votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado, agora neste momento, eu peço que V. Ex^a...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, o art. 88 diz o seguinte: que em caso de cargo vago do Presidente ou do Vice-Presidente, far-se-á o preenchimento por meio de eleição...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Bohn Gass, no momento adequado, com todo o respeito, eu vou passar a palavra para V. Ex^a.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – A questão de ordem precede, e é questão de ordem que eu quero fazer, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Bohn Gass, eu estou chamando V. Ex^a para votar.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, V. Ex^a não pode presidir esta sessão. O Deputado Bohn Gass tem mais idade do que V. Ex^a e neste momento ele tem que assumir a Presidência. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu estou na Presidência...

O SR. BOHN GASS (PT - RS. *Fora do microfone.*) – O art. 88 diz claramente, Presidente, que quem assume na ausência do Presidente e do Vice-Presidente é o mais idoso da Casa. Eu tenho 56 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Isso aí é regimental...

Então, eu vou suspender a reunião.

Suspendo a reunião.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) – A sessão está retomada.

A sessão está retomada dentro do Regimento. Eu estou amparado no Regimento. Eu estou amparado no Regimento, art. 88...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) – Vou dar presença aqui.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) – Nós vamos ler o artigo bem certinho.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. *Fora do microfone.*) – Ausente o titular, o suplente assume a titularidade. Não tem isso.

Encerra esta reunião e pronto. Tem que encerrar. Agora é encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Vejam bem, estamos caminhando aqui para um bom termo. Eu vou suspender, com todo...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Encerrar, Presidente. Vamos encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Vou suspender a reunião para que a gente possa dialogar...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não tem suspensão, Presidente. Não, não, não. Encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Vou suspender...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Suspender, não; vamos encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Só um minutinho.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Por que suspender? Para a gente ficar sem saber...

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Presidente, se suspender, nós não sabemos quando vai... Aí a gente fica...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Quando é que vai retomar? Vamos encerrar.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Melhor encerrar e reconvocar.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Encerra a reunião.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Por que não reconvoca e começa de novo?

Presidente, Presidente, Presidente... Eu acho que o melhor caminho...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, não há outro caminho...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu fui informado pela assessoria aqui de que há uma votação em andamento e nós não podemos nem suspender a reunião. Eu suspendi a reunião para que o Deputado Bohn Gass pudesse assumir a Presidência, dentro da ordem e do que nós temos aqui no Regimento, mesmo que... Vou ler aqui o artigo, só um





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

minutinho. Vou ler aqui o art. 88, III: "Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, presidirá a Comissão o mais idoso dos titulares."

Então, de acordo. Respeitamos aqui a interpretação de todos, dentro da ordem aqui e do coleguismo que nós temos aqui. Com todo respeito, a assessoria me informou que tem que ser titular e não suplente, mas é questionável. É questionável...

Então, o que nós vamos fazer? Vejam bem, a assessoria aqui me informou, Samuel, que a gente não pode suspender mais e nem encerrar.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Encerrar pode, Presidente. Pode encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Nós podemos encerrar.

Eu estarei agora, mesmo porque o Deputado Bohn Gass está aqui conosco... Nós vamos... O que a gente pode fazer? Nós vamos chamar os membros aqui e dar um prazo razoável para que eles possam vir votar; caso não compareçam, a gente encerra a reunião sem problema nenhum.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Mas qual é o prazo razoável, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu acho que o prazo razoável... Nós estamos agora... Vamos ver aqui.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, eu só quero fazer um registro, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Sobre o artigo, aqui, em relação aos titulares, sobre a assessoria ter me informado que, na questão dos suplentes, na ausência do titular, o suplente é titular. Então, essa é a interpretação.

Então, só preciso saber da Casa qual é o procedimento, porque, se esse for o procedimento, eu reivindico poder assumir esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Claro.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Se esse sempre foi o critério...

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Eu acho que o mais coerente é que seja o presente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Sim, mas os titulares...

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Se está presente, o senhor é titular.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Claro. É essa a função. Então, estou incumbido inteiramente das minhas funções.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Senão...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Então, quero que a assessoria diga isso, para que a gente possa assumir essa função.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Veja bem, fui informado também de que, dentro do Regimento, o suplente, nesse caso, só assume quando é questão regimental. O Art. 84... A Presidência não é regimental.

O Deputado Hildo Rocha está aqui e é Presidente da Comissão.

Então, está resolvida essa dúvida.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, eu não entendi. V. Ex^a disse que não poderia continuar a reunião por conta de uma votação. Agora pode?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não, eu fui informado pela assessoria, Deputado Glauber, com todo o respeito e carinho que tenho por V. Ex^a...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – É recíproco. É recíproco.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – ... que não posso... Eu posso encerrar a Comissão, não posso suspender a Comissão.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Por conta de uma votação que está ocorrendo?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não, não por conta de nenhuma votação, por conta desta votação.

Eu posso encerrar. Isso eu posso.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Nós estamos com votação em andamento.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, é só uma questão de ordem. Quem é candidato, no caso do Deputado Hildo Rocha, ele pode então presidir? Ele é candidato. Nós estamos votando nele.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Mas sou eu que estou presidindo. Ele é só candidato.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Se ele assumir, então, não pode ser votado como Presidente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Mas, nesse caso, volto ao tema anterior. Então, volto ao tema anterior. Estou como titular. Sou suplente. A orientação nossa...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não, ele não pode assumir.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Então, eu preciso presidir.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Então, quem tem que presidir é o Deputado Bohn Gass.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Nós temos o Senador Raupp. Nós temos o Senador Raupp aqui.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – O Senador Raupp pode ser o Relator se presidir a reunião, Presidente? Pode ser o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não há impedimento.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Ele vai ser... Se ele for indicado Relator...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não, não há impedimento.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Quer dizer que quem vai presidir a reunião é o mesmo que será indicado Relator?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não há impedimento. Ele não é Relator. O Relator é escolhido depois pelo Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não poderá ser o Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Poderá sim.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Quem está presidindo a mesma sessão poderá ser...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Ele está conduzindo a votação antes da eleição do Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, olhem o que vocês estão fazendo, Presidente, desnecessariamente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Glauber...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Deputado Glauber...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Desnecessariamente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Glauber, a democracia permite fazer isso, e eu tenho que cumprir o Regimento.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Claro, Presidente. Mas o Regimento está sendo descumprido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O que não pode é a gente ficar aqui, Glauber, batendo boca.

Vamos seguir o Regimento.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não é bate-boca, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu vou passar a palavra.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Estou aqui respeitosamente...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O.k.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... falando que não dá para continuar com essa flagrante ilegalidade.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não há ilegalidade.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Claro que há, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não há ilegalidade.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Claro que há.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – V. Ex^a pode questionar o Plenário.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Vocês não podem colocar na Presidência quem vai depois relatar ou presidir a mesma Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não. Não há ilegalidade aqui.

Eu passo aqui... No caso, eu posso... O Senador Raupp pode presidir a reunião.

Eu peço ao Senador Raupp para votar primeiro, antes de assumir a Presidência.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Mas é o primeiro da fila, Presidente?

Presidente, V. Exª não pode conduzir essa votação enquanto ele não assume. Só quem pode conduzir é o mais velho, e neste momento é o Deputado Bohn Gass. Não pode. O senhor não pode conduzir a votação dele.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O Deputado Bohn Gass é o suplente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – O senhor não pode conduzir a votação de outro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Posso sim, Deputado Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – O senhor não pode.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Posso.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Passe imediatamente a Presidência para ele.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu estou presidindo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, V. Exª mesmo disse que o entendimento da titularidade é o de que, no momento em que o suplente não está, vale o titular. Ele vira titular. V. Exª mesmo concorda com essa interpretação.

Então, nesse caso, eu que...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O Senador Raupp chegou aqui, vai votar e assumir a Presidência.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Sim, mas quem deve coordenar aí sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O Senador Raupp é o mais velho.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, mas agora o senhor está coordenando.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Já abriu a votação, e já há um voto dentro da urna. Isso não podia acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Claro que pode, Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não pode.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Nós vamos conduzir...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Para que isso? Eu queria entender para que isso. O que está acontecendo aqui? Não vai haver nem quórum para votação.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O Regimento... O Regimento...

Senador Raupp, eu vou passar a palavra para V. Ex^a...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Nós vamos todos embora daqui a pouco. Não vai haver quórum.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Está fora do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Senador Raupp, eu vou passar a palavra a V. Ex^a...

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Vai ficar aberta esta votação, e nós vamos voltar amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – ... e V. Ex^a continue convocando...

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Ou vai vir um por um, no varejo, votar?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – ... os Senadores e Deputados para que possam comparecer e votar.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Deixe-me fazer uma pergunta: isto aqui vai ficar aberto, nós vamos todos embora, e, depois, vamos votar no varejo? Vai ficar alguém aqui, vem um e vota, outro viaja e volta. Vai ficar aberta?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu vou responder, Samuel. O que nós vamos fazer é dar o prazo adequado para todos os colegas votarem.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – É mais fácil resolver isso no entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O prazo necessário a gente pode negociar aqui.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) – Não vale a pena isso.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Se são dez minutos, se são vinte minutos, se é uma hora.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não pode haver voto dentro da urna. Não pode haver voto dentro da urna, porque quem deveria estar conduzindo era ele. Era ele quem tinha de estar na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Passo a Presidência ao Senador Raupp.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Já há um voto na urna. Como se faz com esse voto na urna?

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. MDB - RO) – Continua o processo de votação.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – A Presidência pode ser modificada a tempo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Mas não era o senhor. Era o Deputado Bohn Gass. Era o Deputado Bohn Gass. Há um voto na urna. Como se vai fazer?

O SR. BOHN GASS (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Tira esse voto da urna.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Se se mantiver a ilegalidade, eu posso colocar a mão e tirar o voto da urna. Vocês não podem fazer isso desse jeito. Uma reunião não é conduzida assim. Desculpe-me.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. *Fora do microfone.*) – Vocês não podem passar em cima do Regimento desse jeito. Não dá. Desculpem-me. Não dá. Não dá. Ele não pode tocar o que vocês querem fazer de qualquer maneira. Aí não vai. Aí não vai.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. MDB - RO) – Continua o processo de votação, então. Quem tiver de votar pode votar. (*Fora do microfone.*)

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – A urna foi violada, Senador. A urna foi violada. É uma questão de Regimento aqui. E, no momento adequado, será encaminhado para a Comissão de Ética a atitude do Deputado Glauber.

(*Tumulto no recinto.*)

(*Interrupção do som.*) (*Pausa.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Então, nós vamos iniciar a nossa votação.

Por favor, pegue a urna para eu mostrar aqui para os Deputados e Senadores.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Srs. Deputados, a urna novamente será lacrada. O.k.?

Depurado Bohn Gass, a urna...

Nós vamos iniciar a votação.

Chamo para votação o Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Então, dentro do acordo que nós fizemos aqui na Comissão, nós temos 30 minutos. Como agora são 16h24, então, às 16h54 nós vamos...

Deputado Bohn Gass, por favor.

Deputado Bohn Gass, pelo Regimento Comum:

Art. 48. Presente à sessão, o Congressista somente poderá deixar de votar em assunto de interesse pessoal, devendo comunicar à Mesa o seu impedimento, computado o seu comparecimento para efeito de quórum.

Então, Deputado Bohn Gass, dentro do acordo, peço a V. Ex^a para votar. (*Pausa.*)

Senador Fernando Bezerra votando. (*Pausa.*)

Deputado Hildo Rocha. (*Pausa.*)

Deputado Glauber, Deputado Glauber... Votando...

Só quero aqui ler novamente o art. 48 para o Deputado Glauber: "

Art. 48. Presente à sessão, o Congressista somente poderá deixar de votar em assunto de interesse pessoal, devendo comunicar à Mesa o seu impedimento, computado o seu comparecimento para efeito de quórum.

V. Ex^a deu quórum aqui; então, é importante que V. Ex^a vote.

Deputado Rodrigo Garcia votando.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Sr. Presidente, peço que o meu voto não seja computado, dada a minha impossibilidade de votação, de acordo com o que determina o Regimento. Como não houve presença minha na sessão registrada, será encaminhada no momento devido.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – V. Ex^a não deu presença?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não, não dei presença.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu determino o registro do Deputado Glauber, porque ele está aqui presente e usou do microfone por várias vezes.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – A minha presença... O PSOL está, neste momento, em obstrução. A presença é física, mas não é presença de voto. (*Pausa.*)

Peço que o meu voto seja registrado...

V. Exª vai registrar o voto?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – A Presidência vai registrar. O seu voto eu não posso registrar...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – porque depende de V. Exª vir à urna. Mas V. Exª está presente à sessão.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Eu digo a V. Exª que...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Então, eu peço à assessoria que marque a presença do Deputado Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... o PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Sim. Obstrução do PSOL. Fica registrada.

Deputado Bohn Gass, V. Exª está presente à sessão e o Regimento orienta V. Exª, no art. 48.... Eu vou ler novamente para V. Exª.

Art. 48. Presente à sessão, o Congressista somente poderá deixar de votar em assunto de interesse pessoal, devendo comunicar à Mesa o seu impedimento, computado o seu comparecimento para efeito de quórum.

V. Exª está presente, Deputado Bohn Gass. Então, eu convido V. Exª a votar, Deputado Bohn Gass. (*Pausa.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Nós temos de usar o Regimento Comum.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Estando em obstrução o Partido, que é o que nós faremos a partir deste momento, ainda que o Parlamentar faça uso da palavra, não conta para





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

quórum da votação. Eu quero falar aqui de um direito elementar que pertence a mim, pertence a V. Ex^a e que nós precisamos respeitar, combinado com o art. 151. Deputado, é muito importante esse tema, porque, neste momento, é um aspecto que pode beneficiar V. Ex^a, e ser prejudicial a mim. Mas em outro momento isso pode ser invertido. Então, tem de ter uma regra única.

Obstrução, fica tranquilo a gente falar, porque debatemos isso, no tema da obstrução, a obstrução, no Congresso, no Parlamento, é um ato legítimo.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Legítimo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Perfeito. Então, no momento em que eu faço a obstrução, eu estou amparado exatamente por essa interpretação. Estando em obstrução o Partido, ainda que o Parlamentar faça uso da palavra, não conta para quórum. Então, eu quero reivindicar o meu direito à obstrução, que é legal, legítima, e, estando na sessão, não fazer o meu voto. Até porque não faria parte do acordo e também é um direito que eu tenho. Da obstrução, faz parte isso. Eu quero que isso, realmente, seja respeitado. A minha reivindicação é essa, eu solicito que isso valha também para o colega Deputado Glauber, porque eu também vou entrar em obstrução para exatamente não contabilizar a nossa presença na votação.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – O PSOL está em obstrução e peço que o nosso quórum não seja contabilizado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – De acordo.

Eu quero aqui, Deputado Bohn Gass, convidar o Senador Dalirio Beber para vir votar, por favor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, o senhor está chamando pela ordem da listagem?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Senadora Simone Tebet.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – O senhor está chamando pela listagem a ordem ou pelos Senadores da Base do Governo que chegam para votar? O senhor tem que respeitar a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Pelo presente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – O senhor tem que respeitar a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – O senhor tem de respeitar a ordem de chamada como dispõe o Regimento. V. Exª não pode chamar especificamente...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado? Deputado?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... aqueles que chegam nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado, quando V. Exª quiser usar a palavra, por favor, peça ao Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deixa eu responder ao Deputado Bohn Gass.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, eu peço a V. Exª que não tenha uma votação sem obedecer a ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Posso, posso, posso responder ao Deputado Bohn Gass?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – V. Exª tem de obedecer ao painel e não chamar o Senador que chega e que é da Base do Governo para votar.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Bohn Gass, quero responder...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – V. Exª sabe disso. Vai continuar com a ilegalidade?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não, Deputado Glauber. No grito, V. Exª não vai ganhar aqui. No grito, V. Exª não vai ganhar aqui. Use o Regimento. Use o Regimento. Use o Regimento. Use o Regimento.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – O senhor está desrespeitando o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – V. Exª está sendo autoritário...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – O senhor está desrespeitando o Regimento.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Está usando alta a voz, está sendo autoritário. V. Exª está sendo autoritário.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – V. Ex^a não pode chamar aquele que lhe convém, tem de chamar pela lista que está disposta no painel. V. Ex^a sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Você não vai ganhar aqui, não. Use o Regimento.

O Senador Dalirio Beber já está votando.

Vou continuar a lista de chamada, mas antes disso vou responder...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Eu pergunto: em que número da lista estava o Senador?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Vou responder ao Deputado Bohn Gass.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Em que número da lista estava o Senador?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Vou responder ao Deputado Bohn Gass. Vou responder ao Deputado Bohn Gass.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Em que número da lista estava o Senador?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Vou responder ao Deputado Bohn Gass.

V. Ex^a está sendo desrespeitoso com esta Presidência.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não, quem está sendo desrespeitoso é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – No grito, não vai ganhar aqui, não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não é grito, aqui é direito.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Respeite os seus colegas.

(Tumulto no recinto.)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – É direito.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – É direito ter respeito também com os colegas.

Deputado Bohn Gass, vou responder a V. Ex^a. Vou responder a V. Ex^a.

O Regimento Comum...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – O Regimento Comum, 43, questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O Regimento Comum...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Nas deliberações...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não, não, não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... os votos da Câmara dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – V. Ex^a...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. *Fora do microfone.*) – ... serão computados separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Vou tirar. Tira o som aqui.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. *Fora do microfone.*) – A votação começará pela Câmara dos Deputados.

V. Ex^a não chamou os Parlamentares da Câmara dos Deputados e entrou direto com os Parlamentares do Senado Federal.

Essa eleição aqui é uma fraude e tem que ser interrompida imediatamente.

(Interrupção do som.)

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Vou continuar chamando aqui.

Vou continuar chamando os colegas.

Senador Hélio José. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Senador Garibaldi Alves. *(Pausa.)*

Usa o Regimento.

Eu vou pedir que a segurança fique perto da urna aqui, para que a urna não venha a ser violada.

Vou pedir à segurança para que fique aqui, perto da urna, porque o Deputado Glauber violou a urna na última votação.

Eu estou chamando à votação.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Não tem uma ordem – não tem uma ordem.

Na votação secreta, o Congressista é chamado...

Não, não vem...

No grito, V. Exª não vai ganhar aqui. No grito, V. Exª não vai ganhar – no grito, V. Exª não vai ganhar.

Eu chamo a segurança aqui.

Por favor, chama a segurança aqui e controle a emoção do Deputado Glauber aqui, que está desrespeitando o Congresso Nacional.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG. *Fora do microfone.*) – V. Exª está desrespeitando o Plenário – V. Exª está desrespeitando o Plenário.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG. *Fora do microfone.*) – Na falta de respeito, V. Exª não vai.

Não desrespeite o Congresso Nacional.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. *Fora do microfone.*) – Quem está desrespeitando é o Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG. *Fora do microfone.*) – Não desrespeite o Congresso Nacional.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Vou responder aqui à questão de ordem do Deputado Bohn Gass.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não pode chamar pela listagem que você quiser.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Vou continuar a chamada dos Senadores aqui, por favor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. *Fora do microfone.*) – Você tinha que começar pela Câmara.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não tem, Glauber. Olha aqui – olha aqui –, 47, não determina que tem que ser pela Câmara, Glauber. O que é isso? Olha isso. Você está falando bobeira. Isso é uma lei. Você acha que eu vou cometer...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. *Fora do microfone.*) – Esse 47 não tem nada a ver com isso.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Tem, claro que tem.

Não fala a ordem, Glauber, não fala a ordem. Onde que mostra a ordem aqui, que é a Câmara ou o Senado?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. *Fora do microfone.*) – No Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não está. Então, me mostre aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Pode evacuar.

Não, vai evacuar, porque não está havendo ordem.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Vou continuar a chamada.

Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, uma questão de ordem. Presidente, uma questão de ordem. É muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Primeiro, eu não tenho ainda a explicação sobre a minha questão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu vou responder a V. Ex^a.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Segundo, nós estamos numa situação em que as pessoas que estão aqui viram tudo o que aconteceu; ou seja, estamos rasgando o Regimento, estamos fazendo uma votação forçada. Nós tentamos não fazer essa votação. Essa imagem do Congresso fica horrível para a sociedade. E as pessoas estão aqui fazendo uma manifestação. Não faz nenhum sentido um cidadão vir aqui e a segurança da Casa fazer o que está fazendo com essas pessoas. Isso não é razoável! É uma vergonha!





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, eu peço a V. Ex^a, primeiro, que as pessoas possam permanecer aqui, que não sejam retiradas. Esse é o primeiro pedido.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – É uma questão de ordem, Deputado Bohn Gass. O Brasil carece de ordem.

O Regimento determina que a plateia não pode se manifestar. A plateia está se manifestando de uma maneira desrespeitosa para com os Parlamentares e para com esta Casa.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, a Constituição brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não! O Regimento determina que a plateia não pode se manifestar. V. Ex^a sabe muito bem disso.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu sei também...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu peço à plateia que se sente. É o nosso convidado, mas em ordem.

Vou responder a V. Ex^a.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Vou só concluir. Nós precisamos que eles fiquem, porque eu sei e V. Ex^a sabe que nós também – e não só as pessoas que estão aqui – temos que obedecer ao Regimento. E o Regimento também está sendo desrespeitado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O Regimento está sendo respeitado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Desrespeitado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Respeitado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Art. 18: Para suspender a reunião...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu vou pedir que suspendam o seu tempo. Já perdemos 20 minutos da votação.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não! Negativo!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu não estou conseguindo chamar os Senadores.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Negativo! V. Ex^a chamou as pessoas enquanto elas estavam votando.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu não estou conseguindo chamá-las, não.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Temos 54 e vamos encerrar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não vamos, não!

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Para suspender a reunião...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não vamos suspender porque nós estamos perdendo tempo para eu chamar os Deputados.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – No caso de tumulto no recinto ou ocorrência grave no Edifício do Senado. Para isso temos que suspender a reunião. Então, devíamos ter suspenso a reunião. Mas V. Ex^a não suspendeu. Então, está contando tempo e vai ficar no tempo que foi preestabelecido aqui.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, o senhor não vai chamar a lista de Parlamentares? Presidente, eu estou fazendo uma questão de ordem a V. Ex^a: o senhor não vai chamar a listagem de Parlamentares?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Glauber, a sua questão de ordem já foi respondida. Eu estou chamando Deputados e Senadores...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não, não foi respondida. O senhor está chamando Parlamentar que entra aqui e que já é da Base do Governo para votar. Eu estou perguntando se não vai obedecer à listagem que dispõe o painel.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O Regimento Comum não determina que tem que começar a chamada pela Câmara ou pelo Senado. Cabe à Presidência. Estou chamando Senadores e Deputados. Vou continuar chamando.

Quero responder ao Deputado Bohn Gass aqui. O Senador Eunício, Presidente do Congresso – no dia 31 de agosto, foi publicado aqui no *Diário Oficial* que ele responde à questão de ordem do Deputado Gaguim –, determina à Mesa que todos os Parlamentares que usaram da palavra, automaticamente, independente de terem registrado presença, sejam contabilizados para efeito de quórum.

O Deputado Glauber foi contabilizado porque ele usou da palavra. O Presidente não pode obrigar...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – De quórum, não de votação.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O Presidente não pode obrigar Deputado a votar. Então, cabe ao Deputado votar ou não. É o Regimento que determina que V. Ex^a...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Ao quórum na votação.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – ... convocado após a votação, tem que se explicar por que não votou.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Isso, mas não conta na votação.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Obviamente, não.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Isso. Obrigado, Presidente. Essa é a interpretação que eu também tenho.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Obviamente, foi chamado V. Ex^a para votar.

E o tempo está correndo aqui. Eu quero agradecer à plateia e convidá-la para sentar, porque, de acordo com o Regimento, todos são convidados no Congresso Nacional, mas a plateia, de acordo com o Regimento, não pode se manifestar. Então, peço a V. S^{as} que permaneçam sentados, sem se manifestarem. E todos são convidados para participar da nossa Comissão da Medida Provisória.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Peço à plateia que continue sem se manifestar.

Vou continuar a chamada aqui, Deputado Glauber.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, só para certificar: a minha presença é presença na plenária, mas não contabilizará para votação. No quórum da votação, não contabilizará. Tem que deixar isso bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Para a reunião, V. Ex^a está presente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Para a reunião, estou, mas, para...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Para a votação, obviamente, se V. Ex^a não votar, não conta.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Isso. Essa é a minha interpretação. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Claro. Essa é a minha interpretação também.

Senador Givago Tenório, de novo.

Já votou.

Infelizmente, foi violada a urna. *(Pausa.)*

Senador Lindbergh Farias. *(Pausa.)*

Senador Acir Gurgacz.

Já votou.

Senador Paulo Rocha. *(Pausa.)*

Senadora Fátima estava presente aqui.

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Senador Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

Senador Petecão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Nós já concluímos a votação dos Senadores aqui.

Vou chamar aqui o Deputado Alfredo Kaefer, que está presente. *(Pausa.)*

Deputado Afonso Florence. *(Pausa.)*

Deputado Afonso Florence, V. Ex^a pode votar. *(Pausa.)*

Deputado Henrique Fontana. *(Pausa.)*

Não está presente o Deputado Henrique Fontana.

Deputado Bohn Gass. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, o senhor vai sair para votar e deixar a Presidência vaga? É isso mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Claro que não, Deputado Glauber. Claro que não. Eu só...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Eu já vi de tudo hoje aqui. V. Ex^a foi saindo da cadeira para votar...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Eu fui consertar aqui.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Só faltava essa. Só faltava essa!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ) – Em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O.k., Celso Pansera.

Peço que coloquem a presença do Deputado Celso Pansera no painel.

O Deputado já registrou. (*Pausa.*)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, caso o senhor venha a votar, tem que assumir o mais velho dos presentes, o mais idoso. (*Pausa.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Vou informar aos Deputados aqui: mediante todo o tumulto que nós tivemos aqui, nós temos o acordo...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Nós temos o acordo de condução...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – A oposição pode fazer a obstrução, isso aí é regimental...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Monteiro. PT - MG) – ... mas nós tivemos aqui um tumulto muito grande, e, a pedido de vários Parlamentares que aqui estão...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não teve tumulto que tenha impedido nenhum Parlamentar de votar!

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – ... que nós iremos...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não teve tumulto, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Nós iremos...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Nós iremos...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Nós iremos dar um prazo de mais meia hora.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, Presidente. Não!

(Tumulto no recinto.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Por favor, segura as urnas aí!

Samuel! Deputado Samuel, convocar V. Ex^a para votar.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, me permita, me permita...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Samuel!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, me permita!

Me permita, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Passo...

Por favor, vamos conduzir aqui.

Passo a palavra para o Deputado Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente eventual, Deputado Leonardo Quintão, Srs. Parlamentares, Sr^{as} Parlamentares, povo brasileiro que nos assiste, quero saudar a todos e todas, pedir registro da minha presença neste Plenário. Quero aqui avocar...



**CONGRESSO NACIONAL**

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Florence, pode continuar com a questão de ordem, por favor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Ele está me passando a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O Deputado Florence está requerendo aqui a questão de ordem. Vou ouvir V. Ex^a, e nós cumprimos aqui o Regimento.

Vou passar a palavra para o Deputado Florence.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Como o Parlamentar mais velho presente, tendo encerrado o prazo acordado para contar o quórum de votação desta reunião, quero dar por encerrada esta reunião em nome do povo brasileiro.

(Manifestação da plateia.)

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado, tenho que dar a presença, tenho que dar a presença.

O SR. PRESIDENTE (Afonso Florence. PT - BA) – Eu pedi primeiro. A primeira coisa foi pedir meu registro.

Está encerrada a reunião.

(Manifestação da plateia.)

(Iniciada às 15 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 55 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 844 DE 2018 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e dezoito minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Pedro Fernandes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 844 de 2018 com a presença dos Parlamentares Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, José Agripino, Givago Tenório, Lasier Martins, Roberto Muniz, Fátima Bezerra, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Leonardo Quintão, Hildo Rocha, Sergio Souza, Afonso Florence, Bohn Gass, Roberto Britto, Alfredo Kaefer, Bruno Araújo, Delegado Edson Moreira, Tadeu Alencar, Glauber Braga, Paulo Paim, Wilder Moraes, Marta Suplicy, Dário Berger, Ana Amélia, José Medeiros, Cidinho Santos e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Eleição.** **Finalidade:** Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Eleito Presidente o Deputado Hildo Rocha, por 11 votos a 4, e designado Relator o Senador Valdir Raupp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta minutos. A Presidência submete à aprovação a ata da presente Reunião e das reuniões anteriores, as quais são aprovadas. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Hildo Rocha

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 844 de 2018

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2018/10/30>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória 844, de 2018.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Deixe-me só terminar de fazer a abertura, Deputado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Comunico que, no dia 8 de agosto, a Comissão Mista foi instalada de acordo com a Resolução 1.202, do Congresso Nacional, que estabelece rodízio na direção das Comissões das medidas provisórias. A Presidência desta Comissão ficará sob responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Com a palavra o Deputado Glauber Rocha.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, eu queria fazer um pedido a V. Exa. Há trabalhadores do setor de saneamento que têm interesse direto na votação dessa matéria e que foram impedidos de entrar neste plenário. E eles querem fazer o acompanhamento pacífico desta reunião. E aí eu queria fazer um apelo a V. Exa., que eles pudessem estar aqui presentes também no plenário e que não houvesse qualquer tipo de discriminação de ordem ideológica a partir do momento em que esses trabalhadores têm uma posição, sim, crítica à matéria. Outros que têm uma posição favorável já entraram, já estão aqui dentro; outras pessoas...

Então, eu pediria que a gente pudesse manter o equilíbrio e que esses trabalhadores acompanhassem aqui também a reunião presencialmente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Peço que a Segurança do Senado informe se há espaço ainda no plenário para...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Deputado Glauber, a Polícia está nos informando que não há mais espaço na sala.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a V. Exa. junto à Segurança: que, inclusive, fosse informado qual é o número limite de pessoas presentes neste plenário e qual é o número de pessoas que estão a mais, presentes na Sala de Reuniões, porque, se for necessário, a gente vai dialogar, inclusive, com as próprias assessorias dos nossos partidos para que a gente possa fazer um revezamento, garantindo a presença das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Consulto a Segurança, para...
(Pausa.)

A Segurança está me informando que o ato da Mesa do Senado só permite a lotação de pessoas sentadas. Então, eu vou pedir para todas as pessoas que estiverem em pé que saiam, por favor, para a gente atender, assim, à Segurança e à resolução.

Por favor, a todas as pessoas que não conseguirem sentar eu peço que se retirem, para que a gente possa com a mesma...

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para uma questão de ordem.) – Presidente, permite uma questão de ordem?





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Pois não?

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para uma questão de ordem.) – Eu acredito que a regra talvez seja essa, mas nós temos um grau de convivência aqui. V. Exa. já presidiu inúmeras sessões inclusive onde eu participei, e nós estamos juntos no plenário, aqui, onde nunca foi adotado esse critério ao pé da letra, para evacuação das pessoas no espaço.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – É uma resolução. Eu fui questionar à Casa...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, não. Eu sei, eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – ... e ele me disse isso.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, eu sei, mas eu quero propor...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Para ser justo, eu acho que é assim.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, mas... Está bem, mas assim: quem vai determinar aqui essa presença somos nós Parlamentares, Senadores e...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Não, eu presidindo, é a resolução.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, não. Está bem. Mas nós estamos propondo...

O SR. ROBERTO BRITTO (PP - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Pois não.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Nobre Presidente, que a gente possa ter nesse debate... Todos nós sabemos da polêmica que nele existe, das posições diferenciadas que há entre nós Parlamentares, entre as entidades de representação, e não é justo, é isso que eu quero dizer, que as entidades do País, que são desde entidades representativas dos Municípios a entidades do setor, não venham e não possam participar do debate aqui. Então, nós, como Parlamento, precisaríamos oferecer um espaço maior.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Mas, Deputado Bohn Gass, me permita: eu quero ser justo. A Segurança está me informando que não cabe mais, por conta da resolução, e a resolução diz que só permite pessoas sentadas. Então, eu estou querendo ser justo. É outra coisa: não haverá debate hoje, a não ser eleição. Nós queremos a audiência.

O SR. ROBERTO BRITTO (PP - BA. Para uma questão de ordem.) – Presidente, é questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Pois não.

O SR. ROBERTO BRITTO (PP - BA) – Nós temos as nossas assessorias partidárias, que estão de pé, e elas não podem ficar. Nós precisamos dos assessores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Mas não fui eu que aprovei a resolução do Senado! Eu nem conhecia essa Resolução, Deputado.

O SR. ROBERTO BRITTO (PP - BA) – Mas o Sr. Presidente tem...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Se vocês permitem que as que estão aqui fiquem...

O SR. ROBERTO BRITTO (PP - BA) – ... tem autoridade para isso.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Como?

O SR. ROBERTO BRITTO (PP - BA) – O senhor é o Presidente, tem autoridade...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – ... de atender à resolução. Ou não?

O SR. ROBERTO BRITTO (PP - BA) – Também.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Então, com a permissão dos Srs. Deputados e Senadores permitindo que essas que estão aqui já fiquem, eu vou seguir.

Informo às Sras. e aos Srs. Parlamentares...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu tenho uma proposta...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – ... que as cédulas de votação encontram-se rubricadas na mesa da Comissão e que até o momento há o registro da seguinte candidatura: para Presidente, Deputado Hildo Rocha; o Vice-Presidente ainda não foi indicado.

Vou fazer a chamada nominal...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Pois não.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu estou lançando uma proposta de, primeiro...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Presidente!

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – O Deputado queria...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Pois não, Deputado Quintão.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Eu queria, pela Liderança de Governo, fazer um encaminhamento aqui. Eu acho que nós combinamos um procedimento com a oposição. A oposição tem o direito de fazer a sua oposição, nós sempre respeitamos isso aqui, mas eu faço um apelo à segurança do Senado para que possa colocar pelo menos parte das pessoas que vieram de outros Estados aqui, respeitando o pleito da oposição. Podemos iniciar a votação. Pergunto à oposição se já podemos iniciar a votação. E vamos fazer um encaminhamento de tentar colocar o máximo de pessoas aqui, dentro da regra de segurança do Senado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Sr. Presidente, antes de qualquer conclusão, eu quero apresentar uma candidatura à Presidência. Eu quero apresentar um candidato.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Pois não.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Pela importância do debate aqui, primeiro concordando que possa haver, então, a entrada também das representações...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Não, ainda não tomei essa decisão. É uma proposta apenas.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Isso, mas estou concordando com a construção que está sendo feita aqui e estou apresentando o Deputado Glauber como candidato também à Presidência, para presidir a Comissão da 844. Então, quero apresentar também o nosso candidato.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – O Deputado Glauber aceita?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Sendo determinação do Deputado Bohn Gass, aceito.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Muito bem!

Eu quero dizer para o Deputado Quintão que não vou aceitar a sua sugestão, porque fiz esse apelo à Segurança, que me disse que atende à resolução, e eu não posso obrigar um servidor a descumprir resolução.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Eu entendo. Eu faço um apelo, então, às pessoas que estão aqui convidadas, quem sabe dentro de um espaço democrático, Deputado Glauber... Vai ser difícil, porque V. Exa. é amigo de todos aqui. Hildo, vai ser uma disputa aqui difícil.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Não, o Glauber é para Vice-Presidente. *(Risos.)*

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – É para Presidente.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Eu faço um apelo ao Plenário aqui: se alguém puder ceder, porque nós temos pessoas de fora, para que, momentaneamente, possam acompanhar a nomeação do novo Presidente. Se cinco a dez pessoas, voluntárias, puderem sair, a gente coloca algumas pessoas que estão querendo entrar e, depois, a gente vai revezando dentro do espaço democrático que temos aqui na Comissão.

Então, voluntariamente faço esse apelo.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, muito rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Pois não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Só pela Liderança do PT, quero registrar que a indicação da candidatura do Deputado Glauber, feita pelo Deputado Bohn Gass, como ele não a registrou e retirou-se momentaneamente, quero registrar, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que a indicação do nosso candidato a Presidente da Comissão é Deputado Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Sr. Presidente, como Parlamentar do PSOL, agradeço pela indicação da Liderança do PT da minha candidatura à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Autorizo ao apoio da Mesa a registrar as presenças do Deputado Bohn Gass, que usou da palavra, do Deputado Glauber, que é candidato a Presidente, e do Deputado Florence, que usou da palavra.

Podem registrar se quiserem. Caso não queiram, vamos ter que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Então, informo aos Srs. e às Sras. Parlamentares que as cédulas de votação encontram-se rubricadas na mesa da Comissão e que existe o registro de duas candidaturas: do Deputado Hildo Rocha, do PTB do Maranhão, e do Deputado Glauber, do PSOL, do Rio de Janeiro.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Chamada nominal dos membros da Comissão.

Leonardo Quintão.

Deputado Hildo Rocha.

Deputado Henrique Fontana.

Deputado Afonso Florence.

Não estando o Deputado Henrique Fontana, Deputado Bohn Gass.

Não estando o Deputado Bohn Gass, Celso Pansera.

Deputado Roberto Britto.

Ministro Bruno Araújo.

Delegado Edson Moreira.

Deputado Diego Andrade.

Deputado Tadeu Alencar.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Deputado Rodrigo Garcia.
Deputado Pedro Fernandes.
Deputado Cleber Verde.
Deputado Glauber Braga.
Deputado Afonso Florence.
Deputado Bohn Gass.
Deputado Edmar Arruda.
Deputado Felipe Maia.
Deputado Vinicius Carvalho.
Vamos passar agora à votação no Senado.
Senador Valdir Raupp.
Senador Fernando Bezerra.
Senador Romero Jucá.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, eu peço a V. Exa. para, no momento oportuno, ao fim da votação, que V. Exa. possa me conceder a palavra pela Liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Pois não.

Senador Tasso Jereissati.
Senador Flexa Ribeiro.
Senador Ronaldo Caiado.
Senador Sérgio Petecão.
Senador Givago Tenório.
Senador Lindbergh Farias.
Senador Acir Gurgacz.
Senador Antonio Carlos Valadares.
Senadora Vanessa Grazziotin.
Senador Armando Monteiro.
Senador Hélio José.
Senador Garibaldi Alves.
Senador Dalirio Beber.
Senador José Agripino.
Senador Lasier Martins.
Senador Paulo Rocha.
Senadora Fátima Bezerra.
Senador Randolfe Rodrigues.
Senador Cristovam Buarque.
Senador Vicentinho Alves. (*Pausa.*)

Atingindo o quórum de votação, declaro encerrada a votação.

Convido o Deputado Quintão e a Senadora Fátima Bezerra para a apuração dos votos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN. *Fora do microfone.*) – Não, chama outra pessoa aí.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Outra pessoa? Quem a senhora indicaria pela oposição?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Está bem. Eu vou. É rapidinho.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Convido o Sr. Deputado e a Sra. Senadora para escrutinadores desta votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Votaram nove Deputados e sete Senadores.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado Glauber.

Deputado Glauber, um voto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Glauber.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado Glauber, dois votos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Hildo.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado Hildo, um voto.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Comecei a ter esperança de vencer...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Hildo.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Vamos lá, Glauber.

Deputado Hildo, dois votos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Glauber.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado Glauber, três votos.

Parabéns, Deputado Glauber.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Hildo Rocha.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado Hildo Rocha, três votos.

Parabéns, Deputado Hildo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Está empatado.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Empate.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Hildo.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado Hildo, quatro votos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Hildo.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado Hildo, cinco votos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Glauber.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado Glauber, quatro votos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Glauber.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado Glauber, cinco votos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Hildo.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado Hildo, seis votos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Hildo.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado Hildo, sete votos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Hildo.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado Hildo, oito votos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Hildo.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado Hildo, nove votos. *(Pausa.)*

Deputado Hildo, dez votos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Hildo.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado Hildo, onze votos.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Deputado Hildo Rocha, 11 votos; Deputado Glauber, 5 votos.

Este é o resultado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Obrigado.

Total de votos: 16 votos.

Declaro eleito o Sr. Deputado Hildo Rocha, a quem passo a palavra neste momento, para assumir os trabalhos, dizendo que a Mesa tem o compromisso de dar a palavra, pela Liderança, para o Deputado Glauber.

Deputado Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, quero primeiro agradecer aos Parlamentares que votaram a favor da nossa candidatura, que tem um motivo de ser: demonstrar a necessidade de um contraponto a uma tentativa de votar de maneira apressada, abrupta algo que é uma matéria tão séria para o nosso País.

Está circulando na Câmara dos Deputados e no Senado Federal uma carta anônima, Presidente, falando por que a Medida Provisória 844 tem que ser aprovada, mas sabe de quem é a assinatura? De ninguém. E é uma carta benfeita, ouviu? De uma gráfica que não é barata, mas não tem assinatura, não assinaram para poderem fazer a defesa da aprovação dessa matéria.

Em contraposição, eu quero aqui ler uma outra nota.

Nota Conjunta sobre a Medida Provisória 844, de 2018.

Os municípios brasileiros, entidades do saneamento básico e organizações da sociedade civil reforçam o posicionamento contrário à Medida Provisória [...] 844, de 6 de julho de 2018, que altera o marco legal do saneamento no Brasil. É consenso entre as entidades que as mudanças propostas pela MP não serão capazes de enfrentar os problemas do saneamento básico, trazendo ainda mais insegurança jurídica, com a eminente desestruturação das políticas públicas do setor. Trata-se de uma MP inconstitucional, que afeta a titularidade municipal, o subsídio cruzado e a lógica dos ganhos de escala, prejudicando os municípios mais pobres e gerando um grande risco de aumento das tarifas de água e esgoto em todo o país. Nesse contexto, estará comprometida a universalização dos serviços. E a MP, ao contrário do defendido pelo Governo Federal, promoverá a desestruturação do setor de saneamento, agravando as diferenças entre cidades ricas e pobres. Diante dessa ameaça, as entidades conclamam o Congresso Nacional para a rejeição da MP 844, encerrando sua vigência e a tramitação da proposta.

A partir da rejeição da MP, as entidades se comprometem a participar da construção democrática de uma proposta de modernização para o setor de saneamento básico que, de fato, contemple os interesses da população do setor público e privado, com a inafastável segurança





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

jurídica, fundamental para a tão necessária e inadiável universalização do serviço.

Essa carta é do dia 26 de outubro e a assinam: a Associação Brasileira de Municípios; a Associação Brasileira de Agências de Regulação; a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento; a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento; a Federação Nacional dos Urbanitários; a Frente Nacional de Prefeitos – vejam bem, Deputados e Deputadas; Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental.

Ainda assinam manifestação de repúdio a essa Medida Provisória: Câmara Municipal de Ijuí; Câmara Municipal de Santa Maria; Comitê da Bacia Hidrográfica de Rio Salgado, Crato e outros quatro Municípios no Ceará; Câmara Municipal de Candelária; Conselho Municipal de Saneamento Básico de Natal; Câmara Municipal de Jaguarão; Câmara Municipal de Viamão; Câmara Municipal de Erechim; Câmara Municipal de Santos; Câmara Municipal de Caçapava do Sul; Câmara Municipal de Campo Bom; Câmara Municipal de São José do Herval; Câmara Municipal de Concórdia; Câmara Municipal de Quaraí; Câmara Municipal de Nonoai, Câmara Municipal de Lavras do Sul, Câmara Municipal de Vacaria, Câmara Municipal de Indaial, Câmara Municipal de Passo Fundo, Câmara Municipal de Jacutinga, Câmara Municipal de Águas Mornas, Câmara Municipal de Jardinópolis, Câmara Municipal de Mondaí, Câmara Municipal de São Borja, Câmara Municipal de Rio Grande, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Entre as entidades que também assinam esta nota de repúdio, a Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Saneamento, Associação Brasileira de Municípios, repito, Associação Brasileira de Agências de Regulação, Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Saneamento, Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, Federação Nacional dos Urbanitários, Frente Nacional de Prefeitos, Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental.

Presidente, nos 50 segundos que me restam, nós fazemos um apelo a V. Exa.: que essa matéria não seja votada no dia de hoje, que haja tempo de discussão, a realização de audiências públicas com essas entidades. São Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores se manifestando de forma contundente, além de diversas instituições, para que essa matéria não seja aprovada. E que não seja aprovada ainda mais dessa forma, sem um amplo debate com a sociedade brasileira. O que essa MP faz é abrir o espaço para o libera geral no processo de privatização sem um amplo diálogo com a sociedade brasileira.

Presidente, Deputado Hildo Rocha, vamos fazer audiências públicas para que a sociedade seja escutada.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Obrigado.

Designo como Relator da Medida Provisória 884/2018 o Senador Valdir Raupp, a quem solicito a presença aqui na mesa.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, uma questão de ordem, Deputado Hildo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para uma questão de ordem.) – Nós havíamos construído, e o próprio Deputado Quintão concordou conosco que... Ainda mais agora, nós vamos entrar numa outra fase, Deputado Hildo Rocha, Senador Raupp, que é nosso Relator, que é a apresentação do mérito. As entidades que estão aqui são entidades dos nossos Municípios. Então, eu queria repor esse apelo para V. Exa. As entidades estão aqui, vieram do País inteiro, dos nossos Municípios, do País. Não é justo que elas não possam estar neste momento para ouvir, inclusive, a proposta de mérito, porque nós queremos que haja uma audiência pública. Então, já é um processo do nosso diálogo aqui. Agora se nem as entidades podem participar aqui, então, eu quero repor, com toda a tranquilidade – sei que V. Exa. tem essa sensibilidade... Frente dos Municípios e as associações que estão aqui. Não é pouca coisa. São as entidades. Então, eu queria, realmente, apelar para V. Exa. para que, na apresentação agora do mérito – eu havia sugerido dez integrantes –, esses dez integrantes possam estar participando. Vão estar aqui para ouvir a proposta. Esse diálogo nós estamos aqui garantindo para V. Exa., mas eu faço o apelo a V. Exa. Eu tenho a certeza dessa sua sensibilidade, porque a gente já conversou várias vezes em Plenário, e sempre obtive de V. Exa. essa compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Muito obrigado.

Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Raupp e questionar o Senador se ele já tem o relatório encaminhado, como se encontra.

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Sr. Presidente, obrigado.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Só fazer um encaminhamento aqui, Senador Raupp.

Eu acho que é pertinente nós tentarmos colocar os representantes das associações aqui. Eu faço mais um apelo para que as pessoas possam sentar. Eu acho que... Já estou vendo umas cinco ou seis cadeiras liberadas aqui, Senador. Eu peço à Segurança para averiguar. Acho que já temos algumas cadeiras liberadas para sentarem algumas pessoas, convidados aqui do Deputado Glauber, do Deputado Bohn Gass. *(Pausa.)*

Eu pergunto à Segurança.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, Presidente. Não é disso que nós estamos falando. Não é se um levanta, aí avisa, corre à cadeira e senta. Isso vira humor. Eu quero que haja um acordo político aqui. É isso que nós postulamos. É um acordo político.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Eu estou sendo informado aqui. Deixe-me fazer um procedimento. Eu faço um apelo às pessoas que estão aqui: se possível, nós precisamos ceder espaço, a pedido da oposição aqui, de cinco a dez pessoas. Eu peço aqui à assessoria do meu Partido, o MDB...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Deputado, com licença, Deputado. Mas nós vamos realizar a leitura em outra sala. Não vai ser nesta, porque esta aqui vai ter que ser desocupada, porque já há programada outra atividade aqui.

Então eu queria propor a aprovação das atas da presente reunião e das reuniões anteriores.

Os Parlamentares que concordam...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não, Presidente.

(Tumulto no recinto.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, questão de ordem. A leitura da ata, Presidente.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – ... permaneçam como se encontram.
Aprovadas.

(Tumulto no recinto.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Leitura da ata. Presidente, leitura da ata. Não foi votado, Presidente. O senhor não colocou em votação.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não, não, Presidente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Pedimos anteriormente. Vamos cumprir o Regimento, Presidente. Não colocou em votação. Presidente, o senhor não colocou em votação.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Vamos cumprir o Regimento, porque senão a gente volta àquele impasse das reuniões anteriores.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, V. Exa. não pediu votação.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Um momento. Eu estou com a palavra. Eu sou o Presidente aqui.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não... Mas o senhor colocou em votação.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – V. Exa. está falando mais que todos os outros.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Negativo. Eu estou pedindo, porque o Regimento está sendo alterado.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – V.Exa., por favor se contenha. Está muito nervoso.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Quero saber do Sr. Relator, o Senador Valdir Raupp, se o seu relatório já está pronto.

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Perfeitamente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Portanto, eu convoco a próxima reunião,...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – ... para a leitura do relatório, para as 16h10...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – ... no Plenário 3...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Questão de ordem, Presidente. Art. 33 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – ... da Ala ...

(Tumulto no recinto.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Tumulto no recinto.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, é questão de ordem. Presidente, questão de ordem.

As atas não foram aprovadas. As atas não foram aprovadas, Presidente, não foram aprovadas! Há que ficar claro, não foram aprovadas, nem colocou em votação as atas.

(Iniciada às 15 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 50 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 844 DE 2018 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dezesseis horas e treze minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Deputado Hildo Rocha, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 844 de 2018 com a presença dos Parlamentares Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Givago Tenório, Lasier Martins, Roberto Muniz, Leonardo Quintão, Delegado Edson Moreira, Sergio Souza, Tadeu Alencar, Pedro Fernandes, Cleber Verde e Vinicius Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 844, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do Projeto de Lei de Conversão. **Resultado:** Lido Relatório do Senador Valdir Raupp. Apresentada Questão de Ordem pelo Deputado Glauber Braga, solicitando a distribuição dos avulsos da matéria com antecedência mínima de 24h, nos termos do art. 33 do Regimento Comum do Congresso Nacional. É indeferida a Questão de Ordem. É concedida vista coletiva nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Hildo Rocha

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 844 de 2018

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2018/10/30>



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 844, de 2018.

Passo a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores,...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Depois eu darei a questão de ordem, depois da leitura do relatório.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, mas é sobre a leitura do relatório, art. 33,...

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Vem ao exame desta Comissão Mista a Medida Provisória...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, art. 33 do Regimento Comum.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, nós fomos atropelados na reunião anterior.

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – ... nº 844, de 6 de julho de 2018...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Art. 33 do Regimento Comum da Casa.

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – ... estruturada em oito artigos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, já fomos atropelados na reunião anterior.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – A leitura do relatório não pode ser feita, Presidente, sem...

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Os arts. 1º e 2º alteram...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, a questão de ordem permanece, Presidente!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... obedecer à questão de ordem!

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – ... a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000...



**CONGRESSO NACIONAL**

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente!

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, atropelando assim, não dá, Presidente!

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – ... para atribuir à Agência Nacional de Águas...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Deputado Quintão, nós pedimos antes de ele iniciar a leitura, Presidente!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Depois que ouvir a questão de ordem...

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – ... (ANA) competência para editar normas...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, a questão de ordem, Presidente...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... para o Relator dar continuidade.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, por favor, Presidente!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Mas V. Ex^a tem que nos ouvir pelo menos na questão de ordem!

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Questão de ordem, Presidente!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O Relator está lendo. Um minuto...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Mas nós pedimos antes!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O Relator está lendo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – A questão de ordem precede, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Logo após a conclusão da leitura...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, é questão de ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – ... eu irei passar a palavra para a questão de ordem.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Ele está impedido de ler o relatório antes...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, a questão de ordem precede, Presidente!





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... que a gente faça a questão de ordem, Presidente. A gente pediu antes do início.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, a questão de ordem precede! É regimental.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O Relator está lendo. Eu peço aos Parlamentares que esperem...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Mas nós solicitamos antes!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Fomos atropelados, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Logo após a leitura do relatório, eu passo a palavra...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não vamos atropelar!

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – ... para V. Ex^ª.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, nós solicitamos antes!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Com a palavra o Relator.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, nós solicitamos antes!

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Vem ao exame desta Comissão Mista a Medida Provisória nº 844, de 6 de julho de 2018, estruturada em oito artigos.

Os arts. 1º e 2º alteram a Lei 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas (ANA) competência para editar normas de referência nacionais sobre os serviços de saneamento básico.

O art. 3º modifica a Lei 10.768, de 19 de novembro de 2003, para “alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos”.

Os arts. 4º e 5º alteram a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, com o objetivo de “aprimorar...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Mas, Presidente, ouça a nossa questão de ordem e depois o Relator conclui.

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – ... as condições estruturais do saneamento básico no País”.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – É sobre a leitura do relatório, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – O art. 6º dispõe sobre a transformação de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superiores a serem alocados na ANA.

O art. 7º determina a revogação dos dispositivos que especifica, e o art. 8º veicula cláusula de vigência.

Conforme a Exposição de Motivos que acompanha a medida provisória, o objetivo da nova legislação é “garantir maior segurança jurídica aos investimentos no setor de saneamento básico e aperfeiçoar a legislação de gestão dos recursos hídricos e a de saneamento básico, assim como a interação entre as políticas públicas dessas duas áreas”.

Foram apresentadas 525 emendas à Medida Provisória nº 844, de 2018.

Os requisitos de constitucionalidade estão presentes, uma vez que a norma não trata de assunto vedado a medida provisória, conforme o art. 62, §1º, da Constituição Federal. A matéria cumpre as diretrizes previstas nos incisos VI e XII do art. 24 da Carta Magna, que preceituam a competência da União, em concorrência com os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre proteção do meio ambiente e defesa da saúde, temas principais tratados pela MPV, já que os serviços de saneamento básico estão diretamente relacionados a esses assuntos. Além disso, segue o disposto no art. 21, inciso XX, segundo o qual compete à União instituir diretrizes para o saneamento básico.

A medida provisória atende aos pressupostos de relevância e urgência, previstos no *caput* do art. 62 da Constituição Federal, uma vez que, nos termos da exposição de motivos que a acompanha, busca enfrentar um dos mais graves e urgentes problemas vividos hoje pela sociedade brasileira.

Cerca de 35 milhões de brasileiros não têm acesso a água tratada. Metade da população, em torno de 104 milhões de pessoas, não tem acesso aos serviços de coleta de esgoto. Do esgoto coletado, apenas 42% são tratados. São dados graves que dificultam a melhoria dos índices de desenvolvimento humano e trazem sérios prejuízos sociais e econômicos a diversos setores produtivos, retardando o desenvolvimento da Nação.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil encontra-se na 123ª posição do *ranking* do saneamento, mesmo sendo a 9ª maior economia mundial. Para o enfrentamento desse grave quadro, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) previu a universalização dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos até 2033, meta que precisará ser postergada para 2050 em função da significativa diminuição nos investimentos necessários, devido à crise fiscal. Para alcançar a universalização até 2033, seriam necessários R\$22 bilhões anuais. Contudo, entre 2010 e 2017, o investimento anual médio no setor foi de apenas R\$13,6 bilhões.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, 15 mil pessoas morrem no Brasil todos os anos devido a doenças ligadas à precariedade do saneamento, e, em duas décadas, esse quadro pode ceifar a vida de 255 mil brasileiros, caso perdurem os baixos investimentos hoje observados.

A OMS aponta que, para cada R\$1 investido em saneamento, gera-se uma economia de R\$4 em gastos com saúde. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima que a universalização dos serviços de água e esgoto reduziria em R\$1,45 bilhão ao ano os custos com saúde. De acordo com o Instituto Trata Brasil, a universalização proporcionaria, em 20 anos, benefícios econômicos e sociais da ordem de R\$537 bilhões, computando...

Quanto ao mérito, portanto, entendemos que as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 844, de 2018, modernizam o marco regulatório de saneamento básico, a Lei nº 11.445, de 2007, e promovem a harmonização de regras para o setor, sobretudo em função das alterações na Lei 9.984, de 2000, que instituem competências da ANA nesse sentido.

A medida provisória incorpora novas competências para a ANA, destacando-se a prerrogativa de elaborar normas de referências nacionais para os serviços públicos de saneamento básico.

A medida provisória busca adequar o marco regulatório do saneamento às disposições do Estatuto da Metrópole e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que se refere à prestação do serviço de saneamento básico como função pública de interesse comum.

Em relação à delegação dos serviços, a medida provisória facilita a participação da iniciativa privada na prestação desses serviços e questiona a prática do subsídio cruzado. A justificativa para tanto reside na percepção de que o modelo em vigor desde a década de 1990 – fundamentalmente a prestação regionalizada por empresas públicas estaduais de saneamento, viabilizada na prática pelo subsídio cruzado – não foi capaz de concretizar soluções eficientes para o déficit verificado nos serviços de saneamento, especialmente na coleta e tratamento de esgotos.

O art. 1º altera a ementa da Lei 9.984, de 2000, que criou a Agência Nacional de Águas (ANA), para incluir competência da agência para instituição de normas de referência nacionais para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

No que diz respeito a esse dispositivo da medida provisória, foram apresentadas as Emendas 354 e 425. Os autores das emendas argumentam que o Governo Federal não poderia centralizar na ANA a normatização técnica desses serviços e que haveria ingerência na administração municipal, com desrespeito ao pacto federativo e à autonomia local dos Municípios.

Entendemos de forma contrária. A Constituição estabeleceu a competência da União para instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive saneamento básico (art. 21, inciso XX), bem como a





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre proteção do meio ambiente, controle da poluição, proteção e defesa da saúde.

A medida provisória, em nenhum de seus dispositivos, afronta as regras constitucionais, que estruturam de forma complexa as competências dos entes federativos para normatização e prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

Assim, entendemos que a Emenda 354 não deve prosperar. A Emenda 425 também pretende alterar a redação da ementa; contudo, a redação proposta é a mesma do texto da medida provisória. Portanto, essa emenda também não deve ser acatada.

Quanto às emendas ao art. 2º da medida provisória, que altera e inclui diversas regras na Lei 9.984, de 2000, a quase totalidade das emendas pretende suprimir integralmente dispositivos desse artigo da medida provisória.

Assim, as seguintes emendas pretendem suprimir todo o art. 2º da MPV: Emendas nºs 8, 13, 18, 40, 60, 86, 96, 139, 141, 159, 170, 184, 204, 214, 234, 267, 294, 313, 334, 374, 382, 441 e 481. Propomos que todas essas emendas não sejam acatadas, pois, ao buscarem suprimir integralmente os mencionados dispositivos, acabam por desfigurar as regras promovidas pela medida provisória. Entendemos que os dispositivos introduzidos pela medida provisória na Lei 9.984, de 2000, são interdependentes e têm o objetivo comum de aumentar a segurança jurídica para que se expandam os investimentos públicos e privados em saneamento básico. Suprimir alguma dessas regras prejudicará esse objetivo.

As seguintes emendas pretendem suprimir a redação do art. 1º da Lei nº 9.984, de 2000, proposto pela medida provisória, que incorpora a competência da ANA para editar normas de referência para os serviços de saneamento básico: Emendas nºs 25, 76, 101, 147, 207, 228, 274, 328, 337...

Entendemos, portanto, que essas emendas não merecem ser acatadas.

A Emenda 345 altera o art. 1º para que a ANA atue como apoio na edição de notas de orientação sobre os serviços de saneamento básico. Propomos que não seja aceita, pois pretende diminuir o papel da ANA na edição das normas de referência, que são fundamentais para harmonizar a regulação dos serviços.

As emendas a seguir pretendem suprimir a redação do art. 3º da Lei 9.984, de 2000, proposto pela medida provisória, que incorpora a competência da ANA para editar normas de referência para os serviços de saneamento básico: Emendas nºs 79, 95, 148, 205, 216, 238, 275, 301, 329, 372, 385, 445 e 473. As emendas têm justificativa idêntica a das apresentadas para o art. 1º da Lei 9.984.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Relator, por favor, com todo respeito, vai ser a leitura de um relatório de 90 páginas? É isso? Só para a gente ter aqui a compreensão.

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Eu estou abreviando. Eu devo fazer esse relatório em meia hora.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Em 30 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Em 30, 40 minutos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Para uma questão de ordem.) – Então, Presidente, eu queria fazer a questão de ordem, se vão ser 30 minutos.

O art. 88, §3º, do Regimento, diz que, "na ausência do Presidente e o Vice-Presidente, presidirá a Comissão o mais idoso dos titulares". Eu pergunto a V. Exa. se entre os Parlamentares presentes... O Deputado Leonardo Quintão obviamente não é o mais idoso. Eu peço que a gente possa fazer a alteração da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Nós temos o mais idoso aqui. Eu acho que nós temos o Deputado Roberto Britto, que é mais idoso. Eu pergunto a V. Exa. se é necessário.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – É necessário, Presidente, para que a gente cumpra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado, assuma a Presidência, por favor.

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Como o relatório já foi...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, eu aproveito e faço mais uma questão de ordem.

Art. 33 do Regimento Comum...

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Como o relatório já foi disponibilizado, Presidente...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Para uma questão de ordem.) – Uma questão de ordem, Relator, ao Presidente.

Presidente, o art. 33 do Regimento Comum, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, o que diz? "Os avulsos..."

Presidente, é um pouco indevido que o representante do Governo esteja no momento da sessão da Câmara dos Deputados e não da Presidência da República e tente dar instruções à Presidência.

O art. 33 do Regimento Comum diz que "os avulsos das matérias constantes da Ordem do Dia serão distribuídos aos Congressistas com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas".





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu pergunto a V. Exa., como Presidente, e ao Relator da matéria se houve a distribuição desses avulsos com 24 horas de antecedência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Deputado Glauber, determina o §1º do art. 108 do Regimento do Senado o seguinte:

Art. 108.

.....
§1º A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será disponibilizada em meio eletrônico no portal do Senado Federal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Concordamos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – O citado dispositivo, Deputado, estipula, como regra geral, que a pauta das reuniões deve ser disponibilizada com dois dias úteis de antecedência, mas abre uma ressalva em casos de urgência. Devo lembrar aos Srs. Parlamentares que a medida provisória é uma matéria em regime especial de tramitação, uma vez que tem força de lei desde a edição e possui prazo determinado de vigência. Ora, desde o dia 6 de setembro de 2018 a matéria está em regime de urgência nesta Comissão, o que demanda celeridade na instrução da matéria por parte deste Colegiado. Além disso, dispõe da seguinte maneira o art. 337 do Regimento Interno do Senado:

Art. 337. A urgência dispensa, durante toda a tramitação da matéria, interstícios, prazos e formalidades regimentais, salvo pareceres e quórum para deliberação e distribuição de cópias da proposição principal.

Portanto, considerando a ressalva prevista no §1º do art. 108 do Regimento Interno do Senado; considerando a dispensa de prazos e formalidades regimentais das matérias em regime de urgência previstas no art. 337 do Regimento Interno do Senado; considerando que a medida provisória encontra-se em regime de urgência desde o dia 6 de setembro de 2018; e considerando que foi dada ampla publicidade sobre a convocação da presente reunião, decido pela validade da reunião ora em curso, tendo em vista o total amparo conferido pelas normas regimentais da Casa.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, eu quero recorrer da decisão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Só para continuar, Deputado, para concluir.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Pois não. Ainda tem mais um item? Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Licença.

Dispõe o Regimento Comum que os avulsos das matérias constantes na Ordem do Dia serão distribuídos aos congressistas com antecedência mínima de 24 horas. Entende o Regimento Interno do





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Senado, em seu art. 211, que proposições são PECs, projetos, requerimentos, pareceres e emendas. Dessa forma, no que se aplica a este Colegiado, informo que tanto o projeto de medida provisória quanto as emendas estão devidamente publicadas com antecedência maior do que 24 horas.

No mais, não existe, em nenhum dos dispositivos regimentais, impedimento para que esta Presidência convoque, com determinada antecedência, reuniões da Comissão, desde que seja respeitado o princípio constitucional da publicidade, para que os membros saibam oficialmente da convocação.

Assim, indefiro a presente questão de ordem.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Sr. Presidente, como o relatório já foi disponibilizado, já foi publicado...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, eu quero recorrer. Só quero recorrer. Quero recorrer da questão de ordem de V. Exa. invocando a Constituição da República.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – A questão de ordem é irrecorrível, Deputado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Quando invocando questões constitucionais, pode haver o recurso. E é exatamente isso que eu quero fazer neste exato momento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Só que no artigo... Deputado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Eu só concluo, Presidente, dizendo o seguinte: V. Exa. inicia sua negativa da questão de ordem invocando uma questão do Regimento do Senado Federal. O Regimento do Senado Federal é utilizado quando há lacuna no Regimento Comum, e o Regimento Comum é claro, é preciso em relação ao tema. Ele diz que não pode haver deliberação de matéria se não houver distribuição dos avulsos com antecedência de 24 horas, o que o senhor, inclusive, repetiu na sua fala final, quando sustentou a negativa à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Mas ela foi deferida, Deputado... Deputado Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Se não houve distribuição e se não houve 24 horas de antecedência – esta reunião acabou de ser convocada aqui na outra sala da reunião –, não poderia estar acontecendo. Então, peço a V. Exa. que possa rever e que essa matéria não seja deliberada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Ela foi deferida em função do Regimento Comum. Então, não foi exatamente como V. Exa. está querendo colocar. Com a palavra...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Não houve sequer, Presidente, 1 hora de antecedência, que é o que é pedido para reuniões extraordinárias. Nem 1 hora de antecedência!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Com a palavra o Relator, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Sr. Presidente, como o relatório já foi disponibilizado e publicado, eu vou dar o meu relatório como lido. Está bem? Fica dado como lido o relatório.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Senador! Presidente! Eu peço vista coletiva, Sr. Presidente!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Esse relatório foi publicado onde, Sr. Presidente? O relatório foi publicado e disponibilizado onde, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Na internet. No *site* da tramitação da matéria, ele foi disponibilizado.

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Ele está disponibilizado no *site* da Comissão.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Desde que dia, Senador, por favor, Relator da matéria...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Desde o término da reunião passada, informações...

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Desde quando foi designado o Relator. Essa matéria poderia ter sido...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Aí eu pergunto ao Senador Raupp e eu concluo. Não estou querendo...

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Essa matéria, nobre Deputado, poderia ter sido discutida exhaustivamente, se não tivesse sido impedida a abertura, a instalação da Comissão.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Senador, eu só pergunto, eu só pergunto...

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Então, nós já tivemos tempo demais para discutir essa matéria.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Eu só pergunto uma coisa ao Sr. Senador Raupp e ao Presidente: Não houve nenhuma alteração do seu relatório disponibilizado no *site* desde a última reunião realizada? Não houve nenhum tipo de alteração ao relatório? É o mesmo relatório que foi disponibilizado naquele dia? É uma pergunta objetiva.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Sr. Presidente, eu peço vista coletiva...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Só há um relatório disponibilizado, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – E houve alteração? Há 20 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Foi disponibilizado há 20 minutos? O Senador Raupp acabou de dizer que está disponibilizado desde a última reunião. Há 20 minutos? A informação que nós temos é de que só há 20 minutos foi disponibilizado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Deputado! Deputado, está suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 31 de outubro às 16h.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Está suspensa a reunião.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Diga! Diga, Bohn Gass!

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Nós estamos pedindo vista coletiva deste projeto para podermos fazer o debate. (*Palmas.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Já pedi vista aqui.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Os aplausos são do lado dos que assinaram o documento aqui?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Não existe aplauso.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Ah, não existe aplauso. O senhor viu o aplauso. Agora, não há nenhuma atitude em relação a isso. Quando o pessoal que estava aqui defendendo audiência pública, não houve nenhuma manifestação da Mesa. Eu estou aqui...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Vou pedir ao pessoal que não se manifeste, porque, senão, a Polícia...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, Sr. Presidente! O senhor me permite? Nós estamos reivindicando que...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Por favor, uma questão de ordem. Primeiro, para que a gente possa, frente a todos os aspectos que foram apresentados, o Deputado Glauber apresentou... Não está sendo cumprido o Regimento. Deveria estar disponível há 24 horas, não está; foi publicado há 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Deputado Bohn Gass, as questões de ordem já foram indeferidas, e elas não podem retornar.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Segunda questão. Nós propusemos aqui e não queremos votar essa medida sem haver audiência pública. E essa audiência pública eu quero aqui, porque nós conversamos antes, eu queria solicitar aqui à Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Deputado Bohn Gass, o relatório já foi apresentado, e isso não pode.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Mas eu quero concluir a minha questão de ordem, Presidente. Minha questão de ordem, Presidente!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado Bohn Gass, eu vou interceder aqui.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Pois não.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Isso. Então, eu quero só fazer aqui... Conversei há pouco com o Deputado Quintão que nós queremos uma audiência pública porque pode haver alterações do próprio Relator, nós temos que ouvir as entidades e nós falamos antes sobre a necessidade dessa audiência pública. E eu quero ter, de claro, publicizado para não haver nenhuma dúvida porque hoje o Regimento foi rasgado já muitas vezes e eu não quero que esse acordo que nós fizemos de haver audiência pública não seja cumprido.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, permita-me para completar. Eu olhei o calendário. É possível fazer uma audiência pública. Não é aceitável aprovar uma medida provisória tão controversa. Eu quero citar entidades e sugerir que elas sejam convidadas: a Semae, a FNU, a Aesbe, a Abes, a ABM, a Frente Nacional de Saneamento, a Frente Nacional de Prefeitos e a Associação Brasileira de Agências Reguladoras.

Eu estou sugerindo. O calendário permite audiência pública. Foi-nos dito pelo Líder do Governo que aceita debater. Então, eu faço um apelo para que façamos audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Deputado Afonso, não chegou nenhum documento oficial à Mesa nesse sentido.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Deputado Roberto, V. Exa. há de convir que não houve tempo hábil. A sessão foi há 20 minutos.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Gente, isso está fácil de resolver. Só um minutinho. Vamos resolver.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Leonardo Quintão com a palavra.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Está fácil de resolver. Eu acho que há um bom encaminhamento aqui.

Presidente, quero parabenizar V. Exa. V. Exa. cumpriu 100% do Regimento da Casa, da Câmara, do Senado, o Regimento Comum. Então, como Líder de Governo nesta reunião, quero parabenizar V. Exa. pela condução.

Eu dialoguei com todos os Parlamentares, Senadores e Deputados, Presidente, e acho que é pertinente. Podemos fazer a audiência pública amanhã às 10h e, já às 16h10, nós iremos votar aqui na nossa Comissão o relatório. Então, é pertinente, podemos fazer. Eu acho que o encaminhamento das entidades pode ser feito aqui verbalmente e que ambas as partes possam estar presentes. Então, por sugestão de vários Parlamentares aqui, eu quero sugerir a presença da Abicom, da CNI, da CNM e do Instituto Prata Brasil, para que possam participar juntamente com os representantes das entidades que outros Parlamentares irão aqui apresentar.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, só para reiterar...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Então, fica satisfeito, Deputado Afonso?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Agora que o Líder do Governo, Leonardo Quintão, acatou, eu gostaria de reiterar as entidades que eu sugeri anteriormente: a Associação Brasileira de Municípios (ABM); a Frente Nacional de Prefeitos (FNP); a Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar); a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); a Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe); a Associação Nacional de Serviços Municipais de Saneamento (Assemae); a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU); e a Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNSA).

Obrigado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, só para encaminhamento aqui, Presidente.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Nós temos aqui quatro entidades sugeridas. Para a audiência pública ser produtiva, eu gostaria de pedir ao Deputado Bohn Gass, ao Deputado Glauber que a gente possa indicar quatro...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Líder Quintão, permita-me: como nós temos de hoje para amanhã, permita-me mantê-las. Eu vou checar quais delas podem estar presentes amanhã, e, havendo a possibilidade, nós fazemos acordo com elas.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Sem problema nenhum.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, eu queria fazer um apelo ao Relator, porque várias dessas entidades estão presentes no Congresso Nacional e não foram sequer ouvidas pelo Relator nas suas posições. Elas querem ter oportunidade de dialogar com V. Exa., de mostrar o quão controvertido é o relatório que foi apresentado aqui há 20 minutos e, mais do que isso, é importante abrir um canal mínimo de diálogo. Para finalizar, Presidente, eu queria pedir também a V. Exa. que não suspendesse esta reunião, que encerrasse a reunião, para que amanhã houvesse o estabelecimento de novo quórum. Não suspensão; encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Deputado Glauber, vamos ouvir o Deputado Tadeu Alencar.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) – Deputado Tadeu Alencar, Líder do PSB.

Presidente, eu queria reforçar aqui a oitiva dessas entidades. A Liderança do Governo aqui parece que já tem concordância com relação a quatro entidades, e eu quero saber se entre elas está a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe), cujo Presidente, Dr. Roberto Tavares, está aqui acompanhando os trabalhos e se dispõe, e é de nosso interesse que haja também a oitiva da Aesbe. Não sei se está entre as quatro que V. Exa. mencionou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) – Então, eu queria reiterar todas as entidades, mas, em especial, a inclusão da Aesbe, cujo Presidente se encontra aqui acompanhando os debates.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Concorda, Líder do Governo?

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Nós temos que fazer um entendimento com os colegas aqui, porque, se nós colocarmos muitas entidades, nós temos experiência aqui que, em audiência pública, as pessoas acabam falando cinco minutos. Eu acho que não é justo uma pessoa vir aqui, muitos vão sair dos Estados, algumas entidades vão sair de outros Estados para falar cinco minutos.

O que a gente pode fazer, dentro da concordância dos colegas aqui, é colocar todas, mas dando um prazo de cinco minutos para cada entidade. Eu acho que todas presentes, falando cinco minutos, é produtivo, caso os colegas concordem. Infelizmente é um prazo pequeno, mas que todas possam falar, sem problema nenhum, por cinco minutos.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Se houver um número inferior de presença, a gente elastece o tempo.

Podemos fazer isso, colegas?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Eu queria que as entidades citadas aqui agora que estejam presentes entrassem em contato com a Secretaria da Mesa para tomar as providências.

Nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida vista coletiva da matéria.

Antes de encerramos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordarem permaneçam como se encontram.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, posição contrária.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Nada mais havendo a tratar...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, leitura da ata da presente reunião, inclusive para que a gente possa discuti-la.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, quero registrar que a vista coletiva foi pedida pelo PT também.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Se não há quórum para a ata, não há quórum para votação.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Nós temos um acordo de procedimento aqui, Afonso.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Estou registrando o pedido de vista coletiva aqui pela oposição.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) – O PSB também faz pedido de vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Britto. PP - BA) – Concedido o pedido de vista coletiva.

Fica prejudicada a aprovação da ata pela falta de quórum.

Na próxima reunião, nós faremos a aprovação da ata.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 16 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 45 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 844 DE 2018 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Hildo Rocha, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 844 de 2018 com a presença dos Parlamentares Valdir Raupp, Simone Tebet, Hélio José, Flexa Ribeiro, Givago Tenório, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Vicentinho Alves, Leonardo Quintão, Bohn Gass, Delegado Edson Moreira, Sergio Souza, Pedro Fernandes, Ataídes Oliveira, Wilder Moraes, José Pimentel, Dário Berger, Orlando Silva, Ana Amélia, Paulo Paim e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento MPV 844/2018, de autoria de Presidência da República. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 844, de 2018. **Participantes:** ÉDISON CARLOS, Presidente Executivo do Instituto Trata Brasil; ILANA JUNQUEIRA MARQUES FERREIRA, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria - CNI; ARILSON WUNSCH, Coordenador da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental - FNSA; EDSON APARECIDO DA SILVA, Assessor de Saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários - FNU; GILBERTO JACOBUCCI, Gerente Jurídico da Sanasa e Representante da Frente Nacional de Prefeitos - FNP; FRANCISCO DOS SANTOS LOPES, Secretário Executivo da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae e Representante da Associação Brasileira de Municípios - ABM.; SÉRGIO ANTONIO GONÇALVES, Diretor da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES; ROGÉRIO TAVARES, Representante do Conselho Consultivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB; FERNANDO ALFREDO RABELLO FRANCO, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação – ABAR; PEDRO FIORELLI, Conselheiro do Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto – SINDCON; ROBERTO CAVALCANTI TAVARES, Diretor Presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento - Aesbe. PERCY SOARES NETO, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços de Água e Esgoto – ABCON. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Hildo Rocha

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 844 de 2018





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2018/10/31>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 844 DE 2018 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dezenove horas e quarenta minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Hildo Rocha e Pedro Fernandes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 844 de 2018 com a presença dos Parlamentares Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Romero Jucá, Simone Tebet, Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, José Agripino, Givago Tenório, Lasier Martins, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Armando Monteiro, Leonardo Quintão, Afonso Florence, Bohn Gass, Roberto Britto, Alfredo Kaefer, Bruno Araújo, Delegado Edson Moreira, Evandro Gussi, Diego Andrade, Sergio Souza, Tadeu Alencar, Danilo Cabral, Rodrigo Garcia, Felipe Maia, Cleber Verde, Vinicius Carvalho, Glauber Braga, Ataídes Oliveira, Paulo Paim, Magno Malta, Acir Gurgacz, Wilder Moraes, José Pimentel, Eduardo Braga, Dário Berger, Ana Amélia, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 844, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** São apresentados os seguintes requerimentos: nº1, de adiamento da votação por 48 horas; nº2, de votação do requerimento nº 1 pelo processo nominal; nº 3, de adiamento da votação por 24 horas; nº 4, de votação do requerimento nº 3 pelo processo nominal; nº 5, de votação do relatório pelo processo nominal; nº 6 a 47, de destaque para votação em separado; nº 48, de votação em globo dos destaques apresentados; e nº 49, de votação do requerimento nº48 pelo processo nominal. Rejeitados os requerimentos nºs 1, 2, 6 a 47 (em globo) e 49. Prejudicados os requerimentos nº 3, 4 e 5. Aprovado o requerimento nº 48. Solicitada a verificação de votação, verificou-se o seguinte resultado: 13 votos "sim" e 2 votos "não". Aprovado o relatório do Senador Valdir Raupp, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 844, de 2018, pela constitucionalidade,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da matéria, pela sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, por sua aprovação, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nos 2, 4, 5, 7, 89, 93, 126, 173, 179, 181, 241, 250, 252, 253, 255, 258, 259, 264, 265, 348, 350, 356, 412, 418, 423, 469, 509, 512, 524 e 525 e pela rejeição das demais, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. O Deputado Glauber Braga apresenta Questão de Ordem no sentido da necessidade da eleição de Vice-Presidente e da designação de Relator Revisor. A questão de ordem é indeferida. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e de reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e um horas e vinte e sete minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Hildo Rocha

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 844 de 2018

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2018/10/31>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre Medida Provisória 844, de 2018.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – A Presidência comunica que, no dia 30 de outubro, o Senador Valdir Raupp procedeu à leitura de seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria.

Passo a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp, para as suas considerações.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Pois não, Deputado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, o art. 111 do nosso Regimento Interno coloca que os trabalhos das Comissões iniciar-se-ão, salvo deliberação em contrário, pela leitura e discussão da ata da reunião anterior, que, se aprovada, será assinada pelo Presidente. Nós tivemos o encerramento da reunião do dia de ontem, então nós precisamos ter agora, nesta nova reunião, como reza o nosso Regimento, a leitura da ata, exatamente para nós podermos fazer eventuais retificações, se assim for necessário. Quero ouvir a leitura da ata. Eu não posso ir aprovando a sessão sem saber da ata.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Só um momentinho aqui, estou consultando os universitários.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – É o art. 111 do nosso Regimento. (*Pausa.*)

Inclusive, para auxiliar a Mesa: o art. 115 coloca as exigências todas, os artigos e itens que devem constar em ata. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – O senhor está lendo o Regimento...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Isso, eu tenho o Regimento Interno do Senado Federal, que é o art. 111, e as deliberações...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Como V. Exa. é sabedor, nós temos o Regimento Comum e, quando este não contempla, nós usamos o do Senado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Mas eu vou ler aqui o art. 19 do nosso Regimento Comum: "Art. 19. Das reuniões das Comissões Mistas lavrar-se-ão atas, que serão submetidas à sua apreciação."

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – A qualquer momento: início, meio e fim.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Sr. Presidente, só para lhe ajudar: Deputado, na reunião anterior, eu havia solicitado isso ao Presidente, porque ele queria considerar aprovado e ele remeteu inclusive... Podem ver as notas taquigráficas: ele disse que seria o primeiro ponto na reunião de hoje. Isso está nas notas taquigráficas da reunião de ontem.

Então, eu não posso abrir mão...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Vamos ler então as atas? Vamos ler as atas?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não posso abrir mão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Primeiro, a leitura da ata da reunião anterior para nós cumprirmos o Regimento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Eu vou pedir ao Deputado Quintão para ler a ata da 5ª Reunião.

Por favor, Deputado Quintão.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Ata da 5ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 844, de 2018, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, realizada em 31 de outubro de 2018, quarta-feira, no Senado Federal, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Hildo Rocha, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 844, de 2018, com a presença dos Srs. Parlamentares Valdir Raupp, Simone Tebet, Hélio José, Flexa Ribeiro, Givago Tenório, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Vicentinho Alves. Leonardo Quintão, Bohn Gass, Delegado Edson Moreira, Sérgio Souza, Pedro Fernandes, Ataídes Oliveira, Wilder Moraes, José Pimentel, Dário Berger, Orlando Silva, Ana Amélia, Paulo Paim e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta. Audiência Pública Interativa atendendo ao requerimento MPV 844/2018, de autoria da Presidência da República. Finalidade: debater a Medida Provisória nº 844, de 2018. Participantes: Édison Carlos, Presidente Executivo do Instituto Trata Brasil; Ilana Junqueira Marques Ferreira, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Arilson Wunsch, Coordenador da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNSA); Edson Aparecido da Silva, Assessor de Saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU); Gilberto Jacobucci, Gerente Jurídico da Sanasa e Representante da Frente Nacional de Prefeitos (FNP); Francisco dos Santos Lopes, Secretário Executivo da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) e Representante da Associação Brasileira de Municípios (ABM); Sérgio Antonio Gonçalves, Diretor da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; Rogério Tavares, representando o Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base; Fernando Alfredo Rabello Franco, Presidente da Associação Brasileira das Agências de Regulação; Pedro Fiorelli, Conselheiro...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, eu queria só fazer uma ponderação sem atrapalhar a leitura.

A ata que está sendo lida pelo Deputado Quintão é a ata da audiência pública de hoje de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – É a da quinta reunião.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Há a ata também da última reunião, que ainda não foi lida. Eu só queria ponderar com V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Nós vamos ler depois da quarta.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... que, depois da leitura dessa ata, a gente leia também a da quarta reunião.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Pois não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Obrigado.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Percy Soares Neto, Diretor das Relações Institucionais da Associação Brasileira de Concessionárias Privadas. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Esta é a ata Sr. Presidente.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Deputado, abusando da sua generosidade, peço que leia a da quarta reunião, por favor.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Ata da Quarta reunião da Comissão Mista de Medida Provisória 844.

Às dezesseis horas e treze minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário 3, sob a Presidência do Deputado Hildo Rocha, reuniu-se a Comissão Mista da Medida Provisória 844, com a presença dos Parlamentares Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Dalírio Beber, Givaldo Tenório, Lasier Martins, Roberto Muniz, Leonardo Quintão, Delegado Edson Moreira, Sérgio Souza, Tadeu Alencar, Pedro Fernandes, Cléber Verde e Vinícius Carvalho. Deixaram de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Romero Jucá, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Sérgio Petecão, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Afonso Florence, Henrique Fontana, os Deputados Bruno Araújo, Diego Andrade, Rodrigo Garcia e Glauber Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta deliberativa. Item 2, Medida Provisória 844, não terminativo, que autoriza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas a competência para editar normas de referência nacional sobre o serviço de saneamento; sobre a Lei 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista de Recursos Hídricos; e a Lei 11.444, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais de saneamento básico no País. Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Valdir Raupp. A Relatoria é pela aprovação nos termos do projeto de lei de conversão. Resultado: lido o relatório do Senador Valdir Raupp, é concedida vista coletiva nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 16h45min. Após a aprovação, a presente ata será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Esta é a ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Fernandes. PTB - MA) – Obrigado, Deputado Leonardo Quintão.

Passo a palavra agora ao Senador Valdir Raupp, Relator ...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, peço a retificação da ata em um ponto.

O Deputado acaba de fazer a leitura da ata, mas... Posso estar enganado, e peço para que eu seja corrigido caso conste na ata: foi exatamente nessa reunião que eu fiz uma questão de ordem dizendo que "os avulsos das matérias constantes na Ordem do Dia serão distribuídos aos Congressistas com antecedência mínima de 24 horas, de acordo com o que dispõe o Regimento Comum da Câmara e do Senado Federal, do Congresso Nacional".





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Gostaria de saber de V. Exa. se eu não tive a possibilidade de ver e esse ponto está inserido no relatório, na ata da última sessão. Se não estiver inserido, Presidente, exatamente nesses termos, com a configuração do art. 33, do Regimento Comum, eu peço a V. Exa. que imediatamente possa ser feita a retificação da ata da sessão, da 4ª Sessão, como foi lida.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Determino à Assessoria que inclua na ata as colocações do Deputado Glauber...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Braga.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Obrigado, Presidente.

Eu tenho uma nova questão de ordem.

A questão de ordem é da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, art. 3º, que diz que, uma vez designada, a Comissão terá o prazo de 24 horas para sua instalação, quando serão eleitos o seu Presidente e o Vice-Presidente, bem como designados os Relatores para a matéria. Eu pergunto a V. Exa. quem foi o Vice-Presidente designado para esta Comissão.

Além disso, o § 3º: "O Presidente designará também um Relator revisor, pertencente à Casa diversa da do Relator e integrante, preferencialmente do mesmo Partido deste". O Senador Valdir Raupp é o Relator da matéria. Até onde nos consta, não há um Relator revisor designado de acordo com que determina o art. 3º, § 3º. Pergunto a V. Exa. se houve a designação e nós dela não tomamos conhecimento, mas, se não houve a designação, peço a V. Exa. que utilize este momento da sessão para designar tanto o Vice-Presidente como o Relator da matéria, que a gente possa eleger o Vice.

Eu queria, inclusive, aqui ter a possibilidade de que a gente fizesse a eleição e indicar – eu tinha dialogado com ele durante o dia para saber se ele me autorizava a fazer com que o nome dele fosse indicado – o Deputado Bohn Gass como Vice-Presidente. E a gente está aqui com o Deputado Florence, que pode ser o Relator revisor da matéria.

Então, peço a V. Exa. que possa fazer a eleição do Vice, para que imediatamente se tenha a designação do Relator revisor.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Deputado, não há necessidade do Vice para funcionar a Comissão. V. Exa. sabe disso, está no próprio Regimento. Além disso, ontem houve eleição e ninguém se candidatou.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, está aqui o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Então, isso aí é matéria já vencida e não há nenhum impedimento em relação a isso.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Eu pergunto a V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – O Revisor, o próprio Presidente da Câmara pode, se assim desejar, nomear.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Eu só pergunto...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Nós vamos dar...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Eu só pergunto...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Nós vamos dar prosseguimento...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Eu faço uma última pergunta a V. Exa., que é a seguinte.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Sr. Presidente, vamos avançar na reunião por favor?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Se V. Exa. não vai designar o Vice-Presidente e o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Não, o Vice-Presidente é eleito.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Então, se V. Exa. não vai fazer a eleição do Vice-Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Não, não precisa.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... eu pergunto a V. Exa. se poderia consultar o Plenário sobre a questão de ordem realizada para que, se V. Exa. perder na questão de ordem formulada, que o Plenário seja soberano e que possa realizar imediatamente a eleição do Vice-Presidente, o que não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Olha, a finalidade desta reunião é deliberar a respeito do relatório do Senador Raupp. Nós não convocamos reunião para eleição. Então, V. Exa. está no momento errado e na reunião errada.

Eu queria passar a palavra para...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, não é uma questão errada. As Comissões têm que funcionar com o Presidente e com o Vice.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Senador Valdir Raupp, V. Exa...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, quero lamentar.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Só informar: as questões de ordem são recoráveis.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Então, é exatamente isso que eu estou pedindo: recurso à questão de ordem e pedindo ao Presidente que o recurso...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Não cabe recurso, Sr. Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... possa ser feito e analisada a posição do Plenário da Comissão.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Senador Valdir Raupp com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO) – Concluindo o nosso relatório, apresentamos aqui uma complementação de voto, do art. 10, inciso I, quanto ao art. 5º, na parte em que inclui o art. 10-A da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, em 18 meses após a data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

A única alteração que nós fizemos é de complementação de voto. O nosso voto, com parecer favorável, está disponível também no *site* da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Em discussão a matéria.

Deputado Bohn Gass, eu vou conceder três minutos a V. Exa.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Pelo Regimento não são cinco? Até 15 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Até 15, mas não são 15. É de acordo com a conveniência do momento e a deliberação do Presidente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, negativo. Não, Presidente, é até 15.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Sr. Presidente, é até 15. V. Exa. tem autoridade para designar.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Primeiro, até 15.

Presidente, todas as nossas reuniões...

Primeiro, uma questão de ordem, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Afonso Florence com a palavra.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Todas as nossas reuniões, independentemente...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Deputado Afonso Florence com a palavra.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – V. Exa. disse que não fala em três, só em 15.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, eu não disse isso.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, meu nome não é "Flórence", eu sou brasileiro, é Florence.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Muito bem.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu me inscrevi para debater e o Regimento me ampara: 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Até 15, mas eu estou deliberando três.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, Presidente, todas as reuniões que nós temos aqui... Nós não vamos alterar Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Eu vou dar cinco minutos para V. Exa., pronto. Cinco minutos é o que foi usado hoje, todo mundo usou cinco minutos. Pronto.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, nós já tivemos acordos em cinco minutos quando havia tentativa de acordos. Neste momento, todo mundo sabe da necessidade do conteúdo do debate. Nós queremos os 15 minutos para poder debater, Presidente. Todas as reuniões são assim. Não vai ser diferente hoje.

Eu sei que o Governo tem vontade de patrolar, de votar rapidamente esse tema, há muito interesse empresarial atrás disso – todos nós sabemos –, mas o Regimento tem que ser cumprido. Por isso, eu faço um apelo ao Presidente: eu quero falar pelo tempo a que regimentalmente tenho direito, que são os meus 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – V. Exa. dispõe de cinco minutos, o tempo está correndo.

Eu vou ler aqui o art. 13, eu quero que pare o relógio.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Volte o meu tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Pare um pouco.

"Art. 13. Apresentado o parecer [já foi apresentado], qualquer membro da Comissão Mista poderá discuti-lo pelo prazo máximo de 15 (quinze) minutos, uma única vez, permitido ao Relator usar da palavra, em último lugar, pelo prazo de 30 (trinta) minutos".

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu só peço para repor, então, para cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – O.k.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, Relator, Deputados e sociedade brasileira, entidades que estão acompanhando este debate, na primeira reunião, quando o Governo Temer apresentou esta Medida Provisória 844, as entidades, ao lerem, deram um nome a esta medida provisória, eles a apelidaram, pelo seu conteúdo nefasto para a sociedade brasileira. E o nome





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que esta medida provisória passou a ter foi: medida provisória da sede e da conta alta. Sede porque, no momento em que vai acabar com o sistema que permite hoje o subsídio cruzado...

Deputados e Senadores, o que V. Exas. estão fazendo é impedir que o povo pobre do País possa ter água, que é um bem da humanidade. Deputados e Senadores, V. Exas. estão permitindo que a água, que é um bem público, seja privatizada e que quem tiver dinheiro pague!

Vou dar o exemplo de como isso vai funcionar.

Hoje, uma companhia funciona da seguinte forma. No meu Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, para dar um exemplo bem concreto: os Municípios que são os responsáveis – e por isso é inconstitucional também este projeto, porque cabe ao Município fazer o gerenciamento desse processo de saneamento – aderem, com a aprovação de sua Câmara de Vereadores e no Município, ao processo do acordo com a Corsan – a Corsan nas cidades grandes, onde há muita população, e nas cidades pequenas... Nas cidades grandes, superavitário; nas cidades menores, deficitário! Então, aquele povo que está lá num Município do interior, está morando num fundão, tem o direito constitucional de pagar a mesma tarifa pela água e pelo saneamento.

O que vai acontecer agora? As empresas vão vir e disputar o filé *mignon*: as grandes cidades, onde há muitas ligações de água, muitas ligações de esgoto. E as pequenas cidades, os pequenos municípios... As grandes empresas privadas que querem lucrar com a água vão deixar para os Municípios administrarem. Então, os municípios, para poderem administrar, vão ter que exigir ou qualidade inferior, ou cobrar mais caro, ou colocar dinheiro público.

Senadores e Deputados, nós vamos estar entregando para as ricas empresas que estão atrás desse pacote, talvez... Entregaram ontem um panfleto apócrifo, sem assinatura, parecendo as *fake news* que vimos nos últimos dias, diferente do documento assinado pelas entidades. Estão dando a possibilidade de concentrar dinheiro para empresas, para atender os grandes Municípios, onde está o filé *mignon*, e deixar a população mais pobre e mais distante pagar ou mais caro, ou então ter dinheiro público a ser colocado, ou então ainda ter um serviço de pior qualidade. Nós não queremos isso! Nós queremos um sistema que permita que as pessoas possam ter esse bem público, com acesso e qualidade para todas as pessoas. É disso que nós precisamos tratar.

Então, nós tentamos aqui que o Governo alterasse, juntamente com entidades num debate. E nós temos inúmeras entidades que estão aqui, com documentos assinados por entidades. Eu quero aqui saudá-las inclusive, porque elas representam o País. Não é possível que os Senadores e os Deputados não estejam sensibilizados: Associação Brasileira dos Municípios; Associação Brasileira de Agências de Regulação; Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Saneamento; Associação Nacional de Serviços Municipais de Saneamento; Federação Nacional do Urbanitários; Frente Nacional dos Prefeitos.

Nobres Senadores, este documento aqui é dos prefeitos do País! É da Frente Nacional de Prefeitos; da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental.

O que eles estão dizendo nesta nota? Eles estão dizendo da sua contrariedade; eles estão dizendo que não contempla os interesses da população, do setor público, do privado, que causa uma insegurança jurídica, que é outro elemento que eles colocam, e a inadiável universalização do serviço. Isso aqui está contra, absolutamente, todos os temas, tanto da universalização, do subsídio cruzado, da qualidade do serviço, da ampliação desse serviço. Está única e





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

exclusivamente concentrando dinheiro. Nós vamos estar entregando para ricas empresas, que estão de olho nessa exploração da água, um bem público da humanidade.

Então, nobres Deputados, eu só preciso fazer um apelo aqui. Eu sei que vocês têm um compromisso enorme, o Governo Temer apresentou essa proposta e...

(Interrupção do som.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – A Frente Nacional de Prefeitos, a FNP, representa os prefeitos do Brasil. Quem representa os Municípios é a Confederação Nacional de Municípios, e a Confederação Nacional de Municípios é a favor do relatório do Senador Raupp, é bom que se deixe bastante claro.

Passo a palavra agora ao próximo inscrito, Deputado Glauber Braga.

V. Exa. dispõe de até cinco minutos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Senhoras, senhores, eu sou de um Município que privatizou, que entregou para a iniciativa privada, o abastecimento de água e o tratamento de esgoto: cidade de Nova Friburgo.

Existia uma autarquia municipal, chamada Amae, que dava lucro – ou seja, que era superavitária, não era deficitária –, e foi feita a privatização. Sabe qual foi o resultado? O aumento do preço da conta d'água, que foi lá para as alturas, e, além disso, além do aumento do preço da conta d'água, a maior manifestação pública da história do Município contra essa privatização – foi a maior!

O que os senhores estão querendo fazer aprovando essa medida provisória, que abre espaço para a privatização total e irrestrita, atendendo prioritariamente aos interesses de empresas que querem pegar esse espaço para ter os seus interesses atendidos, não vai atender à maioria da população brasileira.

Eu quero aqui ler uma nota conjunta contra a Medida Provisória 844.

Os Municípios brasileiros, entidades do saneamento básico e organizações da sociedade civil reforçam o posicionamento contra a Medida Provisória 844, de 6 de julho de 2018, que altera o marco legal do saneamento no Brasil.

É consenso entre as entidades que as mudanças propostas pela MP não serão capazes de enfrentar os problemas do saneamento básico, trazendo ainda mais insegurança jurídica, com a iminente desestruturação das políticas públicas do setor.

Trata-se de uma MP inconstitucional, que afeta a titularidade municipal, o subsídio cruzado e a lógica dos ganhos de escala, prejudicando os Municípios mais pobres e gerando um grande risco de aumento das tarifas de água e esgoto em todo o País.

Repito esta parte: "Prejudicando os Municípios mais pobres e gerando um grande risco de aumento das tarifas de água e esgoto em todo o País."

Nesse contexto, estará comprometida a universalização dos serviços.

E essa MP, ao contrário do defendido pelo Governo Federal – que eu imagino que, nesta altura, já seja uma articulação movimentada pelo Governo Temer junto com a equipe de Bolsonaro, porque eles estão incidindo sobre o conjunto das matérias que estão tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado Federal –, promoverá a desestruturação do setor de saneamento, agravando as diferenças entre cidades ricas e pobres.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Diante dessa ameaça, as entidades conclamam o Congresso Nacional para a rejeição da MP 844, encerrando sua vigência e a tramitação da proposta.

A partir da rejeição da MP, as entidades se comprometem a participar da construção democrática de uma proposta de modernização para o setor de saneamento que, de fato, contemple os interesses da população, do setor público e privado, com a inafastável segurança jurídica, fundamental para a tão necessária e inadiável universalização dos serviços.

Assinam...

(Interrupção do som.)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento; a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento; Federação Nacional dos Urbanitários; Frente Nacional de Prefeitos; Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental...

Eu tenho mais aqui uma grande lista, mas, pelo tempo, que está se encerrando, não vai ser possível ler, de diversas entidades, câmaras de vereadores... Entre elas, cito a manifestação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e da Assembleia Legislativa – vejam, senhoras e senhores – do Estado do Paraná, que se manifestou contra a aprovação dessa medida provisória.

Sr. Relator e Sr. Presidente, são todas câmaras de vereadores que se manifestaram pelo Brasil contra a aprovação dessas medidas. E fazem isso por quê? Porque sabem que os mais penalizados vão ser os pequenos Municípios, onde não há lucratividade no abastecimento de água e no tratamento de esgoto.

Água não é mercadoria, e a gente não pode aceitar essa política de terra arrasada e de privatização total! A gente vai trabalhar para que...

(Interrupção do som.) (Palmas.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Saúdo os Parlamentares, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas. E saúdo, em nome do povo brasileiro, os dirigentes, as dirigentes de entidades do setor de saneamento aqui presentes.

Já foram citadas as entidades, mas vou repeti-las. E não é verdade que só haja a representação de prefeitos; há também a Associação Brasileira de Municípios. Temos também a Frente Nacional de Prefeitos, que tem mandato, que tem legitimidade. Não pode ser questionada a legitimidade dos prefeitos.

Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar); Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe); Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae); a Federação Nacional de Urbanitários; a Federação Nacional de Prefeitos; a Frente Nacional de Saneamento Ambiental, que congrega um conjunto de entidades da sociedade civil.

Não consta deste documento aqui a Federação Nacional de Sindicatos de Engenheiros e Engenheiras.

E causa espanto que uma entidade que diz representar Municípios não subscreva esse manifesto, porque esta medida provisória, como disse Bohn Gass e Glauber, a quem eu quero





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

saudar porque têm feito uma luta importante de obstrução nesta Comissão, é a medida provisória da privatização da água. Água não é mercadoria! Água é direito fundamental!

V. Exas. – Senadores, Deputados, Senadoras, Deputadas –, se botarem sua digital para aprovar esta MP nesta Comissão, nos plenários da Câmara e do Senado, serão responsabilizados pelo resto de suas vidas pela majoração da tarifa de água e esgoto nos Municípios superavitários – porque a água agora vai ser mercadoria, vai visar lucro – e pela majoração e, eventualmente, pelo impedimento definitivo de prestação de serviço de água e esgoto, coleta e tratamento de esgoto, oferta de água tratada nos Municípios onde os sistemas são deficitários, ou seja, onde não gera lucro. Digo isso porque, quando acabar o subsídio cruzado, as empresas estaduais – insisto –, a Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Saneamento, não poderão mais praticar subsídio cruzado, porque não prestarão serviço nos sistemas dos Municípios maiores, que dão retorno.

Todas as associações e todas as empresas estaduais estão contra essa medida provisória. Por quê? Porque ela obriga os Municípios. O art. 10-A diz que o Município publicará a chamada pública. Hoje o Município pode publicar. Muitos publicam. Em alguns Municípios, a prestação é feita por empresas privadas. Mas fiquem sabendo: há 1,5 mil Municípios no Brasil que não têm prestador. É verdade, as empresas estaduais não prestam, mas as empresas privadas também não vão lá prestar, e os Municípios não têm capacidade de prestação porque os sistemas não são rentáveis.

No Semiárido brasileiro, no Mato Grosso, na Amazônia, em São Paulo e em Minas há Municípios em que a água está a duzentos ou trezentos quilômetros de distância. Essa medida provisória joga contra o povo brasileiro, vai inviabilizar a prestação de serviços.

E ela tem muitos outros aspectos danosos: autoriza a privatização de empresas estaduais, como a Cedae, e leva os contratos dos Municípios; autoriza a emissão de esgoto não tratado – cem litros por segundo – em rios...

Esta medida provisória é danosa ao Brasil. Infelizmente, ela vem à votação na semana após a eleição para a Presidência da República, juntando o Governo Temer com a base de Bolsonaro, para privatizar a água.

Nós vamos trabalhar. A sociedade brasileira vai conhecer quem vota pela privatização da água e pelo aumento da tarifa de água; quem vota pela emissão de esgoto *in natura* nos rios brasileiros. Vamos fazer a disputa na Câmara e no Senado e vamos acusar a ilegalidade com as Adins, e muitas outras vão surgir.

Dizer que há urgência e botar que tem... E me permita, Senador Raupp: o relatório é pior do que a MP, porque se dava prazo de transição de três anos, e agora bota para um ano.

(Interrupção do som.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Só para concluir: reconheço que houve uma tentativa de negociação, mas o Governo não cedeu nada esses dias todos, inclusive hoje, durante todo o dia.

Portanto, nós somos contra esta MP, vamos denunciá-la e vamos lutar também no Judiciário, porque ela privatiza a água. Água não é mercadoria. Água é direito humano fundamental.

Muito obrigado. *(Palmas.)*





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. V. Exa. dispõe de até cinco minutos.

Eu pediria que os que estão aqui convidados não se manifestem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Presidente, Deputado Hildo Rocha; Relator, Senador Valdir Raupp; senhores membros da Comissão Mista da Medida Provisória 844, nós estamos discutindo aqui algo da maior importância para o nosso País. A água não pode ser tratada como uma questão ideológica, tem que ser tratada como uma questão de saúde. Então, não é possível...

O Estado brasileiro não tem capacidade para atender aos seus Municípios com o sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto. Está provado isso. Os recursos necessários para isso levarão décadas e, ao longo desse tempo, vidas serão sacrificadas.

Eu quero dizer aos senhores que me preocupa, sim, a questão dos serviços prestados pelas empresas privadas – lógico! –, mas isso tem que ter a questão da regulação, tem que haver a fiscalização, você tem que fazer a chamada ou a licitação de uma forma muito segura para que possa atender à população, possa dar a tarifa que seja justa. Mas eu diria, Deputado: a tarifa mais cara de água é aquela que não tem água. É onde não existe água. Essa é a tarifa mais cara. Por quê? Porque lá você toma... Aí, eu estou lhe falando do meu Estado. Caminhando pelo meu Estado, eu verifico que é algo que não se concebe, no século XXI, você ter pessoas humanas que usam a água do próprio rio onde eles estão colocando os dejetos. É de lá que eles tiram água para beber.

V. Exa. não tem isso. Os que são contra têm a água tratada no seu apartamento, na sua casa, na sua casa de praia, mas a maioria do povo brasileiro não tem isso, em especial nas regiões menos desenvolvidas, como é a minha.

Eu gostaria que não só V. Exa., mas todos os outros que se colocam contrários pudessem fazer uma visita a alguns Municípios do meu Estado, em especial ao Arquipélago do Marajó, ao Município de Melgaço, que tem o menor IDH do Brasil. Vamos lá ver como é que é!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. *Fora do microfone.*) – O senhor acha que a empresa privada tem interesse em operar isso?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Se houver um relatório que seja compatível... Meu amigo, quando você faz uma privatização, independentemente da forma como você vai privatizar, você não pode colocar para a empresa a parte de uma cidade que seja rentável; você tem que agregar Municípios onde essa empresa vá fazer a diferença, a compensação. Isso que foi falado aí sobre subsídio cruzado pode ser feito, porque a privatização... Você privatiza, por exemplo, na capital do meu Estado, em Belém, mas você põe lá Municípios também, de maneira que quem levar a Belém vai ter que levar... É como foi feito na telefonia.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. *Fora do microfone.*) – A MP prevê privatização por Município...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Mas nós podemos fazer um estudo, de tal forma que isso possa acontecer. Nós não podemos ser contra. Se o Estado brasileiro tiver condições de fazer, que o faça. Mas está provado que não tem a menor condição de atender à necessidade de água e de tratamento de esgoto. Então, nós não vamos deixar os nossos irmãos brasileiros à mercê de uma situação que os leva à doença e ao óbito.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu sou a favor e vou colocar a minha digital, sim. Vou colocar minha digital, porque tenho certeza absoluta de que vamos levar condições de vida melhores a esses brasileiros que não são atendidos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Muito obrigado.

Sem haver mais quem queira discutir... (*Falha na gravação.*)

Sobre a mesa, há um requerimento para adiamento da votação do relatório, nos termos do art. 40 do Regimento Comum.

Há, sobre a mesa, requerimento de votação nominal do requerimento de adiamento da votação por 48 horas.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Sr. Presidente, apresento uma questão de ordem: de acordo com o art. 40, não será admitido requerimento de adiamento de discussão, podendo, entretanto, ser adiada a votação, no máximo, por 48 horas, a requerimento de Líder, desde que não seja prejudicada a apreciação da matéria no prazo constitucional. Esse requerimento, Sr. Presidente, prejudica a votação no prazo constitucional. Peço a V. Exa. para acatar...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Quero contraditar...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – ... esse requerimento, por favor.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Quero contraditar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Isso não é cabível, Deputado Quintão.

Nos termos do art. 41 do Regimento Comum, o requerimento não admitirá discussão, podendo ser encaminhado por dois membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de cinco minutos. Para encaminhar a favor, pela Câmara dos Deputados, está inscrito o Deputado Bohn Gass, autor, e, para encaminhar contra, está inscrito o Deputado Leonardo Quintão.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass, que é o autor e vai encaminhar a favor.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para encaminhar.) – Isso! Nós estamos aqui... Eu só queria contraditar, antes ainda, o que o Deputado Quintão falou, que V. Exa. não admitiu.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Já foi indeferido.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Mas eu posso, ao mesmo tempo, falar isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Pode. Tranquilo!

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Tenho cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Sim.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Ela vence no dia 19. Portanto, o argumento de que há pressa é para não fazer o debate. É no dia 19 que ela vence! Então, nós temos prazo. Nós estamos no dia 31 de outubro, e ela vence dia 19 de novembro!

Então, quando V. Exas. dizem que não há tempo, é porque não querem debater, porque, se a sociedade conhecesse... Eu só queria que a assessoria me alcançasse o art. 44 da Resolução, para eu mostrar o absurdo que está posto aqui, no art. 44, para a sociedade saber. Se a sociedade souber, ela não vai querer aprovar de jeito nenhum, até porque os argumentos que o Senador Flexa colocou corroboram conosco. São exatamente os pequenos Municípios que não vão ter acesso. Se V. Exas. dizem que defendem os pequenos Municípios, eles não vão ter... A empresa privada não vai querer o saneamento nos pequenos Municípios. Aí o serviço público vai ter que ser feito pela prefeitura, que não vai ter dinheiro. E, aí, vai cobrar mais caro.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Atenção, Municípios do Brasil: está sendo aprovado um aumento de tarifa para toda a população brasileira que mora em Municípios pequenos, que são a maioria! É disso que se trata agora aqui.

E mais do que isso: aqui se está dispensando – olha a gravidade! – de licenciamento ambiental... Eu repito aqui: está sendo dispensado, pelo art. 44 do relatório apresentado, o licenciamento ambiental nas unidades de tratamento de esgoto sanitário. E, aí, fixa uma quantidade de vazão que lá acontece. O que significa isso? Isso significa que não vai haver o licenciamento ambiental e que vai ser instalada uma central de tratamento. Se aqui há dispensa de licenciamento, que garantia você vai ter de que esse tratamento será feito, para que esses efluentes, que vão depois, para as águas, realmente tenham tratamento, para poderem voltar às águas? É disso que nós estamos falando! Nós estamos falando da saúde das pessoas. Há milhares de pessoas no Brasil doentes! Falta dinheiro! Hoje de manhã, foram apresentados dados de que, a cada R\$1 investido em saneamento, nós temos R\$2 economizados na área da saúde. Então, nós aqui vamos adoecer as pessoas, porque não vamos ter licenciamento e fazer o tratamento devido.

Por isso, aqui, a Presidenta do Ibama, Dra. Suely Araújo... Atenção, Brasil! O Ibama é o instituto brasileiro que trata exatamente dos recursos naturais renováveis. Ela fez as considerações aqui, com a posição contrária, observando que deve ser alterado isso.

Então, quando V. Exas. não permitem que a gente faça o debate, não é porque têm pressa por causa da data. A data é o dia 19! Nós temos a semana que vem e mais outra semana, e aí chega a terceira semana. Então, a pressa é para esses assuntos em que o povo vai pagar caro, em que vai haver empresários lucrando em cima disso, em que não temos a garantia de que o tratamento de esgoto aconteça. Nem licenciamento ambiental – está escrito aqui! – para a área de tratamento de esgoto precisa ser realizado! É isso que nós queremos para a sociedade brasileira?

Eu quero qualidade, eu quero saúde. A água é um bem público. Quero tratamento de esgoto, para que possa haver preservação ambiental! Isso é fundamental. Esse tema é muito importante.

Aqui nós poderíamos até aproveitar, porque existe uma onda de não se respeitar o meio ambiente. Agora até já há uma proposta... Eu já vi várias entidades também... Vou aproveitar este tempo de um minuto, que me resta agora, para dizer para os senhores: há a proposta de se unificar o meio ambiente com a agricultura, e, inclusive, vários senhores com quem falei aqui, Parlamentares e Senadores, no dia de hoje, não concordam com isso.

Isso significa subjugar plenamente, definitivamente, o tema do meio ambiente ao tema da agricultura, sendo que o meio ambiente, inclusive para nós termos uma agricultura com potencial de comercialização no mundo... É um tiro no pé, porque o mundo está a exigir, cada vez mais, comida mais limpa, comida com sustentabilidade. E, se nós formos subjugar o meio ambiente ao MAPA, nós estaremos prejudicando, inclusive, a exportação brasileira da grande produção. É disso que nós estamos falando. E isso a sociedade não está aceitando.

Nós queremos fazer o debate, nós queremos fazer o debate! V. Exas. têm pressa, porque, se esse debate aparecer para a sociedade, os Prefeitos vão dizer: "Não, no meu Município, eu não quero cobrar uma tarifa mais cara".





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu não quero tarifa mais cara para meu povo, eu não o quero! Não quero também transferir, sobre o tema, doenças para as pessoas nem lucro para algumas empresas em cima da água, que é um bem público. É disso que nós estamos tratando.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Quero dar uma orientação à bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Com a palavra o Deputado Leonardo Quintão, para falar contra o requerimento de votação nominal.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG. Para encaminhar.) – Eu quero só trazer alguns dados aqui para os colegas que são estarecedores.

No Brasil, há 35 milhões de pessoas sem água. O atual sistema está falido. Há 15 mil mortes anuais por doenças por falta de saneamento básico. É necessário, Senador Flexa, algo entre R\$300 bilhões e R\$500 bilhões para que a gente possa ter a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033.

Nós sabemos, Senador Flexa, Senador Garibaldi, que, a cada R\$1 investido em saneamento, R\$4 são salvos na saúde. A cada R\$1 no saneamento, você deixa de gastar R\$4 na saúde.

Hoje, existem 50 agências estaduais e municipais, e praticamente uma não comunica com a outra. Nós estamos unificando todo esse sistema para dar condição às companhias públicas, para que a iniciativa privada possa investir no saneamento básico.

Eu quero trazer estes números aqui para V. Exas. Também se nós investirmos esse recurso... E nós sabemos que o Estado, os Municípios e a União precisam de alternativas para trazer recursos para o saneamento básico. Vejam bem: a cada R\$1 bilhão investidos em saneamento básico e em tratamento de água, a gente gera no País 58 mil empregos. Essa proposição vai unificar as propostas dos Municípios, dos Estados e da União para que a gente possa ter uma regra clara para o investimento em saneamento básico. Eu vejo aqui uma grande proposta, porque o Estado não conseguiu fazer, e os Municípios não irão conseguir fazer se nós não ajudarmos.

Eu encaminho contra. Eu peço aos Deputados e Senadores que estão aqui para que a gente possa votar esta medida. Nós sabemos que nós temos 15 dias para votar. É necessário votar hoje para que a gente possa votar na Câmara na semana que vem e tentar votar no Senado na semana que vem ou na outra semana.

Isto aqui vai salvar não cem mil vidas, Senador Garibaldi, mas milhões de vidas no Brasil. Se vocês forem ao interior de Minas, Senador Flexa, Senador Valdir Raupp, verão que as pessoas estão morrendo, porque o saneamento não está chegando ali. O sistema está falido.

Kaefer, no seu Estado, o Paraná, isto aqui vai ajudar a salvar milhões de vidas.

Eu peço que os Senadores possam votar esta medida provisória, para ela ir ao Plenário da Câmara e do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Em votação o requerimento de votação nominal do requerimento...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Peço a palavra para orientar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Em votação o requerimento de votação nominal do requerimento...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – É o art. 1º da resolução do Congresso Nacional, §2º, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – ... de adiamento de votação...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – É direito de...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – ... por 48 horas.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – A orientação é feita por um minuto! Não se pode fazer debate por um minuto? A orientação é feita em um minuto! Não vai haver orientação de bancada?

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Não cabe orientação, como V. Exa. sabe!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Cabe, sim! Cabe!

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Não cabe.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – É tradição do debate na Casa! É um minuto, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – A tradição é não...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Vocês estão fugindo do debate?

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Sr. Presidente, eu peço para V. Exa. seguir o Regimento!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Vocês estão fugindo do debate? Estão com medo de debater?

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – V. Exa. tem que respeitar... Vamos respeitar...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – É o art. 1º, §2º, da resolução do Congresso Nacional...

Não podemos debater por um minuto por partido? O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Não há, Deputado, previsão dentro do Regimento do Congresso Nacional.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O art. 192 da Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Não há previsão, não há, não há!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Qual é o artigo que diz que não há essa previsão, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Não há, não pode...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Sr. Presidente, siga o Regimento, por favor!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Vocês estão fugindo do debate de um minuto por partido!

(Tumulto no recinto.)

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Eu peço a V. Exa. para seguir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – O Regimento não é omissivo em relação a isso, Deputado.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Presidente, siga o Regimento!

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – O Regimento...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Eu peço a V. Exa. para ser regimentalista, Sr. Presidente.

(Tumulto no recinto.)

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Siga o Regimento, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Vou passar à votação!

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Rejeitado.

Registro de voto contrário do Deputado Glauber Braga, do Deputado Afonso Florence e do Deputado Bohn Gass.

Há sobre a mesa requerimento para adiamento de votação...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Peço a palavra para uma questão de ordem, artigo...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – ... do relatório do...

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) – Presidente, por favor...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – ... segundo o art. 40 do Regimento Comum.

Nos termos do art. 41 do Regimento Comum, o requerimento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – ... poderá ser encaminhado pelo prazo de cinco minutos por dois membros de cada Casa, de preferência, um favorável e um contrário.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass, que vai falar a favor.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Registro o voto do Deputado Tadeu Alencar, que é também contra.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Isso.

Eu passo para o Deputado Glauber, para ele poder fazer a defesa desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Sem problema!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Para encaminhar.) – Eu já aproveito, Presidente, para utilizar este tempo também para fazer a questão de ordem que V. Exa. deveria ter ouvido no momento em que nós solicitamos que o senhor pudesse responder. O art. 192, §2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados diz que, ressalvado o disposto no parágrafo anterior, cada Líder poderá manifestar-se para orientar sua bancada. Por que agora comeram a orientação de bancada?

A coalizão Temer-Bolsonaro pode até poder muito, mas não pode tudo, não! Os senhores querem passar um trator por cima do Regimento, votando na calada da noite uma matéria como





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

esta, sem dialogar com o conjunto da população brasileira? É isso que os senhores querem? Não deram 48 horas das eleições de domingo, e já entram com um trator para tirar o direito do povo até de sobreviver e de ter água?

Olha, se a bancada do Governo Temer, combinada com a Bancada Bolsonaro – já está aqui uma parcela dela –, pudesse, elas privatizavam até o ar que as pessoas respiram. Essa é que é a verdade!

Eu fico impressionado, quando ouço aqui, Deputado Florence, Deputado Bohn Gass, alguns discursos, como se estivessem defendendo o direito do povo e daqueles Municípios que não são atendidos para terem acesso à água. Isso não é verdade, não é verdade!

No Estado do Rio de Janeiro, nós temos a Cedae. Ela precisa ter mais aporte? É claro que precisa! Ela precisa ter cada vez mais a melhoria dos seus serviços? É claro! Mas é a Cedae que não tem prejuízo e que garante o abastecimento em pequenos Municípios que as empresas privadas de grande porte não querem abastecer de água. E sabe por que não querem? Porque, nesses Municípios, não há lucratividade.

Agora, os senhores vão querer nos convencer e convencer a maioria do povo brasileiro de que os representantes das empresas privadas que estão aqui estão preocupados em garantir o abastecimento de água para comunidades que não a têm recebido? Ah, por favor!

Eu queria, inclusive, saber, com todo o respeito, quais foram aqueles que distribuíram uma carta anônima no Congresso Nacional tentando convencer os Parlamentares da privatização. Não estou dizendo quais são eles, mas não sei se alguns daqueles que estão aqui aplaudindo a privatização distribuíram essa carta. Não tiveram coragem nem de colocar o nome, assinando e dizendo quem era que estava defendendo a privatização no documento que foi entregue na Câmara toda!

Já a nossa manifestação está aqui documentada, com o nome das entidades e instituições que são contra...

(Soa a campainha.)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... esse processo de privatização.

O que nós estamos pedindo aqui é que essa matéria não seja votada no dia de hoje, Presidente, para que haja tempo de dialogar e discutir com a sociedade brasileira. Perguntem à sociedade brasileira se ela é favorável à privatização total e irrestrita que os senhores estão defendendo!

O instituto Datafolha fez uma pesquisa, Senador, perguntando quantos brasileiros eram a favor das rodadas de privatização do Governo Temer. Senador Cristovam, de cada dez, sete disseram que eram contra. E o Datafolha não é nenhum instituto bolivariano, não é? De cada dez brasileiros, sete disseram que eram contra as rodadas de privatização do Governo de Michel Temer.

Essa coalização não pode querer atropelar o Regimento e a vontade da maioria do povo e tirar o direito do povo de viver. Vários...

(Interrupção do som.)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... estão voltando atrás, porque as pessoas ficaram sem ter o direito básico à vida, porque água é vida, não é mercadoria, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Vamos trabalhar para que essa matéria não seja aprovada no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Para falar contra o adiamento de votação, eu vou conceder até cinco minutos para o Deputado Bruno Araújo, do PSDB de Pernambuco.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB - PE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, esse texto que hoje é apreciado é o texto que, à época, como Ministro de Estado, eu encaminhei ao Senhor Presidente da República e que hoje se transformou nessa medida provisória.

Em que termos surgiu a posição dessa medida provisória? É menos importante discutir como são atendidas as empresas públicas que têm essa concessão ou as empresas privadas que têm interesse nesse setor. O que norteou a confecção dessa medida provisória é algo muito mais relevante: a possibilidade de o Brasil ter o serviço universalizado na área de saneamento, de esgotamento sanitário, se for esperar recursos públicos, recursos do Tesouro estadual, recursos do Tesouro Federal, em algo como 80, 90 ou 110 anos, ou a possibilidade de o Brasil dar um passo e buscar alternativas que possam reduzir isso para 20 anos, para 25 anos, para, aí, sim, poder se falar efetivamente na universalização dos serviços.

Nós estamos falando – aqui eu estou discutindo – qual é o lucro da empresa privada, o quanto o subsídio cruzado esconde de ineficiência das empresas públicas. Aqui é importante ressaltar que, fora a empresa de São Paulo, a Sabesp, e fora a Sanepar, do Paraná, todas as demais do País são empresas com grande grau de ineficiência.

(Manifestação da plateia.)

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB - PE) – Aqui não se discute, por exemplo, que 50% da água tratada se perdem no caminho, não chegam às torneiras – e isso se dá no lugar onde há o serviço. Aqui não se discute que, quando foi pedido às empresas que apresentassem suas planilhas sobre resultados de subsídio privado, não havia efetivamente nenhuma empresa que entregasse ao Governo Federal números a respeito disso.

O que se está discutindo aqui, objetivamente, é a possibilidade de o Brasil poder chegar à universalização do saneamento num período muito mais breve do que hoje se tem. O Brasil mal dá conta dos recursos necessários para segurança pública, saúde e educação. Estão se buscando alternativas objetivas para que, com segurança, também o setor privado possa participar.

Houve referências do combativo Deputado Glauber em relação à Europa, voltando, retroagindo. A Europa tem 100% de sua população atendida. Nós estamos falando de um País que tem índices vergonhosos de atendimento no saneamento. Nós estamos falando da possibilidade de o País economizar centenas de bilhões de dólares na área de saúde, além da possibilidade de poder dar, com essa infraestrutura, saúde com qualidade à população.

O que não se pode é única e exclusivamente cuidar de interesses corporativistas. Quem está há mais de seis horas ou três dias de viagem de Manaus, buscando numa viagem fluvial, sabendo que vive no seu Município, não consegue chegar a Brasília e encher as galerias para dizer o que precisa. As instituições que bancam o corporativismo com passagens conseguem encher essas galerias para defender interesses que não são os verdadeiros interesses da população que não consegue falar com este Congresso Nacional.

(Soa a campanha.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB - PE) – Eu quero dizer aos senhores da satisfação que eu tive de, com a ajuda de tantos brasileiros dos mais diversos segmentos, preparar este texto. Ele é um avanço. Se, no futuro, algo puder ser melhorado, o Congresso Nacional funciona para isto: para avançar.

O que nós estamos permitindo aqui? Está se falando só em água, mas há mais. Nós estamos cuidando de resíduos sólidos, dando a possibilidade de buscar os financiamentos necessários para cuidar de outras políticas, como perda de água, para definir metas, para garantir acesso a financiamento, com a possibilidade de que haja eficiência de quem solicita recursos públicos para entregar o serviço.

Enfim, o que aqui, mais uma vez, está em discussão? São aqueles que estão aqui para proteger interesses corporativistas, em detrimento dos brasileiros que não conseguem chegar aqui para dizer aquilo de que precisam.

Por isso, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB - PE) – Por isso, Sr. Presidente, do fundo da alma, eu encaminho a possibilidade de o Brasil ter, o mais rápido possível, esse novo marco regulatório.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Vou registrar aqui...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Registre as votações discordantes.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – ... os que votaram a favor do adiamento de votação: os Deputados Bohn Gass, Afonso Florence, Glauber Braga e Tadeu Alencar.

Vamos passar agora à matéria.

Em votação a matéria.

Foram apresentados 41 requerimentos de destaque para votação em separado.

A Presidência comunica que a apreciação da matéria dar-se-á da seguinte forma: votaremos, em primeiro lugar, o requerimento de admissibilidade dos destaques; em seguida, o relatório, ressalvados os destaques; por último, os destaques, cuja admissibilidade tenha sido aprovada.

De acordo com o art. 50 do Regimento Comum, os requerimentos que tratam da admissibilidade dos destaques não serão discutidos nem encaminhados. *(Pausa.)*

Há sobre a mesa requerimento para votação em globo da admissibilidade dos destaques.

Nos termos do art. 41, há sobre a mesa requerimento de votação nominal do requerimento de votação em globo. Nos termos do art. 41 do Regimento Comum, o requerimento não admitirá discussão, podendo ser encaminhado por dois membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de cinco minutos.

Nós vamos conceder os cinco minutos mesmo – pode ser o tempo de até cinco minutos – para o Deputado Bohn Gass, autor do requerimento, para falar a favor.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Isso.

Eu passo, Presidente, com a sua permissão, para o Deputado Afonso Florence.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para encaminhar.) – Eu quero me dirigir a Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras da Casa e desta Comissão e quero me dirigir ao povo brasileiro.

É uma falácia dizer que entregar para a operação os sistemas que dão lucro vai garantir acesso à água nos Municípios em que o sistema não dá lucro e que hoje também não têm acesso à água, porque falta recurso, porque há uma série de dificuldades na elaboração de projetos, na execução das obras. Isso é uma falácia!

O subsídio cruzado nas empresas estaduais é fundamental. Por isso, a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento é contra a medida provisória, porque a medida provisória obriga os Prefeitos a fazerem a licitação para empresas privadas, o que hoje os Prefeitos podem fazer, mas não são obrigados a fazer.

V. Exas., Senadores e Deputados do Semiárido brasileiro, onde dezenas de Municípios não têm água e precisam de adutoras e de barragens, sabem que 1,5 mil Municípios no Brasil hoje não têm operação de sistema, porque o sistema é deficitário, porque, às vezes, a própria empresa estadual não vai lá ainda hoje e tem a chance de ir um dia, mas depende de subsídio cruzado. Nós temos que derrubar a Emenda Constitucional 95, a do teto dos gastos, pelo menos para o setor do saneamento, para obter recursos do OGU (Orçamento Geral da União), para fazer fortalecimento institucional das empresas.

O que foi dito aqui pelo Ministro que disse que encaminhou a medida provisória não respeita os trabalhadores das empresas, inclusive os do Estado dele. A empresa baiana de saneamento, a Embasa, é uma empresa competente e ampliou a oferta de água e de esgoto na capital, na região metropolitana. Salvador tem quase 100% de cobertura; passamos de 60% no interior, inclusive na zona rural, usando subsídio cruzado, usando OGU, usando FGTS.

É verdade, a regulação tem que funcionar, a fiscalização tem que funcionar, mas não é tirando a prerrogativa dos Vereadores, das Câmaras. Aqui está dizendo que a empresa privada vai poder ter concessão com a decisão só do Executivo. Essa medida provisória está errada, tem muito erro!

Há tempo, Líder do Governo, que está se esforçando para nós tirarmos a obstrução! Vocês têm maioria, mas não dá para nós aceitarmos tudo sem vocês cederem nada! Não dá para dizer que todos os Prefeitos serão obrigados, porque o termo é: "Publicará". Hoje, já há Município operado por empresa privada, porque o Prefeito ou a Prefeita pode publicar uma licitação.

Então, está errado o que está acontecendo aqui! E nós não podemos abrir mão de um princípio fundamental. A água é um direito humano.

Aqui, há Parlamentar – majoritário – de Estado em que há Semiárido, há Senador eleito Governador. Estudem o que está na medida provisória. Pode até ser que caiba a um Município fazer a concessão, mas obrigar todos que são... Pode haver um Prefeito ou uma Prefeita que diga: "Meu Município é superavitário, mas eu vou manter o acesso com a empresa estadual".

(Soa a campanha.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Quero ver o subsídio cruzado, quero ver universalizar!





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Para quem é Prefeito, candidato a cargo majoritário, é até compreensível, pode convencer a população do seu Município e destinar recursos do subsídio cruzado, mas a concessão privada dos Municípios que dão lucro impedirá o subsídio cruzado.

E não é verdade... O Senador Flexa, de boa-fé, disse que a equação feita com as empresas de telefonia que, ao dar a concessão a um Município, obriga um deficitário para quem pegou o superavitário ou a do Luz para Todos, que é um arranjo de tributos num fundo nacional, não se aplica a essa MP. Essa MP é Município por Município.

Dá tempo de negociar até a semana que vem! Reconheço que o Governo vem tentando negociar, mas ainda dá tempo: vamos tentar evitar que seja um erro tão elementar. Existe Senador que vai assumir mandato em 1º de janeiro e vai se arrepender! Vai se arrepender! Leia com cuidado!

(Interrupção do som.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Há Deputado que vai ver Município onde foi votado ficar sem água tratada. Vai se arrepender!

Por isso, nós queremos votar nominalmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Em votação o requerimento.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado, com os votos a favor do adiamento dos Deputados Bohn Gass, Afonso Florence, Glauber Braga e Tadeu Alencar.

Há sobre a mesa requerimento para votação em globo da admissibilidade dos destaques.

Em votação o requerimento de votação em globo.

Os Parlamentares que concordam com o procedimento de votação em globo permaneçam como se encontram.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Quero falar...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Aprovado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... contrariamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Votação...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Quero falar contrariamente!

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Ninguém se inscreveu em tempo hábil.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Votação em globo da admissibilidade dos destaques.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu assinei, Presidente! Eu assinei!

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG. *Fora do microfone.*) – Esse requerimento é meu.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Não, esse requerimento é do Deputado Quintão. Esse é do Deputado Quintão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Nós queremos encaminhar em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Não, mas V. Exa. não se inscreveu. Não veio requerimento.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, não. Cada requerimento... Isso é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Foi anunciado no início.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, não. É regimental, Presidente. São cinco minutos...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Tudo bem! V. Exa. dispõe de cinco minutos, de até cinco minutos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – São cinco minutos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Pronto, pronto! É para falar contra.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Exatamente.

O requerimento é o quê? Qual é o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Votação em globo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu sou contra isso. Eu quero defender o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Então, V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para encaminhar.) – Para todas as pessoas perceberem o que está acontecendo, lembro que nós fizemos vários requerimentos de alterações desse relatório, porque ele é muito ruim. O povo pobre deste País não vai ter dinheiro para pagar água. Os Municípios todos do País vão ficar enfraquecidos, porque se destrói o sistema. A privatização da água vai acontecer. E, toda vez em que uma privatização acontece, o povo paga a conta, e a alíquota sobe: ela sobe na luz, sobe no telefone, em todas elas.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Peço atenção só para eu desenvolver o meu raciocínio aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Vamos fazer silêncio, para que o Parlamentar possa falar.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Isso! Obrigado, Presidente.

Então, o que nós queremos? Apresentamos vários requerimentos porque esse relatório é ruim para o País, é ruim para a água, é ruim para a saúde, é ruim para todos os setores. Ele permite, inclusive, que esgoto não tratado – eu estava falando isto com a assessoria – vá direto para a água, sem tratamento, porque nem licenciamento vai haver. É disso que nós estamos falando.

Então, nós apresentamos... Olhe o que está acontecendo agora, pessoal! Nós apresentamos requerimentos para fazer destaques, para não passar essa lástima, para nós podermos rever o que a Presidente do Ibama, inclusive, sugeriu, para se revogar um dos artigos. E nós fizemos emendas.

O que é o requerimento que está em discussão agora? É o que pede que não se apreciem os requerimentos um por um, que se vote em bloco, que não se faça discussão. Não se quer que o povo brasileiro conheça a maldade que está sendo feita com a Nação brasileira! Eu não posso concordar com isso!

Por isso, pedi para poder dizer aqui que um dos requerimentos que nós estamos apresentando é o que dialoga com todas as entidades nacionais de saneamento dos Municípios,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

com as entidades que fazem com que o contrato do programa com o Município não seja interrompido para fazer um edital de licitação para as empresas privadas disputarem o serviço que constitucionalmente pertence aos Municípios. Esse é um requerimento. Colegas Deputados, Deputado Glauber, Deputado Afonso, Deputado Tadeu, nós não podemos apreciar este requerimento para os nossos Municípios porque nós vamos ser manobrados agora para votar em globo.

Nós apresentamos um outro destaque, Deputados e Senadores, para que as concessões... No caso do Rio de Janeiro – o Deputado Glauber falou várias vezes do Rio de Janeiro e ele é do Rio de Janeiro –, essa medida provisória quer dar legalidade à ilegalidade feita, porque se desrespeitou a Constituição quando fizeram a privatização no Rio de Janeiro. Essa 844 vai legalizar essa arbitrariedade, sabem por quê? Porque os Municípios, para fazerem a relação de um contrato com a concessão pública, tiveram que aprovar na Câmara de Vereadores. Sabe o que diz o relatório agora? Que agora a empresa privada, só com a palavra do Prefeito, vai renovar o contrato! Isso é um absurdo!

Eu sou signatário de uma PEC para que a gente faça plebiscito popular. Os partidos, as Lideranças que estão aqui, Senadores, Deputados, nós queremos o povo ajudando a decidir. E agora sequer a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, que aprovou uma concessão, pelo relatório agora a Câmara não vai mais ser ouvida, e só o Prefeito vai entregar para a empresa privada.

Esse é o requerimento que eu queria votar, e V. Exas. encaminharam para votar em bloco, para atropelar, para não ter que fazer a discussão.

Eu tenho certeza de que, nessa, os Senadores votariam comigo – votariam comigo –, porque não vão ser contra o Vereador da cidade poder decidir. E, pelo fato de se votar em bloco, os Senadores sequer vão poder apreciar – sequer vão poder apreciar! – essa emenda.

Vocês estão percebendo o que estão fazendo com o País? Desprezando agora os órgãos eleitos, as comunidades, os Municípios, que são as Câmaras de Vereadores? – porque o relatório não incorpora isso. Vai privatizar; a Prefeitura aprovou; é na concessão pública; e agora privatizaram. Agora, a empresa vai lá com o Prefeito, acerta com o Prefeito, e a Câmara de Vereadores sequer vai ser ouvida. Não é possível! Não é possível! Nós estamos falando de água, nós estamos falando de saneamento!

Então, eu quero apelar – agora, não só quero argumentar: agora eu quero apelar – para que não passe... E por pouco, se não levanto a voz aqui, eu não poderia nem sequer fazer a defesa: ir-se-ia rasgar o Regimento, e eu nem poderia explicar o que nós vamos votar.

Então, eu repito nos últimos quatro segundos: eu quero votar, para não ser atropelado. E os Senadores que...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Em votação o requerimento de votação em globo.

Os Parlamentares que concordam com o procedimento de votação em globo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Verificação.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Aprovado com...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Verificação!

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Verificação concedida. Abra-se o painel.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Verificação. (*Fora do microfone.*)

Sr. Presidente, verificação em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – O.k.

Quem é a favor do... (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. *Fora do microfone.*) – Vai abrir o sistema, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Vai. Está abrindo ali. (*Pausa.*)

Já está iniciado...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Quem votar a favor do requerimento do Deputado Leonardo Quintão vota "sim". Quem for contra o requerimento de votação em globo vota "não".

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Já está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Quero fazer um apelo às Sras. e aos Srs. Deputados e às Sras. e aos Srs. Senadores da base do Governo: reflitam antes de votar. Não votem a favor do requerimento do Deputado Leonardo Quintão. Vamos permitir o debate. Nós temos provas de que essa medida provisória precisa ser discutida item a item, porque ela é danosa para a população brasileira.

Então, quero fazer este apelo: vamos permitir o debate, aprofundar o debate e buscar uma solução. A oposição está topando discutir o texto. Agora, não pode ser de forma açodada, proibindo, inclusive, o debate.

Essa é a MP que privatiza a água, que aumenta a tarifa de água e esgoto nas grandes cidades, porque vai ser objeto de lucro; e, nas pequenas cidades, porque não têm o subsídio cruzado... Vocês vão se arrepender! V. Exas. vão se arrepender!

(*Interrupção do som.*)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Por que eu faço esse apelo?

Presidente, cortou o meu som... (*Fora do microfone.*) Tinha que me avisar. V. Exa. cometeu uma indelicadeza comigo. Eu já estava concluindo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Vamos...

Há mais alguém? Algum Deputado ou alguma Deputada que queira votar? Porque vamos encerrar a votação.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Espere aí. (*Fora do microfone.*) É que o sistema é lento, Presidente. Estamos em regime de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Eu vou pedir que registre a presença do Deputado Afonso Florence, que se esqueceu de marcar presença.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Sr. Presidente, o artigo aqui...

Vou deixar bem claro, Sr. Presidente, aos Deputados e Senadores presentes aqui: de acordo com o art. 293, do Senado Federal, inciso X, se, ao processar-se a verificação, os requerentes não estiverem presentes ou deixarem de votar, considerar-se-á como tendo dele desistido.

Então, o Deputado Glauber foi o requerente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Os dois têm que votar.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Basta um para votar, e eu já votei. Então, já está registrado.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG. *Fora do microfone.*) – É o Bohn Gass. Então, votou. Está resolvido.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu, sempre, dentro do Regimento.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não, não. É que o fato de eu solicitar, eu tenho que votar. Mas, já que eu sempre cumprio o regimento, eu votei.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Estou esperando o Deputado Pedro votar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Encerrada a votação.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Espere aí. Estou ainda refletindo sobre o meu voto. (*Fora do microfone.*) (*Risos.*)

Eu vou votar. Eu vou votar. Eu vou votar!

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Foram 13 SIM; 2 NÃO.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Foi cerceado o meu direito de voto, Presidente. Eu ia votar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Aprovado o requerimento do Deputado Quintão.

Votação em globo da admissibilidade dos destaques.

Os Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Rejeitado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, quero usar o tempo de Liderança.

Presidente, tempo de Liderança! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – V. Exa. dispõe de cinco minutos.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Cinco minutos?**O SR. PRESIDENTE** (Hildo Rocha. MDB - MA) – Pelo PT.**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Prorrogáveis por quanto tempo, Presidente?*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Então, eu vou falar pela Liderança do PT.

Eu quero começar fazendo um apelo aos Deputados e às Deputadas, e às Senadoras e aos Senadores da base do Governo Temer e da base do Governo Bolsonaro: que conheçam com mais cuidado essa medida provisória! Não se sustenta a tese de que a ausência de recursos de OGU e de FGTS se resolva com a prestação de serviço privado, por empresa privada, buscando lucro, só nos Municípios onde o sistema dá lucro. Nós temos que resolver outros temas: nós precisamos liberar recursos do OGU. Investimento em saneamento, como foi dito aqui por defensores da medida provisória, é saúde. E a Emenda Constitucional 95 proíbe. Há obra que está parada, é verdade, por causa de projeto; há obra que está parada, é verdade maior ainda, porque os recursos não estão mais sendo disponibilizados. Acabou o PAC.

Por isso, nós do Partido dos Trabalhadores consideramos que ainda há tempo hábil para discutir, Senador Valdir Raupp, Relator desta MP. E ainda mais, Sras. e Srs. Senadores, Senador eleitor Governador, vocês vão se arrepender, assim como já estão todos se arrependendo com a Emenda Constitucional 95. Ela não dura mais cinco anos, porque vai ter que começar a abrir exceção. Infelizmente, para vergonha do Brasil, a primeira exceção foi para comprar tinta para imprimir passaporte para a viagem para Miami. Mas para as universidades, para a saúde, para o saneamento vai abrir exceção agora, porque senão para o Brasil todo.

Aí o Governo eleito anuncia que vai fazer a reforma da previdência?! Vai tirar o direito da trabalhadora e do trabalhador, que viveu uma vida, com uma regra de transição que vai dizer: "Você vai se aposentar depois de 30, de 15, de 20 anos" – de morto, porque 35 anos de contribuição não funcionam. E não foi à toa que a reforma da previdência não passou no Congresso Nacional.

Então, não dá para V. Exas. chamarem para o colo de vocês a responsabilidade de fazer o jogo sujo: privatizar a água nas cidades rentáveis e condenar à falta d'água e também à falta de coleta de esgoto todos os brasileiros e brasileiras que moram na Floresta, que moram no Cerrado, que moram no Pantanal e, principalmente, que moram no Nordeste na zona rural.

Quero fazer este apelo: vamos reabrir a negociação até a semana que vem, porque, até agora, o Governo quis negociar dizendo: "Não abro mão, não abro mão, não abro mão!". Aí não existe negociação.

O PLV piorou. Deputado Glauber, Deputado Tadeu, o PLV é pior do que a medida provisória porque ele diminuiu o tempo das empresas estaduais – tinham previsto na medida provisória.

V. Exas. vão macular a história das suas vidas públicas e vão comprometê-las para o futuro, porque o povo não lhes vai perdoar! O povo não lhes vai perdoar: o das cidades lucrativas, rentáveis, porque a tarifa vai aumentar – a culpa é de vocês –; e o das cidades onde o sistema não é rentável, ou não vai haver água ou a tarifa vai ser muito cara porque não há subsídio cruzado – a culpa é de vocês! Não façam isso com as suas biografias! E, mais do que isso, não façam isso com o povo pobre do Brasil, do Sertão, da Floresta, das cidades pequenas, porque





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

vocês vão jogar para não haver saúde. Onde se implanta sistema de água, cai a mortalidade infantil, cai a zoonose; onde se implanta sistema de esgoto, a mesma coisa. E essa MP vai beneficiar somente as empresas que vão operar os sistemas superavitários, e vão ter lucro com a água. A água não é mercadoria.

(Interrupção do som.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. *Fora do microfone.*) – A água é direito social.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Há sobre a mesa requerimento de votação nominal de relatório do Senador Valdir Raupp.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. *Fora do microfone.*) – Presidente, V. Exa. terminou o meu tempo antes de o tempo acabar.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Eu declaro prejudicado porque já houve a votação nominal.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. *Fora do microfone.*) – E o tempo de Liderança, Presidente?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) – Presidente, eu gostaria de usar o tempo de Liderança do PSB, por favor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Eu já tenho tempo de Liderança pedido também, Presidente. Eu já solicitei também à Mesa o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Aqui não houve nenhuma solicitação por escrito, mas...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Sr. Presidente, eu solicitei. Eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – ... como o Deputado Tadeu Alencar solicitou primeiro, V. Exa. dispõe de até cinco minutos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Peço, logo depois, o tempo de Liderança também.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) – Sr. Presidente Hildo Rocha, Sr. Relator Senador Valdir Raupp, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, este é um debate muito importante que nós estamos travando aqui sobre a Medida Provisória 844. Ela promove uma série de inovações na legislação que disciplina o saneamento no Brasil, e só por isso, algo que é uma mora crônica que nós temos com os brasileiros, deveria ser uma debate amplíssimo.

O primeiro protesto que o meu partido aqui, o PSB, quer fazer sobre essa discussão é exatamente sobre essa velocidade, que não tem, a meu juízo, razões de ordem pública, porque deveríamos estar permitindo aqui um amplo debate que pudesse convencer não só este Parlamento, mas o conjunto da sociedade brasileira, dos benefícios que estão sendo aqui anunciados e alardeados pela Medida Provisória 844.

Então, eu acho que seria de bom tom que nós pudéssemos... Não custa nada lembrar aqui, a quem nos assiste, a quem nos ouve, que ontem nós estávamos elegendo V. Exa. Presidente desta Comissão Mista e, imediatamente, designado o Relator dessa matéria, nós já passamos a enfrentar uma opinião que não era de conhecimento do conjunto da Comissão, porque ela sequer ela estava adequadamente instalada. E, portanto, 24 horas depois nós estamos aqui na iminência dessa aprovação, depois de muita pressão que fizemos, porque, para as entidades – que, pelo tamanho, pelo número, pela extensão, pela representatividade, não só as empresas





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

estaduais de saneamento, como a Frente Nacional de Prefeitos, como a associação das agências de saneamento de todo o Brasil –, seria muito importante que pudessem ter tido um ambiente em que pudessem, naturalmente, debater em profundidade essa questão.

De qualquer sorte, nós não negamos a necessidade de investimentos privados nesta questão do saneamento, porque, evidentemente, já está mais do que provado que os investimentos públicos, ao longo dos últimos anos, muitos anos, não foram feitos no Brasil. A realidade é catastrófica em relação a isso.

Lá em Pernambuco mesmo, em meu Estado, nós temos a maior PPP de saneamento do Brasil, Sr. Presidente. São 7,5 bilhões hoje que tratam os Municípios da região metropolitana. É uma PPP que tem interessados na região metropolitana, porque, naturalmente, são Municípios superavitários e que, evidentemente, vão poder dar taxa de retorno adequada a quem faz um investimento privado.

Essa não é a realidade da maioria dos Municípios, nem do meu Estado, nem do Brasil. A maior parte dos mais de 5 mil Municípios não tem essa característica de ser superavitário. A cidade do Senador Fernando Bezerra Coelho, por exemplo, Petrolina, que é uma cidade próspera, inclusive pela participação da família do Senador no crescimento e no desenvolvimento de Petrolina, não precisa que haja nenhum subsídio cruzado para favorecer a política pública de saneamento naquela cidade, mas essa não é a realidade da grande maioria das cidades do Sertão.

Então, preocupa-me muito exatamente o art. 10-A, porque ele obriga a que os Municípios, hoje, que podem fazê-lo voluntariamente, ofereçam o sistema de saneamento municipal à iniciativa privada. Fica claro que os interessados vão poder se apropriar onde há efetivamente rentabilidade, deixando esse osso para as empresas de saneamento estadual, as quais vão poder continuar fazendo saneamento no Brasil.

Dessa maneira, um tema dessa magnitude, dessa importância...

(Soa a campanha.)

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) – ... precisaria ser muito mais debatido, até para que a gente pudesse fazer, como fizemos na Medida Provisória 843, que antecede essa medida provisória, um grande acordo que contemple os interesses dos Estados e do povo brasileiro.

Por isso, fica aqui a nossa preocupação com a falta de debate com que esse assunto foi tratado e, principalmente, com o conteúdo, de certo modo – permitam-me os que sustentaram de forma contrária –, falacioso de que nós estamos garantindo investimento privado na grande maioria dos Municípios brasileiros, que está à mercê de uma realidade dramática e que, certamente, não será resolvida nem adequadamente enfrentada com o conteúdo dessa Medida Provisória 844, especialmente com o art. 10-A, que é o motivo de nossa maior preocupação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Último Líder inscrito para falar, o Deputado Glauber Braga, em nome do PSOL.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, que bomba colocaram no colo do povo brasileiro! No domingo, eleições. Logo depois, o futuro Ministro da Fazenda já anuncia qual seria a prioridade do Governo e diz que a prioridade é a reforma da previdência, que foi pouquíssimo discutida no período da campanha eleitoral. E, diferentemente do que dizia também





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

o articulador político do Governo – já anunciado como Ministro da Casa Civil –, de que a reforma do Temer não prestava, o Ministro da Fazenda do Sr. Bolsonaro diz que não; que têm de trabalhar para aprovar essa reforma da previdência ainda neste ano e que, depois, eles aprofundam mais. Chegou até a dizer que político cuida de política e economista cuida de economia; que o Sr. Onyx Lorenzoni ficasse lá para o canto dele.

Depois disso, esse mesmo Governo diz que a sua segunda grande prioridade era privatizar, privatizar e privatizar. E aí, como num passe de mágica, a coalizão de Temer, já fazendo o jogo do futuro Governo Bolsonaro, vem com tudo para tentar privatizar o direito do povo brasileiro a ter acesso a água, e querem passar o trator. Se não fosse o suficiente, essa mesma coalizão – que, me desculpem, mas já está trabalhando de maneira articulada – tenta hoje votar na Câmara dos Deputados o projeto conhecido como Escola sem Partido, querendo criar tribunais pedagógicos para professores e profissionais de educação.

Esse mesmo Governo, já em articulação Temer e Bolsonaro, diz que não deve ampliar o valor do salário mínimo, porque isso pode ser ruim para a economia. É o mesmo discurso. Aqueles que falam que aumentar o valor do salário mínimo pode ser ruim para a economia seguem a mesma lógica daqueles que dizem que privatizar a água vai melhorar a vida do povo e ampliar o acesso ao abastecimento.

Pelo amor de Deus! Os senhores não estão falando com quem não tenha vivido essa realidade, não! Eu sou de Nova Friburgo. Eu quero repetir isso aqui. Lá foi privatizada, e sabem o que aconteceu com a conta de água? Foi lá para as alturas, e foi a maior manifestação popular que a cidade já viu contra o processo de privatização. Na época, entregaram para uma multinacional chamada Ertec. E, depois que se privatiza, contrato já feito, dificilmente você consegue reverter essa situação. E quem pagou prioritariamente essa conta foi o povo que não tinha condições.

Aí, eu pergunto às senhoras e aos senhores: vão privatizar e fazer com que companhias, com que empresas públicas...

(Soa a campanha.)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – ... autarquias que não são deficitárias venham a ser responsabilizadas exatamente por aquilo que os senhores estão fazendo? Claro que não. Investir em saneamento é investir em saúde, é verdade, e quem tem de fazer esse aporte é o Poder Público, senhoras e senhores, porque a empresa privada não vai querer colocar água lá em Visconde de Imbé, em Trajano de Moraes, onde não é lucrativo. A empresa privada não vai querer colocar água em Valão do Barro, lá no Município de São Sebastião do Alto, onde não há lucratividade para colocar água. E os senhores sabem disso! Sabem disso, mas, ainda assim, defendem o indefensável, retirando o direito mais básico do povo brasileiro.

A França voltou atrás no processo de privatização da água, porque o povo não estava conseguindo pagar. O Brasil não pode virar as costas para a maioria do povo, que tem um rendimento baixo e que não vai conseguir pagar essa conta.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Presidente, tempo, por favor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Nós, da Bancada do PSOL, vamos trabalhar não só nesta Comissão, mas, depois, no Plenário da Câmara, para que essa matéria não seja aprovada.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Agora, com a palavra o Deputado Bohn Gass, pela oposição. V. Exa. dispõe de até cinco minutos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Obrigado, Presidente.

Alguém pode dizer: tem problema o saneamento do Brasil? Falta termos mais tratamento? Falta chegar água para mais pessoas no Brasil, e água com qualidade? Todos nós concordamos. Nós discordamos é quanto à solução que está sendo dada para esse problema que ainda existe. A solução que nós estamos procurando é alocar recursos e estrutura pública para que se possa manter um sistema que abasteça, que possa garantir tarifas iguais, que é um direito constitucional; a presença dos Municípios nessa gestão; e ter mais investimentos, porque, no serviço público, são reinvestidos nos Estados e nos Municípios.

A solução que V. Exas. apresentam, votando com o Temer, votando com o consórcio Temer/Bolsonaro, é diferente: vocês estão trabalhando a ideia de entregar para as empresas privadas que não vão fazer o reinvestimento. Aqui está a diferença. Uma empresa pública, quando cobra uma tarifa, e pelo fato de ela fazer o subsídio cruzado, que permite que as pessoas possam ter tarifas iguais, pode ainda fazer tarifas sociais para a população mais carente.

Vocês deem um exemplo de um lugar onde um serviço de saneamento foi privatizado e que tenha tarifa social, e em que haja reinvestimento. Não! Diferentemente de uma empresa pública, que reinveste, a empresa privada não investe, porque ela precisa de recursos públicos – e aí estão desestruturando o BNDES e outras coisas exatamente para não haver recursos para financiar – e leva embora o dinheiro da população. Repito: leva embora o dinheiro da população.

Toda vez que entra o debate da privatização, três mentiras são ditas para a população. Primeiro, que isso angariaria recursos para o órgão público. A privatização é feita com preços tão irrisórios, tão baixos que não traz nenhum recurso. Então, é uma mentira, uma falácia.

Segundo, o argumento que os ideólogos e os que adoram a privatização dizem: "vai trazer um serviço de qualidade". Olha, no tempo do Fernando Henrique Cardoso, a qualidade foi tão forte na parte da energia privatizada que até apagão deu. Então, qualidade não é o resultado concreto da privatização.

E a terceira falácia, a terceira mentira dita para o povo brasileiro é que, se for privatizado, vai ficar mais barato para o cidadão. Mentira! Inclusive, eu ouvi essa lorota quando estava aqui discutindo o pagamento para as malas nas passagens dos aeroportos. O pessoal dizia: "agora que o cidadão vai pagar a mala que vai no avião, a passagem vai ficar mais barata". Paga a mala, e a passagem aumentou!

Então, nós estamos enganando a população brasileira. Além de todos os elementos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Claro, nós vamos votar contra esse projeto. Muito bem lembrado. Nós não estamos ainda... Estamos alertando.

E temos uma luta ainda para fazer, porque hoje se compôs uma maioria aqui para prejudicar a água, o saneamento neste País...

(Soa a campanha.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – ... e para privilegiar ricos. Nós temos um grande debate para fazer, porque ela vai passar em dois lugares ainda: ela vai passar no Plenário da Câmara e vai passar no Plenário do Senado.

Então, eu acredito que as entidades que estão hoje aqui com documentos assinados – não com documentos apócrifos, como é este aqui, mas que estão com documentos assinados –, todas essas entidades vão continuar na mobilização dos próximos dias, porque o mundo está dizendo o contrário. Os países, os Estados e Municípios, inclusive do Brasil, que foram na onde privatizante, tendo tarifas mais caras, já estão revendo, ou seja, estão voltando a ter um serviço público. É isso o que o mundo está fazendo, e nós aqui estamos infelizmente indo na contramão da história, privatizando para que as tarifas fiquem mais caras, a água mais distante da população, e o dinheiro fique na mão dos ricos e poderosos que querem essa privatização, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Em votação o relatório.

Para encaminhar, será concedida a palavra a quatro Senadores e quatro Deputados pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 49 do Regimento Comum.

Já temos aqui inscritos – são quatro – Bruno Araújo, Leonardo Quintão, Pedro Fernandes e Alfredo Kaefer.

Eu passo a palavra ao Deputado Bruno Araújo por até cinco minutos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não; dois a favor e dois contra, Presidente! Dois a favor e dois contra, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Passo a palavra, então, ao Deputado...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, são dois contra e dois a favor.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Art. 49.

Encerrada a discussão, passar-se-á imediatamente à votação da matéria, podendo encaminhá-la quatro Senadores e quatro Deputados, de preferência de partidos diferentes, pelo prazo de cinco minutos cada um.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Sr. Presidente, essa lista não foi disponibilizada.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Partidos diferentes. É o Regimento. Vai ter que mudar que o Regimento.

Deputado Quintão, Leonardo Quintão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG) – Sr. Presidente, pelo avançar da hora, vamos votar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Deputado Pedro Fernandes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – São dois. É o contraditório!

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Estamos cumprindo o Regimento.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Esta Casa é a casa do contraditório.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Deputado Pedro Fernandes com a palavra. Vamos respeitar!

O SR. PEDRO FERNANDES (PTB - MA) – Sr. Presidente, eu encaminho favoravelmente para que a gente vá para a votação, até para que a gente possa fazer este debate numa assembleia maior, que são os Plenários, tanto da Câmara quanto do Senado.

Quero dizer o seguinte: quando se fala que o Estado tem de fazer investimento público, tem de saber que o Estado faz investimento público com impostos. Quando não há mais margem para aumentar os impostos, a gente precisa ter opções, como tirar o saneamento e privatizar nas cidades que podem pagar, para que o Estado possa ir para as cidades pequenas fazer esse serviço, o que é muito mais importante. Há muito tempo se vem discutindo o saneamento. Quando há falta de água, praias poluídas, nós estamos discutindo saneamento. Nós estamos querendo dar uma solução.

Vamos levar para Plenário para uma grande discussão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. ALFREDO KAEFER (PP - PR) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, este é um debate que não deve ser ideológico; ele deve ser racional, prático, e a praticidade é a gente levar a universalidade do saneamento a todos os recantos do nosso País. Está provado, mais do que comprovado que o setor público não dá conta dessa tarefa. Por isso, nós temos que encaminhar isso, abrir para o setor privado, para que ele possa cumprir essa importante missão. Recursos do saneamento são recursos enormemente menores no gasto da saúde pública.

Encaminho a favor do relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Em votação o relatório apresentado pelo Senador Valdir Raupp.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, são quatro! Eu quero falar!

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Aprovado o relatório...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, são quatro!

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – ... que passa a constituir o parecer da Comissão.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Sr. Presidente, o senhor está atropelando. São quatro para falar. Só três falaram.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Os Parlamentares que concordam...

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, a leitura da ata!

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) – Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Tumulto no recinto.)

(Iniciada às 19 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 27 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 845, DE 2018 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e dez minutos do dia oito de agosto de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Flexa Ribeiro e Leonardo Quintão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 845, de 2018 com a presença dos Parlamentares Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Valdir Raupp, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Ana Amélia, Lasier Martins, Sérgio Petecão, Paulo Rocha, Vicentinho Alves, Hildo Rocha, Sergio Souza, João Daniel, Alexandre Valle, Edmar Arruda, Rodrigo Garcia, Pedro Fernandes, José Carlos Aleluia, José Pimentel, Dário Berger, Pedro Chaves, José Medeiros, Wellington Fagundes, Fátima Bezerra, Delegado Edson Moreira, Paulo Paim e Wilder Moraes. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, são eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Senador Flexa Ribeiro e o Deputado Lelo Coimbra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Flexa Ribeiro

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 845, de 2018

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2018/08/08>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cury. PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 845, de 2018.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece rodízio na direção das comissões de medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a Relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo-se indicado para Presidente o Senador Flexa Ribeiro e para Vice-Presidente o Deputado Lelo Coimbra.

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro eleito o nobre Senador Flexa Ribeiro e, para Vice-Presidente, o Deputado Lelo Coimbra.

Passo a Presidência da Comissão ao nobre Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Boa tarde.

Eu quero agradecer ao Deputado Quintão, que instalou a Comissão, e aos membros, que acolheram a minha indicação para Presidente.

Em função do período eleitoral, nós vamos convocar, então, uma reunião da Comissão para o dia 28 de agosto às 15h.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a reunião de hoje.

(Iniciada às 15 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 11 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 845, DE 2018 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 13 E 14 DE NOVEMBRO DE 2018, NO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e trinta minutos do dia treze de novembro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 845, de 2018 com a presença dos Parlamentares Valdir Raupp, José Agripino, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Leonardo Quintão, Hildo Rocha, Sergio Souza, Lúcio Vale, Edmar Arruda, Bebeto, Felipe Maia, Nelson Marquezelli, Dário Berger, Delegado Edson Moreira, Vicentinho Alves, Cidinho Santos e José Pimentel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O Presidente passa a palavra ao Relator, Deputado Lúcio Vale, que faz a leitura do Relatório apresentado. Os Requerimentos nºs 1 a 4, são prejudicados com base no art. 242, do Regimento Interno do Senado Federal. Às catorze horas e trinta e cinco minutos a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para as dezoito horas. Às dezoito horas e quatro minutos a reunião é reaberta, e a Presidência anuncia que a sua continuação se dará após o término da ordem do dia do Congresso Nacional. A reunião é suspensa às dezoito horas e cinco minutos. Às vinte horas e quatro minutos a reunião é reaberta. A Presidência suspende a reunião às vinte horas e seis minutos e a reabertura é agendada para o dia catorze de novembro às onze horas. Às onze horas e vinte e oito minutos do dia catorze de novembro, no Plenário nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, a reunião é reaberta. O Relator apresenta uma Complementação de Voto ao Relatório apresentado. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 845, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Lúcio Vale. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Deputado Lúcio Vale, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 845, de 2018; pela sua constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa, e das emendas a ela apresentadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado; pela sua adequação e compatibilidade financeira e orçamentária, e das dezenove emendas apresentadas; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 845 de 2018, com aprovação parcial das emendas nºs 2, 3 e 18; na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das demais emendas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos. A presente Ata é aprovada e será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Senador Flexa Ribeiro

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 845, de 2018

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<https://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/83548>

<https://www.youtube.com/watch?v=pv2K0Jv74nQ>

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 845, de 2018.

Nos termos do art. 242 do Regimento Interno do Senado, ficam prejudicados os Requerimentos de nºs 1 a 4.

Esta Medida Provisória 845 teve a sua tramitação prejudicada pelo processo eleitoral. Nós temos um prazo exíguo hoje para que possa o Relator apresentar o seu relatório, abrir-se vista, e colocarmos em discussão aos membros da Comissão, para que ela possa ser encaminhada, se aprovada, à Câmara e, depois, ao Senado, a tempo de ser sancionada.

Passo a palavra ao Relator, o Deputado Lúcio Vale, do PR do Pará, para que proceda à leitura do relatório.

Com a palavra o Deputado Lúcio Vale.

O SR. LÚCIO VALE (PR - PA. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, eu posso passar diretamente ao voto do Relator, à conclusão do voto, por conta de o que o senhor já expôs aqui, pela questão do período eleitoral. Assim, acho que a gente ganha tempo.

Voto do Relator.

Diante do...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Só para informar aos nossos Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras integrantes da Comissão que o relatório do Deputado Lúcio já está disponibilizado no sistema. Então, é de conhecimento de todos.

Ele está pedindo, propondo, melhor dizendo, que ele vá direto ao voto, não fazendo a leitura do seu relatório.

Eu coloco em apreciação.

Discussão. *(Pausa.)*

Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que concordam com a proposta do Relator de ir direto ao voto, visto que o seu relatório está disponibilizado no sistema, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Retorno a palavra ao Deputado Lúcio Vale, Relator, para que possa fazer a leitura do voto.

O SR. LÚCIO VALE (PR - PA. Para leitura de relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Entendemos que a medida provisória deva ser aprovada na forma do projeto de lei de conversão que ora apresentamos em anexo.

Portanto, votamos:

I. pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória 845, de 2018;

II. pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória 845, de 2018, e das emendas a ela apresentadas na forma de projeto de lei de conversão em anexo;

III. pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória 845, de 2018, e das 19 emendas apresentadas; e

IV. no mérito, pela aprovação da Medida Provisória 845, de 2018, com aprovação parcial das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 14, 15, 17, 18 e 19, tudo na forma do projeto de lei de conversão em anexo e pela rejeição das demais emendas.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Lido o voto do Deputado Relator, coloco-o em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quórum para deliberação – faltam-nos dois Senadores e dois Deputados –, eu vou suspender a reunião para as 18h. Retomaremos às 18h.

Então, fica suspensa a reunião para retomarmos às 18h.

(Suspensa às 14 horas e 35 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 04 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Boa noite a todos.

Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 845, de 2018.

Em função da reunião do Congresso Nacional, que está deliberando neste momento, nós vamos suspender novamente a nossa reunião da Comissão Mista e faremos a reabertura dela tão logo se encerre a sessão do Congresso Nacional de hoje.

A reunião está suspensa.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Suspensa às 18 horas e 05 minutos, a reunião é reaberta às 20 horas e 04 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB - PA) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 845, de 2018.

Como não chegamos ainda a um acordo, nós vamos suspender novamente a reunião da Medida Provisória 845, a presente reunião, marcando a reabertura para amanhã, dia 14 de novembro, às 11h da manhã, na sala 2.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – ... boa noite a todos.

Pela ordem, Deputado.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Então, há o entendimento de que nós vamos buscar construir um acordo até amanhã, e acho que é possível. Acho que o eixo central está valendo agora, dá para construir.

Não havendo acordo, a gente tem o direito regimental de pedir vista.

Correto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Sem problema, sem problema.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – O.k. Com essa compreensão eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Na reunião de amanhã, se não houver acordo, até porque nós vamos abrir a discussão... Não o fizemos de manhã porque não tínhamos quórum para deliberar. Hoje nós já temos.

Então, amanhã V. Exa. tem todo o direito de pedir vista. Eu espero que não o faça...

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Eu também, eu também.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – ... sendo atendido por todo o acordo que nós vamos tentar construir.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Está suspensa a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é suspensa às 20 horas e 06 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 845, de 2018.

Comunico que ontem, dia 13 de novembro, foi feita a leitura do relatório.

Suspendemos a reunião para que pudéssemos, com os Parlamentares que compõem a Comissão Mista da medida provisória, junto com o Executivo, chegar a um acordo que permitisse a aprovação, ainda no dia de hoje, do relatório do Deputado Lúcio Vale, para que a medida provisória pudesse seguir tramitando no Congresso Nacional.

No acordo feito com o Governo, com os ajustes que o Sr. Relator fez, foi acordado também que, no texto que nós vamos aprovar, não haverá veto do Executivo. Ele será aprovado na forma em que o Congresso encaminhar para o Planalto.

Dito isso, passo a palavra ao Relator, Deputado Lúcio Vale, para que faça as suas considerações.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. LÚCIO VALE (PR - PA. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, passo às alterações do projeto de lei de conversão.

Suprimiu os incisos III, IV, V e VII do art. 2º.

No art. 3º, §1º, a palavra "obrigatoriamente"; o §3º do art. 3º, integralmente, também suprimido, incluindo os seus incisos.

Essa é a modificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Lido pelo Deputado Relator o novo texto, com os ajustes que fez no relatório que tinha sido apresentado na reunião de ontem, eu abro o relatório agora lido pelo Relator à discussão dos Parlamentares.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT. Para discutir.) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Com a palavra o Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT) – ... parabenizar V. Exa., Senador Flexa Ribeiro, que faz um grande trabalho para a logística e também para todo o setor de desenvolvimento do País. Quero parabenizá-lo pelo seu trabalho, pela sua luta, pela sua história aqui no Senado Federal.

Quero também cumprimentar o nosso Vice-Presidente, o Deputado Lelo Coimbra; o nosso Relator, Deputado Lúcio Vale; o nosso Senador Pedro Chaves, grande defensor não só da educação, mas também do emprego e da renda neste País. E quero parabenizar, sem dúvida nenhuma, o nosso Deputado Leonardo Quintão, que tem sido o grande coordenador de projetos importantíssimos. Muitas coisas têm ocorrido neste País, e tem que ser reconhecido que a sua luta e a sua persistência com as Lideranças para que se pudesse produzir o bom trabalho aqui neste Congresso surtiram resultado. Com certeza o Brasil de 2019 será um Brasil melhor, devido a tantas leis, projetos e MPs aprovados neste período em que V.Exa. coordenou este trabalho pelo Governo.

E eu aqui quero agradecer ao Relator, Deputado Lúcio Vale, que compreendeu e se sensibilizou com as reivindicações. Esse tipo de medida provisória, Deputado Lelo, divide o País, é óbvio, porque são interesses regionais conflitantes no primeiro momento. São outorgas, recursos que são poucos para tanta necessidade de uma malha ferroviária que está atrasada no Brasil, muito atrasada. Perdeu-se muito tempo durante todo esse tempo.

Eu não posso deixar de parabenizar aqui o Presidente Temer – eu não posso deixar de parabenizá-lo –, porque há muito tempo esperamos projetos como esses para desenvolver o Brasil. Nós temos que ser justos com aquilo que evolui, e a medida provisória vem do Executivo, depois de um debate enorme. E, aqui, o Congresso Nacional, nesta Comissão Mista de que eu faço parte, vai dar, sim, um alento e uma expectativa de desenvolvimento maior para o Brasil inteiro, que não é só para o Centro-Oeste, mas para o Sudeste, para o Sul e para o Norte do Brasil, interligando esse desenvolvimento tão necessário.

Eu falo aqui e abro aspas especialmente para a minha região, onde a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, que foi lançada quatro vezes pela Presidente Dilma, na campanha eleitoral de 2014 e, antes, na de 2010, quatro vezes lançada e nunca tirada do papel. Agora há expectativa clara: ligando Campinorte em Goiás até Água Boa em Mato Grosso, que vai atender 18 milhões de toneladas de grãos em 380km, numa expectativa de investimento de R\$4 bilhões em outorga, que realmente vai ajudar o Brasil, porque nós esperamos que ela saia





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

de Água Boa e continue fazendo interligações até o Pará, interligando a Bahia, fazendo essa interligação toda com a Norte-Sul e tantas outras ferrovias que o Brasil precisa que ocorram, como é o caso da Ferrogrão de Sinop até Miritituba. É um momento ímpar e esta medida provisória ajude o Brasil e, sem dúvida nenhuma, ajude os brasileiros.

Parabéns à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Em discussão.

Deputado Quintão.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (MDB - MG. Para discutir.) – Minha fala é de extrema importância, Senador Flexa. Quero parabenizar V.Exa., quero parabenizar o nosso Deputado e futuro Vice-Governador Lúcio Vale, que é grande amigo nosso aqui. Sucesso, Lúcio. Vamos precisar muito da sua ajuda e da do Senador Flexa ano que vem para que a gente possa fazer avançar o nosso País com as reformas necessárias. Então, conto com V.Exa.

Senador Pedro Chaves, parabéns. V.Exa. mostra aqui a sua liderança defendendo o Estado do Mato Grosso. Parabéns mesmo! V.Exa. faz história aqui para o seu Estado, na logística do seu Estado, que é um Estado produtor de grãos. Isto aqui vai ajudar muito a produção, diminuir o custo de escoamento da produção, porque não basta ser eficiente na produção: o Brasil precisa ser eficiente para escoar a produção. Infelizmente, até a porteira da fazenda, nós somos os mais eficientes; saiu da porteira, Lúcio, começa o custo Brasil, que inviabiliza a produção brasileira. Então, isto aqui está viabilizando, Deputado Nilson Leitão, milhões de empregos no campo e nas cidades também.

Deputado Lelo, vai ajudar muito o Espírito Santo e a nossa Minas Gerais, a nossa Vitória-Minas. Nós temos aí R\$6 bilhões de antecipação de outorga que será feita, mas nós temos que rever isso, Lelo. O preço do minério está aumentando. Então, aqui nós iremos já ao Governo, e eu convoco V.Exa. para possamos rever os valores dessa antecipação de outorga. Por quê? Eu tenho certeza de que, se nós fizermos a conta novamente, nós poderemos resgatar e aumentar em R\$2 bilhões. Serão investimentos no Estado do Espírito Santo de V.Exa., que está conduzindo muito bem a Vice-Presidência da Comissão, e em Minas Gerais. O Vale do Aço passa ali por todas as cidades, Valadares, Ipatinga, a cidade de Timóteo, Coronel Fabriciano e até... Então, é de extrema importância.

Vamos votar.

Parabéns a V.Exas. Fizemos aqui história para o nosso Brasil. E ao Nilton Leitão, que foi generoso comigo, meu muito obrigado. Eu quero que você continue ajudando o País. Quem sabe, Nilson, com a sua experiência – é um dos Deputados que tem a maior liderança aqui no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado –, V.Exa. possa nos ajudar, em 2019, a aprovar as medidas necessárias para gerar dez milhões de empregos para o nosso País. Pense nisso, companheiro, por favor! V.Exa. é um diamante já lapidado aqui no Congresso Nacional.

Que Deus nos abençoe.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. LELO COIMBRA (MDB - ES) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Deputado Lelo Coimbra com a palavra.

O SR. LELO COIMBRA (MDB - ES. Para discutir.) – Presidente, foi muito bom termos construído essa convergência, que nos dá porta de passagem para todas as aspirações que





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

estão colocadas, tanto do Mato Grosso quanto do Pará e do Espírito Santo. Para nós do Espírito Santo é muito importante, mas não só para nós, porque envolve Espírito Santo, Rio e envolve Minas. Minas, inclusive, vai ter um porto, se tudo correr bem, em Presidente Kennedy, e essa ferrovia passa em frente a esse porto, que está já licenciado e já com previsão de ser iniciado, que é o Porto Central.

Para nós é muito importante isso, porque o nosso Estado está aí classificado como Estado A no desempenho das finanças nos três quesitos. Então, é um Estado que fez um esforço muito grande. O Estado já foi penalizado, no Governo da Presidente Dilma, em 2013, com o fim do Fundap. O fim do Fundap nos tirou um desempenho comparativo importante e não resultou em benefícios para outros Estados. Quem mais se beneficiou com aquela medida foi São Paulo. Não houve a chamada guerra fiscal superada. Na realidade, o Espírito Santo é que foi suprimido e, com isso, a importância logística do nosso Estado é de grande relevância, e a Estrada de Ferro 118 é de fundamental importância. Com a greve dos caminhoneiros, a importância desse investimento e desse esforço ficou demonstrada, é muito importante que a gente se dedique a eles para poder dar respostas ao Brasil.

Tem especial destaque o seu comentário final, Deputado Leonardo, que é o valor da outorga. Acho que nós... Para essas empresas, o que está sendo trabalhado e ainda a ser vencido... Há o obstáculo TCU e MP, que não está vencido, está em curso. Nós estamos fazendo uma antessala aqui importante, dos acordos que podemos fazer neste momento, mas é de gigantesca relevância, e as condições que estão dadas, de mercado, permitem que nós possamos estabelecer uma discussão acerca do aumento do valor das outorgas de maneira importante. E, dessa maneira, podendo ter a possibilidade de um aporte financeiro em maior escala para esses projetos, em especial no caso do Espírito Santo, Rio, com braço mineiro, a F-118.

Então, Senador Flexa, Senador Pedro... Deputado Lúcio, futuro Vice-Governador, sucesso no seu governo. E digo a todos nós: que possamos estar aqui cumprindo o papel importante de dar conta deste grande desafio que é a malha ferroviária brasileira. Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Agradeço ao Deputado Lelo Coimbra.

Passo a palavra ao Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (PRB - MS) – Inicialmente, eu queria parabenizar o nosso Presidente Flexa Ribeiro pela sua articulação. Ele é uma pessoa aberta, que conseguiu agregar realmente opiniões divergentes. Da divergência ele fez uma convergência muito importante.

Quero parabenizar também o Lúcio Vale pela sua abertura e pelo seu desprendimento.

Entendo que as explicações dadas por um dos maiores técnicos do Brasil, que é o Tarcísio, que foi de uma felicidade muito grande... Eu teria que nominá-lo mesmo, porque ele foi brilhante, mostrando realmente que era importante fazer umas emendas no parecer inicial do nosso amigo Lúcio Vale, que estava muito bom, mas que foi melhorado ainda mais.

Então, mais uma vez, quero parabenizá-los e dizer, já antecipadamente, que meu voto é favorável ao parecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Agradeço ao Senador Pedro Chaves.

Passo a palavra ao nosso Relator, Deputado Lúcio Vale.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. LÚCIO VALE (PR - PA) – Sr. Presidente, é a complementação de voto.

Diante do exposto, entendemos que a medida provisória deva ser aprovada na forma do projeto de lei de conversão que ora apresentamos em anexo. Portanto, votamos:

I - pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 845, de 2018;

II - pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória nº 845, de 2018, e das emendas a ela apresentadas, na forma do projeto de lei de conversão anexo;

III - pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 845, de 2018, e das 19 emendas apresentadas; e

IV - no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 845, de 2018, com aprovação parcial das Emendas nºs 2, 3 e 18; tudo na forma do projeto de lei de conversão em anexo, e pela rejeição das demais emendas.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Deputado Lúcio Vale, antes de encerrar a discussão e de ir para a votação, quero parabenizá-lo pelo seu relatório. Ao parabenizá-lo, quero parabenizar todos os membros da Comissão Mista da Medida Provisória 845.

Essa medida provisória, que cria a Fundo Nacional Ferroviário, é da maior importância. Da forma como ficou ajustado na reunião que fizemos ainda há pouco, acredito que vai atender àquilo que todos nós queremos: a implantação de uma malha ferroviária no nosso País que permita que o Brasil cresça, mas cresça em todas as regiões, não somente naquelas que já estão desenvolvidas.

As regiões ainda em desenvolvimento, Deputado Lúcio Vale, como a nossa Amazônia e o nosso Pará, terão também as mesmas oportunidades, tenho absoluta certeza, através da aprovação, da conversão em lei deste projeto de conversão.

Faço votos, Deputado Lúcio, de que V. Exa., como Vice-Governador, junto com o Governador eleito Helder Barbalho, imprima todo o empenho do Governo para que possamos, o mais rápido possível, senão imediatamente, iniciar a licitação e colocar à disposição do mercado a implantação da Ferrovia Paraense, a Fepasa. Eu não tenho dúvida de que esse instrumento de logística, essa ferrovia, será o marco determinante para o desenvolvimento do nosso Estado. Ela vai ligar Barcarena a Santana do Araguaia quando estiver pronta, desenvolvendo todo aquele eixo onde existem riquezas incomensuráveis, que estão adormecidas e que precisam ser transformadas em melhoria de qualidade de vida para todos os paraenses. Faço votos, Deputado Lúcio, de que a implantação desse projeto seja imediatamente iniciada.

Eu quero agradecer aos técnicos do Governo do Presidente Michel Temer. Começo pelo meu amigo Tarcísio Feitosa. O Tarcísio, Lúcio, é um amigo de muitos anos, seguramente, Deputado Lelo, de três anos. Há três anos a gente vem discutindo com ele a implantação desse projeto, mostrando a viabilidade, mostrando que esse projeto é importante para o Brasil e determinante para o Pará. Ele, então, precisa ser implantado.

Faço aqui também, Tarcísio, uma homenagem merecida ao ex-Secretário Adnan Demachki, que, com todas as dificuldades, levou em frente o desenvolvimento do projeto,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

chegando a ter o EVTEA aprovado, chegando a ter parte da licença ambiental já aprovada. Temos um problema só para resolver, Deputado Lúcio Vale: uma área de quilombola. Resolvido isso, a licitação pode ser posta na rua.

Vamos ter os recursos, como o Tarcísio colocou aí, da ordem de R\$2 bilhões para iniciar, para complementar, para dar mais atrativos para o que os interessados da iniciativa privada possam vir implantar. Então, que fique registrado nos *Anais do Senado* esse agradecimento ao Secretário Adnan Demachki.

Agradeço a você, Tarcísio, por todo o esforço que fez ao longo desses três anos. Espero que você continue ajudando o Pará, para que a gente possa realmente implantar isso.

Agradeço aos técnicos do Governo, à minha amiga Tuca. Eu não sabia que seu nome era Mariangela Fioretti. Eu não sabia, Deputado Lelo, que o nome dela era Mariangela Fioretti. Eu acho que o Congresso todo só a conhece por Tuca. Se se falar em Mariangela, ninguém saberá quem é.

Obrigado, Tuca, pela ajuda não só nesse projeto dessa medida provisória, mas em todas as outras de que você participou, fazendo também esse meio de campo entre o Congresso e o Executivo.

Agradeço ao nosso amigo Diego Tinoco pela sua persistência e determinação. Da próxima vez, eu vou dizer para você não sentar, ficar de pé, para que o acordo com o Governo seja favorável ao Relator.

Agradeço à Natália Resende – muito obrigado! –, ao Carlos Ramalho e a todos vocês que trabalharam por isso.

Quero agradecer também ao consultor Sócrates, que ajudou aqui o nosso Relator, e ao nosso assessor Yoram, que também, há três anos, conhece essa ferrovia de frente para trás e de trás para frente.

Dito isso, eu quero parabenizar a todos os Parlamentares presentes aqui: o nosso Nilson, o nosso Leonardo, o Lelo, o Pedro Chaves, o Lúcio. Em nome de vocês, quero agradecer a todos que puderam ajudar na aprovação desse relatório.

Eu vou retornar a palavra ao Relator, porque ele tem ainda uma correção de texto a ser informada.

O SR. LÚCIO VALE (PR - PA) – Sr. Presidente, há uma correção do texto no art. 2º, inciso IV, §1º, que passa a ser lido:

§1º As vinculações de receita orçamentária previstas no *caput* deverão vigorar no prazo de cinco anos, contado da data de entrada em vigor da Medida Provisória 845, de 20 de julho de 2018, conforme o disposto no §4º do art. 114 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017.

Essa é a correção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Agradeço mais uma vez ao Relator, o Deputado Lúcio Vale.

A discussão continua aberta. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Passamos à votação da matéria.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Em votação o relatório apresentado pelo Deputado Lúcio Vale nos termos da complementação de voto apresentada.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e das anteriores.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos e suspensa às 20 horas e 06 minutos do dia 13/11/2018, a reunião é reaberta às 11 horas e 28 minutos e encerrada às 11 horas e 51 minutos do dia 14/11/2018.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 846, DE 2018. DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e dezoito minutos do dia oito de agosto de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Fernando Bezerra Coelho e Evandro Roman, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 846, de 2018, com a presença dos Parlamentares Marta Suplicy, Dário Berger, Aírton Sandoval, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Lasier Martins, Paulo Rocha, Vicentinho Alves, Hildo Rocha, Leonardo Quintão, Sérgio Souza, João Daniel, Floriano Pesaro, Alexandre Valle, Delegado Edson Moreira, Rodrigo Garcia, José Pimentel, Pedro Chaves, José Medeiros, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Pedro Fernandes, Fátima Bezerra, Afonso Florence, Paulo Paim, Eduardo Amorim e Wilder Moraes. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente, o Deputado Evandro Roman, e designado Relator-Revisor, o Deputado Deley. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte minutos. A presente Ata é aprovada e será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Evandro Roman

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 846, de 2018.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2018/08/08>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. MDB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 846, de 2018.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio da direção das comissões de medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a Relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Deputado Evandro Roman, que convido para assumir os trabalhos desta Comissão.

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum encaminhamento em contrário, declaro eleito como Presidente o Deputado Evandro Roman.

Passo a Presidência dos trabalhos para o nobre Deputado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Boa tarde a todos.

Fica designado como Relator Revisor o Deputado Deley, e informo também que o Relator será designado oportunamente, porque ainda estamos aguardando a manifestação do Senado para a implantação, a fim de que seja designado o Relator.

Desta forma, encerro a presente reunião e proponho a aprovação da ata desta reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 20 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 846, DE 2018. DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e quinze minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Evandro Roman, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 846, de 2018, com a presença dos Parlamentares Ailton Sandoval, Flexa Ribeiro, José Agripino, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Hildo Rocha, Leonardo Quintão, Sergio Souza, Floriano Pesaro, Rocha, Felipe Maia, Deley, César Halum, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Valdir Raupp, José Pimentel, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Paulo Paim e Garibaldi Alves Filho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho da Comissão. **Resultado:** Aprovados o Requerimento nº 1 (Plano de Trabalho), do Senador Flexa Ribeiro, com as alterações sugeridas oralmente pelo Relator e o Requerimento nº 2, do Deputado Deley. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Evandro Roman

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 846, de 2018.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2018/10/16>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 846, DE 2018. DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Evandro Roman, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 846, de 2018, com a presença dos Parlamentares Marta Suplicy, Dário Berger, Aírton Sandoval, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Ana Amélia, Lasier Martins, Vicentinho Alves, Hildo Rocha, Leonardo Quintão, Sérgio Souza, Vicente Candido, Floriano Pesaro, José Rocha, Deley, Tasso Jereissati, Roberto Britto, João Carlos Bacelar, José Medeiros, Cidinho Santos, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Pedro Fernandes, Delegado Edson Moreira, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Wilder Morais. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 846, de 2018. **Participantes:** Leandro Cruz Fróes da Silva - Ministro de Estado do Esporte; Luis Carlos Cazetta - Secretário-Executivo do Ministério da Segurança Pública; Alexandre Manoel Angelo da Silva - Secretário de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria (Sefel) do Ministério da Fazenda; José Paulo Martins - Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura; Gilson César Pereira Braga - Superintendente Nacional de Loterias da Caixa Econômica Federal; Pedro Trengrouse - Coordenador Acadêmico do Programa Executivo FGV/FIFA/CIES de Aperfeiçoamento em Gestão do Esporte; Luiz Alfredo Aranha d'Escragnolle Taunay - Presidente do Jockey Club Brasileiro; e Cristina Reindolff da Motta - Advogada, representante do Jockey Clube Carazinhense. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e três minutos. É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Evandro Roman

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 846, de 2018.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2018/10/30>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 846, DE 2018. DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e vinte e oito minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Evandro Roman, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 846, de 2018 com a presença dos Parlamentares Marta Suplicy, Dário Berger, Ailton Sandoval, Romero Jucá, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Ana Amélia, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Vicentinho Alves, Hildo Rocha, Leonardo Quintão, Sergio Souza, Andres Sanchez, Vicente Candido, Fausto Pinato, Floriano Pesaro, Delegado Edson Moreira, Paulo Paim, Vinicius Carvalho, Wilder Moraes, José Pimentel, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Valdir Raupp, Ataídes Oliveira e Pedro Fernandes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa.** **ITEM 1 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 846, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Altera a Medida Provisória nº 841, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** É apresentado e lido o relatório e é concedida vista coletiva da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Evandro Roman

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 846, de 2018.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2018/10/31>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 846, de 2018.

Neste momento, passo a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Deputado Evandro Roman; Srs. Senadores; Srs. Deputados; todos aqueles que estão aqui presentes na reunião da Comissão da Medida Provisória 846 e quem nos assiste também pela TV Senado ou nos ouve pela Rádio Senado; eu quero, primeiro, pedir desculpas, porque estávamos marcados para as 14h30, e eu estava com duas dificuldades. A primeira era que eu estava sabatinando o Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração na Comissão de Infraestrutura, e eu fui o Relator. Eu fiz os questionamentos, mas não escutei a resposta para poder chegar até aqui. Depois eu vou tomar conhecimento, pelas notas taquigráficas, pela gravação também.

Segundo, ontem, depois da reunião que fizemos aqui, muito proveitosa, nós estendemos as conversas ao longo da noite e pela manhã de hoje, e isso ocasionou um pequeno atraso na confecção do relatório. Quando me entregaram o relatório, eu estava lá na Comissão de Infraestrutura e até me lembrei daquele pãozinho quente, quando sai da padaria e você passa manteiga. Estava quentinho, quentinho, o relatório de 65 páginas.

Eu pedi à Consultoria do Senado, já tinha pedido antes – e é normal, é sempre feito –, que fizesse um resumo para que eu fizesse a leitura aos senhores membros da Comissão.

O texto do relatório já está disponibilizado, já está para conhecimento de todos vocês.

Eu estou aguardando o resumo, que me disseram que está concluído, a caminho aqui da Comissão para que eu possa fazer a leitura desse resumo.

Mas me coloco aqui à disposição para a gente poder...

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Por favor, pode falar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Pois não, Deputado Vicente.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Relator, dada a circunstância do atraso e o trabalho também a que o senhor se dedicou pelas madrugadas, e a véspera de feriado – as duas Casas, creio, já bem esvaziadas –, nós poderíamos adotar aí um acordo que é praxe: daria o relatório como lido, já que ele está à disposição na rede, cada um levaria para casa, leria em casa, a gente faria aqui o pedido de vista coletivo dos presentes e, para a semana que vem, na abertura da reunião, a gente analisaria as proposições em cima do relatório. Então, o pedido de vista coletivo, dado como lido. A função de o senhor fazer a leitura de 64 páginas aqui é fazer todo mundo dormir, por mais bela que seja a sua voz, na tarde de quarta-feira, véspera de feriado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Deputado Vicente, acho que ninguém dormiria, porque o relatório é...

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Bastante consistente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – ... muito importante para todo o nosso País. Então, iriam ficar bastante atentos a ele.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Mas o público que deveria ouvi-lo não está aqui totalmente presente, nós estamos em três Parlamentares, então não faria muito sentido exigir isso do senhor, neste momento. A gente lê no avião, faz a leitura no feriado e fim de semana, faz as anotações devidas, as proposições e, na terça-feira, a gente retoma o debate.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – O Plenário é soberano.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Se for decidido que é considerado como lido o relatório, de que todos podem tomar conhecimento no sistema, não há por que... Eu não leria as 65 páginas, Deputado Vicente. Eu já tinha recebido aqui...

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – O resumo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – ... a primeira parte do resumo, está vindo a segunda, porque está saindo do forno. Mas eu aceito essa proposta que V. Exa. está colocando de que a gente possa discutir já na reunião de terça-feira próxima.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Perfeito. O.k.? Aí é dado como...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – É considerado vista já aqui.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Houve o pedido de vista...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Considerado lido e vista coletiva.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Sim, lógico.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Isso. O.k.?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Não, é só para ficar definido isso porque, senão, na reunião de terça-feira... Ah, vista coletiva. Não. É dado como lido, conhecido por todos e vista coletiva concedida pelo Presidente.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Perfeito. Eu já...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Na terça-feira, nós faremos a discussão e a votação do relatório.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Se houver acordo já para terça-feira. Precisa ver se na terça-feira correram as duas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Não é necessário. Eu me informei e, pela regra do Congresso, são 24 horas.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Do Congresso?

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Isso, justamente. A da Câmara que tem essas situações. Então, pode ser, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Sim, sim.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Em tendo acordo terça-feira, faz o debate e votação.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Nos termos do art. 132, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida vista coletiva da matéria.

Então, houve até uma solicitação de que nós fizéssemos a suspensão, e não o encerramento. Eu optei, depois de ouvir os dois planos da assessoria, por nós encerrarmos esta e iniciarmos, justamente por nós termos vários pontos divergentes, que, no transcorrer... Então, eu prefiro encerrar a presente reunião, iniciando com um quórum novo na próxima terça-feira, às 14h30, neste mesmo local.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 35 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 846, DE 2018. DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 06 E 07 DE NOVEMBRO DE 2018, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e nove minutos do dia seis de novembro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Evandro Roman, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 846, de 2018 com a presença dos Parlamentares Marta Suplicy, Dário Berger, Aírton Sandoval, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado, Ana Amélia, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Hildo Rocha, Leonardo Quintão, Sergio Souza, Andres Sanchez, Vicente Candido, Fausto Pinato, Floriano Pesaro, Otavio Leite, Delegado Edson Moreira, Bebeto, Laura Carneiro, Deley, César Halum, Dalirio Beber, José Pimentel, Vicentinho Alves, Cleber Verde, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Valdir Raupp, Ataídes Oliveira, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim e Wilder Moraes. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 846, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Altera a Medida Provisória nº 841, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Em 06/11/2018, é lida Complementação de Voto do Senador Flexa Ribeiro. A reunião é suspensa às dezesseis horas e vinte e dois minutos e a reabertura é agendada para o dia 7/11/2018. Em 07/11/2018, a reunião é reaberta às dezenove horas e quarenta e quatro minutos e é lida nova Complementação de Voto. O Relatório do Senador Flexa Ribeiro é aprovado e passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 846, de 31 de julho de 2018, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, por sua aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, com o acolhimento, parcial ou integral, das Emendas nos 6, 24, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39 e 41, e rejeição das demais Emendas apresentadas na Comissão Mista e a inclusão das propostas do Relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e onze minutos. São aprovadas as atas das reuniões anteriores e a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Evandro Roman

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 846, de 2018.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2018/11/07>

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 846, de 2018.

A Presidência comunica que, no dia 31 de outubro, o Senador Flexa Ribeiro deu como lido o seu relatório, a pedido até do próprio Plenário, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria.

Neste momento, passo a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, para as suas considerações. E quero dizer, Senador, que a qualquer momento que o senhor solicitar para fazer alguma adequação ao relatório, nós estamos à disposição para suspender a reunião por meia hora, 40 minutos, o que for necessário para que sejam feitas as adequações.

Passo a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, para suas considerações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Presidente, Deputado Evandro Roman, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, na reunião passada, por sugestão e aprovação do Plenário da Comissão Mista, foi dado como lido o relatório, até porque ele é bastante extenso. E, ao longo desses dias todos, nós continuamos atendendo as entidades para que pudessem fazer os ajustes que fossem possíveis de serem feitos.

Então, eu vou ler para os senhores uma complementação do voto exatamente nos ajustes que foram atendidos.

Complementação de voto ao relatório apresentado na Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida provisória nº 846, de 31 de julho de 2018. Relator: Senador Flexa Ribeiro.

Na 4ª reunião da Comissão Mista da Medida Provisória (Projeto de Lei de Conversão) nº 846, de 2018, realizada em 31 de outubro de 2018, apresentamos relatório perante esta Comissão acompanhado de projeto de lei de conversão.

Na ocasião, foi concedida vista coletiva da matéria. Na presente complementação, propomos 11 alterações ao projeto de lei de conversão apresentado.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A primeira alteração se refere ao acatamento da Emenda nº 24, do Deputado Arnaldo Jordy. Mantemos o posicionamento de que essa emenda deve ser acatada.

Sugerimos, contudo – ou seja, ela foi acatada em parte –, a exclusão da regra de representatividade máxima de 40% no colégio eleitoral, pois essa regra gera retrocesso em algumas confederações esportivas.

Por exemplo, na Confederação Brasileira de Vela, os atletas hoje têm participação superior a 40% e, na Confederação Brasileira de Desportos na Neve, existem apenas duas categorias no colégio eleitoral.

A emenda do Deputado Jordy é para evitar que na composição da direção houvesse o predomínio de uma categoria sobre as outras, de tal forma que os atletas não pudessem ter acesso à direção ou os diretores fossem só os que tivessem acesso. Então, ele propôs que nenhuma categoria poderia ter mais de 40% do colégio, só que não foi possível acatar porque já há algumas categorias na Confederação Brasileira de Desporto na Neve e Brasileira de Vela que já possuem atletas com mais do que isso. Então, não vamos alterar aquilo que já vem em vigor.

Obviamente, nesse último caso, haveria a necessidade de inclusão de outra categoria em seu colégio eleitoral para adequação à lei. Não necessariamente, porém, essa outra categoria seria representativa para o desenvolvimento do desporto na neve.

Também sugerimos que a participação dos atletas nos colegiados de direção e no colégio eleitoral seja realizada por meio de representantes eleitos diretamente e de forma independente pelos atletas filiados da entidade. Com isso, é coibida a indicação de representantes dos atletas por meio dos dirigentes esportivos – preocupação do Deputado Jordy. Essas sugestões foram apresentadas pela entidade Atletas pelo Brasil, com o aval do Comitê Olímpico Brasileiro, o Comitê Paralímpico Brasileiro e a Comissão de Atletas do CPB.

A segunda alteração se refere à exclusão, no § 1º do art. 26 do Projeto de Lei de Conversão, do trecho – aspas: "inclusive quando instituição financeira, ou entidade a ela equiparável, for parte interessada ou estiver envolvida na operação". Essa exclusão é necessária, pois subentende-se do restante do mencionado parágrafo que a responsabilidade do Ministério da Fazenda no tocante à análise e emissão das autorizações e à fiscalização das operações de promoção comercial envolve todo e qualquer solicitante, seja diretamente ou por meio de suas autarquias, como a Superintendência de Seguros Privados (Susep).

A terceira alteração é relativa à modificação do conteúdo das alíneas a e d dos incisos I e II do art. 30 do Projeto de Lei de Conversão, bem como do parágrafo único do mesmo artigo. A ideia é que, do produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa, 82% (oitenta e dois por cento) e 90% (noventa por cento), no mínimo, sejam destinados para o pagamento de prêmios e Imposto de Renda





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

incidente sobre a premiação nas apostas realizadas, respectivamente, em meio físico e em meio eletrônico, e 14% (quatorze por cento) e 8% (oito por cento), no máximo, sejam destinados para a cobertura das despesas de custeio e manutenção do agente operador nas apostas realizadas, na mesma ordem, em meio físico e em meio eletrônico. Isso é necessário, visto que o ambiente de exploração dessa nova modalidade lotérica é concorrencial.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ. *Fora do microfone.*) – O que está escrito é para que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – São jogos de quota fixa, é o que... É para frente.

Colocamos máximo e mínimo, que não tinha, eu acho, aí no texto.

Destaque Deputada, porque aí a gente vai direto...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Não quero destacar não, Flexa, quero só entender.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – No texto anterior nós não tínhamos limites mínimo e máximo para premiação e agora foram colocados esses limites.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Na verdade o senhor incluiu a expressão "no mínimo e no máximo".

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Isso.

Exatamente.

A quarta alteração trata do acréscimo do art. 31 do Projeto de Lei de Conversão de que os ganhos obtidos com prêmios decorrentes de jogos na loteria de apostas de quota fixa sofrerão a incidência do Imposto de Renda à alíquota de 30%, de acordo com o art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, contanto que o valor de cada ganho em dinheiro exceda o valor da primeira faixa da tabela de incidência mensal do Imposto de Renda da pessoa física (atualmente até R\$ 1.903,98) — isso quer dizer que todos os ganhos da loteria de quota fixa que forem abaixo de 1.903 estão isentos da dedução do Imposto de Renda —, nos termos do art. 56 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Essa modificação é simplesmente de caráter redacional, pois, como expresso no art. 29 do Projeto de Lei de Conversão, as apostas de quota fixa constituem uma espécie de loteria e, portanto, já se beneficiariam da isenção criada pela Lei nº 11.941, de 2009.

A quinta alteração diz respeito à não sugestão de nova redação para o art. 14 da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984. Em vez disso, é sugerida a revogação do referido artigo, para não haver conflito com o anterior art. 44 do Projeto de Lei de Conversão, que trata da possibilidade de exploração, na forma da modalidade lotérica de prognósticos esportivos, de loteria cujos resultados sejam





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

associados a corridas de cavalos, inclusive os *sweepstakes*, diretamente pela União ou indiretamente por meio da Caixa Econômica Federal ou mediante concessão.

A sexta alteração altera, no Projeto de Lei de Conversão, os termos “paraolímpico” para “paralímpico” na alínea f do inciso I do art. 15; “paraolímpicos” para “paralímpicos” na alínea b do inciso I e na alínea b do inciso II, ambos do § 2º art. 16; e “paraolímpicas” para “paralímpicas” nos §§ 6º e 7º do art. 23.

Por sua parte, a sétima alteração apenas decompõe a redação do §1º do art. 16 do Projeto de Lei de Conversão em dois novos incisos para evitar a ambiguidade da interpretação do dispositivo legal.

A oitava alteração exclui do Projeto de Lei de Conversão, a pedido do Poder Executivo Federal, o art. 43, original, relativo à centralização das atividades lotéricas em uma das subsidiárias, coligadas ou controladas, da Caixa Econômica Federal.

Por sua vez, a nona alteração diz respeito à modificação da composição do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Propomos que, em adição aos sete representantes trazidos pela Medida Provisória nº 841, seja incluído um representante do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública.

Eu explico o porquê dessa inclusão, inclusive conversando com o Ministro da Defesa; da Segurança, melhor dizendo.

É que, como vai funcionar o Sistema Único de Segurança Pública e aqui, no Fundo Nacional de Segurança Pública, 50% dos recursos serão destinados fundo a fundo para os Estados, então é importante que neste Conselho que vai definir a política tenha pelo menos um representante de todos os Secretários de Segurança dos Estados da Federação.

Propomos que à adição dos sete representantes trazidos pela Medida Provisória 841 seja incluído um representante do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública.

Desse modo, mudamos a orientação quanto ao acatamento da Emenda nº 29, que passa a ser rejeitada.

A Emenda 29 é aquela que propunha um de cada região.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Senador, é porque os conselhos têm que ser ímpar, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Ah, sim. A Emenda 29 acrescentava bastantes membros. Estão me informando aqui que o TCU e...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Não, estou entendendo. Mas como é que vamos fazer? Ela vai ficar com oito membros e não...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Com sete membros.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Não. Acho que fica com oito agora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – São sete. Não é?

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Não, são sete; com mais um, vai para oito. Mas o Conselho não tem que ser ímpar? Olha o pepino.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – É. V. Exa. tem razão.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Tem que achar um jeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Em adição aos sete representantes da Medida Provisória. Aí nós temos...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Eu não sou contra, não. A gente tem que achar uma redação, porque Conselho tem que ser ímpar, senão não vai resolver nunca.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Podemos por dois representantes dos Secretários.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Ou põe um representante dos Secretários de Segurança e põe um...

Deixe-me dar uma...Qual é o artigo? Só para sugerir alguma coisa. Qual é o artigo, Senador?
(Pausa.)

Qual é o número do artigo, pelo amor de Deus? Já estou tontinha aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – É o art. 43.

O SR. DELEY (PTB - RJ) – Não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Não, não.

O SR. DELEY (PTB - RJ) – É o 42.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Não é mais. O 43 caiu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – É o 45, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Não, ele não pode ser duplo. Ele só faz para desempate.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

É o 44, Deputada.

O SR. DELEY (PTB - RJ) – Senadora, a redação do 44 me parece que foi para o 42.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – É o 44.

O SR. DELEY (PTB - RJ) – Não, ela foi para o 42.

Eu só queria alertar, Deputada Laura, que a senhora observasse também a questão do inciso VIII do art. 47. No final, vai ficar praticamente o que vinha sendo proposto inicialmente, que é o que nós estamos discutindo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Qual é o artigo, Deley?

O SR. DELEY (PTB - RJ) – O 44...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – O VIII do 47 repete aquele negócio do turfe, não é isso?

O SR. DELEY (PTB - RJ) – O 44 voltou para o 42, a redação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – O turfe?

O SR. DELEY (PTB - RJ) – E os dois...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – O das corridas.

Mas a gente vai discutir ainda. Não discutimos, não.

O SR. DELEY (Bloco/PTB - RJ) – Sim, sim. Só estou para alertar. E o inciso VIII...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Nós vamos destacar. A questão do turfe já está destacada. Nós vamos ao final.

O SR. DELEY (Bloco/PTB - RJ) – Tá bom.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Já está, já está. Agora, sim. Só que há que se incluir no destaque do Deley esse parágrafo novo, esse inciso novo, o VIII do 47.

O SR. DELEY (Bloco/PTB - RJ) – É indispensável isso. Do contrário, não fará efeito nenhum.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Se não, não adianta nada. Mas vamos voltar para o Conselho. Se não, a gente não resolve nada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Para que seja mantido o número ímpar de representantes, podemos colocar dois, porque, inicialmente, Deputado, havia a sugestão de se colocar





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

um representante da sociedade civil. Mas é muito difícil você fazer a escolha de um representante para compor esse colegiado.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – E não pode ter mais do que direitos humanos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Dificílimo.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Cadê a cultura aqui? Vamos ver quem está.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – A minha proposta são dois representantes do colégio de secretários de segurança dos Estados. Pode ser assim a alteração?

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – A assessoria do Ministério da Segurança explica que, havendo empate, seria a Presidência do Conselho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Voto de minerva.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Que, normalmente, é o secretário, né? De Conselho, não tem nada, né, gente? Vamos ser justos. Conselho é para aconselhar. Não é para o chefe decidir. Ou eu não sei mais o que é Conselho. Não gosto da ideia, não. Mas são vocês que sabem. Não é uma coisa importantíssima assim. Não é mudar dado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Nós vamos ter de decidir.

Pois não, Deputado Pinato.

O SR. FAUSTO PINATO (Bloco/PP - SP) – Já que nós estamos em discussão para melhorar o texto, eu vou falar do art. 16.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Não, gente. Vamos terminar aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Vamos terminar aqui, Pinato?

O SR. FAUSTO PINATO (Bloco/PP - SP) – Não, tudo bem. Tá bom. Mas vocês estão pensando em quem vai, quem não vai. Eu estou falando...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Vamos terminar e entrar no art. 16.

A sugestão do Ministério de Segurança é que se deixe como está. E o Presidente teria o voto de minerva, se houver empate.

A outra sugestão é colocar dois representantes no colégio de secretários.

Eu acho melhor os dois.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Ficaram três do Ministério da Justiça; um, da Casa Civil; um, no Planejamento...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – São todos do Executivo.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – São todos do Governo mesmo. Não faz diferença nenhuma, não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – É tudo do Governo. São sete do Governo.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – O Conselho quer tudo do Governo. Pode dar dois, três, um. Não faz diferença nenhuma.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Não vai alterar. Apenas vão colocar a posição.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Está certo, Senador. Não faz diferença nenhuma.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Então, vamos alterar aqui mais uma vez e incluir, então, dois representantes do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – De regiões diferentes, se possível, né? De regiões distintas, porque, senão, vai tudo lá do meu Sudeste querido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – É bom. Põe aí "de regiões distintas".

Desse modo, mudamos a orientação quanto ao acatamento da Emenda 29, que passa a ser rejeitada.

A 10ª alteração refere-se ao acréscimo da expressão, aspas, "inclusive aquelas sob sua gestão", fecho aspas, no § 6º do art. 23 do Projeto de Lei de Conversão, de modo que o COB e o CPB possam cumprir com a obrigação de aplicação mínima de 10% dos seus recursos em, por exemplo, instalações sob sua gestão.

Por seu turno, a 11ª alteração modifica o termo "e os incluirá" para "incluí-los-á" no *caput* do anterior art. 48 do Projeto de Lei de Conversão, renumerado como art. 46, além de também fazer referência ao inciso III do art. 19 e ao anterior art. 37, renumerado como art. 36. Adicionamos ainda a expressão "art. 1º" no anterior art. 40 do Projeto de Lei de Conversão. Esses ajustes são de redação.

Por fim, a título de esclarecimento, trazemos informações sobre o impacto orçamentário-financeiro das medidas propostas pelo projeto de lei de conversão que implicam renúncia de receitas. Em primeiro lugar, estimamos que a renúncia de receitas decorrente da destinação da renda líquida de um concurso especial da loteria de prognósticos esportivos anualmente para Federação Nacional das Associações Pestalozzi é de R\$344,5 mil entre os exercícios financeiros de 2018 e 2021. Esse valor





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

corresponde à média dos repasses efetuados à Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e à Cruz Vermelha Brasileira, em 2016.

Somente essas duas entidades que prestam serviços reconhecidos nacionalmente, tanto a Cruz Vermelha quanto as Apaes, que já tinham sorteio cuja renda era destinada a eles. E foi incluído mais um para a associação Pestalozzi, também na mesma linha dos outros dois.

Em segundo lugar, a renúncia de receitas relativa à remissão tributária das contribuições previdenciárias referentes ao Bolsa Atleta para os meses de agosto de 2015 a maio de 2016, de que trata o anterior art. 40 do Projeto de Lei de Conversão, renumerado como art. 39, é estimada em R\$6.425.928,42. Em terceiro lugar, a renúncia de receitas relativa à mudança do enquadramento previdenciário do beneficiário do Bolsa Atleta de contribuinte individual para facultativo é estimada em R\$70,04 mil, R\$884,66 mil e R\$945,77 mil nos exercícios de 2018, 2019 e 2020, respectivamente, no cenário em que todos os atletas não optem por contribuir como segurado facultativo.

Alternativamente, se todos os atletas optarem em contribuir com a alíquota de 11% sobre o salário mínimo (abrindo mão da aposentadoria por tempo de contribuição), a renúncia estimada é de R\$58,01 mil, R\$728,95 mil e R\$779,3 mil, nos exercícios de 2018, 2019 e 2020.

Essa é uma questão que vou explicar aos senhores – talvez seja melhor.

Eu fui procurado pelos representantes dos atletas paralímpicos e... Foi criada, lá atrás, quando houve aquela atleta Laís que se acidentou, uma lei para dar aposentadoria especial a ela. Com isso, todo atleta paralímpico que tivesse acesso à Bolsa Atleta teria que descontar também a previdência. Ocorre que isso estava trazendo dificuldades para eles, inclusive, há a remissão aí de alguns meses que o próprio Comitê não pôde recolher porque não havia rubrica para isso no Ministério.

Assim, com essa redação aqui, nós corrigimos isso tudo. Então, agora, quem tem a aposentadoria vai optar se vai recolher também para a previdência pelo Bolsa Atleta ou não. Passa a ser optativo e não obrigatório.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 846, de 31 de julho de 2018, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária.

No mérito, votamos pela sua aprovação na forma do Projeto de Lei de Conversão a seguir, com o acolhimento, parcial ou integral, das Emendas nºs 6, 24, 28, 31, 32....

Alterou alguma aqui?

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Continuando: 32, 33, 36, 37, 38, 39 e 41, a rejeição das demais Emendas apresentadas na Comissão Mista e a inclusão das propostas do Relator.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Pois não, Deputado Fausto Pinato.

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Sr. Presidente, como a gente parou no artigo....Eu queria fazer apenas uma colocação para o Sr. Relator, até para...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Pois não.

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – O art. 16 do texto substitutivo dispõe que "a receita de administração dos serviços das loterias federais (19,13%) se presta para as seguintes destinações: a título de custeio, manutenção da operação das loterias da Caixa, promoção de *marketing* destinado ao Fundo de Desenvolvimento das Loterias, comissionamento pela venda das loterias para a rede lotérica..."

O substitutivo fala na redução de 19,13% para 17,6%. Quer dizer, eu estou muito preocupado, porque, recentemente, nós tivemos uma briga muito grande por conta do PLC 001, de 2018, onde nós fizemos um acréscimo junto à Caixa para dar... Eu acho que nós estamos entrando num contrassenso, porque, na minha opinião, existem outros tipos de lotéricas, como a Lotex, por exemplo, que tem muito menos custo e fica com 19,13% – e eu estou baseado no relatório da Caixa Econômica Federal.

Então, eu acho o seguinte: nós tivemos uma briga muito grande recentemente no PLC 001, de 2018, onde a própria Caixa reconheceu que deveria fazer um equilíbrio econômico-financeiro. Eu gostaria que V. Exa. visse isso aí, porque isso chega a gerar quase a 70% final. E outra coisa: deixa de arrecadar para as lotéricas, mas acaba onerando a Caixa Econômica Federal, porque, a partir do momento em que a gente reduz de 19,13% para 17,6%, prejudica tanto a Caixa como os lotéricos. E eu não estou entendendo, porque recentemente nós tivemos um enorme trabalho, os Parlamentares aqui, para fazermos os lotéricos invadirem praticamente a Caixa. Fizemos uma discussão ampla, muito significativa, muito produtiva, em que fizemos esse equilíbrio.

Eu acho interessante. Eu não concordo com essa redução aqui, até porque está havendo um contrassenso inclusive com a Lotex. Quer dizer, a Lotex, que tem muito menos encargo, vai ficar com 18,3; as loterias, 17,6%. Parece que é 2%, mas 2% é muita coisa, na minha opinião, para as loterias.

Isso aí pode desencadear, inclusive, o fechamento de várias lotéricas no País, porque estou com um relatório da Caixa aqui. Em 2015, que foi um dos melhores resultados da Caixa, o resultado foi de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

300 milhões. Nós estamos falando aqui de praticamente poder chegar a 70% da redução desses lucros e dividendos.

Eu sei que é muito plausível e viável o Relator, mas estou entendendo, como nós participamos de outra discussão profunda com a Caixa, que, nesse ponto, se a gente pudesse melhorar ou adiar a votação por 48 horas, para a gente estudar isso, procurar mais informação para a Caixa, porque...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Nós não temos esse prazo de 48 horas. Temos, no máximo, até amanhã, que é o prazo máximo do nosso encaminhamento.

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Eu faço o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Tá.

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Vamos fazer. Agora, eu queria só ouvir o Relator, porque...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – O Senador Paulo Rocha é também sobre o mesmo tema.

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Ótimo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Então, gostaria de ouvir o Senador Paulo Rocha também.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Lembrando que já estamos em discussão. Daí, na sequência, a Deputada Laura Carneiro; depois, o Deputado Vicente Cândido.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Acho que está exatamente no momento da inscrição de discussão da proposta, não é?

Ele levantou inicialmente esse ponto, que era o tema principal que eu iria levantar no debate. O próprio Relator, meu caro colega Senador lá do Pará, o Senador Flexa Ribeiro, sabe da importância que cumpre às casas lotéricas no nosso Estado, com característica igual à nossa.

Aquilo que seria obrigação da Caixa, para fazer agências em determinados Municípios... Ela usa inclusive as casas lotéricas para poder cumprir este papel: pagamento inclusive de políticas públicas sociais, como Bolsa Família e tantas outras políticas que existem lá, por causa de agências que a Caixa deveria manter, mas usa as lotéricas.

Então, a lotérica não é só arrecadação ou intermediária de apostas. Ela cumpre um papel fundamental, inclusive na substituição do papel da Caixa no interior do nosso País.

O que nós queremos aqui? Que se tire lá, para financiar o combate à violência, fortalecendo a segurança pública, tudo bem, mas que se preserve aquilo que já está conquistado como percentual para o pagamento que cumpre às lotéricas. Que seja preservado isso, porque a medida provisória é muito





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

importante, mas não pode ser a socialização dos pequenos, dos miseráveis. Se é para se tirar da Caixa, que se tire dela própria e não dos lotéricos.

Então, é isso que nós queremos.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Tire do banco e não do funcionário, não é?

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Aí, ao que me parece, não é nem no mérito da questão do ponto...,

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – ... mas é uma redação mais adequada para preservar esses direitos já conquistados pelos lotéricos.

Por exemplo, reservado 8,61% a título de comissão de vendas aos lotéricos, etc, conforme... A não ser aqueles previstos em lei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – É redação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR. *Fora do microfone.*) – Claro, deve.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA. Para discutir.) – Deputado Pinato e Senador Paulo Rocha, eu acho que todos os Deputados, todos os Senadores, todos nós aqui defendemos as lotéricas, defendemos a Caixa também. Esse foi um dos pontos em que eu mais aprofundi o estudo. Fiz diversas reuniões com a Caixa Econômica, diversas. Conversei com os lotéricos, que só me procuraram hoje; conversei com eles. Mas em todas as vezes que conversava com a Caixa, defendia os lotéricos, até porque o Deputado Pinato lembrou e os senhores e senhoras lembraram que há pouco tempo nós tivemos também um embate com a Caixa Econômica, e, na realidade, era mais com a questão das tarifas de cobrança dos bancos, era mais em função disso, e todos nós defendemos as lotéricas; inclusive nós íamos aprovar o projeto que dava a eles um valor até melhor do que eles negociaram com os bancos.

Então, eu disse a eles: "Olha, nós não temos nenhum interesse em tirar recurso de vocês, nenhum". Agora, se for ver com cuidado aqui o relatório, não foi mexido em nada que é de esporte, nada, nada, não diminui nada do comitê ou de nada paraolímpico, nada da CBC, nada de esporte, até porque a loteria é para isso.

Duas coisas foram alteradas aqui. Uma eram os recursos do Fies, que saíram, deixaram de ser fonte de receita da loteria e foram introduzidos para o Fundo Nacional de Segurança. Ora, todos nós aqui sabemos que a violência hoje no Brasil é talvez um dos pontos de maior preocupação de todos os





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

governos, e criamos há pouco o Sistema Único de Segurança Pública. Não adianta criar o Sistema Único de Segurança Pública se não houver recursos; não adianta haver o Fundo Nacional de Segurança Pública se não há recurso para ele. Inclusive eu li, talvez V. Exas. não tenham atentado... Ou melhor, eu não li, porque dei como lido. Eu tinha um projeto de lei que aprovei por unanimidade, projeto de lei de 2007, que não permitia contingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Nós aprovamos, na Lei Orçamentária, um determinado valor para esse fundo e o Executivo contingencia e usa apenas parte desses recursos.

O projeto de 2007, em função da crise, foi aprovado no Senado por unanimidade. Está na Câmara. Eu, numa reunião que tive com o Ministro de Segurança Pública, conversei com ele de incorporar e já tornar não contingenciáveis todos esses recursos do Fundo Nacional de Segurança.

Agora, em acordo com o Ministro Jungmann, também não adianta – eu acho que os senhores concordam comigo – você colocar dinheiro para a União e os Estados ficarem à míngua, vindo de pires na mão pedir recursos à União para poder atender o seu sistema de segurança.

Então, a medida provisória previa que 25% desse fundo seriam distribuídos fundo a fundo, direto, não passariam na União.

Eu fui ao Ministro, eu sugeri a ele 75%. Ele me fez ponderações, e eu acatei, para que deixasse 50%. Então, 50% desses recursos que vão vir oriundos dos recursos das loterias vão ser distribuídos aos Estados fundo a fundo. Então, os Estados vão receber, a cada mês, esses recursos.

Mais do que isso: 15% dos outros – porque os outros 50% o Governo vai distribuir a critério dele para os Municípios –, na redação... *(Pausa.)*

Eu quero ter a redação correta para vocês verem: 15% desses 100% que vão para o fundo serão utilizados...

No art. 5º:

§1º É permitida a destinação de até 15% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para programas:
I - habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública; e
II - de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.

São os recursos que vão poder iniciar um programa de melhoria da qualidade de vida desses agentes que colocam a sua vida para defender as nossas. Na maioria das vezes, eles estão convivendo lado a lado com o bandido e eles precisam ter, então, um reconhecimento, uma melhoria da sua condição de vida.

O Ministro Jungmann acatou que nós pudéssemos colocar esses 15% para isso.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, essas são as duas, e os 35% restantes o Governo vai distribuir para os Municípios à medida que houver a necessidade.

Eu só estou vendo aqui, Ronaldo. Por favor, eu quero que vocês raciocinem comigo. Aqui o §1º está dizendo: "É permitida a destinação". Para mim é essa redação, quando diz que é permitida, lá no art. 5º, §1º, XI.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – É permitido, mas não garante nada, né, Senador? O senhor sabe que dizer nada é a mesma coisa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Parece que Deus ilumina, porque a gente foi buscar algo que já tinha... (*Pausa.*)

Hein?

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Sr. Presidente...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Texto em sessão, destinados os 15% para... (*Pausa.*)

Até 15% para...

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Deputado Roman. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Pois não, Deputado.

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Só uma sugestão. Eu sei da competência do Senador Flexa Ribeiro e da boa intenção dele, mas é o seguinte: eu estou com o relatório da Caixa Federal...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Eu vou chegar à Caixa.

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Tudo bem, mas eu queria falar para o senhor o seguinte: eu sei que a segurança... Eu sou da bancada da bala, acho que o cara que mais defende segurança neste Parlamento sou eu. Agora, nós temos que parar aqui de ter uma certa... Nós temos que ter uma ponderação. O discurso político é um, lá fora. A eleição acabou.

Eu sou o primeiro cara que defende a segurança pública como uma das principais pautas deste País. Só que, por outro lado, nós não podemos criar desequilíbrios, né? Tirar, por exemplo, dos lotéricos, que são família – nós, que estamos com 13 milhões de desempregados...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Eu sei, mas o que eu queria propor para V. Exa. é o seguinte...

(*Intervenção fora do microfone.*)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Não, não é tirar da segurança. Eu gostaria de estudar melhor isso. Proponho ao senhor amanhã...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Se a gente não chegar a um denominador comum...

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – ... nós podemos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Colocamos esse tema só para votar. Eu queria fazer esse acordo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Eu só queria continuar raciocinando com vocês, porque, como está aqui, "é permitida a destinação de até 15". Quando diz: "é permitida [...] de até", pode ser um, podem ser dois, podem ser três. A minha intenção é de que sejam 15%.

Então, eu queria sugerir que a gente fizesse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Afirmar.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – É: "serão destinados"... "Minimamente". "No mínimo".

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – No mínimo, não: 15%.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Ou: "serão destinados 15%", o senhor é quem sabe.

E se quiser destinar mais?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Não pode.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Como não pode?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Porque precisa...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Pode tudo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Já foi uma luta os 15, Deputada.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – É que a lei, Senador, é para o resto da vida, é assim que eu penso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Nós vamos só corrigir, com a aprovação dos senhores...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Se o cara quiser destinar 15,01; pode.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – ... a redação, de "é permitida até" para que se diga que "15% serão aplicados"...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Não, não. A argumentação é que o Ministro Jungmann fez um apelo para que a gente fixasse em 10%, e não em 15%. Essa foi uma conversa com o... A gente pode, se os senhores concordarem...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Podemos fazer: "no mínimo 10 e até 15"? Resolve o problema de todo mundo, fica todo mundo feliz.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Todos concordam? *(Pausa.)*

Todos concordam que se faça essa alteração? *(Pausa.)*

Não, não. Eu estou só... Eu só estou alterando aqui, porque, do jeito que está a redação...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – A sugestão é muito boa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – ... diz que é permitido...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – "No mínimo 10, no máximo 15" dá liberdade para o Ministro trabalhar.

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Mas afirmativo isso aí.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Afirmativo, para aplicar.

Então, veja a redação, em vez de aprovar até o fim.

Agora, vamos às lotéricas.

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Só uma sugestão: e se não tiver programa? Esses 10, 15%, como é que vão ficar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – O colegiado vai criar o programa.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Do dinheiro do fundo, você pode gastar entre 10 e 15. No mínimo 10.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Vai faltar é dinheiro. Eu te garanto.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – É, e o Ministro vai ter a possibilidade de, ciclo a ciclo, saber se põe mais ou põe menos.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Se precisa, se não precisa...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Isso aí. Não engessa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Bom, a preocupação nossa é não prejudicar os lotéricos. Correto? Correto? Correto.

Nas reuniões que eu tive com a Caixa Econômica – e foram diversas –, eu pedi a eles, várias vezes: tragam-me os balanços da parte lotérica de vocês; quanto é que custa e quanto vocês arrecadam. Porque eu queria ter uma ideia, se é superavitário, se é deficitário... Pedi várias vezes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Para a Caixa Econômica. Para a Caixa Econômica.

Eu não consegui essa informação no Ministério da Fazenda. Não consegui.

E, na última reunião que eu tive com o diretor da área, ele me trouxe a de 2017, e o Deputado Pinato até se referiu ao número, que é exatamente o que me deram...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Não. O resultado da...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Pronto. É exatamente esse número que me foi dado: R\$301 milhões de resultado, da Caixa, no ano de crise – no ano de crise –, com baixa de receita.

A média das receitas gira a R\$15,5 bi, e eles estavam em torno de 14. E a tendência, se Deus quiser, é aumentar a arrecadação.

Ainda, quando entrar a Lotex, vai aumentar bastante. A expectativa da própria Caixa, do próprio Governo, é que se aumente substancialmente o valor das apostas. O valor das apostas não: o volume de recursos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Vai ser menor...

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Sim, mas aí... Bom, aí... O que é que... Qual é a outra alteração que eu quero repartir com vocês?

O Ministro da Educação me procurou, levantando uma questão que eu acho que...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Perder o dinheiro do Fies.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Não, não. Não é isso não. O Fies já está com outra fonte lá.

É mudar o patamar da educação brasileira. Eu acho que todos nós queremos isso.

E eu defendo a meritocracia, para nós podermos fazer as coisas evoluírem. Não dá para você tratar todo mundo igualmente.

Então, qual foi a sugestão que ele me pediu e que eu busquei? Iniciar isso. Colocar um recurso, para que o Ministério da Educação, por avaliação, por regulamentação que fará, possa premiar as escolas e os professores que se destacarem nos Idebs, a cada dois anos, e que se use uma parte desse recurso.

Isso aqui dá R\$200 milhões. Esse valor que está aqui, de 1,53. Dá R\$200 milhões. Eu não...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Já lhe dou, Deputada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Eu não tinha de onde buscar esse recurso: ou do prêmio ou da administração. Foi quando busquei saber com a Caixa Econômica, de alguma forma, como era.

Então, comparando, inclusive, à Lotex, a remuneração da Lotex vai ser 18 e alguma coisa, 18,3, vai ser 18,3. E as lotéricas vão ter receita sobre isso.

Então, a sugestão foi: tirar esse 1,53... Eu ainda disse aos diretores da Caixa: É fazer mais com menos, é otimizar os recursos que vocês têm. Não mexam nas lotéricas.

Há uma redação aqui que o consultor está me oferecendo: que dê segurança às lotéricas para que não seja reduzido.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Senador, eu queria aduzir outro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Pois não.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – ... aspecto no que V. Exa. está dizendo. Eu fiz uma emenda. Até não fui eu que destaquei. Quem está destacando é o Deputado...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Deley?





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Não. O Vicente Candido. Desculpa.

Que trata mais ou menos da mesma coisa, mas o que aconteceu? Nessa medida provisória, esqueceram o Fundo Nacional de Cultura. Eu não entendo. Na Lotex hoje não há nada para o Fundo Nacional de Cultura, enquanto na outra havia.

Então, eu acho que, da mesma maneira que é importantíssimo atender a educação e equalizar a questão dos lotéricos, talvez fosse ideal para esses percentuais a gente sentar, fazer uma conta, que a gente pudesse aceitar os lotéricos, resolver alguma coisa para o Fundo Nacional de Cultura, que foi cortado simplesmente. A emenda é minha. Nem fui eu que destaquei, mas ela é real. Esse é um problema real. A gente não pôs a Lotex.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Mas, Deputada, vai sair...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Espera, Senador, só eu terminar o raciocínio.

E, ao mesmo tempo, a gente tentar incluir a questão da educação, que é claro que é importantíssima. E 200 milhões não farão falta se você tirar do prêmio. Se a gente consegue tirar do prêmio... Porque o prêmio é para a pessoa. A gente está falando do Brasil. A gente está falando da coletividade, da sociedade, que tem que ser mais importante.

Então, eventualmente, você pode resolver a questão da educação, pode resolver a questão da cultura no prêmio e equalizar em função da 001, do projeto de lei que nós votamos, a questão dos lotéricos, que talvez – é a vontade de V. Exa. – a gente consiga. O que a gente podia tentar fazer agora são essas questões que o senhor já mexeu, que nós já conversamos.

Então, na hora em que vocês me permitirem, eu vou tentar explicar a questão do COB, as outras questões, porque essa é uma questão tão delicada que a gente vai ficar falando aqui a tarde inteira e não vai chegar a nada. A gente tem que sentar numa mesa...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Então, começamos agora.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – V. Exa. já me permite?

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Pela ordem, a Deputada Laura Carneiro, usando os cinco minutos dela, o Vicente Cândido e, na sequência, o Deputado Deley. Pode ser assim, Deley?

O SR. DELEY (PTB - RJ) – Presidente, eu só ia corroborar com o que...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Mas pode falar. Por favor, pode falar.

O SR. DELEY (PTB - RJ) – É rapidamente, um minuto.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Deley...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. DELEY (PTB - RJ) – Senador, com todo respeito, eu tenho certeza do talento que o senhor tem, eu falei na reunião anterior, na verdade, só para a gente repetir, o Governo fez uma grande lambança na 841. Essa é a verdade. Então, eu quero me juntar aqui à Deputada Laura, quer dizer, não só em relação ao esporte como em relação à cultura, Senador.

Volto a dizer que o Governo colocou um abacaxi na mão do senhor, ele fez uma lambança, aí vem a Caixa Econômica... Eu estou com medo de a Caixa querer tomar conta da minha mulher, eles querem tomar conta de tudo, rapaz. Entendeu? É impressionante!

Se o senhor tiver a curiosidade, pergunte à Caixa os resultados da administração das nossas emendas. Ela tira dinheiro das nossas emendas, dinheiro que teria ido para os Municípios.

Então, é assustador – perdoe-me o rapaz da Fazenda – querer incluir essa questão do turfe, a questão da cultura, a questão do esporte.

Na verdade, nós estamos aqui tentando consertar a lambança que esse Governo fez.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – V. Exa. me concedeu a palavra, Presidente? Para a gente começar...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Sim, mas a assessoria está me passando que iniciou a deliberativa agora do Senado... Do Congresso.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Do Congresso? Começou o quê? Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Só um pouquinho.

A sugestão é que nós venhamos...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Eu tenho um destaque.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Que nós venhamos a retornar amanhã às 10h da manhã.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Às 10h da manhã é um péssimo horário, é o horário que a gente tem das Comissões da Câmara.

Não pode ser às 14h?

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Às 14h, eu acredito, fica apertado porque nós temos que discutir...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Às 13h?

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Eu acho que ficaria... Pode até ser às 11h...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – De manhã eu sugiro que a gente pudesse...

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Nós temos as Comissões Permanentes, pessoal.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – De manhã, eu sugiro que o Relator pudesse estudar, junto com os membros que puderem vir – eu não posso porque tenho seis relatórios para fazer –, mas se ele pudesse conversar com alguns de nós, para a gente tentar achar essa solução, tanto da lotérica quanto da cultura, do turfe... São coisas que a gente pode em dois minutos resolver.

Agora, no Plenário mesmo, já vou resolver com ele o turfe.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – A informação é a de que votam hoje todos os vetos, deve ser longa, não dá para...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Não, hoje não. Hoje vai...

Não é hoje não, é amanhã de manhã...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Eu tenho uma preocupação, Sr. Relator, na seguinte situação.

Nós temos aqui vários pedidos, vários destaques, se nós deixarmos para vir às 14h...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Os destaques são fáceis de tirar, são todos meus.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Às 14h30...

Temos um pedido do Deputado Fausto Pinato de adiamento da votação, que eu acredito que, se passar por amanhã, pode haver um acordo, o senhor até já sugeriu isto, mas está tudo em pauta aqui. Eu suspenderia hoje e nós voltaríamos amanhã às 13h.

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Pela ordem, Deputado Fausto Pinato e, depois...

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Não, eu só gostaria de dizer assim...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Fausto Pinato.

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Que dia é hoje?

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Hoje é dia 6. Nós temos o limite de amanhã.

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Nós temos...

Estão aqui falando que o prazo é dia 28 de novembro.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – O dia 28, passando por tudo, encerrando tudo, só que tem um prazo, que a assessoria até pode informar, que é amanhã, e se não entregar até amanhã...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Tem que ir para a Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – ... não consegue avançar, não é aceito para que o avanço...

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Sr. Presidente, isso aí é uma sugestão do Presidente da Câmara.

Nós estamos falando de uma medida provisória importante para o País, na qual V. Exa. está fazendo um belo trabalho como Presidente e o Relator.

Nós percebemos aqui que os Parlamentares estão em dúvida em alguns pontos de discussão, em cálculos e informações que chegaram da Caixa.

Nós não podemos fazer o que o Presidente da Câmara quer sem ter segurança nesta medida provisória.

Desculpe-me, mas eu vou entra com o kit obstrução caso a gente não encerre a reunião e vamos estudar.

Nós não podemos, eu tenho dúvida sobre a oneração da Caixa, eu tenho dúvida sobre a questão da educação, que o Relator colocou aqui, a Deputada colocou uma questão de cultura, falou da questão do prêmio, mas, por outro lado, é muito plausível que nós entremos agora na média mundial – quero parabenizar o Relator nisso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Exatamente.

Então, o que eu acho? Eu acho que a Deputada falou uma coisa importante, por que a gente não faz uma reunião amanhã de manhã, sem Comissão? Encerra essa Comissão.

Por quê? Nós temos que colocar isso redondo. Nós estamos aqui só em um ponto com problema, que se puxar para lá e para cá, nós podemos equalizar.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Deputado Fausto, nós temos aqui, a assessoria passou, que é uma determinação do Presidente da Câmara dizendo que nós devemos entregar isso aqui até o dia 7 de novembro de 2018.

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Sr. Presidente, com todo o respeito que eu tenho ao Presidente Rodrigo Maia, ele não tem o poder para fazer determinação com prazo de medida provisória.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu sou advogado, conheço o Regimento. Ele pode pautar direto em Plenário passando por cima desta Comissão. Agora, se há Parlamentares com dúvida, do mesmo jeito que é uma determinação dele, é um direito meu, como Parlamentar, Vice-Líder do Partido Progressista, entrar com votação, e eu estou percebendo que, se V. Exa. não encerrar isto e nós marcarmos uma reunião pela manhã, pelo que eu vi com o Senador e a Deputada aqui, a tendência, Excelência, de nós conseguirmos derrubar a sessão, o que nós não queremos até para não prejudicar o trabalho magnífico do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Claro, claro...

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – ... porque nós estamos em dúvida de porcentagem... Eu sou bem incisivo nessa questão e eu peço a V. Exa. que, se quiser, nós nos reunimos amanhã de manhã, ou 11 horas da tarde, se quiser fazer 5 horas da tarde amanhã, na hora que eu estiver seguro das questões de porcentagem e dos impactos, porque eu recebi um relatório da Caixa e dos lotéricos que, como o senhor disse, procurou-nos hoje, e eu participei muito daquela questão, porque eu estou em dúvida, e na dúvida eu não voto.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Fausto Pinato, eu o respeito bastante e sei do seu conhecimento jurídico.

Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Vicente...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Eu queria fazer uma sugestão de encaminhamento, só. Posso?

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Não quer me ouvir também, querida?

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Eu te ouço sempre, meu amor. Se bem que depois da lei eleitoral, eu não quero mais te ouvir.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – De repente eu me sinto contemplado no teu...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – (Risos.) Nunca mais eu vou te ouvir.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Olha que nós melhoramos a lei. Podia ter sido pior.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Imagina.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Deputado Evandro e Sr. Relator, primeiro, queria que o senhor registrasse a minha presença porque o meu dedo não conseguiu acessar ali a tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Está registrado, olhe ali, Vicente Candido.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Ah está? Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu acho mais conveniente, Presidente, que a gente se reunisse amanhã às 8 da manhã, para fazer o acordo com o Relator, quem tem pendências com o Relator. Não use o horário das 10h, porque todos nós somos titulares de várias Comissões. Não vai dar quórum aqui e não vai dar quórum lá. E chama a sessão...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Sugestão de meio-dia, do Relator.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – É que meio-dia o Relator não vai conseguir acertar o texto para trazer...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – A gente se reúne às 8 h.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Se a gente se reúne meio-dia, pela experiência, Sr. Relator, o senhor não vai conseguir formatar o texto para trazer logo em seguida para o debate. Então o mais conveniente é acordar um pouquinho mais cedo, fazer das 8 às 9h, às 9h30min.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Não, a reunião aqui meio-dia...

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Deixa eu terminar...

Deixa eu terminar o raciocínio.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Ele está sugerindo, você não entendeu, Vicente, às 9 horas faz uma reuniãozinha.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Sim, mas ele está sugerindo isso.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Eu acho mais confortável reunir antes...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Mas você não entendeu o que ele sugeriu gente.

Às 9 h faz reunião interna nossa...

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Entre 8 e 9, pode ser. Eu acho que o horário das 9h é apertado pelo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Oito horas.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – ... pela complexidade dos temas pendentes.

Feito isso, cumpriu o prazo de amanhã, aí vamos recorrer aqui ao ensinamento de Tancredo Neves que foi membro aqui da Casa. Reunião é para reunir. Se não combinar antes não vai dar certo, porque tem muitas pendências, tem kit obstrução, tem muito descontentamento, é uma matéria sensível, então é conversar, conversar e conversar, para chegar aqui com um acordo mais ou menos encaminhado.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – A sugestão, Vicente: às 8 horas a gente reúne para tirar essas dúvidas.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Onde, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Pode ser no gabinete mesmo, lá no nosso gabinete.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Oito horas no gabinete do Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Isso.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Os Deputados e os Senadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – E às 12 horas nos reunimos aqui no Plenário 2. O Presidente convoca.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Não é preciso convocar; suspende, suspende.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Suspende.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Suspende a reunião de hoje e amanhã recomeça ao meio-dia, porque também é uma matéria muito importante para a gente votar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Só para facilitar, Deputado Deley, Deputada Laura...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Laura.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Só para facilitar, Deputada Laura, a questão do jockey eu vou manter como estava. O representante do Ministério da Fazenda, a única preocupação não é proibir de os jockeys clubes fazerem as loterias. Não é proibir, não. O que tem hoje na legislação é que eles precisam ter autorização para fazê-lo.

Então, fica como está, e a Fazenda que fiscalize.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – É exatamente isso.

O SR. DELEY (PTB - RJ) – Senador.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Mas do jeito que ficou no texto...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Não dá.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – ...a gente amanhã muda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Não, eu vou mudar. Eu vou manter...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Vai mudar no 44 e tem que tirar do 47, inciso VIII, e está resolvido tudo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Eu tiro e faço as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Deputada Laura, o Deputado Deley...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Tem que resolver agora o negócio do COB, porque aí a gente já tira mais um problema.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – O Senador já falou que vai retirar.

O SR. DELEY (PTB - RJ) – O artigo que era o 44 virou o 42, e tem o inciso VIII do art. 47. Retirou isso e vamos tocar o barco!

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Só uma informação importante. A Consultoria passou, Senador, que amanhã haverá uma reunião às 11h30, pela manhã, neste mesmo plenário, e eles sugerem que o senhor converse com o Senador Paim para que ele vá para outro plenário e nós permaneçamos aqui.

Então, a princípio, está mantido neste local.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Eu quero só fazer mais uma sugestão ao Senador. Existem alguns destaques. Por exemplo, a questão do COB eu destaquei; a questão do turfe, o Deputado Deley também destacou. Se vocês acompanharem o que dizem os destaques, a gente já retira os destaques. Já facilita.

Por exemplo, um o Senador já até acatou e até já consideramos prejudicado, porque V. Exa. já acatou o tema. Assim, a gente já economiza até para a conversa de amanhã.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Eu gostaria de convidar todos os Srs. e as Sras. Parlamentares que apresentaram destaque para que nós pudéssemos, às 8 horas da manhã...

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Não, às 8 horas, nós vamos estar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – ...discutir os destaques. Se isso aqui tira ou não.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – O Flexa vai dar o café da manhã.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Com a maior alegria!

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Combinado? Todos estão de acordo com isso? Às 8 horas da manhã; meio-dia aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Paulo Rocha, açaí com tapioca.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 7 de novembro, às 12 horas.

Está suspensa a reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 15 horas e 09 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 22 minutos.)

(Texto com revisão)

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 846, de 2018.

A Presidência comunica que, no dia 31 de outubro, foi apresentado e dado como lido o relatório do Senador Flexa Ribeiro, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria. Ontem, dia 6 de novembro, o Relator apresentou complementação de voto.

Antes de passar a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de agradecer aqui a presença do nosso Líder do Governo no Congresso, o Deputado Andre Moura, que ajudou num impasse que nós estávamos resolvendo aqui.

Eu gostaria até, Deputado Andre Moura, que o senhor fizesse o uso da palavra...

O SR. DELEY (PTB - RJ) – Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – É só para ele justificar...

O SR. DELEY (PTB - RJ) – É um privilégio ter o Deputado Andre aqui.

Primeiro, eu queria, até porque já se colocaram vários textos aqui na mesa, antes de a gente dar prosseguimento... Regimentalmente, nós poderíamos ter derrubado esse painel. Regimentalmente, nós teríamos esse direito. Evidentemente, até por um acordo de cavalheiros, isso não foi feito.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ. *Fora do microfone.*) – E de damas.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Agradecemos.

O SR. DELEY (PTB - RJ) – Foi um acordo de cavalheiros e damas. É a nossa princesa Laura.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu gostaria só de ter uma confirmação, até para que a gente dê continuidade. Eu gostaria de saber, já que vieram vários textos aqui, se o art. 46 e o inciso VIII do art. 47 realmente estão fora do texto que nós vamos discutir aqui. É isso mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Senador Flexa...

Depois, eu só gostaria de passar a palavra para o Deputado Andre Moura, Líder do Governo.

O SR. DELEY (PTB - RJ) – Não há problema. É só para que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Deputado Deley, o acordo que nós fizemos foi o de manter o texto que está hoje em vigor. Não haverá nenhuma alteração no relatório da medida provisória, com relação ao turfe.

O SR. DELEY (PTB - RJ) – Então, isso quer dizer que esse artigo, esse relatório que chegou... E nos disseram...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Já está alterado, já foi excluído.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Já foi resolvido, Deputado Deley.

O SR. DELEY (PTB - RJ) – O art. 46 e o inciso VIII do artigo...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Já foi retirado, excluído.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Eu vou fazer a leitura das alterações, e V. Exa. vai tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Eu gostaria só de abrir a palavra à Deputada Laura Carneiro e, em seguida, ao Deputado Andre Moura.

A SR^a LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Sr. Presidente, nós tínhamos aqui um impasse. Como sempre, o Deputado Andre e o Senador Flexa Ribeiro encontraram uma solução no que diz respeito à corrida de cavalos, o turfe, retirando o art. 46 e §8º do art. 47 e, da mesma maneira, incluindo na Lotex – assim foi a determinação do Senador Flexa Ribeiro – a questão da cultura.

Apenas quero aduzir que isso só foi possível pela compreensão que esta Casa tem de que não adianta só a repressão ao crime organizado e de que também, de alguma maneira, é preciso atender a população na sua base, para que ela não chegue a fazer parte dessas correntes do mal, diria eu.

Então, Sr. Presidente, eu queria agradecer de público. Às vezes, eu me excedo, mas me excedo sempre em favor do bem público. V. Exa. já me conhece de outras lides. Eu sempre me excedo porque eu aprendi na minha vida, desde muito cedo, que acordo bom é aquele que a gente combina. E nós, hoje, em uma reunião às 9 horas da manhã, combinamos que faríamos esse acordo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu espero, Deputado Andre, que o Governo não modifique isso, depois de aprovado no Congresso Nacional e nesta Comissão. Eu não gostaria de ter o dessabor de imaginar que o acordado pelo Líder do meu Congresso, pelo Senador da República Flexa Ribeiro e pelo Deputado Presidente possa ser alterado depois, a qualquer momento, senão seria para mim, no mínimo, um desrespeito ao que é mais importante no Parlamento, que é a palavra de cada um de nós.

Então, muito obrigada pela força que vocês estão dando, tanto o Senador como os Deputados, à matéria, na certeza de que nós estaremos de verdade contribuindo para a cultura brasileira.

Muito obrigada a V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Obrigado, Deputada Laura Carneiro.

Com a palavra o Deputado Vicente Candido.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT - SP) – Presidente Evandro Roman; Sr. Relator, Senador Flexa Ribeiro; Deputado Andre, nosso Líder do Governo no Congresso, quero parabenizá-los pela paciência, pelo carinho com que trataram o tema. É uma matéria sensível, num momento difícil aqui da Casa e da política. Eu acho que é um resultado que deixa todo mundo contemplado.

Parabéns para a aguerrida Laura, pela defesa da cultura! Isso nos engrandece e engrandece o Congresso Nacional.

Então, eu espero que a gente obtenha sucesso depois no Plenário do Senado e a sanção do Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Obrigado, Deputado Vicente Candido.

Com a palavra o Deputado César Halum.

Agradecemos, porque conseguimos votar, dentro do acordo que fizemos, todo ele numa única ação.

Com a palavra o Deputado César Halum.

O SR. CÉSAR HALUM (PRB - TO) – Muito obrigado, Presidente Evandro Roman.

Meus cumprimentos ao nosso Líder no Congresso, Deputado Andre Moura.

Cumprimento o nosso Relator. Parabéns pelo excelente trabalho e pela paciência que o senhor teve em conduzir esse conflito de interesses que ocorreu nesse momento final.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Isso nos dá a oportunidade de fazer uma colocação. Nós lutamos aqui para dividir misérias, um pouquinho para cada um, uma miséria para cada um, sendo que nós teríamos a oportunidade de fazer uma distribuição melhor, com o fortalecimento dos diversos segmentos, se o Governo brasileiro tivesse a coragem de legalizar o jogo no Brasil, porque, através do jogo legalizado, nós teríamos uma arrecadação anual prevista de R\$18 bilhões e, só na outorga da concessão desses jogos, de R\$10 bilhões. Isso resolveria o problema de caixa do Governo, resolveria o problema de todos esses segmentos esportivos, da área social e de segurança pública. Mas o Governo insiste em ter medo de colocar essa matéria para ser debatida dentro desta Casa.

Nós podemos resumir isso, meu Líder Andre Moura, em uma só frase. O Brasil tolera o jogo ilegal – todo mundo sabe que isso existe em todo lugar, sabe onde há um casino, um bingo, um jogo do bicho e tolera –, mas insiste em proibir o jogo legal. Precisa trocar a propina para Polícia para poder deixar jogar em troca de um imposto que possa financiar os diversos segmentos que nós precisamos fortalecer no Brasil. Então, aproveito esta oportunidade para fazer essa colocação ao Líder do Governo. Esta matéria está pronta, basta pautar para o Plenário. Nós estamos prontos para votar. Parlamento é assim: decide votando.

Se 158 países no mundo têm o jogo legalizado e se, na América do Sul, só a Bolívia e o Brasil não o têm, eu não sei por que esse medo de legalizar, de transformar o jogo em uma atividade econômica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Obrigado, Deputado César Halum.

O SR. DELEY (PTB - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Deley, por favor, eu só pediria a todos o seguinte entendimento: se começar a sessão do Congresso – ainda não recebemos oficialmente –, mata-se todo este nosso trabalho; daí todos nós falamos, mas não votamos.

Deley, por favor, V. Exa. dispõe de 30 segundos.

O SR. DELEY (PTB - RJ) – Quero oficializar que estou retirando meus requerimentos.

Quero dizer, Senador Flexa Ribeiro, que agradeço a V. Exa. a paciência.

O Deputado Andre Moura e eu conversamos, e o próprio Governo entendeu. Realmente, o Governo foi muito mal naquela Medida Provisória 841. Como disse o Deputado Halum...

Eu definiria, Deputado Halum, quanto a essa questão que V. Exa. levantou – e aí eu me incluo –, que nós vivemos em uma grande hipocrisia no Brasil. Essa é a grande verdade. Tudo que o Deputado Halum falou é uma grande verdade.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

No mundo inteiro... E olha que eu não gosto de jogo! O único jogo de que gosto é o futebol. Senador, eu nunca vi uma corrida de cavalo.

Mas, enfim, eu acho que, no final, nós conseguimos construir o que é possível. Eu o parabenizo.

Agradeço a V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Obrigado, Deputado Deley.

Passo a palavra ao nosso Líder do Congresso, Deputado Andre Moura.

Deputado Andre Moura, obrigado pela sua participação.

O SR. ANDRE MOURA (PSC - SE) – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Evandro Roman, e o nosso Relator, Senador Flexa Ribeiro, e parabenizar ambos pelo trabalho e, acima de tudo, pela condução no entendimento.

Quero cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes, a nossa querida Deputada Laura Carneiro, o nosso Deputado Vicente Candido, o Deley, o César Halum.

A Deputada Laura falou do entendimento que foi construído hoje, pela manhã. Nós viemos aqui, acima de tudo, para poder avançar com a medida provisória. O nosso prazo, realmente, é muito pequeno. Nós sabemos da importância e do trabalho que foi feito por todos os membros desta Comissão, em especial pelo nosso querido Relator, Senador Flexa. Aqui, na verdade, há um entendimento para que nós possamos avançar. É lógico que nós temos ainda discussões para serem feitas e travadas no Plenário da Câmara e do Senado! Mas, da nossa parte, aqui, acima de tudo, quero agradecer a sensibilidade de todos e o bom entendimento e, mais uma vez, parabenizar a condução do Presidente Evandro Roman e, acima de tudo, o brilhante trabalho feito pelo nosso querido Senador Flexa Ribeiro.

Eu entendo que, dessa maneira, estamos contemplando a segurança pública, estamos contemplando o esporte, estamos contemplando a cultura, como aqui pleiteou este Plenário, em especial a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ. *Fora do microfone.*) – E a educação.

O SR. ANDRE MOURA (PSC - SE) – E a educação.

Também quero dizer que nós viemos aqui com a sensibilidade deste Governo, é lógico, para saber, primeiro, respeitar os entendimentos aqui construídos. Este não é um Governo que impõe nada; muito pelo contrário, é o Governo que mais se aproximou deste Parlamento, deste Congresso. Sempre na base do diálogo, nós construímos bons entendimentos, para que nós possamos avançar nas matérias, como, nesta noite, na medida provisória que é tão importante para o País. Então, agradeço, mais uma





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

vez, a todos os membros desta Comissão, em especial ao nosso querido Deputado Evandro Roman, que, desde o primeiro momento em que essa medida provisória chegou aqui, se mostrou preocupado principalmente quanto aos recursos necessários para a área dos esportes e também para outras áreas, como educação, segurança pública e cultura.

E, mais uma vez, quero ressaltar aqui o brilhante trabalho feito pelo nosso querido Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Obrigado, Deputado Andre Moura, nosso Líder no Congresso.

Passo a palavra, para as suas considerações, ao Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Meu Presidente, Deputado Evandro Roman; nosso Líder Deputado Andre Moura; minha Deputada Laura Carneiro, guerreira até a última hora...

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Obrigada.

O SR. DELEY (PTB - RJ. *Fora do microfone.*) – É guerreira. É de barraco mesmo! (*Risos.*)

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Senador, fique tranquilo, que, no ano que vem, eu não estou aqui mais. Então, o senhor não vai ter que me aguentar. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Guerreiros foram todos os membros desta Comissão, o Deputado Deley, o Deputado Vicente, todos, enfim, que conseguiram fazer, acredito, meu Líder, uma proeza, porque, em função do processo eleitoral, nós tivemos nosso prazo encurtado para tramitar na comissão mista. Tivemos que fazer em duas semanas, para se dar o tempo regimental de tramitar na Câmara e no Senado.

Essa medida provisória, como todos nós temos consciência, é da maior importância. Além de retornar com os recursos para o esporte, ela transfere recursos para a área da segurança, porque esta, sim, que não os tinha, passa a ter agora esses recursos, que não são ainda aqueles que seriam necessários, mas esse já é um avanço na área de segurança. E, principalmente, há a não permissão mais de contingenciamentos dos recursos do Fundo Nacional de Segurança. Então, aquilo que o Congresso aprovar na lei orçamentária é aquilo que vai ser liberado para os Estados.

Deputado, eu estive com o Ministro da Segurança. A medida provisória veio transferindo, fundo a fundo, para os Estados, do Fundo Nacional de Segurança, 25% do arrecadado. Na MP 841, eram 50%; na MP 846, isso veio reduzido. Eu disse ao Ministro Jungmann sobre a importância... Ele reconheceu e retornou 50%, fundo a fundo. Então, os Estados vão ter a possibilidade de ter já algum recurso para iniciar isso mais ainda, porque agora essa é uma responsabilidade de todos os entes da Federação,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

porque nós aprovamos o Sistema Único de Segurança Pública. Então, não há mais: é a Federação, é o Estado ou é o Município.

Eu vou fazer a leitura bastante rápida – são duas páginas e meia – só das alterações que foram aqui incluídas após o relatório, que já foi lido e discutido.

Vou direto à leitura.

Complementação de voto ao relatório apresentado na Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 846, de 31 de julho de 2018.

Na 5ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 846, de 2018, realizada em 6 de novembro de 2018, propusemos complementação ao relatório apresentado em 31 de outubro último. Durante a discussão da matéria, houve a exposição pelos Parlamentares presentes de dúvidas a respeito da matéria. Em razão disso, a sessão foi declarada suspensa pelo nosso Presidente e reaberta nesta data, ocasião em que propomos outra complementação, a qual busca sanar os questionamentos levantados.

A primeira alteração se refere à exclusão do anterior art. 42 e do inciso VIII do anterior art. 47, constantes no projeto de lei de conversão. A intenção é manter a legislação relativa à exploração de loterias pelos jôqueis-clubes, da forma como se encontra atualmente. Por sua vez, a segunda alteração suprime as expressões – abro aspas – “observado, no que couber, o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014” e “nos termos da regulamentação pertinente” – fecho aspas –, respectivamente, dos §§5º e 6º do art. 23 do projeto de lei de conversão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – V. Exa. me dá um aparte?

Talvez, o ideal fosse abrir um novo parágrafo quando da expressão "por sua vez", e não como se escreveu, tendo em vista que os §§5º e 6º do art. 23 dizem respeito ao COB e nada têm a ver com o turfe. O que fala do turfe é o art. 42 antigo, atual art. 46 – neste relatório, é o art. 46 –, inciso VIII. Desculpa! É o art. 47, inciso VIII.

Então, nessa alteração, é importante que se diga – vamos deixar consignado no microfone? – que o art. 46 foi suprimido, que o inciso VIII do art. 47 também está suprimido e que os §§5º e 6º do antigo art. 23 não dizem respeito ao turfe. Os antigos artigos e parágrafos... As expressões finais dos §§5º e 6º dizem respeito especificamente ao COB, nada têm a ver com turfe!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Deputada Laura, V. Exa. já está atendida no relatório.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Não, Flexa, é só porque...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Não, está aqui. Eu vou fazer a leitura mais pausadamente.

Por sua vez, a segunda alteração suprime as expressões... Aí vem suprimindo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ. *Fora do microfone.*) – Se é a segunda alteração, é um parágrafo. Eu estava só sugerindo que se abrisse um parágrafo novo, para você não confundir. É simples assim. Deixa eu consignar aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Está o.k.!

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Gente, vamos agilizar. Daqui a pouco, vai cair esta votação, e nós não vamos cumprir o prazo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – A terceira alteração, Deputada Laura, diz respeito ao acréscimo de novo representante, titular e suplente, do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública (Conesp) no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, de modo que o conselho teria composição ímpar. Impomos também que os representantes do Conesp sejam de diferentes regiões geográficas do País. Por sua parte, a quarta alteração se refere à determinação de que entre 10% e 15% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam aplicados obrigatoriamente em programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública ou em programas de melhoria da qualidade de vida desses mesmos profissionais.

Esse também é um avanço fantástico na medida provisória. Parece-me que é a primeira vez que há, pelo Congresso Nacional, a preocupação com a melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança, que expõem as suas vidas para defenderem as nossas. Então, nós vamos poder ter... Ainda é pouco para o que precisa ser feito, mas já é alguma coisa para ser iniciada.

A quinta alteração recompõe o percentual destinado à Caixa Econômica Federal, a título de cobertura das despesas com manutenção e custeio, no produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos para o percentual proposto pela Medida Provisória 841, de 19,13% (dezenove inteiros e treze centésimos por cento).

Ainda na questão da recomposição da Caixa Econômica, quero deixar aqui registrado, meu Presidente Evandro Roman, que é importante que a Caixa Econômica Federal busque fazer um estudo e melhorar a gestão, no sentido de reduzir esse custo e de até melhorar a condição das lotéricas, talvez não para diminuir o percentual, mas para melhorar a condição das lotéricas.

Por seu turno, a sexta alteração, com o intuito de que o incentivo ao mérito na educação seja mantido no projeto de lei de conversão, propõe que, ao invés de as unidades escolares receberem recursos advindos dos concursos de prognósticos numéricos, elas recebam recursos da loteria de apostas de quota fixa. Também isso foi conseguido com o Ministério da Segurança, abrindo parte dos recursos que iriam das apostas de cota fixa para a área de segurança.

Com isso, na loteria de apostas de quota fixa, as unidades escolares terão, do produto da arrecadação, 1% e 0,75% quando a loteria for realizada, respectivamente, em meio físico e em meio





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

virtual (denominação nova para o meio eletrônico). Esses ajustes ocorrerão à custa do Fundo Nacional de Segurança Pública.

A sétima alteração determina que, na loteria de apostas por quota fixa, a participação das entidades desportivas da modalidade futebol seja de 2% e de 1% quando a loteria for realizada em meio físico e em meio virtual, na devida ordem. Esses ajustes se darão à custa da redução da premiação mínima.

A oitava alteração é referente à imposição de prazo de até dois anos, prorrogável por até igual período, para que o Ministério da Fazenda estabeleça regras para a autorização ou concessão aos agentes operadores da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa.

Por fim, a nona alteração se refere à destinação de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do produto da arrecadação da Lotex para as entidades desportivas da modalidade futebol, com o intuito de corrigir uma injustiça cometida na Medida Provisória 841, de 2018, que retirou a garantia de um percentual fixo para os clubes de futebol na arrecadação dessa modalidade lotérica. Esse ajuste ocorrerá, novamente, à custa da área da segurança pública, cujo percentual passará a ser de 13% – corrija aqui o texto do relatório; o percentual era de 13,5% e vai ficar em 13% – e de 0,5% para o Fundo Nacional de Cultura, o FNC, também tirados da área de segurança.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória 846, de 31 de julho de 2018, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela sua adequação financeira e orçamentária.

No mérito, votamos por sua aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão a seguir, com o acolhimento, parcial ou integral, das Emendas nºs 6, 24, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39 e 41, com a rejeição das demais emendas apresentadas na Comissão Mista e com a inclusão das propostas do Relator.

Este é o relatório, Sr. Presidente. Acredito que tenhamos condições de aprová-lo aqui, no plenário da Comissão Mista, para que a medida provisória possa ser encaminhada às Casas do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Sem haver mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Sr. Presidente, eu quero retirar um requerimento que eu fiz de adiamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Acho que todos já foram retirados.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRª LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Não. Esse não o foi. Foi só para o senhor ver que eu tinha apresentado mesmo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Evandro Roman. PSD - PR) – Foi retirado. Está bom, então.

Está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, nos termos deste relatório complementar apresentado nesse momento pelo Senador Flexa Ribeiro.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 09 minutos e suspensa às 16 horas e 22 minutos do dia 06/11/2018, a reunião é reaberta às 19 horas e 44 minutos e encerrada às 20 horas e 11 minutos do dia 07/11/2018.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 848, DE 2018. DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e treze minutos do dia quatro de setembro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Lasier Martins e Leonardo Quintão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 848, de 2018, com a presença dos Parlamentares Simone Tebet, Hélio José, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Pedro Chaves, Darcísio Perondi, Hildo Rocha, Ságuas Moraes, Eduardo Barbosa, Delegado Edson Moreira, Antonio Brito, Rodrigo Garcia, Vicentinho Alves, Celso Russomanno, Sergio Souza, José Medeiros, Alfredo Kaefer, Fernando Bezerra Coelho, Givago Tenório, Aelton Freitas, Paulo Paim, Celso Pansera, José Pimentel e Samuel Moreira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Deputado Leonardo Quintão, e designados Relator e Relator-Revisor, respectivamente, o Senador Lasier Martins e o Deputado Antonio Brito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos. O Presidente submete a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente Reunião, que é aprovada. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Leonardo Quintão

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 848, de 2018.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2018/09/04>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PSD - RS) – Boa tarde, senhoras e senhores!

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 848, de 2018.

De acordo com a Resolução nº 1/2002-CN, que estabelece o rodízio na direção das comissões de medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal. Para tanto, a Presidência já é repassada aqui ao Deputado Leonardo Quintão.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Deputado Leonardo Quintão. (*Palmas.*)

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. ANTONIO BRITO (PSD - BA) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PSD - RS) – Está bem.

Declaro eleito Presidente o Deputado Leonardo Quintão.

Ainda não temos Vice-Presidente.

Passo a Presidência da Comissão ao nosso Deputado Leonardo Quintão.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Muito obrigado, Senador.

Eu vou nomear então o Relator... (*Pausa.*)

Designo como Relator o Senador Lasier Martins.

É um prazer, Senador, tê-lo como Relator dessa matéria, que é de extrema importância para a saúde do Brasil.

Passo a palavra para o nosso Relator.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – É verdade.

Serei bem sucinto. Trata-se da destinação de verbas para os hospitais filantrópicos.

Nesta crise que vivemos no sistema hospitalar, é de fato uma matéria de extraordinária relevância e estaremos aqui nos empenhando para o melhor resultado e dentro da agilidade possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Designo como Relator revisor o Deputado Brito, da Bahia, que bem representa aqui também todo o setor filantrópico, as federassantas...

E quero fazer aqui, Senador Lasier, uma homenagem a todos os hospitais filantrópicos do Brasil. Nós temos aqui a presença do ex-Deputado Osman Miranda, que hoje é um dos lutadores pela filantropia do Brasil, das federassantas de Minas Gerais e do Brasil também, Osman.

V. Exª foi Deputado aqui durante quatro mandatos, representou o Estado de Minas Gerais com brilhantismo. É importante, Brito, V. Exª sabe da luta das Santas Casas, dos hospitais filantrópicos: se nós não ajudarmos, a saúde para no Brasil.

Então quero agradecer aqui ao Governo Federal, na pessoa do Presidente Michel Temer, que teve a sensibilidade de encaminhar esta medida provisória, que traz um fôlego de alguns meses para que a gente possa repensar toda a questão da tabela do SUS, toda a questão do pagamento do atendimento no SUS.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E nós temos uma luta aqui. Senador Lasier, eu quero convocar V.Ex^a, o Brito e também meu amigo Osman aqui, que lidera também a ação dos hospitais filantrópicos do Brasil. O Osman aqui também representa a Associação Mário Penna, que faz o tratamento de câncer pelo SUS em Minas Gerais, na região metropolitana – pessoas de todos os Estados vão se tratar lá. Eu digo isso porque eu conheço e ajudo o Hospital Mário Penna, a associação, e é de extrema importância, Osman. Então, a sua presença aqui muito nos honra, representando todo o setor filantrópico hospitalar do nosso País.

Nós temos, imediatamente, Brito, de ir à Caixa Econômica Federal, porque a medida provisória está editada, mas o Conselho Curador da Caixa precisa aprovar no Conselho e, se nós deixarmos isso andar, vai lá para dezembro. Se virar o governo, virou o governo, já era.

Então, Deputado Brito, V. Ex^a, como revisor... O Samuel está aqui conosco também... Quem sabe ainda hoje nós poderemos fazer um contato com o presidente da Caixa para que possa nos dar uma luz. Porque, se o conselho não aprovar, o crédito não pode ser liberado, e os hospitais realmente, lá em Minas Gerais, não conseguem virar o mês. Então, é uma luta que nós precisamos fazer, gente. Eu quero aqui convocar todos desta Comissão, porque nós não podemos ser vencidos pela burocracia. A saúde não pode esperar.

Há Deputados que querem fazer uso da palavra.

Deputado Brito.

O SR. ANTONIO BRITO (PSD - BA) – Eu gostaria primeiro de agradecer o Presidente Leonardo Quintão pela indicação e também de dizer ao nosso Senador Lasier que conte conosco.

Nós, nesta Casa, criamos a Frente Parlamentar em Apoio às Santas-Casas e Hospitais Filantrópicos. São hoje 314 Parlamentares, sendo 308 Deputados Federais e 8 a 10 Senadores que compõem a Frente Parlamentar Mista. Esse foi um anseio importante que nós levamos, juntamente com o projeto do Senador José Serra, que foi transformado pelo Governo Federal na medida provisória de forma muito importante para o setor.

Também quero registrar aqui e parabenizar o trabalho do Darcísio Perondi, Deputado Federal, e do Toninho Pinheiro, que fizeram um trabalho importante na articulação.

Quando vejo o Leonardo Quintão assumir eu fico muito feliz, porque sei do dínamo que ele é, do trabalho que ele faz em prol desses hospitais filantrópicos de Minas Gerais. Minas Gerais é o segundo Estado brasileiro no número de hospitais filantrópicos, não só santas-casas como hospitais beneficentes na capital mineira, como o Hospital da Baleia, a Santa-Casa, que tem quase mil leitos em Minas Gerais. O Leonardo tem feito um trabalho de articulação muito grande, Deputado Osman, e tem ajudado muito o setor. Então, eu acho que nenhuma pessoa poderia liberar esse movimento – porque não é nem uma medida provisória, é um movimento de salvar um setor importante que representa 51% do atendimento do SUS deste Brasil – senão uma pessoa que tivesse sensibilidade para a causa.

E o nosso Senador estará contando com o nosso apoio. V. Ex^a sabe: estarei a seu lado para que V. Ex^a possa nos orientar e trazer também as informações, para que V. Ex^a possa fazer o relatório com brevidade. Essa medida provisória, se não chegar com rapidez, como o Deputado Leonardo Quintão falou muito bem, com rapidez essa mudança dos juros, não valeu de nada, até porque muitas entidades terão dificuldade para pagar os décimos terceiros salários, e isso já é praticamente no mês de novembro – falta um mês para tudo isso.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, eu queria parabenizar, dizer que estou à vontade. Muito obrigado pela indicação como Relator revisor. Agradeço a Deus e a V. Ex^a por essa indicação. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Brito, V. Ex^a é um exemplo aqui na Casa em defesa da saúde, através dos hospitais filantrópicos, através das santas-casas. Muito nos honra ter V. Ex^a como Relator revisor.

Senador Lasier, V. Ex^a gostaria de usar da palavra?

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Eu só queria fazer um acréscimo após dizer da minha satisfação com a manifestação do Deputado Antonio Brito.

Quero dizer que também é minha preocupação e me sinto agradecido por integrar esta Comissão, porque, desde que cheguei ao Senado, eu destino 80% das minhas emendas parlamentares para os hospitais, postos de saúde e ambulâncias do Rio Grande do Sul, porque é o grande problema, é a maior carência do Brasil. Temos tantas carências, tantos problemas, mas nada se consegue sem haver saúde.

Então, nesta Comissão, nós haveremos de corresponder a essa expectativa de todos os Estados brasileiros. O meu Estado tem muitos hospitais filantrópicos, entre eles a Santa Casa de Misericórdia, que é um dos três maiores hospitais do Estado – acho que do Brasil –, e em várias cidades do Rio Grande do Sul.

Desse modo, nós todos estaremos aqui engajados nessa mesma luta.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Excelente, Senador Lasier.

Eu acho que a primeira missão da nossa Comissão Mista aqui é entrar em contato imediatamente com o presidente da Caixa. Hoje mesmo já vou entrar em contato e vou informar todos os membros da nossa Comissão, porque nós precisamos que o conselho curador aprove isso o mais rápido possível.

Vou usar aqui de exemplo, Deputado Toninho, que também é um lutador – essa medida provisória é fruto do trabalho de V. Ex^a, que representa aqui o Estado de Minas Gerais –, o Hospital Mário Penna, Luxemburgo, que tem financiamentos e, em um dos financiamentos, paga juro de 1,7%. E, pegando esse recurso, vai poder refinarçar as dívidas, ter um prazo de carência; e, com juro muito mais barato, o hospital vai economizar mais de R\$2 milhões.

Então, não podemos deixar o juro matar a saúde do Brasil, que é a principal coisa.

Então, Deputado Toninho.

O SR. TONINHO PINHEIRO (PP - MG) – Boa tarde a todos os presentes.

Obrigado pela oportunidade. Até já pedi ao Líder que coloque o meu nome aí, com toda a humildade e respeito, para poder participar da Comissão.

Eu queria dizer, sendo muito objetivo: de 2008 para cá, o Governo Federal liberou R\$1,27 trilhão, que saíram do Fundo do FGTS, para toda a economia brasileira, para gerar emprego e renda. Não sou contra, sou a favor. Você arruma um recurso para uma empresa rica, ela arruma emprego, monta o seu negócio, e ela vai ficar rica também. Não há problema nenhum não. O que não pode é arrumar um recurso para um hospital que não tem a chance de ficar rico, que é só para se manter, com um juro de vinte, vinte e tantos por cento ao ano, enquanto a JBS pega a 3, 4% ao ano. Isso é inadmissível.

Então, isso gerou uma dívida de vinte e poucos bilhões de reais de todas as Santas Casas do Brasil – são mais de 2 mil unidades. Aí, Presidente, o que acontece? Desses vinte e poucos bilhões, Quintão, que as entidades devem, seis bilhões e pouco são com o setor bancário, com





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

a Caixa. Então, na verdade, essa medida provisória é importante, porque ela vai baixar o juro de forma considerável. Se antes pagou 1 milhão por mês, vai pagar 300, 400.

Mas mais importante do que isso é que nós temos que avançar um pouco mais. Esses 6 bilhões: eu faço um apelo ao Governo Federal para que ele cancele essa dívida – viu, Brito? Nós temos que falar a mesma língua, nós temos que exigir que o Governo Federal – eu estou falando de todos os presidenciáveis e do próprio Governo aqui – cancele essa dívida com o setor bancário, que é de 6 bi e pouco, porque foi uma dívida injusta e desumana – eles colocam uma dívida vagabunda, que desrespeitou a vida das pessoas. Desculpem o palavirão, mas essa é a realidade. Nenhuma Santa Casa pode ficar mais sofrendo e aguentando palavra bonita, discurso bonito, para lá e para cá, e ficar enfiada nesse juro de vinte e tantos por cento ao ano. Isso é inadmissível, isso é pecado. Se tiver que partir para a porrada, vamos partir para a porrada. Nós não podemos ficar feito bobos aqui não, tirando retrato para lá e para cá, e não resolver essa questão.

Daqui para a frente temos de correr atrás para que a medida provisória possa reduzir o juro. A mesma coisa, 3, 4, 5% ao ano, tudo bem; mas essa dívida, pelo menos do setor bancário, não é justo fazer; que nenhuma Santa Casa, nenhum hospital filantrópico pague essa dívida. Esses 6 bi foram para salvar a sua mãe, a minha mãe, todos nós. É importante bater nisto: tem que perdoar essa dívida de 6 bi e, daqui para a frente, fazer valer a medida provisória, porque todos os Parlamentares lutamos, ao longo dos anos, junto com todas as Santas Casas, para que o juro fosse mais baixo. Então, dos vinte e poucos bilhões, 6 bilhões nós temos que exigir que sejam doados e perdoados essa dívida.

Mais uma vez eu digo: é uma dívida desumana, injusta, desonesta e pecadora. Está provado: as Santas Casas e hospitais filantrópicos provam que o Brasil tem jeito, que o Brasil é totalmente viável e que esse setor da economia, esse setor do Brasil da saúde, que trabalhou a vida inteira com recursos defasados e com esse juro sacana, está de pé. Então, isso mostra que eles são bons gestores e que o Brasil é muito fácil de governar, basta honestidade, basta escolher prioridades.

Então, é importante isto: nós temos que seguir adiante, perdoar esses 6 bilhões de dívida da Caixa e, daqui para a frente, entrar na medida provisória para que eles possam fazer o mais importante, que é salvar vidas.

Então, estamos juntos nessa batalha para vencer de uma vez por todas. Vamos ter coragem, vamos pedir a Deus sabedoria, vamos persistir – persistência é muito importante –, e muita bravura! Não precisamos maltratar ninguém, mas a bravura temos que exercer custe o que custar aqui para não ficar num discurso bonito para lá e para cá e não resolver nada.

Você atrasar um recurso para a obra de uma praça vá lá, mas você atrasar ou dificultar um recurso para uma entidade filantrópica é pecado.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Muito bem, Deputado Toninho Pinheiro, que muito bem representa o Estado de Minas Gerais aqui.

Pergunto se há mais algum Parlamentar que gostaria de usar da palavra.

Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, eu não participo. Quero desejar êxito para a Comissão da medida provisória.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu não participo, mas eu só queria registrar um aspecto: nós podemos socorrer hospitais importantes, que sejam socorridos, mas, enquanto viger aqui o teto dos gastos, contra o qual nós votamos... O teto dos gastos congela os recursos para a área da saúde. Eu sei que várias pessoas votaram a favor, foi aprovado. E essa é a pior situação para os nossos hospitais. Os hospitais hoje estão nessa situação, com a necessidade de serem socorridos, porque esta Casa aqui votou, a pedido do Temer, exatamente o enfraquecimento da saúde, porque, ao nós votarmos o congelamento do teto por 20 anos, uma parte – não digo só essa, mas uma parte – foi também por conta do teto dos gastos.

Então, é importante que, além de a gente ter socorros imediatos e emergenciais, como V. Ex^a mesmo citou, a gente também trabalhe para revogar a medida que fez o congelamento dos gastos, que é o teto dos gastos por 20 anos. Em dois anos nós já não estamos aguentando, imaginem mais dezoito...

Então, apenas queria fazer esse registro, que faz parte da busca de recursos para a saúde nos hospitais – também não só para os hospitais, mas, nesse caso, especificamente para os hospitais.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Toninho quer usar da palavra novamente?

O SR. TONINHO PINHEIRO (PP - MG) – Quero, respeitosamente...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Com a palavra o Deputado Toninho Pinheiro.

O SR. TONINHO PINHEIRO (PP - MG) – Obrigado, Presidente.

Eu quero respeitosamente fazer um adendo.

Eu votei a favor do teto dos gastos naquele momento de muita dificuldade que o Brasil enfrentava, mas quero dizer que, mesmo com o teto dos gastos, houve um investimento maior na saúde no atual Governo, investiu-se mais na saúde, o orçamento é para comprovar.

Outra coisa muito importante: no atual Governo, não se atrasou recurso da saúde. Antes se esperavam três, quatro, cinco anos por uma emenda da saúde de uma indicação parlamentar, que é uma indicação de acordo com a lei.

E outra coisa: de 2003 para cá, foram desviados 140 bilhões da saúde – estavam empenhados e foram desviados. Um sistema em que se tomam 140 bilhões fica fragilizado.

Então, essas questões todas têm que ser colocadas, porque todos nós estamos juntos, independentemente de cor partidária, para ajudar a saúde do Brasil. Agora, essa questão do teto dos gastos, que tem suas polêmicas, na saúde... Mesmo com o teto dos gastos, houve um aumento no investimento na saúde, isso aconteceu. Está aí comprovado e pago.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, só um registro, que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Bohn Gass, com a palavra V. Ex^a.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Além, então, de precisarmos revogar o teto dos gastos, é importante que a gente esteja atento ao tema do pré-sal, porque, no momento em que nós votamos que o pré-sal não vai ser mais gerido aqui pela Petrobras, nós também estamos impedindo que mais recursos venham para a saúde no Brasil, para a educação e para a saúde.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, também esse ponto é importante, porque aqui a nossa preocupação é com fontes de financiamento para a saúde, e eu estou só apontando elementos importantes para essa área.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Certamente.

Eu quero só corroborar aqui para encerrar já a nossa reunião. Eu acho que vale a pena, Deputado Brito, Senador Lasier, a gente fazer uma reunião de trabalho e apresentar o relatório o mais brevemente possível. Aí eu dependo de os colegas aqui estarem presentes, quem sabe semana que vem. Na semana que vem a gente pode apresentar o relatório para que a gente o aprove aqui. Dia 11 é a votação no conselho. Então, a gente já faz esse contato com o conselho.

Para encerrar, Brito, algo que você sabe muito bem, assim como o Senador Lasier: o Governo não está socorrendo os hospitais filantrópicos; está socorrendo a saúde do povo brasileiro, porque os hospitais filantrópicos, Deputado Toninho Pinheiro – irmão do futuro Senador Dinis Pinheiro, que está concorrendo no nosso Estado querido –, com o que recebem, não pagam conta. A gente sabe muito bem disso. A gestão dos hospitais filantrópicos, nos anos desta década por exemplo, a maioria, a grande maioria tem sido exercida por pessoas voluntárias de excelência em gestão; mas, mesmo com excelência na gestão, o que recebe não paga o custeio.

Então, o Governo está exercendo o seu papel de governo e está socorrendo a saúde. Não está socorrendo os hospitais; está socorrendo a saúde do povo brasileiro.

Eu encerro e proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu pergunto ao Relator se ele gostaria de apresentar o relatório na próxima terça-feira. Podemos marcar? No dia 11. Podemos? Podemos, Brito?

O SR. ANTONIO BRITO (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Vou fazer todo o empenho.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Então, vamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

Então, nós já vamos marcar essa reunião no conselho, nós vamos lá na Caixa conversar com todos para socorrer a saúde do povo brasileiro.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS. *Fora do microfone.*) – A Câmara vai ter esforço concentrado semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Se a Câmara não tiver esforço concentrado, eu quero aqui pedir aos colegas Deputados que a gente possa vir. Vamos fazer um esforço, Brito? Um, dois, com o Toninho, três. Bonh Gass, você pode?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Mas, de repente, você podia mudar o seu nome. Deputado Glauber, V. Ex^a podia nos ajudar com a presença aqui para a gente votar essa matéria de utilidade pública para o povo brasileiro?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, se não me engano, o PSOL nem tem nome nesta Comissão, nem tem vaga nesta Comissão. Eu estou aqui por conta da Medida Provisória nº 844.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Samuel, V. Ex^a poderia fazer esse esforço semana que vem, na terça-feira? Porque a gente tem condição...

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Eu não sou da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Não é da Comissão.

Então, nós vamos convocar os colegas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Verifique se pode.

Então, eu deixo aqui já convocada para terça-feira... A que horas, Senador?

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS. *Fora do microfone.*) – Pode ser neste mesmo horário, às 15h.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Às 15h então, o.k.?

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 15 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 36 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 848, DE 2018. DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 04 E 11 DE SETEMBRO DE 2018, NO SENADO FEDERAL.

Às dezoito horas e trinta e quatro minutos do dia quatro de setembro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Leonardo Quintão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 848, de 2018, com a presença dos Parlamentares Marta Suplicy, Fernando Bezerra Coelho, Ailton Sandoval, Lasier Martins, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Pedro Chaves, Hildo Rocha, Darcísio Perondi, Ságua Moraes, Toninho Pinheiro, Aelton Freitas, Antonio Brito, Rodrigo Garcia, Pedro Fernandes, Nelson Marquezelli, Simone Tebet e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os Parlamentares Dário Berger, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Ana Amélia, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Paulo Pimenta, Pedro Uczai, Eduardo Barbosa, José Rocha, Tadeu Alencar, Vinicius Carvalho e André Figueiredo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às dezoito horas e quarenta e nove minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia onze de setembro de dois mil e dezoito. Às quinze horas do dia onze de setembro de dois mil e dezoito a reunião é reaberta, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Leonardo Quintão. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 848, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Senador Lasier Martins, que passa a constituir o Parecer da Comissão, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 848, de 16 de agosto de 2018; pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 24 e 25 e pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa das demais emendas; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória, pela aprovação da Emenda nº 1 e pela rejeição das demais emendas, na forma do projeto de lei de conversão apresentado. É aprovada a ata da presente reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e três minutos. É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Leonardo Quintão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 848, de 2018





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<https://www.youtube.com/watch?v=lzbxkW-p35Y>

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 848/2018.

Passo a palavra, agora, ao nosso Relator Revisor Deputado Antonio Brito.

O SR. ANTONIO BRITO (PSD - BA) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de registrar a importância desse tema e a plena rapidez em fazer já a segunda reunião da Comissão para a Medida Provisória 848. Isso mostra a celeridade com que V. Exª está conduzindo a Comissão desta Medida Provisória.

Quero agradecer também aos Parlamentares que estão comparecendo e dando este apoio a um tema tão importante no Brasil, que são as santas-casas e hospitais filantrópicos, que é o Sistema Único de Saúde, que vem com o apoio do nosso setor. Quero dizer que é importante darmos pressa.

Com o Relator trabalharei muito, o nosso Senador Lasier Martins, para que nós possamos entregar com a máxima rapidez este relatório e apresentar a V. Exª e à Comissão um relatório para que possamos findar esta angústia das santas-casas, ter juros diminuídos a bancos, porque as santas-casas estão agonizando e precisam muito de nós.

Então, quero parabenizá-lo pela sua celeridade, pela sua liderança e por trazer para toda essa plenária de Deputados um tema tão importante com rapidez para que possamos resolvê-lo, um endividamento que passa de 6 bilhões com bancos privados e públicos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Brito, eu quero agradecer a V. Exª, que é um batalhador, um lutador pela saúde pública e gratuita para o povo brasileiro. Eu sou testemunha disso aqui. V. Exª representa muito bem o Estado da Bahia, Vitória da Conquista, terra linda. Parabéns! Já fui lá.

V. Exª foi escolhido a dedo para ser o Relator Revisor porque entende profundamente dessa matéria. Eu quero deixar bem claro aqui que o Governo está socorrendo a saúde do povo brasileiro. Os hospitais filantrópicos são financiados pelo SUS, 75%, boa parte deles, quase 100%. No caso das santas-casas, a grande maioria é 100% SUS. Outros hospitais filantrópicos passam de 80%, 90% SUS. E nós sabemos que a tabela SUS não é reajustada há mais de 15 anos. Isso traz um déficit orçamentário na prestação de serviço para a população brasileira.

Então, nós batalhamos muito para o Governo entender essa necessidade. Todos os hospitais filantrópicos hoje estão na UTI, eu diria assim, mas não estão na UTI por falta de gestão. A gestão dos hospitais filantrópicos, das santas-casas, já vem melhorando muito, eu diria já atingindo nível de excelência, administrando poucos recursos e fazendo muito. Isso tudo com a bênção de Deus, porque Deus está abençoando esses hospitais filantrópicos, porque o que a gente vê, Brito, é o impossível acontecendo.

Mas o que não é justo é que, para essa sobrevivência dos hospitais filantrópicos, muitos ou a totalidade deles tiveram que recorrer a empréstimos bancários, empréstimos bancários





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

impagáveis, pagando juros de 2,5%, de 3%. Então, esse socorro vai dar um fôlego, porque existe um período de carência com juros adequados à situação brasileira hoje.

Então, vamos correr com isso, Brito. Estou muito animado, porque essa ação aqui vai salvar milhões de vidas Brasil afora, porque sem atendimento as pessoas não são atendidas e a saúde não espera, Brito. Então, quero parabenizá-lo. V. Ex^a está sendo aqui um cidadão, um Deputado, um homem público que está agindo aqui em prol de milhões de pessoas.

Conforme o acordo da Comissão, nós iremos suspender a presente reunião. Marco a reabertura da nossa reunião para o dia 11 de setembro, às 15h.

Nós temos um outro desafio, que é dialogar com a Caixa. Já vou informar a todos os membros da Comissão que amanhã nós faremos uma teleconferência com o Vice-Presidente da Caixa, que cuida do FGTS, para alinharmos esse diálogo e vencermos as resistências, que espero serem só boatos. Certamente, são só boatos. Nós não podemos ter resistência nos bancos públicos, principalmente na Caixa Econômica Federal, que é um banco social. E é uma ação social que nós estamos fazendo aqui, que é salvar a saúde das pessoas que são atendidas nos hospitais filantrópicos.

Então, amanhã, Brito, nós vamos organizar essa teleconferência e dialogar junto com o Senador Lasier, com V. Ex^a e com todos os membros que estiverem disponíveis, para já clarearmos a situação e aprovarmos o nosso relatório no dia 15. Quem sabe até na segunda-feira já tenhamos o relatório do Senador Lasier e o seu relatório para já apresentarmos para a Caixa e para o Governo, para que não haja nenhuma surpresa.

Eu tenho certeza de que para esta ação nós temos o apoio de todos os Parlamentares.

Inclusive, quero saudar o Deputado Ságuas, que é do PT, que veio aqui de pronto dar a presença. Agradeço a todos os Parlamentares da nossa Comissão e quero nomear alguns: Senadora Marta Suplicy; Senador Fernando Bezerra também; Senador Dalirio Berger... Vamos ler todos, não é, Brito? Senador João Alberto Souza; Senador Ailton Sandoval; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Paulo Bauer; Senador Ricardo Ferraço; Senador Ronaldo Caiado; Senador Roberto Rocha; Senador José Agripino; Senadora Ana Amélia, que está concorrendo à Vice-Presidência da República, uma excelente Senadora da Casa; Senador Lasier, que está sendo um guerreiro, pediu que a gente antecipasse a leitura do relatório; Senador Sérgio Petecão; Senador Lindbergh Farias, que sempre tem nos ajudado também nessas ações; Senador Acir Gurgacz; Senador Paulo Rocha, que representa muito bem o Estado do Pará, que esteve presente nos ajudando no quórum e vai nos ajudar também na aprovação; Senadora Ângela Portela; Senador Antonio Carlos Valadares, que também nos ajudou, está presente e esteve conosco na primeira reunião; Senadora Vanessa Grazziotin, que representa o Amazonas; Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá; Senador Cristovam Buarque, que esteve presente conosco aqui também hoje; Senador Wellington Fagundes, que representa o Mato Grosso; e Senador Pedro Chaves, um grande Senador também que esteve conosco aqui nos ajudando.

Leio os Deputados também porque esta medida provisória é de utilidade pública. Quero agradecer ao nosso Líder Baleia Rossi por ter me dado a oportunidade de ser Presidente desta Comissão; Darcísio Perondi, que é um guerreiro também, apoia a saúde há anos nesta Casa e foi um dos precursores desta medida provisória; o nosso Deputado Hildo Rocha, que também tem lutado pela saúde do seu Estado, o Maranhão, a quem quero agradecer. Meu nome também faz parte desta Comissão, de que sou o Presidente...





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. ANTONIO BRITO (PSD - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Pela ordem.

O SR. ANTONIO BRITO (PSD - BA. Pela ordem.) – Eu queria fazer um registro a todos os Deputados e também às santas-casas do Brasil inteiro.

O Leonardo tem feito um trabalho importante para o setor, e eu não tenho dúvidas de que precisam da liderança nossa. Sob a sua liderança, com a Caixa, com o Banco do Brasil, com o Governo, com o setor, nós conseguimos e conseguiremos avançar alguns passos.

É evidente... Sabemos que a maioria das santas-casas e hospitais filantrópicos do Brasil está em São Paulo, mas o segundo Estado é Minas Gerais, um Estado que tem necessidades. Ele possui a Santa Casa de Belo Horizonte e vários hospitais filantrópicos. É um Estado muito forte, o segundo em número de Santas Casas no Brasil e está, portanto, atento a tudo isso. Há também o Estado do Rio Grande do Sul, que é do nosso Lasiar; e depois vem a Bahia. Esses são os quatro Estados que mais têm hospitais filantrópicos no País. Eles estão esperando por essa medida.

O nome de V. Ex^a está sendo citado, e eu gostaria de dizer e referendar que, sem uma liderança firme, nós não estaríamos fazendo a segunda reunião num período em que muitos Deputados vieram, sob a sua liderança, dar quórum para que possamos agir.

Reunião amanhã já com a Caixa e, na semana que vem, aprovar o relatório: só com a liderança de um líder de fato do Estado de Minas Gerais, nós podemos avançar e avançaremos pela saúde pública do País, pelo SUS.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Obrigado, Brito.

É por isso que ficamos felizes por sermos homens públicos, porque estamos aqui salvando vidas de milhões de pessoas.

Eu estive num hospital filantrópico essa semana, e é bem claro. Diziam no Mário Penna, no Hospital Luxemburgo: "Deputado, nós não estamos conseguindo aqui fazer tratamento de câncer, da oncologia a tempo, estamos adiando os procedimentos cirúrgicos oncológicos porque não temos recursos." Isso está acontecendo no Brasil inteiro. Então essa ação aqui é uma ação cívica, uma ação com a qual estamos salvando milhões de vidas.

Para tanto, Brito, graças a Deus estamos sendo úteis para a nossa sociedade aqui. Parabéns a V. Ex^a.

Vou acabar. Tenho que agradecer a todos no microfone. Quero agradecer ao Deputado Paulo Pimenta; ao Deputado Pedro Uczai, que esteve conosco aqui; em especial ao Deputado Ságuas, que veio aqui, que votou conosco; ao Deputado João Daniel, que é do Partido dos Trabalhadores – os quatro. Com o apoio da oposição nós estamos avançando aqui. Essa é a boa política, a política democrática. Quando há utilidade pública, nós temos que deixar as questões ideológicas de lado. Parabéns ao Partido dos Trabalhadores.

Quero agradecer também ao Toninho Pinheiro, que esteve conosco aqui, um grande defensor de Minas Gerais, meu colega, que sempre lutou pela saúde de Minas Gerais e está mostrando aqui, com a sua presença, a importância dessa medida.

Agradeço ao Deputado Fausto Pinato também, que é um colega que sempre lutou pela saúde, está nos apoiando, foi um dos precursores também na edição dessa medida provisória; ao Deputado Eduardo Barbosa, eu não poderia esquecê-lo, esteve conosco aqui, um excelente Deputado do PSDB de Minas Gerais, um lutador também pela saúde filantrópica, saúde pública; ao Deputado Betinho Gomes; ao Deputado Delegado Edson Moreira, que é de Minas





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Gerais, que é um guerreiro, esteve conosco, nos ajudou na elaboração dessa medida provisória, apoiou muito, pressionou o Governo. Deputado Delegado Edson Moreira, receba aqui o nosso reconhecimento por seu empenho pela saúde pública de Minas Gerais e do Brasil pelo atendimento do SUS através dos hospitais filantrópicos.

Agradeço ao Deputado Antonio Brito, já disse aqui e vou voltar a dizer, a Bahia hoje está fazendo um *show* com a sua presença. A Bahia hoje está representando o nosso País, porque V. Ex^a é um dos precursores aqui na defesa dos hospitais filantrópicos, das santas-casas, V. Ex^a já está há anos, décadas. Se não fosse a atuação de V. Ex^a aqui no Congresso Nacional, eu diria que muitas santas-casas do Brasil já estariam fechadas há anos. Parabéns, V. Ex^a está salvando vidas aqui com essa atitude.

Quero agradecer também ao Deputado Edmar Arruda, que é um grande amigo nosso do Paraná, um lutador também pela saúde pública daquele Estado, sempre presente conosco; ao Deputado Tadeu Alencar; ao Deputado Bebeto. Quero agradecer ao Líder do Democratas, Rodrigo Garcia, que está aqui liderando esse projeto junto conosco, representando o Estado de São Paulo, onde temos a maioria dos hospitais filantrópicos. Então faço, aqui, jus ao Deputado Rodrigo Garcia, que representa o Estado de São Paulo. Está salvando milhões de vidas também no Estado de São Paulo com essa atitude, ajudando as santas-casas, os hospitais filantrópicos a refinanciarem as suas dívidas, também comprando equipamentos, e para o custeio também. Isso irá ajudar a não atrasar os processos dos hospitais filantrópicos.

Felipe Maia também. Faço aqui a honra a V. Ex^a, Deputado Felipe Maia. O Pedro Fernandes, que esteve conosco aqui, nos ajudou muito, inclusive pediu até para trocar o nome dele para nos ajudar aqui, porque vários Parlamentares queriam participar; o Deputado Eros Biondini, que é um colega querido, meu amigo pessoal de Minas Gerais. Faço aqui honra a V. Ex^a também, que nos ajudou nesta Comissão, na edição da medida provisória, e é um dos Parlamentares que também ajuda muito os hospitais filantrópicos através de emendas parlamentares e com apoio no Governo Federal.

Então, Deputado Eros, que Deus o abençoe. V. Ex^a está fazendo história aqui com o povo mineiro.

Deputado Vinicius Carvalho, quero agradecê-lo, e também ao Carlos Gomes, ao André Figueiredo e ao Afonso Motta.

Então, fica convocada a nossa reunião para o dia 11 de setembro. E amanhã nós já temos essa teleconferência para conversar com a Caixa e dizer que queremos aprovar essa medida provisória na semana que vem. E vamos também falar com o Governo, com o Ministro da Saúde e com o Presidente Michel Temer para nos ajudarem em qualquer diálogo com os bancos públicos, porque esse recurso que ajudará os hospitais filantrópicos é sagrado, para salvar milhões de vidas. Então, Brito, temos uma missão cívica.

Encerro nossa reunião. Está suspensa a nossa reunião e convocada novamente para o dia 11 de setembro, às 15 horas.

Que Deus nos abençoe.

(Iniciada às 18 horas e 35 minutos, a reunião é suspensa às 18 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Havendo quórum regimental, reabrimos a nossa reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 848, de 2018.

Passo a palavra para o Relator, Senador Lasier Martins, para a leitura do esboço do relatório.

Peço ao Senador, por se tratar de um relatório extenso, que o apresente de uma maneira mais exemplificativa para os colegas que estão presentes.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS. Como Relator.) – Boa tarde, Srs. Parlamentares, assessorias, telespectadores da TV Senado.

A proposta, Sr. Presidente, Leonardo Quintão...

Como esta nossa reunião está sendo transmitida pela televisão, eu vou me permitir – e pedir licença a V. Exª e aos Parlamentares – ler uma meia página – pouco mais de meia página –, para situar os telespectadores do que se trata, para depois ler o relatório, que também vou sintetizar bastante.

Então, trata-se aqui de um resumo da Medida Provisória 848, com relação aos recursos do Fundo de Garantia para as casas hospitalares, hospitais filantrópicos e Santas Casas.

Essa medida provisória altera a lei do Fundo de Garantia para o quê? Para possibilitar operações de crédito, empréstimos de 5%, apenas 5%, do Fundo de Garantia, o que vai dar cerca de R\$4 bilhões, 4 bi, por ano a quem? As entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem, de forma complementar, do SUS – exemplo: as Santas Casas.

Permite que essas entidades ofereçam ao Fundo de Garantia como garantia da operação a consignação dos recebíveis, isto é, o repasse direto ao Fundo de Garantia dos créditos que tenham a receber de outros agentes, notadamente os valores do SUS. Esta é a garantia, os valores do SUS devidos a esses hospitais pela prestação de serviço de saúde.

Estabelece como agentes financeiros para as operações a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o BNDES, definindo as condições de empréstimos mais favoráveis que as usuais de mercado, quais sejam: primeiro, juros não superiores ao do financiamento habitacional pró-cotista; dois, tarifa única não superior a 0,5% do valor da operação; e, três, risco da operação a cargo dos agentes financeiros. Os hospitais filantrópicos respondem, hoje, a um terço dos leitos do País; passam por grave situação financeira, com dívidas de 21 bilhões, e respondem por metade das cirurgias do SUS, muitas de alta complexidade.

Essas entidades têm o dever legal de prestar, no mínimo – este é um item importante para se habilitar ao financiamento –, 60% do seu serviço SUS. Então, que isto fique bem explícito desde logo: para um hospital filantrópico, para uma santa casa alcançar o benefício desse financiamento deve atender, no mínimo, 60% dos serviços do SUS e, em vários pequenos Municípios, como se sabe – é um dado que está nas estatísticas –, as santas casas são os únicos hospitais existentes.

Mudanças do Relator:

1 – Prever que apenas hospitais que prestem pelo menos 60% – como já foi dito – dos seus serviços pelo SUS terão acesso ao novo financiamento do Fundo de Garantia;

2 – O que é muito importante também, foi motivo de alguns questionamentos hoje, pela manhã, pelo que percebemos: prever que os recursos não utilizados pelos hospitais possam ser para habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana, para não ficarem parados no Fundo, isto é, aquilo que não for utilizado volta para o saneamento, para as casas populares, etc.





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Então, esse é um resumo mais direcionado, porque aqui todos praticamente estão bem inteirados do que trata esta MP, mas, numa deferência muito especial aos telespectadores, para que saibam o que nós estamos discutindo.

Sr. Presidente, das dez laudas, o meu resumo vai comportar, mais ou menos, três laudas. Se houver o desejo de que se leiam aqui algumas das emendas não acolhidas, podemos fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Nobre Relator, Senador Lasier Martins, eu me sinto satisfeito com a explanação de V. Ex^a e pergunto aos nobres colegas aqui se nós podemos votar o relatório do Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Sem ler?

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS) – Eu estou acompanhando há tempo, tenho conhecimento e me sinto em condições de votar.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Podemos votar, Senador?

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Pode.

Dr. Júlio... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Lasier Martins.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade... (*Palmas.*)

... o parecer do Ex^{mo} Senador Lasier Martins, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Retorno a palavra para o nobre Relator Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – A minha primeira manifestação é também de aplauso, porque nós estamos testemunhando há muito tempo a penúria em que vivem as santas casas e os hospitais filantrópicos. É verdade que o saneamento é importante, as casas populares, mas, convenhamos, dentro de uma hierarquia de valores, a saúde deve estar em primeiro lugar. A doença não espera. Muita gente está morrendo nas macas dentro de hospitais, por falta de melhor atendimento, falta de gente. Tudo aquilo que se sabe que tem ocupado enormes espaços nos noticiosos, na comunicação em geral.

E esta iniciativa do Governo vem em muito boa hora, já poderia ter surgido há muito tempo, isto é, um alcance de R\$4 bilhões por ano, exclusivamente para hospitais filantrópicos e santas casas é um socorro extraordinário. Isso vai melhorar muito a saúde das pessoas. Esse é o grande mérito. Esse é um dos melhores projetos, é uma emenda que se constitui num dos melhores projetos desta segunda metade do ano, pelo enorme alcance social que tem. Então, por isso, nós damos um valor enorme.

Eu me sinto muito honrado em ter recebido a designação para a relatoria. Tenho visto também o esforço do Deputado Leonardo Quintão. A minha assessoria, que está aqui presente, nós tivemos várias reuniões. Nós recebemos inúmeras entidades, pessoas que queriam discutir, que achavam que primeiro deve-se fazer a saúde preventiva e não a saúde curativa. Acontece que a saúde preventiva não é feita, não há recurso para isso. Hoje nós temos, na verdade, os hospitais lotados. Então, esses nós temos que socorrer; e essa medida provisória vem socorrer aqueles que estão doentes, milhões de brasileiros.





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Então, Sr. Presidente, estamos de parabéns. Esperamos que agora, no encaminhamento para a Câmara dos Deputados, seguramente depois das eleições, o trâmite seja ágil, depois que venha para o Senado ainda neste ano e que vá para a sanção do Presidente em fim de mandato, afinal a autoria veio de lá. E tenhamos o término deste ano de 2018 com essa boa-nova, com esse socorro a uma das carências mais destacadas, mais lamentadas por todos os brasileiros. Quando há uma pesquisa e pergunta-se qual é o maior problema brasileiro, estão ali sempre saúde e segurança pública. Pelo menos a saúde essa medida vem socorrer.

Então, eu acho, Sr. Presidente, que fizemos o nosso trabalho. Esperamos o apoio de todos e que tenha o desfecho mais rápido possível, com a aprovação dessa medida.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Muito bem, Senador Lasier.

Eu quero, em nome da nossa Comissão, reconhecer, Senador, o empenho de V. Ex^a. V. Ex^a tomou posse como Relator semana passada e imediatamente pediu a todos os colegas que se fizessem presentes, como fizeram, querendo apresentar o relatório esta semana. Eu acho que hoje V. Ex^a faz justiça ao Estado do Rio Grande do Sul.

V. Ex^a é reconhecido no Senado e no Congresso Nacional como o Senador da Saúde, Deputado Perondi, assim como V. Ex^a também é conhecido aqui, na Câmara dos Deputados, como o Perondi da saúde. E V. Ex^a, Senador – e eu conheço o histórico de V. Ex^a –, sempre colocou mais de 80% das suas emendas para a saúde, e isso é de extrema importância. Nós somos sensíveis ao clamor da população de nossos Estados, e V. Ex^a, fazendo isso, está ajudando os hospitais filantrópicos do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Aqui está a Santa Casa do Rio Grande do Sul – não é isso, Senador?

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – O Dr. Júlio está ali...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Dr. Júlio, seja bem-vindo...

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – ...e não veio sozinho, mas trouxe uma comitiva...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – O Prefeito Rogatti está presente, tem uma comitiva aqui...

E eu quero agradecer muito a V. Ex^a a presteza.

Quero enaltecer aqui também todos os colegas da nossa Comissão, mas, antes disso, eu quero passar a palavra para o Deputado Toninho Pinheiro. Quero aqui saudar também, Toninho, o Edson Rogatti, que está conosco aqui, representando todas as santas casas do Brasil, hospitais filantrópicos.

Edson, V. S^a faz história aqui, conosco, hoje. Durante todo esse processo, a assessoria foi eficiente, apresentando-nos números, dados, e assim que tem que ser feito dentro da defesa democrática, porque nós estamos aqui defendendo os hospitais filantrópicos.

Então, eu vou dar uma salva de palmas para todas as santas casas e hospitais filantrópicos aqui presentes – muito obrigado –, que representam todos os hospitais filantrópicos do Brasil. (*Palmas.*)

Então, passo a palavra para o Deputado Toninho Pinheiro.

O Toninho Pinheiro é reconhecido em Minas Gerais também como o Deputado da saúde, que sempre lutou pelos hospitais filantrópicos, pelas santas casas, ajudando os Municípios de Minas Gerais.

E o Toninho Pinheiro é amigo do meu amigo, Deputado Dinis Pinheiro, representando muito bem essa família Dinis aqui.

O SR. TONINHO PINHEIRO (PP - MG) – Boa tarde.





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Meus cumprimentos à Mesa, demais colegas Deputados, os companheiros da saúde...

Veja bem, tudo é com muita dificuldade e com sacrifício. Louvado seja Deus por todo o sempre.

Eu tive a oportunidade, no meu início de mandato – estou completando dois mandatos como Deputado. Estou encerrando agora a minha carreira política, e uma das primeiras coisas que eu fiz aqui, como Deputado, quando eu fui agredido na Mesa da Câmara dos Deputados, quando eu denunciei um desvio de bilhões de reais... Estavam empenhados e foram desviados da saúde. E esse desvio, de 2003 até agora, já são R\$140 bilhões que estavam empenhados e foram desviados. Então, isso deixa qualquer sistema fragilizado.

Então, mais um capítulo de hoje dessa luta mostra que tudo aqui é com muita dificuldade e é muito demorado. Ir em frente é muito demorado, mas eu tenho muito orgulho de ser Deputado, porque aqui nesta Casa eu encontrei pessoas de muito valor, embora muitas vezes a gente seja mal compreendido pela população, por falta de informações. Até reclamo muito da presença, nesta Casa, de todos que já passaram e de divulgar mais o nosso trabalho heroico, verdadeiro e humano.

Em todas as classes da nossa vida há pessoas boas e más, como aqui, mas eu posso garantir que a maioria esmagadora aqui é de pessoas do bem. E foi um avanço muito grande dessa questão toda aqui. E é uma coisa muito justa.

Veja bem, eu vou pontuar algumas questões aqui, porque a gente tem que ter bravura no momento. O momento exige muita bravura. Fé em Deus, muita bravura...

Eu estou com um pouquinho de excesso, porque está demorando demais.

O FGTS, de 2008 para cá, liberou 1,270 trilhão para a economia brasileira. Eu sou a favor, mas nós estamos conversando aqui de um valor de 20 bilhões. O valor de 20 bilhões é muito pouco para salvar a vida de todo o povo brasileiro! Desses 20 bilhões, apenas 6 bilhões são débitos bancários, um débito injusto e desumano que foi construído com juros elevadíssimos e injustos, ao contrário de qualquer empresa rica, que pegou no Governo Federal a 3%, 4%, 5%, enquanto as santas-casas, os hospitais filantrópicos pegam a vinte e tantos por cento.

Hoje, nós tivemos uma situação muito difícil, um embate muito difícil, acalorado no Conselho Curador do Ministério do Trabalho, onde observamos que o pessoal lá não tem sensibilidade. Falam que o pessoal das santas-casas... Nós não podemos mais esperar nem um mês nem dois meses, estamos com um atraso de muitos anos.

Da nossa parte, dos Parlamentares, nós fizemos a nossa parte, todo mundo tem o seu valor, deu a sua contribuição. O Governo Federal teve o valor dele no sentido de ter a coragem de colocar a medida provisória. E nós estamos enfrentando dificuldades.

E quantas empresas ricas foram perturbar no Conselho Curador? Isso tem que ser dito, tem que ser gravado. Nós fomos ao Conselho Curador e não fomos com nenhuma... Nós não somos contra nenhuma empresa rica; quanto mais tiver dinheiro para emprestar para eles gerarem emprego e renda e ficarem ricos, tudo bem. Nós só queremos que as santas-casas não sejam impedidas de salvar vidas. E, quando uma santa-casa, um hospital filantrópico pega um recurso financeiro, não é para ficar rico, é para se manter, pois salva vidas, tanto é que, um dia antes, o candidato a Presidente Bolsonaro, numa gravação comigo, reconheceu, de viva voz – está aí para todo mundo ouvir, está rolando, milhares de pessoas já ouviram –, a





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

importância das santas-casas. A dívida é alta, mas, em relação a salvar vidas, é uma dívida muito baixa.

Sr. Presidente, um dos compromissos que eu quero pedir a qualquer Presidente que entrar é que essa dívida bancária seja perdoada. Não quero saber de pagar 6 bilhões! Por quê? Porque foi uma dívida construída não em cima de má gestão, foi uma dívida construída em cima de uma taxa de juros desumana, desonesta, covarde. Por que emprestar para uma JBS a 3%, a 4% e não emprestar para uma santa-casa?

Outra coisa, Sr. Parlamentares, Sr. Deputado, Sr. Presidente, Sr. Senador. Está para todo mundo ver, na Polícia Federal, em tudo quanto é lugar, que a empresa que roubou do Brasil – não vou falar o nome dela, mas está gravado aí – vai devolver bilhões de reais em 20 anos com uma taxazinha! Por que cobrar de uma empresa ladrona, ladra, vagabunda 5% e cobrar de uma entidade santa vinte e tantos por cento?

Aí temos que ter a bravura! Nem que seja para ser chamado de mal-educado, temos que reagir, não podemos ter sangue de barata! Não estou matando, não estou roubando, estou falando uma verdade, doa em quem doer. Quem fala a verdade não merece castigo. Eu sei que sou defeituoso, tenho algumas virtudes, tenho muitos erros, mas está claro que nenhuma santa-casa, nenhum hospital filantrópico pode ficar esperando mais.

São essas as colocações. Vamos pedir a Deus que isso possa ser acelerado, para que as santas-casas possam continuar salvando vidas, que é o mais importante. Está aí: qualquer um de nós numa situação como hoje podia passar o que Bolsonaro passou. Então, é importante efetivar isso.

Obrigado pela oportunidade e parabéns pela Mesa que tão bem conduziu esse processo aí.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Muito bem, Deputado Toninho. V. Ex^a é uma honra para o nosso Estado de Minas Gerais e um defensor da saúde. Eu reconheço esse trabalho de V. Ex^a. V. Ex^a falou muito bem que essas negociações estão acontecendo aí, com as devoluções negociadas em 20 anos e a uma taxa de 5%. Realmente, é triste ver isso. E cobrar das santas-casas e dos hospitais filantrópicos 30%. Os hospitais filantrópicos de lá de Minas Gerais estão pagando taxa de 2,5% ao mês.

Deputado Perondi com a palavra.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS) – Parabéns, Senador Lasier, Relator; parabéns, Deputado Leonardo Quintão, Presidente; toda a assessoria técnica. Vocês, funcionários, foram maravilhosos, em tempo recorde analisaram, viram a necessidade, agregaram, juntaram, aceleraram e foram, acima de tudo, corajosos. Acho que o Brasil saúde, o Brasil santas-casas, o Brasil hospitais filantrópicos, aquelas pessoas que batem à porta dos hospitais filantrópicos do Brasil passam muito a dever para os senhores.

Mas há duas pessoas antes. Uma está ao meu lado; é o Toninho Pinheiro. Toninho Pinheiro focou de forma persistente, insistente, divina, nesses seis meses, para que a medida provisória saísse, ele não desistiu. E ele me puxou. Ele me puxou. Não foi fácil, não é, Toninho? Não foi fácil. Então, Minas Gerais deve também ao Toninho, o Brasil deve também ao Toninho.

A outra pessoa está sentada lá no Palácio do Planalto. Ela nasceu na Santa Casa do Tietê. Ela sabe da importância. Quando afunilou a ideia da medida provisória, houve resistência de setores do Governo – normal – e de setores econômicos – também normal – a essa medida





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

provisória. E aí precisou de muita firmeza, muita decisão, muita generosidade e segurança do Senhor Presidente da República Michel Temer. Então, os doentes do País, todos os gestores das santas-casas devem muito por mais uma decisão firme do Senhor Presidente da República. Esse dinheiro não é dado. Esse dinheiro será emprestado e será pago. É um dos dinheiros mais garantidos que a Caixa, que o BNDES e que o Banco do Brasil vão emprestar, porque a garantia é do operador, sim, o garantidor – a Caixa –, mas é melhor do que o consignado. Quem vai pagar será o Ministério da Saúde, em cima dos recebíveis de todas as santas-casas e hospitais filantrópicos que atendem o Brasil.

O Senador Lasier citou: as santas-casas atendem mais da metade da internação, mais da metade do ambulatório. Na área de oncologia, é ela que lidera. Imaginem o Brasil sem o voluntariado. Faço aqui o registro da presença do nosso querido Presidente Rogatti, da Confederação das Santas Casas, que foi um gigante, e também de um dos diretores da Santa Casa de Porto Alegre e também diretor da Confederação, Dr. Julio.

Imagine o Brasil se as santas-casas não existissem. Aí, sim, haveria caos absoluto no SUS. Eu acho que lá para o Nordeste há mais problemas do SUS porque há menos santas-casas e há menos hospitais filantrópicos. Aqui para baixo há mais, por isso que há menos caos ou mais atendimento ou melhor atendimento, talvez. Então, o voluntariado na área hospitalar é fundamental.

Em relação a saneamento e prevenção, Senador Lasier: que bom que o capital continue operando com a Caixa, via Fundo de Garantia; com casas, na construção; com saneamento. Aliás, eu gostaria que as empresas de saneamento fossem até mais agressivas – até mais agressivas! – para que nós, sim, enfrentássemos... O Brasil tem mais de 50% das suas cidades sem esgoto e ainda tem 30% sem água potável – isso não está nas mãos das santas-casas e dos hospitais filantrópicos –; e tem recursos do Fundo de Garantia. Que os governos estaduais sejam corajosos e que a iniciativa privada, em que eu acredito, porque eu sou privatizante, seja mais agressiva. E até faço um apelo: se aqui estiver algum representante dessa área, ajude-nos a aprovar a resolução lá do Conselho Curador, porque lá está parecendo uma coisa meio maluca. Vão emprestar para as santas-casas a um juro... É um juro bom. Não é fantástico, mas é um juro bom, muito bom. Que baixassem a resistência... Faço um apelo aos representantes que estão aqui, que seguramente aqui estão: vão para lá... Vamos nos encontrar lá na Caixa daqui a pouco... Na Caixa, não; na reunião do Conselho Curador, no Ministério do Trabalho... Que nos ajudem, que nos ajudem.

As santas-casas têm mais de 1,3 milhões habitantes, habitantes funcionários. O PIB da Saúde é 10%. Então, imagine o que movimenta toda cadeia produtiva do Brasil, inclusive em fazer casa, inclusive em fazer casa. Então, é importante sanear esse setor, até para que as pessoas possam pegar mais empréstimos para fazer suas casas. Então, nos ajudem lá.

Encerrando: que bom que existe um Parlamento que receba uma proposta com tamanha repercussão social, com tamanha generosidade, amor ao próximo. Que venha essa medida da Presidência da República e tenha essa recepção e essa decisão tão rápida, como teve aqui quando aqui chegou. Parabéns ao Parlamento!

Muito obrigado.

O SR. TONINHO PINHEIRO (PP - MG) – Presidente, só uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Claro, Deputado Toninho.





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. TONINHO PINHEIRO (PP - MG) – Perondi, eu queria destacar aqui o seu caráter, a sua seriedade e a sua responsabilidade quando você fala de uma situação importante... Nós tivemos aqui, nessa luta, três projetos. Nós tivemos duas vitórias e uma derrota. O primeiro projeto nosso, de todos nós Parlamentares, eu dou a mão... Nós ficamos vencedores na saúde.

Nós lutamos aqui, Perondi, e trouxemos 2 milhões de assinaturas para aprovar o Saúde Mais Dez: fomos derrotados pela ex-Presidente Dilma Rousseff, que não deixou votar. Foi um trabalho nosso, trouxemos 2 milhões de assinaturas para o Saúde Mais Dez, mas nós fomos derrotados porque a Presidente Dilma Rousseff, com o Henrique Eduardo Alves, não deixou colocar em votação. Ponto. Os outros dois projetos: o projeto que a gente aprovou em unanimidade, em que só faltou colocar recurso para as santas-casas com o juros de 0,5% ao ano, um projeto que veio do Senado e que vocês aqui aprovaram – eu era o Relator, e nós corremos atrás, fizemos a votação na Câmara, uma votação inédita, com unanimidade, com rapidez. Nós aprovamos esse projeto, nós Parlamentares, e esse projeto não foi adiante porque faltou orçamento na reta final – mas o Presidente Temer foi favorável a essa aprovação. E agora mais essa vitória da Câmara dos Deputados porque conseguimos essa medida provisória com o Presidente Temer.

Então, de três projetos, um... Em todos os três, nós Parlamentares fomos vitoriosos. Com toda a humildade, nossa articulação foi vitoriosa. Nós tivemos uma derrota com a Presidente Dilma, que não deixou votar, e duas vitórias, em que o Presidente Temer ajudou a levar adiante esse sonho.

Então, vale a pena ficar esse registro aqui.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS. *Fora do microfone.*) – Só mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Deputado Perondi. Por favor, Deputado Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS) – É difícil falar em um minuto (*Fora do microfone.*)

Eu cometi um esquecimento: é uma homenagem ao ex-Ministro Barros e principalmente ao Ministro da Saúde Occhi, que recém assumiu, estudou, focou e trabalhou intensamente. Então, parabéns a toda a equipe do Ministro Occhi e a S. Ex^ª! Parabéns, Ministro!

O SR. TONINHO PINHEIRO (PP - MG) – Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Muito obrigado.

Eu quero aqui também agradecer pessoas que estão aqui presentes.

O Luiz Henrique, que representa a CBIC aqui. Eu quero falar da colaboração que o setor da construção civil trouxe para o nosso relatório. Eu tive a oportunidade de receber representantes do setor produtivo da construção civil nos trazendo colaborações que foram de extrema importância. Isso nos ajudou, por exemplo, no relatório do Senador Lasier, colocando, caso os recursos não sejam captados para renegociar dívidas, que eles voltem para financiar os programas de moradia. Então, isso mostra o diálogo do Senador e da nossa Comissão.

E eu recebi, com muita alegria, a ex-Secretária de Habitação do Ministério das Cidades, a Dr^ª Henriqueta, que nos ajudou muito. Ela é uma conhecedora profunda, membro do Conselho Curador do FGTS – eles estão lá agora tentando aprovar, dentro do Conselho Curador.

Então, é importante, dentro do processo democrático, ouvirmos todos, e o setor da construção civil nos ajudou muito nisso, Senador. Eu vejo que essa ação é uma ação única, e eu espero que o Governo possa criar esse tipo de linha de crédito, razoável para o





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

financiamento da saúde, para que não venha prejudicar as ações do FGTS. Então, isso foi conversado profundamente. Eu agradeço ao Senador, que acatou essa medida sugerida por pessoas que entendem profundamente do FGTS como a Dr^a Henriqueta.

Quero agradecer aqui também ao Osmânio Pereira, que é ex-Deputado da Casa, um grande amigo, um lutador da filantropia há mais 40 anos, sendo voluntário no Hospital Luxemburgo, da Associação Mário Penna. Então, Osmânio, a sua presença aqui conosco representando a Federassantas de Minas Gerais era de extrema importância. V. Ex^a sabe a luta por que as santas-casas e os hospitais filantrópicos de Minas Gerais estão passando. Enalteço aqui a sua luta pela Associação Mário Penna, pelo Hospital Luxemburgo, que luta para atender e salvar vidas.

Veja bem, Perondi, eu acompanho de perto a luta do Mário Penna. Já há alguns meses, o hospital infelizmente tem adiado procedimentos, Osmânio, o que choca o nosso coração. Nosso coração se parte de ver isso. Pessoas vêm do interior, Lasier, para receber o tratamento de oncologia – uma radioterapia, uma quimioterapia –, e às vezes não consegue fazer tratamento, porque está faltando financiamento, gente. O que é isso, Senador Lasier? Essa pessoa poderia receber o tratamento hoje; se é adiado o tratamento para daqui um mês, já é tarde. Então, a saúde tem que ser feita agora. Nós não podemos esperar para o mês que vem, para o outro mês, para resolver essa questão.

E é por isso, Osmânio, que V. Ex^as... O Osmânio está comigo, desde a semana passada, lutando: "Leonardo, vamos votar, porque não há mais espaço, 30 dias hoje é a mesma coisa do que 30 anos; as pessoas não podem esperar mais." Esse recurso vem acudir, porque nós estamos pagando juros de 2,5%! Isso tira a capacidade de manutenção de qualquer hospital filantrópico no Brasil. Nós estamos aqui dando esse fôlego. E esse fôlego foi dado, como disse o Deputado Perondi, pelo Governo, pelo Presidente Michel Temer, que teve coragem de fazer isso.

Então, eu quero agradecer aqui ao Governo, ao Presidente Michel Temer por ter tido esta coragem de estar ajudando os hospitais filantrópicos, com recursos emprestados – não são dados – da ordem de R\$4,7 bilhões, para socorrer – e, neste caso, recursos do FGTS – o trabalhador, a mãe do trabalhador, o filho do trabalhador. E o fim social do FGTS é o socorro ao trabalhador. Então, aqui, nós estamos fazendo esse ato para socorrer o trabalhador brasileiro.

Nos últimos anos, Deputado Toninho, 3 milhões de brasileiros perderam plano de saúde; e serão atendidos pelos hospitais filantrópicos e pelo SUS. Então, é um ato aqui de extrema coragem.

Deixe-me passar novamente a palavra para o Senador Lasier.

Por favor, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Presidente, eu queria fazer o arremate da minha parte, para esperar que essa mesma celeridade com que esta Comissão Mista agiu venha a acontecer agora na Câmara dos Deputados – e aí faço um apelo aos nossos Deputados que estão presentes aqui –, para que depois também façamos o mesmo no Senado.

Essa medida provisória teve uma compreensão, uma sensibilidade notória desde o seu começo. Basta ver que, em uma semana, ela foi conhecida – na terça-feira passada –, inclusive com o quórum aqui dos 15 Senadores e Deputados, que estiveram aqui e que





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

garantiram o quórum para hoje, e não houve nenhuma manifestação contrária, nenhum óbice, nenhuma discordância com relação a esta Comissão, a esta emenda, a esta medida provisória.

Por outro lado, os requisitos constitucionais da urgência e da relevância foram reconhecidos porque esta é uma das matérias realmente de relevância e urgência, e nós estamos seguindo esse requisito constitucional. Em uma semana recebemos, discutimos, passamos o fim de semana trabalhando, com os meus brilhantes assessores parlamentares que estão aqui e que eu até gostaria que se colocassem aqui, pois trabalharam muito. Foram o Luciano, o Ismael, a Daniela e a Juliana. Os quatro! Trabalhamos no fim de semana, discutimos por telefone, o relatório foi feito e refeito três vezes, o texto final foi completado agora ao meio-dia, depois que comparecemos hoje pela manhã a uma reunião no Ministério do Trabalho, onde o Ministro Caio e sua equipe tomaram conhecimento de detalhes, opinaram e acrescentaram dois itens que nós acolhemos. Daí, saímos de lá, depois do contato com o Ministro do Trabalho, aonde o Ministro da Saúde também compareceu, chamado por ele, e tomou conhecimento. Tudo foi feito às pressas, mas com responsabilidade e seriedade. E ainda fomos à reunião do Conselho Curador, que estava repleto, acompanhamos as discussões e percebemos que a tendência visível era de apoio, de aprovação à emenda, como de fato veio a acontecer. Até mesmo expusemos algumas dúvidas, como esta que nós incluímos aqui, sobre o que aconteceria se, de repente, os recursos não fossem utilizados. E nós incluímos. Também foi a emenda do Deputado Paulo Pimenta, Emenda nº 1, que nós acolhemos, que previa esta hipótese: o que fazer? Ora, o que fazer: devolvemos para a destinação das obras, com casas, saneamento, urbanização etc.

Sr. Presidente, para finalizar, tudo foi muito rápido, as participações todas muito efetivas, e nós concluímos uma medida provisória com uma rapidez que eu, com três anos e meses aqui no Senado, nunca tinha visto. Eu não me lembro de ter visto, eu não vi nenhuma medida provisória com essa agilidade. Em dez dias aconteceu tudo e termina aqui. Agora, vai à Câmara. É por isso, Deputados Toninho, Perondi, com a colaboração do Osmani, vamos agilizar também lá na Câmara, porque até agora não houve contestação nenhuma; houve unanimidade aqui na segunda-feira, quando vários dos Deputados presentes pediram que nós, se possível, trouxéssemos aqui o relatório, na terça-feira subsequente, que é hoje. Então, agora cabe aos nossos colegas da Câmara agilizarem lá, depois vem para o Senado, e tenho certeza de que, depois, o Presidente da República, por estar saindo, vai querer sancionar.

De modo, Dr. Júlio, Dr. Rodrigo Moraes, aqueles que me fizeram a entrega dos seus cartões, Dr. Marcelo Reis, nós vamos entrar no ano novo com novas e auspiciosas perspectivas para as santas-casas e para os hospitais filantrópicos. E somos todos participantes com alegria. Os doentes ficarão recuperados mais cedo, com toda a certeza, por esse cumprimento que nada mais é do que uma obrigação daqueles que representam o povo. Nós estamos aqui para isso, nós não estamos fazendo favor nenhum, mas cumprindo nossas obrigações.

Sr. Presidente, era o que tinha a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Obrigado, Senador.

Eu quero aqui também agradecer a participação do Fonif (Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas) através do Dr. Custódio, que também nos ajudou muito nesse parecer. Agradeço também à assessoria da Caixa, que se faz presente, a Josi, o Kaiser, que nos ajudaram também na interlocução com a Caixa, que foi muito esclarecedora. Então,





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

obrigado, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES, que vão estar com as portas abertas, Osmânio, para agilizarem isso o mais rapidamente possível.

Hoje ainda eu quero sugerir aos Parlamentares para que possamos, quem sabe, retornar para a reunião do Conselho Curador. Às 16h30, nós temos uma audiência com o Presidente Michel Temer para pedir a ele um esforço extra junto ao Governo para nos ajudar nessa conclusão burocrática. Nós vencemos as dificuldades parlamentares e temos de vencer agora a burocracia brasileira para que esse recurso chegue ao fim, que é realmente ajudar o trabalhador brasileiro, ajudar a saúde. Então, vamos pedir ao Presidente que motive todo o Governo, Senador Lasier, a nos ajudar nessa meta, pois não é fácil vencer a burocracia, mas nós temos – com voluntários aqui – condição total de resolver isso o mais brevemente possível.

Eu pergunto se há algum Parlamentar que queira usar a palavra. *(Pausa.)*

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Que Deus nos abençoe nessa luta. Muito obrigado!

(Iniciada às 18 horas e 35 minutos do dia 04/09/2018, a reunião é suspensa às 18 horas e 50 minutos. Reaberta às 15 horas e 01 minutos do dia 11/09/2018, a reunião é encerrada às 15 horas e 43 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 849, DE 2018. DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 07, 12 E 13 DE NOVEMBRO DE 2018, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dezesseis horas e trinta e quatro minutos do dia sete de novembro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Leonardo Quintão e Sérgio Reis, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 849, de 2018. com a presença dos Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Valdir Raupp, Airtton Sandoval, Flexa Ribeiro, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, Ana Amélia, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Sergio Souza, Hildo Rocha, Delegado Edson Moreira, Edmar Arruda, Beбето, Rodrigo Garcia, Cleber Verde, Milton Monti, Paulo Paim, João Arruda, Vinicius Carvalho, Soraya Santos, Wilder Moraes, Celso Pansera, José Pimentel, Dário Berger, Bruna Furlan, Átila Lira, Alex Canziani, Pedro Chaves, Vicentinho Alves, Wellington Fagundes, Jô Moraes, Cidinho Santos, Armando Monteiro, Romero Jucá, Márcio Marinho e Fátima Bezerra. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** A Comissão é instalada. A reunião é aberta e em seguida suspensa, com reabertura agendada para o dia 12/11/2018. Em 13/11/2018 a Reunião é cancelada e considerada definitivamente encerrada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Sérgio Reis

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 849, de 2018.

Deputado Leonardo Quintão

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 849, de 2018.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. MDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 849, de 2018.

Declaro suspensa a presente reunião e marco a reabertura para o dia 12 de novembro, às 14h30.

Está suspensa a reunião.

(Iniciada às 16 horas e 34 minutos do dia 7/11/2018, a reunião é suspensa às 16 horas e 35 minutos do mesmo dia.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

